UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA

UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DO PERFIL DOS FIÉIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS DA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP

ARARAQUARA-SP

ANO 2024

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA

UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DO PERFIL DOS FIÉIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS DA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP

Tese de Doutorado, apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras –Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas
Orientadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

ARARAQUARA – SP

ANO 2024

Souza, Reginaldo dos Santos
S729p UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DO PERFIL DOS FIÉIS DAIGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS DA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP / Reginaldo dos Santos Souza. -- Araraquara,2024
212 p. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Carla Gandini Giani Martelli

1. Religião. 2. Política. 3. Igreja Universal do Reino de Deus. 4. Neopentecostal. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A crescente polarização política no Brasil, intensificada a partir de 2018, torna crucial a análise do papel de instituições religiosas na formação do perfil político de seus fiéis. Neste contexto, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) se destaca por sua expressiva influência, justificando a investigação do impacto de suas práticas na construção da identidade política de seus membros em São Carlos, SP. Adotando uma abordagem empírica e documental, a pesquisa combina métodos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados envolveu entrevistas com fiéis da IURD, análise de documentos da igreja e observação participante em cultos e eventos religiosos. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temático, buscando identificar os principais elementos que moldam o perfil político dos fiéis da IURD. A pesquisa revela que o processo evangelizador da IURD constrói diversos caminhos que, consciente ou inconscientemente, contribuem para a formação do perfil político de seus fiéis. Entre esses caminhos, destacam-se: discurso religioso com conteúdo político: As pregações da IURD frequentemente associam valores religiosos a posições políticas específicas, moldando a identidade política dos fiéis. A pesquisa demonstra que a IURD exerce um papel significativo na formação do perfil político de seus fiéis, contribuindo para a polarização política no Brasil. Essa influência se manifesta por meio do discurso religioso com conteúdo político, da mobilização política dos fiéis e da visão de mundo dicotômica da igreja. A pesquisa apresenta uma análise crítica da influência da IURD na formação do perfil político de seus fiéis, contribuindo para a compreensão das complexas relações entre religião e política no Brasil. Os resultados da pesquisa são relevantes para o debate público sobre a crescente influência das igrejas neopentecostais no cenário político brasileiro e para a busca por formas de promover o diálogo inter-religioso e a tolerância política.

POTENTIAL IMPACTIC OF THIS RESEARCH

The growing political polarization in Brazil, intensified since 2018, makes it crucial to analyze the role of religious institutions in shaping the political profile of their faithful. In this context, the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) stands out for its significant influence, justifying the investigation of the impact of its practices on the construction of the political identity of its members in São Carlos, SP. Adopting an empirical and documentary approach, the research combines qualitative and quantitative methods. Data collection involved interviews with IURD faithful, analysis of church documents and participant observation in religious services and events. The collected data was subjected to thematic content analysis, seeking to identify the main elements that shape the political profile of IURD faithful. The research reveals that the IURD's evangelizing process builds several paths that, consciously or unconsciously, contribute to the formation of the political profile of its faithful. Among these paths, the following stand out: religious discourse with political content: IURD sermons often associate religious values with specific political positions, shaping the political identity of the faithful. The research demonstrates that the IURD plays a significant role in shaping the political profile of its faithful, contributing to political polarization in Brazil. This influence manifests itself through religious discourse with political content, the political mobilization of the faithful and the dichotomous worldview of the church. The research presents a critical analysis of the influence of the IURD on the formation of the political profile of its faithful, contributing to the understanding of the complex relationships between religion and politics in Brazil. The research results are relevant to the public debate about the growing influence of neo-Pentecostal churches in the Brazilian political scene and to the search for ways to promote inter-religious dialogue and political tolerance.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA

UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DO PERFIL DOS FIÉIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS DA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP

Tese de Doutorado, apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Data da defesa: 29 / 04 / 2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP

Membro Titular: Prof. Dra. Alessandra Santos Nascimento
Universidade de Araraquara – UNIARA - SP

Membro Titular: Prof. Dr. Diogo Henrique da Silva Paiva
Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – UNIFEG – MG

Membro Titular: Prof. Dr. Gabriel Henrique Burnatelli de Antônio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

Membro Titular: Prof. Dr. Alexandre José Romagnoli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

Local: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta tese a todos que de certa forma acreditaram que a realização desse sonho seria possível. Em especial a minha família, meu filho e minha esposa, que me deram o suporte necessário para que eu pudesse chegar até aqui.

Dedico esta tese também a todos que sempre acreditaram que, por mais dificuldades que a vida nos impõe, nunca devemos desistir dos nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Osvaldino José de Souza e a minha mãe Raquel Soarde de Souza, por todo suporte necessário para que eu pudesse desenvolver o gosto pelo estudo e por me fazerem acreditar no poder transformador da educação;

À minha orientadora Professora Dra. Carla Gandini Giani Martelli, por sua competência e acolhimento desde o início da minha trajetória em 2020. Agradeço sua paciência, o apoio incondicional e todas as oportunidades e sabedoria que me proporcionou desde o referido ano. Estará para sempre em minha memória com muita gratidão;

À minha esposa Elizabeth, a quem dedico este trabalho, pelo companheirismo, compreensão, carinho e sempre ter uma palavra de apoio nos momentos mais difíceis dessa caminhada, Elizabeth de Jesus dos Santos Souza: obrigado por todo apoio e amor!

Agradeço ao meu filho Luiz Felipe, por compreender as ausências do pai trancafiado no escritório lendo e escrevendo. Este trabalho é para você e por você.

Agradeço a todos os meus familiares, em especial a minhas irmãs que sempre acreditaram que tudo daria certo no final.

Agradeço a minha sogra Luiza, por ter dado suporte nos momentos das minhas ausências para trabalho e estudos.

À Universidade Estadual Paulista e, em especial à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), por ter me acolhido e me ajudado a realizar esta conquista. Obrigado por tudo que me proporcionou, sobretudo o salto qualitativo que tive na minha carreira;

Aos meus professores, que, em maior ou menor grau, colaboraram para minha formação. Agradeço aos meus alunos do curso de graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara, que, na breve jornada que passamos juntos, me ajudaram na realização da pesquisa, em especial aos alunos Gustavo Belarmino Gomes de Araújo, Mariana Chiericchi Lima, Caroline da Silva Mota, Noemi de Souza Abreu, Maria Clara Ferreira e Ana Caroline Ferriani.

Agradeço aos professores Dr. Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio e Dr. Pablo Emanuel Romero Almada, pelas observações, apontamentos e sugestões feitos na banca de qualificação desta pesquisa.

Agradeço a Gilberto Aparecido Prataviera, companheiro de trabalho e amigo, pela revisão da minha tese, apontamentos e sugestões.

Agradeço ao casal Carolina Matheos Guedes dos Santos Souza e Emerson Ricciardi de Souza, amigos e companheiros de trabalho pela leitura atenta e pelos apontamentos importantes para a elaboração da tese;

Agradeço aos meus amigos Paulo Sergio Gonçalves e Aurélio Miguel, companheiros que contribuíram na realização da tese com suas observações e debates pontuais sobre o tema.
Agradeço à professora Dariê Silva Pasqua, pela revisão do texto.
Agradeço aos meus alunos do presente e do passado que, ao longo da minha jornada, sempre me fizeram acreditar que a educação é transformadora.
Agradeço ao Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé - UNIFEG - pelo apoio institucional, em algumas ausências do trabalho para me dedicar à pesquisa.
Por fim, agradeço ao companheirismo do meu cachorro Ozzy que, como fiel escudeiro, ficou sempre ao meu lado enquanto redigia a tese.

"O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas". (LEVI-STRAUSS, 2010 p.10).

RESUMO

Nesta pesquisa, analisou-se os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com o principal objetivo de compreender como a influência religiosa contribui para a formação de suas inclinações políticas. O estudo foi conduzido junto aos membros da IURD na cidade de São Carlos, São Paulo, utilizando uma abordagem empírica descritiva. A metodologia se fundamentou na da aplicação de questionários e uma análise documental. Buscou-se coletar dados para analisar e descrever o perfil político desses fiéis. Os resultados revelaram que o alinhamento dos fiéis com as agendas religiosas, especialmente aquelas relacionadas às pautas de costumes, desempenha um papel significativo na configuração de seus perfis políticos. As respostas dos participantes indicaram uma visão política fortemente influenciada pela interação com os discursos propagados nos templos da IURD. Os comportamentos políticos dos fiéis, em grande medida, são moldados por esse mecanismo de cooptação subjetiva, que se manifesta de forma concreta em suas atividades cotidianas. O crescimento do segmento evangélico na sociedade brasileira, sua crescente participação nos debates políticos do país e a busca em se entenderem os fatores que influenciam as decisões políticas desses grupos religiosos justificam a relevância desta pesquisa, que busca compreender melhor os complexos vínculos entre religião e política na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: religião; política; neopentecostal; conservadorismo; poder.

ABSTRACT

In this research, the faithful of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) were analyzed, with the main objective of understanding how religious influence contributes to the formation of their political inclinations. The study was conducted with IURD members in the city of São Carlos, São Paulo, using an empirical descriptive approach. The methodology was based on the application of questionnaires and a documentary analysis. It sought to collect data to analyze and describe the political profile of these faithful. The results revealed that the alignment of the faithful with religious agendas, especially those related to customs issues, plays a significant role in shaping their political profiles. The responses of the participants indicated a political view strongly influenced by the interaction with the discourses propagated in the IURD temples. The political behaviors of the faithful are largely shaped by this mechanism of subjective cooptation, which manifests itself concretely in their daily activities. The growth of the evangelical segment in Brazilian society, its increasing participation in the country's political debates and the search to understand the factors that influence the political decisions of these religious groups justify the relevance of this research, which seeks to better understand the complex links between religion and politics in contemporary society.

Keywords: religion; politics; neo-Pentecostal; conservatism; power.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Parcela salarial e o índice de Gini no período de 2003-2010 28
Gráfico 2: O avanço evangélico no Brasil: Percentual de católicos e evangélicos no Brasil de 1940 até 2020 com a projeção para 2030. 44
Gráfico 3: Número de estabelecimento religiosos de denominações selecionadas no Brasil (2000-2021) 47
Gráfico 4: : Relação entre as religiões (católicos, evangélicos e outro) e voto para presidente no segundo turno de 2010, 2014 e 2018. 73
Gráfico 5: A interferência religiosa no voto 99
Gráfico 6: Eleições e religião 100
Gráfico 7: Gênero e conversão evangélica. 104
Gráfico 8: Conversão evangélica em relação à faixa etária e ao nível de renda 105
Gráfico 9: Conversão evangélica em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade 107
Gráfico 10: Assiduidade na Igreja em relação ao gênero 108
Gráfico 11: Assiduidade na Igreja: faixa etária e nível de renda. 109
Gráfico 12: Assiduidade na Igreja: faixa etária e o nível de escolaridade 111
Gráfico 13: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação ao gênero 112
Gráfico 14: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação à faixa etária e ao nível de renda 113
Gráfico 15: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 115
Gráfico 16: Trabalho social na igreja em relação ao gênero. 116
Gráfico 17: Trabalho social na igreja em relação à faixa etária e ao nível de renda. 117
Gráfico 18: Trabalho social na igreja em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 119
Gráfico 19: Pauta de costumes em relação ao gênero 121
Gráfico 20: Pauta de costumes em relação à faixa etária e ao nível de renda. 123
Gráfico 21: Pauta de costumes em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 125
Gráfico 22: Organização familiar em relação a gênero. 127
Gráfico 23: Organização familiar em relação à faixa etária e ao nível de renda. 128
Gráfico 24: Organização familiar em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade 130
Gráfico 25: A percepção da política em relação ao gênero. 132
Gráfico 26: A percepção da política em relação à faixa etária e ao nível de renda. 133

Gráfico 27: A percepção da política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 135
Gráfico 28: Ideologia política em relação a gênero..... 137
Gráfico 29: Ideologia política em relação à faixa etária e ao nível de renda. 138
Gráfico 30: Ideologia política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 140
Gráfico 31: Decisão do voto considerando a variável gênero 142
Gráfico 32: Decisão do voto em relação à faixa etária e ao nível de renda 143
Gráfico 33: Decisão do voto em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 145
Gráfico 34: (In)Formação política em relação a gênero. 148
Gráfico 35: (In)Formação política em relação à faixa etária e ao nível de renda 149
Gráfico 36: (In)Formação política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 151
Gráfico 37: Participação em campanhas eleitorais por gênero. 153
Gráfico 38: Participação em campanhas eleitorais por faixa etária e nível de renda. 154
Gráfico 39: Participação em campanhas eleitorais por faixa etária e nível de escolaridade. 156
Gráfico 40: Simpatia por partido político em relação ao gênero. 158
Gráfico 41: Simpatia a Partido Político em relação à faixa etária e ao nível de renda 160
Gráfico 42: Simpatia a Partido Político em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 162
Gráfico 43: Filiação partidária em relação ao gênero 164
Gráfico 44: Filiação partidária em relação à faixa etária e ao nível de renda. 165
Gráfico 45: Filiação partidária em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 166
Gráfico 46: A abordagem de questões políticas em reuniões religiosas numa perspectiva de gênero. 167
Gráfico 47*:* Abordagem de temas políticos em reuniões religiosos na percepção dos fiéis, em relação à faixa etária e ao nível de renda. 169
Gráfico 48: Abordagem de temas políticos em reuniões religiosos na percepção dos fiéis, em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 171
Gráfico 49: O voto evangélico considerando-se o gênero. 173
Gráfico 50: O voto evangélico em relação à faixa etária e ao nível de renda. 174
Gráfico 51: O voto evangélico em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 177
Gráfico 52: Democracia e religião em relação a gênero. 179
Gráfico 53: Democracia e religião em relação à faixa etária e ao nível de renda. 180
Gráfico 54: Democracia e religião em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade. 182

LISTA DE MAPAS

Figura 1. Mapa Localização cidade São Carlos – SP 102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Aderência dos fiéis aos ensinamentos religiosos em temas do cotidiano.....56
Tabela 2. Opiniões dos fiéis em temas da política 57
Tabela 3. Parlamentares evangélicos: o gráfico circular apresenta o percentual de deputados federais em cada grupo e a parte amarela contém a quantidade de deputados das diferentes igrejas evangélicas:.....68
Tabela 4. Comunismo e América Latina 87
Tabela 5. As Famílias e o Pânico moral 88
Tabela 6. Lula e o PT.....89
Tabela 7. Matérias do Segundo Turno das Eleições de 2022. 91
Tabela 8. Evangélicos na mídia 94
Tabela 9 Eleitores evangélicos 96
Tabela 10. Divisão dos partidos políticos por espectro ideológico 164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Divisões das religiões no Brasil 47
QUADRO 2. Pessoas que se declararam evangélicas nas últimas quatro décadas: porcentagem em relação à população total do País. 47
QUADRO 3. Pentecostais e Neopentecostais com suas subdivisões 48
QUADRO 4. Neopentecostais: subdivisões em Igrejas e Comunidades 48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto Pesquisa e Economia Aplicada

PT – Partido dos Trabalhadores

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PL – Partido Liberal

PSC – Partido Social Cristão

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 19
2. UM BREVE RETRATO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000 26
2.1 Anos 2000: o início de um novo momento 26
2.2 2013 – O marco da ruptura 32
2.3 A religião no cenário pluralista 36
3. EVANGÉLICOS E ELEIÇÕES 40
3.1 Religião e política: os evangélicos 40
3.2 O objeto de estudo 40
3.3 Os evangélicos 42
3.4 Os neopentecostais 48
3.5 A Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e o seu viés político 51
3.6 A Teologia da Prosperidade: "dar para receber" 61
3.7 Evangélicos no centro do debate político brasileiro: a participação em pleitos Eleitorais 64
3.8 Os evangélicos e a eleição de Jair Messias Bolsonaro 71
4. O SUJEITO POLÍTICO NEOPENTECOSTAL 79
4.1 Edir Macedo e o Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política. 79
4.2 A panfletagem política no interior da igreja 84
4.3 A mídia oficial e a busca do voto evangélico 93
5. A ANÁLISE DO PERFIL POLÍTICO DOS FIÉIS DA IURD – SÃO CARLOS -SP 95
5.1 A Amostra 101
5.2 Análise de dados 102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 184
REFERÊNCIAS 190
ANEXOS 198
ANEXO A– Matéria correio braziliense 199
APÊNDICES 208
Apêndice - A - Questionário de pesquisa 209
Apêndice – B - Quadros de respondentes - por gênero/ escolaridade/ renda/ Faixa etária 212

1. INTRODUÇÃO

O tema religião e política apresenta um espaço progressivamente maior no debate acadêmico das Ciências Sociais nos últimos anos. No Brasil, a religião tem um papel particularmente importante na sociedade. Isso se deve, em parte, à forte presença da religião católica no país. Além disso, o Brasil é um país de grande diversidade religiosa, com a presença de diferentes denominações cristãs, religiões afro-brasileiras, religiões orientais e outras.

A religião desempenha um papel fundamental na vida individual e coletiva, fornecendo sistemas de crenças, valores, rituais e práticas, que contribuem para a formação da identidade, da moral e da construção da interação entre seus adeptos e a sociedade.

Ao longo do tempo, o Brasil testemunhou uma profunda diversificação religiosa, com a chegada de diferentes denominações religiosas, incluindo o protestantismo, o espiritismo, as religiões afro-brasileiras e outras formas de religiosidade. Essa pluralidade religiosa reflete as complexidades da sociedade brasileira.

Diante dessa pluralidade religiosa do Brasil, é cada vez mais evidente o impacto da religião na vida social dos indivíduos. As religiões designam um conjunto de valores e doutrinas que interagem com a vida dos indivíduos, inclusive na dimensão política. Assim, nas últimas décadas, esse impacto ganha destaque pela crescente participação das denominações evangélicas nos processos políticos do país, o que tem sido evidenciado de diversas formas, desde o apoio de líderes religiosos a candidatos e partidos até a articulação de agendas políticas em sintonia com os valores religiosos específicos e, dentre eles, a pauta de costumes.

As relações entre religião e política no Brasil constituem um vasto e complexo campo de estudo. O surgimento de movimentos religiosos conservadores e a ascensão de líderes evangélicos ao poder político trouxeram novas dinâmicas para o cenário político brasileiro.

Nesse contexto, a compreensão das dinâmicas religiosas e políticas torna-se essencial para desvendar os complexos mecanismos que moldam o cenário sociopolítico brasileiro.

A busca em compreender esse universo religioso sedimentou um terreno cognitivo na dinâmica política em relação aos evangélicos, pois a disputa por esse segmento tornou-se algo relevante nos últimos anos, quando se trata da conquista do voto dos fiéis.

Ancorada nestas considerações, a pesquisa encontra sua justificativa no contexto de crescente polarização política, iniciada em 2018 e intensificada no debate eleitoral de 2022. Este último foi marcado por uma acirrada disputa entre um candidato progressista de centro-

esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, e outro de orientação política de direita, Jair Bolsonaro. Essa polarização conferiu ao segmento evangélico uma posição de destaque no pleito eleitoral. Nesse contexto, as pesquisas de opinião passaram a priorizar a temática da religião e política. Só como exemplo, em 3 de setembro de 2022, o portal de notícias Terra veiculou um estudo realizado pelo Instituto Datafolha que tinha como manchete: "Datafolha: Para 56% dos brasileiros, política e religião devem andar juntas". E no decorrer da matéria demonstrava que: "Para 60% dos eleitores, valores da família importam mais do que boas propostas para a economia. Mais da metade dos eleitores brasileiros consideram que política e valores religiosos devem andar sempre juntos para que o Brasil possa prosperar"[1].

Diante desse contexto, nossa pesquisa procurou, por meio da análise dos questionários respondidos, adquirir informações que pudessem enriquecer a compreensão do perfil político dos fiéis da IURD em São Carlos. Esse esforço analítico se insere nesse cenário que tem destacado a intersecção entre religião e política.

Assim, o presente trabalho tem como hipótese que amaneira como a mensagem religiosoa é transmitida e interpretada pelos fiéis exerce uma influência significativa nas suas decisões e comportamentos políticos. Diante disso, a tese tem como objetivo analisar a relação entre o perfil dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus do município de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, e suas inclinações políticas. Para tanto, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

(I) Identificar o crescente processo de evangelização que permeia a sociedade brasileira; (II) Analisar como o paradoxo religião e política é utilizado nas disputas eleitorais; (III) Identificar o perfil dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de São Carlos - SP.

Para tanto, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa baseou-se em um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, de abordagem descritiva, com pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de um questionário. Na pesquisa descritiva bibliográfica foram apresentados levantamentos referentes ao histórico dos evangélicos, em especial, os neopentecostais, sua relação com as disputas eleitorais e a sua formação enquanto sujeitos políticos. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa empírica por meio de um questionário aplicado aos fiéis da IURD de São Carlos – SP.

A justificativa para a aplicação do questionário para os fiéis é a coleta do maior

---

[1] https://www.terra.com.br/noticias/brasil/datafolha-para-56-dos-brasileiros-politica-e-religiao-devem-andar-juntas,f57af26371f9bc42fad16c1bfdfb9f418ye4nhhk.html acesso em: 23/11/2023.

número possível de informações dos respondentes, com o objetivo de analisar como esses participantes decodificam as mensagens políticas passadas de forma direta ou indireta, por meio do processo evangelizador. Para tanto, foram enviados questionários para os fiéis da IURD da cidade de São Carlos - SP, através da plataforma Google Forms. Vale ressaltar que a pesquisa primou pela discrição total dos respondentes.

Assim, as respostas chegavam automaticamente, através da utilização do link criado, sem nenhum tipo de identificação dos respondentes. Isso garantiu total liberdade para os respondentes, pois sabiam que os dados enviados não poderiam identificar a sua origem.

Os questionários foram fundamentais para se compreender a questão central da pesquisa: o quanto o perfil dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de São Carlos nos diz sobre suas atitudes em relação à política. Todos os respondentes da pequisa pertecem a essa denominação, pois isso foi critério de inclusão e de exclusão das respostas enviadas. Vale ressaltar que a construção dos caminhos para responder à questão central está focada na compreensão de como os fiéis recebem as mensagens oriundas da evangelização e como decodificam essas mensagens e, consequentemente, como as reproduzem no direcionamento de suas escolhas políticas. Assim, a pesquisa empírica permitiu obter suporte e indicativos que respaldem o tema básico de nossa pesquisa, o perfil dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Carlos, em relação às questões políticas. Há muitos evangélicos que não se percebem como sujeitos políticos, apesar de toda a orientação que está no projeto evangelizador que associa religião e política. Assim, torna-se necessário analisar como esse fiel recebe a mensagem passada, ou seja, como a decodifica e quais códigos são de fato relevantes na formação do seu perfil político dentro do processo evangelizador.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: a introdução, quatro seções e as considerações finais.

Na seção 1, foi feito um breve retrato político, social e econômico do Brasil a partir dos anos 2000. Destacamos como os anos 2000 apresentaram um novo momento político para o país. E finalizamos numa análise do ano de 2013, como marco de ruptura desse período. Para tanto, fez-se necessário apontar o panorama político, social e econômico do Brasil nas últimas décadas, em especial a partir da primeira eleição de Lula, em 2003. Esse período foi marcado por uma forte relação entre o governo e os movimentos sociais. A aproximação com os mais variados setores da sociedade inclui, consequentemente, também o setor evangélico.

Os anos 2000 foram marcados por um período de forte inclusão social e econômica promovida pelos governos petistas. Nesse momento, há um alinhamento com parte do segmento evangélico e, como resultado, espaço para o seu crescimento, pois as políticas sociais atingiam

as camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, camada em que se tem um grande número de evangélicos.

A partir de 2013, o cenário político e econômico brasileiro torna-se mais conflitivo e complexo e há vários eventos que contribuem para a ruptura de muitos segmentos sociais, antes base de apoio, com o PT. Nesse contexto, os evangélicos, que já eram um grupo numeroso e

influente, passam a ocupar um papel de destaque no debate político. Alguns alinham-se com os ideais da direita conservadora na defesa de suas pautas morais e religiosas. Soma-se, a esse fator, a formação de uma subjetividade moldada pelo processo de evangelização pentecostal, com destaque para a Teologia da Prosperidade. A partir dessa teologia, parte dos evangélicos é estimulada a buscar o sucesso individual, rompendo com uma visão coletiva de conquistas sociais. Ademais, passam a assumir como prioridade uma visão moralista da sociedade e da política.

Dito isso, vale ressaltar que nosso estudo, ao focalizar os neopentecostais e, em particular, a Universal do Reino de Deus (IURD), delimita um cenário que abrange um grupo mais conservador dos evangélicos, mas sabemos que o panorama evangélico não é homogêneo, havendo, sim, entre seus adeptos, setores progressistas. Em algumas denominações evangélicas, observa-se uma mudança significativa nas abordagens e perspectivas, reflexo de uma dinâmica interna complexa influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e teológicos. Freston (2017), em sua análise sobre a relação entre evangélicos e democracia na América Latina, destaca a relevância desse grupo na esfera política e social, incluindo aqueles que adotam uma postura mais progressista. Esses evangélicos procuram articular uma visão de fé mais alinhada com a justiça social, os direitos humanos e a inclusão de minorias, desafiando as narrativas conservadoras predominantes.

Na seção 2, nossos objetivos foram destacar como os evangélicos se relacionam com o processo eleitoral. Como se dá, dentro desse contexto, a relação religião, política e os evangélicos. Para essa descrição, destacamos, em um primeiro momento, quem são os evangélicos e, portanto, como se caracterizam os neopentecostais, especialmente os da denominação da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD –, que é o nosso objeto de estudo. Nessa seção analisamos como os evangélicos interiorizam e como replicam as informações recebidas no processo evangelizador, no processo de “formação” política e, consequentemente, como ocorrem as suas tomadas de decisões na esfera política, com o objetivo de se buscar a compreensão da influência da evangelização na formação desses sujeitos políticos. E, assim, compreender como se dá o interesse cada vez maior por parte das igrejas evangélicas neopentecostais no processo político institucional. A investigação desenvolveu-se com a

proposta de observar como se dá a ponte entre o que diz respeito às perspectivas de vida dos seus fiéis e a forma como a evangelização direciona a necessidade de conciliar o mundo religioso com sua vida cotidiana, inclusive no que diz respeito às suas escolhas políticas.

Na seção 3, discorremos sobre como o perfil político é construído dentro das perspectivas do processo neopentecostal.

O ponto importante de observação recai sobre os discursos das denominações neopentecostais. É necessário pontuar que a relação entre religião e política sempre existiu, mas o nosso propósito está em analisar como esse processo discursivo evangelizador neopentecostal corrobora o direcionamento da vertente político partidária, ou seja, como direciona politicamente seus fiéis nas escolhas eleitorais.

Ainda nessa seção, apresentou-se uma análise do livro *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, escrito pelo bispo Edir Macedo e Carlos Oliveira. A referida obra dá um panorama de como ocorre a construção do discurso evangelizador neopentecostal na construção da subjetividade dos fiéis. Como o nome sugere, o plano de poder se revela pelo projeto de nação que Deus orquestra para pôr em prática por seus escolhidos. O livro desenha, de forma didática, orientações de como os cristãos devem se comportar frente à política, já que toda sua lógica literário-discursiva cria um elo cognitivo das passagens bíblicas com as questões políticas, operacionalizando, de forma sútil, elementos de formação política aos adeptos dessas denominações. A obra é dividida em nove capítulos, que obedecem a uma sequência, propiciando aos cristãos leitores um paralelo entre o "céu e a terra".

Todo o caminho desenhado na elaboração do livro supracitado atende a um projeto de formação de um sujeito político que olhe para a política como um campo de atuação necessário para que os propósitos de Deus sejam colocados em prática.

Para encerrar a seção, foi feita uma análise de como se constrói uma teia de propaganda política partidária no interior dos templos. No caso específico de nosso estudo, os templos em São Carlos seguem um padrão estabelecido em todo o território nacional. Isso inclui a presença de propaganda política específica, encontrada nos editoriais dos jornais distribuídos dentro das igrejas, bem como em residências e praças públicas das cidades. No interior dos templos, esses jornais ou panfletos são estrategicamente posicionados na entrada, garantindo fácil acesso aos fiéis. Além disso, é evidente que os livros do líder principal dessa denominação, o bispo Edir Macedo, ocupam um espaço privilegiado para que os fiéis possam adquiri-los. Durante uma de nossas visitas a um dos templos, o pastor fez questão de nos presentear com dois livros de Edir Macedo.

Dentro dessa perspectiva organizacional das denominações evangélicas, em especial

nas periferias, fomenta-se um poderio de informações panfletárias, com o objetivo de construir narrativas capazes de alimentar subjetivamente os fiéis para a formação de sujeitos políticos alinhados aos seus propósitos eleitorais. Assim, a propaganda política ganha espaço e se constrói com o alinhamento das questões religiosas com a construção de pautas políticas, que legitimam discursos de bases morais ao debate político.

O efeito de objetividade e subjetividade está ligado à formação de opiniões, que são caracterizadas pela maneira como as informações chegam aos indivíduos. Destaca-se, também, no final dessa seção, como a pauta evangélica se tornou presente nos noticiários brasileiros. Dessa maneira, descrevemos como o crescimento dos evangélicos se tornou algo presente no cotidiano da mídia brasileira. A relação entre política e religião estampou as manchetes dos principais jornais e canais de notícias do país. No período que antecedeu o pleito eleitoral de 2022, as manchetes com temas relacionados à disputa pelo voto evangélico ou pela notoriedade da força política deste segmento ganhou destaque semanal nesses órgãos de notícias. Assim, as reportagens relacionadas na seção 3 atestam algo que já era perceptível no campo político, a força eleitoral dos evangélicos.

Na seção 4, apresentamos os resultados da pesquisa realizada junto aos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus de São Carlos. O problema de pesquisa focou em identificar o perfil socioeconômico dos fiéis, analisando a relação desse perfil com suas escolhas políticas. A maioria dos fiéis não se veem como atores políticos, mesmo com toda a orientação que ocorre no projeto evangelizador, representado pelo livro: *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, escrito pelo bispo Edir Macedo e Carlos Oliveira.

Para tanto, foi necessário estabelecer um diálogo com os autores, que tratam da temática da religião no contexto da modernidade, da subjetividade e da construção do sujeito político.

Diante disso, reforça-se que o sujeito político é definido como o indivíduo que se posiciona no espaço público e participa da vida política. No decorrer do trabalho, fica nítido que, na formação do perfil político dos fiéis, há uma forte identificação religiosa, ou seja, a religião desempenha um papel importante. Isso ocorre porque a religião fornece aos indivíduos um conjunto de valores e princípios que orientam suas escolhas políticas.

A pesquisa de campo da IURD – Igreja neopentecostal – consistiu na aplicação de um questionário aos fiéis, tendo como objetivo analisar de forma quantitativa e qualitativa as respostas dadas. O questionário abordou a formação religiosa dos fiéis; suas crenças, seus valores políticos e suas escolhas eleitorais. Vale ressaltar que, devido à polarização política radicalizada no Brasil desde 2018, houve uma recusa e uma proibição, por parte das lideranças,

em permitir que os fiéis respondessem ao questionário. Mesmo assim, dentro da restrição de tempo para a realização deste trabalho, conseguiu-se uma amostra considerável de130 fiéis que responderam ao questionário.

Os procedimentos metodológicos para a construção das análises e a avaliação das hipóteses se fundamentaram em uma revisão bibliográfica. Como afirma Berger (1985, p. 122), “a religião tem sido um dos mais eficientes baluartes contra a anomia ao longo da história humana. [...] a religião tem sido uma força de nomização muito poderosa, exatamente porque tem sido uma poderosa, talvez, a mais poderosa, força de alienação. [...] tem sido uma forma de falsa consciência muito importante”. Vale dizer que a nomização se refere à atribuição de sentido à vida humana, diante dos acontecimentos que envolvem o homem na sua vida social. Esta tese pautou-se na figura do fiel com o objetivo de consubstanciá-lo como um objeto de estudo capaz de ajudar a compreender como as igrejas evangélicas se tornaram verdadeiras máquinas eleitorais (Prandi; Santos; Bonato, 2019). O nosso foco é na formação do perfil político dos fiéis dessa denominação.

Finalmente, na seção 5, apresentamos as considerações finais do trabalho, em que se faz uma discussão geral sobre o tema desenvolvido e os resultados obtidos, as limitações e sugestões para trabalhos posteriores.

2. UM BREVE RETRATO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000

A perspectiva conjuntural do Brasil, a partir dos anos 2000, propiciou dar subsídios para compreender a inserção de atores importantes no cenário político brasileiro, em especial, os evangélicos conservadores. Vale ressaltar que nosso foco de pesquisa fundamenta-se na perspectiva do segmento evangélico conservador, já que há, dentro desses segmentos, grupos progressistas que buscam fazer o contra discurso às tendências do discurso político-ideológico conservador que impera nos templos, como mostram Tatagiba et al (2022):

> Em contraposição ao senso comum, à direita e à esquerda, que trata os evangélicos como grupo homogeneamente conservador[...]. O mundo evangélico é extremamente descentralizado e em constante fluxo, permeado por possibilidades de transformação. A própria falta de unidade denominacional, inerente do protestantismo, o torna um espaço em que a luta contra-hegemônica é uma possibilidade presente. (TATAGIBA; ALMEIDA, LAVALLE; SILVA, 2022, p. 181)

A análise passou pelas questões políticas, sociais e econômicas com o objetivo de pontuar marcos importantes para identificar a formação de um sujeito político que se espelha no viés do crescimento do conservadorismo na sociedade brasileira, principalmente a partir de junho de 2013. De acordo com Almeida (2017), o crescimento do conservadorismo se apresenta na insurgência de grupos organizados, que se pautaram favoráveis a uma agenda governamental que se apoia em retrocessos das políticas sociais e na retirada dos direitos adquiridos, garantidos no contexto da Constituição de 1988.

Esse sujeito político institui-se numa onda conservadora que se estabelece no princípio da formação de uma sociedade, que flerta com fundamentalistas.

Para tanto, foi preciso estabelecer o caminho que sedimentou a trajetória da ocupação dos espaços políticos desses novos agentes, a reverberar as vozes do conservadorismo, mais presente no Brasil. Torna-se, então, primordial fazer um pequeno retrato político, social e econômico do Brasil a partir dos anos 2000.

2.1 Anos 2000: o início de um novo momento

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do PT (2003-2010), registra-se um momento ímpar de crescimento econômico, desde o início da redemocratização.

É inegável que o governo Fernando Henrique Cardoso teve seus méritos, principalmente no que diz respeito à consolidação do controle inflacionário, advindo do Plano Real, elaborado pelo governo do presidente Itamar Franco, do qual Fernando Henrique foi o ministro da Economia, ajudando a criar as bases sólidas da nova moeda e, consequentemente, a política de estabilização inflacionária no país. Contudo, será no governo Lula que se tem um círculo virtuoso de crescimento econômico, que propicia forte mobilidade social entre as classes sociais brasileiras. Lavinas e Gentil (2018) apresentam alguns desses elementos:

> Entre 2003 e 2014, muitos e incontestáveis sinais alimentavam promessas de dias melhores e também de um futuro que parecia redentor. O rendimento médio do trabalho registrou crescimento real de 3,5% ao ano, muito embora, é fato, as despesas com educação e saúde das famílias brasileiras tenham aumentado, também em termos reais, 7,1% e 8,1% respectivamente, no mesmo período. (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 192)

Nos anos de 2003 a 2014 houve um crescimento substancial do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que propiciou a inserção de vários segmentos sociais no PIB brasileiro, o que ajuda a compreender, dentro do viés da inclusão social, como o debate político vai se construindo no decorrer deste período e, consequentemente, quais transformações são operadas para o enfraquecimento, pós 2014, dos mecanismos de sustentação política, iniciados em 2002, que culminaria com as eleições de 2018. Vejamos:

> De fato, de 2003 a 2006 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 3,5% (mais do que o dobro do período de 1998 a 2002) e de 2007 a 2010 cresceu 4,6%. Nos últimos dois anos, seja por efeito do agravamento da crise mundial, seja pelos importantes ajustes realizados nas taxas de juros e no câmbio (cujos efeitos positivos só serão sentidos em longo prazo), esse crescimento foi inicialmente menor (2,7% em 2011 e menos de 1% em 2012), mas com expansão mais acentuada nos dois últimos trimestres de 2012 e perspectivas bem melhores para 2013 e 2014. (MATOSO, 2013 p. 112)

De acordo com Silva (2018), os anos 2000 se caracterizam por um período de maior sintonia entre o crescimento do PIB e a distribuição de renda. Atenta-se a um declínio em 2009, devido à crise internacional. Vale dizer que nosso objetivo não é focar as questões econômicas de forma isolada, ou seja, não será centrado em dados econômicos como ponto central de análise, mas sim como um elemento, até então, considerado por vários analistas como fundamental para se analisar o comportamento político da população brasileira.

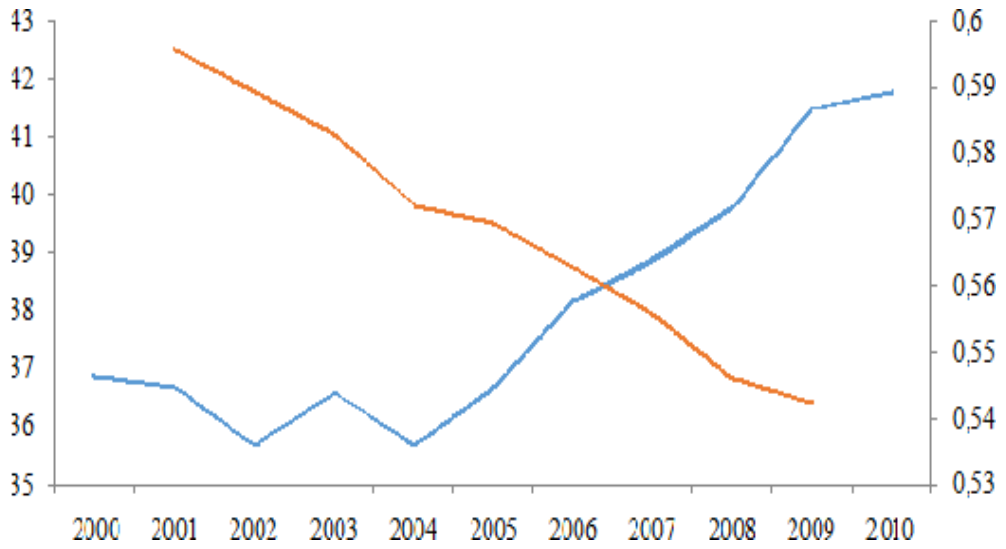
Apesar de continuar sendo fundamental pensar na economia, a pauta dos costumes parece ter ganhado relevância ímpar na política brasileira a partir de 2014, pois, até esse momento, os ganhos econômicos e sociais de grande parte da população brasileira davam suporte eleitoral aos partidos progressistas, em especial ao PT. Carvalho & Rugistsky apud

Silva (2018, p. 206) afirma que:

> [...] o governo Lula (2003-2010) tomou como estratégia a expansão do mercado de consumo de massa através da inclusão de famílias e trabalhadores anteriormente excluídos e o aumento do investimento público. Portanto, já observa-se um direcionamento diferente do período do **"milagre econômico"** (grifo do autor).

O período de 2003-2010 foi de ascensão social e de conquistas importantes dos menos favorecidos, o que fica evidente com o gráfico 1, que destaca a relação entre os ganhos salariais e a diminuição da pobreza mensurada pelo índice de Gini.[2] A linha azul correspondente à renda, com seus valores no eixo à esquerda, mostrando que houve um aumento nos salários na primeira década dos anos 2000 e, concomitante a isso, a linha vermelha mostra o índice de Gini, com valores no eixo da direita, mostrando a queda do nível desigualdade nessa primeira década.

Gráfico 1: Parcela salarial e o índice de Gini no período de 2003-2010



Parcela Salarial na Renda (eixo esquerdo) Gini (eixo direito) Fonte: Silva 2018, p. 207)

[2] O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA, v. 1, n. 4, 2004.

Percebe-se que há um forte crescimento dos salários nesse período, o que pode ser um dos fatores a corroborar para o aumento do grau de aprovação do governo, ponto importante para as futuras análises, para se entender a mudança de direcionamento de grande parte da população, que se mostrará mais atrelada às pautas conservadoras, fazendo com que ganhem forças no cenário político brasileiro. Junta-se a esse processo o rol de políticas sociais implementadas pelo governo com o objetivo de inserir um grupo de pessoas como consumidores em potencial na economia brasileira. De acordo com Neri (2007, p. 71):

> Em outubro de 2003, o governo adotou o Bolsa-Família, que seguia a mesma linha dos programas sociais de governos anteriores, expandindo o número de beneficiários e o tamanho médio do benefício e diversas melhorias, como promover o aumento dos benefícios aos mais pobres, integrar os diferentes programas, unificando no sistema o registro do beneficiário, e promover maior transparência e credibilidade para a sociedade. Em 2004, a economia brasileira apresentou boas melhoras, com o PIB crescendo a 4,5 % e a pobreza caindo. É importante notar que, apesar da instabilidade no crescimento do PIB no período de 2001-2004, a desigualdade caiu durante todo o período, principalmente entre 2003 e 2004.

Segundo Singer (2009, p .99), o governo Lula operou um capital político ao promover a inserção de "uma substância política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos". Mas isso não foi suficiente para a autonomia político-ideológica do segmento evangélico. De acordo com Burnatelli de Antonio (2015), não foi condição *sine qua non* para que esse segmento pudesse criar uma consciência autônoma em relação aos posicionamentos políticos e ideológicos. Tem-se que:

> A ausência de autonomia política e de claros posicionamentos ideológicos leva a que essa parcela significativa da população brasileira encontre-se às voltas com um passado recente de plena destituição material e simbólica e um futuro que, embora alentado pela melhoria nas condições econômico-salariais, não a projeta solidamente como sujeito político internalizado, capaz de arrogar para si o papel de contribuir com as funções de autogoverno e representação de que tanto depende uma república democrática para reproduzir-se e atualizar-se ao longo do tempo. Isto quer dizer que, no limite, a ausência das precondições sociais, morais e culturais acima aludidas cria entraves à substantivação dessa nova classe enquanto componente fundamental do patrimônio democrático do país, uma vez que parte de sua condição estrutural de exclusão, qual seja, aquela relativa à inexistência de um repertório simbólico indutor de uma vida gregária, associativa e autodeterminada, permanece praticamente inalterada. (BURNATELLI DE ANTONIO, 2015, pp. 114-15)

Esses aspectos postos evidenciam condicionantes importantes para a análise posteriori de volatilidade desse segmento religioso, no que se refere a se tornarem as vozes do conservadorismo político religioso da segunda década dos anos 2000.

Concomitantemente a esse novo momento, está o crescente discurso meritocrático,

que transfere para os indivíduos a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos seus projetos de vida por estes executados ou não. Burnatelli de Antonio (2015, p. 115) afirma que:

> [...] os valores e o ímpeto organizativo destes setores estão subordinados ao protagonismo ideológico desse novo capitalismo, o qual interpela os indivíduos a se desligarem de concepções holísticas e estruturais de sociedade para compreenderem-se como mônadas cujo sucesso ou fracasso resultam do nível de desenvolvimento de qualidades e atributos intrinsecamente pessoais, aplicáveis a projetos/empreendimentos quase sempre circunscritos a curtos intervalos de tempo, seguindo os ditames impostos pelo comportamento volátil dos mercados.

Esse novo capitalismo, que tem no neoliberalismo seu arcabouço teórico de definições de princípios de economia política, com vistas a cooptar ideologicamente a população para o princípio de que: “o valor da dignidade humana é substituído pelo valor econômico da existência humana”. (ANDRADE; CÔRTES; ALMEIDA, 2021, p. 2)

A estratégia se dá pela concorrência acirrada em todos os segmentos e pelas ameaças do desemprego crescente de um mercado de trabalho precarizado. Assim, segundo Andrade, Côrtes e Almeida (2021), o sujeito se sente obrigado a se insurgir na lógica da luta individual, ou seja, a se tornar empreendedor de si mesmo, o que se formaliza em práticas da individualização progressivamente mais crescente na sociedade.

O neoliberalismo chegou, com força no Brasil, com o processo de redemocratização. O primeiro governo eleito por voto direto nesse período, Fernando Collor de Melo, apresentava um forte apego às políticas neoliberais. Mas foi nos períodos do governo Fernando Henrique Cardoso que esse modelo econômico ganha notoriedade no país, marcado pelo debate da desestatização da economia brasileira.

Os governos do PT, principalmente na era Lula, conseguem frear o ímpeto neoliberal, o que não implica afirmar que o neoliberalismo foi banido, mas sim que houve um mecanismo de maior inclusão da população pobre, com a possibilidade de crédito e de políticas sociais voltadas aos grupos em situação de vulnerabilidade social, pois o governo optou por uma inclusão financeira focada no indivíduo que, de acordo com Machado e Scalco (2018, pp. 3 - 4), implica num forte mecanismo de resistência à crise econômica que assolava o mundo em 2008:

> A inclusão financeira, especialmente via consumo, tornou-se um emblema nacional na era Lula. As pessoas de grupos de baixa renda desfrutaram pela primeira vez de várias oportunidades, incluindo ofertas de cartões de crédito, a possibilidade de comprar produtos manufaturados e/ ou eletrônicos em várias parcelas e o acesso ao sistema bancário de crédito. [...] Brasil não apenas resistiu à crise econômica internacional de 2008, mas também atingiu seu pico de crescimento econômico (7,5%) em 2010, reduzindo os impostos para produtos manufaturados e incentivando o consumo interno. O Brasil deixou a condição de “país do futuro” e acessou o

> privilegiado status de um país emergente no sistema internacional. (MACHADO e SCALCO 2018, pp. 3 - 4).

Assim, os dois ciclos do governo Lula chegam ao fim com êxito, no que diz respeito à inclusão econômica de grande parte da população brasileira. Em resumo Singer (2012, p. 8) apresenta que:

> Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do pib e, "descontando efeitos contábeis", para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família (pbf). O crédito havia se expandido de 25% para 45% do Pib, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado. As consequências dessas medidas, voltadas para reduzir a pobreza, ativando o mercado interno, foram igualmente lógicas. O crescimento do Pib, em 2010, pulou para 7,5%. O desemprego, em dezembro, havia caído para 5,3%, taxa considerada pelos economistas próxima ao pleno emprego. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010. Entrevistada em novembro de 2010, a economista de origem portuguesa Maria da Conceição Tavares afirmava: "Eu estou lutando pela igualdade desde que aqui cheguei [1954]. E só agora é que eu acho que estamos no rumo certo". Um ano antes, Conceição assinalava que o governo Lula estava **"tocando três coisas importantes: crescimento, distribuição de renda e incorporação social**" (grifo do autor). (SINGER 2012, p. 8)

As marcas deixadas pelo governo Lula o credenciaram a ajudar na eleição de sua sucessora no pleito de 2010, a presidenta Dilma Rousseff. Inicia-se um período mais turbulento e de rupturas dos apoios populares aos governos petistas.

O primeiro mandato da então presidenta Dilma Rousseff segue a mesma linha do seu antecessor, e dessa forma, o PIB cresce em média 2,1% (CORSI, 2016). Ainda segundo Corsi: "O crescimento foi puxado, sobretudo, pelo aumento do consumo das famílias, que cresceu 3,1% ao ano, o que se deveu a uma série de fatores, quais sejam: aumento do emprego e da renda, ampliação do crédito e a manutenção de programas sociais, como o bolsa família. " (CORSI, 2016, p. 2). Crescimento este que deu ao primeiro mandato uma sensação de certa estabilidade, visto que não afetou de forma considerável a população brasileira.

O segundo mandato se inicia num cenário desfavorável tanto no âmbito nacional, quanto no internacional. Este cenário começou a se desenhar já em 2011, pois de acordo com Corsi (2016), há um forte processo de desaceleração da economia brasileira, sendo várias as causas da política econômica do governo Dilma Rousseff. Vejamos:

> A inflação permaneceu colada ao teto da meta, mas não estava fora de controle. As causas do fracasso dessa política são múltiplas e não se devem necessariamente as razões apontadas pelos neoliberais. Cabe destacar os seguintes pontos: 1- cenário internacional adverso; 2- efeitos defasados das medidas restritivas adotadas no

> primeiro semestre de 2011; 3- deterioração das expectativas dos empresários; 4- dificuldade de o Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia; 5- juros altos; 6- câmbio apreciado; 7- crescimento lento da produtividade do trabalho e 8- baixo nível de investimento. (CORSI, 2016, p. 8)

Todos os aspectos elencados acima, nos mostram que o governo Dilma deu margens a sua queda de popularidade e, consequentemente, abriu caminhos paras as vozes opositoras, que se insinuavam nos movimentos de ruas de junho de 2013. Corsi (2016, p. 12), mostra como se deu os reflexos de sua política econômica no campo das disputas políticas;

> [..] o governo Dilma ao optar pela política ortodoxa se afastou de grande parte dos setores populares. Ao mesmo tempo, sua base de sustentação no Congresso desmoronou. O governo enfrenta acirrada oposição da esmagadora maioria da classe dominante e das classes médias. Independentemente de Dilma permanecer à frente do governo, a saída da crise que se desenha parece tender para a direita, em consonância com o encaminhamento da crise estrutural do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador. (CORSI, 2016, p. 12)

Vale ressaltar que este trabalho não tem como objetivo fazer uma análise das questões econômicas dos governos petistas, mas sim, atestar que a deterioração do cenário econômico, principalmente, no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, se tonou eixo central para o crescimento de setores opositores, da sociedade civil, ao seu governo. O momento emblemático se dará com as manifestações de 2013.

2.2 2013 – O marco da ruptura

O que se projeta, no cenário político brasileiro para 2016, o impeachment da presidente Dilma, ganha sustentabilidade a partir das manifestações de rua que se iniciaram em 2013, especialmente em junho desse ano, trazendo à tona uma série de situações, que indicam fragilidades do governo, em consequência de condições de políticas econômicas conturbadas. De acordo com Rolnik (2013, p. 9): “As manifestações de junho podem ser entendidas como um terremoto, que fez emergir uma série de agendas mal resolvidas, contradições e, porque não, paradoxos”. Vários são os autores que buscam compreender, de forma teórica, as movimentações sociais deste período. Para atender aos objetivos deste trabalho, nos apoiaremos nas análises de André Singer.

Assim, Singer (2013, p. 27) apresenta que: “a partir de dados empíricos reunidos, sintetizou a leitura sobre os acontecimentos sob dois eixos principais: as classes sociais participantes e suas variantes ideológicas”. Com a questão ideológica percebe-se que poderá

haver um ponto de inflexão, que dará sustentação a ruptura dos grupos evangélicos com o PT. Vale dizer que, nossa perspectiva está nos caminhos que levaram ao desgaste desta relação e como os segmentos evangélicos construíram um discurso que, subjetivamente, foi incorporado pelos seus fiéis.

O que corrobora com esta busca foi a aplicação de um questionário a um segmento neopentecostal, com o objetivo de identificar como esta construção subjetiva foi construída e quais elementos se tornaram preponderantes para o seu direcionamento eleitoral, pós 2014.

Na lógica de Singer (2012), houve uma migração da base de apoio do PT, que se estruturava nas classes médias urbanas, com um nível elevado de escolaridade, para um grupo que se via excluído do processo político e social brasileiro, que ele denomina de 'subproletariado', cuja definição é:

> Aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. [...] empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. " (SINGER, 2012 pp. 22-89)

A compreensão deste movimento na base de apoio do PT nos leva a refletir sobre a nossa hipótese central, que tem como ponto importante analisar se o processo de formação do sujeito político decorrente do processo de evangelização apresenta questões oriundas de aspectos sócio-políticos com o objetivo de propiciar a emancipação do sujeito, ou se foca a evangelização num processo de criar sujeitos reprodutores de um projeto político apropriado pelas lideranças da igreja.

Assim, torna-se necessário analisar como este fiel recebe a mensagem passada, ou seja, como a decodifica, e quais códigos são de fato relevantes na sua formação de sujeito político, neste processo evangelizador. É necessário analisar como as questões socioeconômicas são mensuradas, por estes fiéis, na sua tomada de decisões, no que se referem as suas escolhas políticas.

Cabe entender como se dá a estrutura socioeconômica dos fiéis, e como os aspectos econômicos e ideológicos permearam a subjetividade da formação deste grupo.

De acordo com Burnatelli de Antonio (2015, p. 116):

> A religião se torna, doravante, uma das formas precípuas através da qual esta ideologia é incorporada, pelas classes subalternas, sob o formato de organização. No caso em tela, o movimento religioso que entroniza os pressupostos individualistas supracitados chama-se pentecostalismo, sobretudo em sua vertente conhecida como neopentecostal.

O que se tratará adiante intitula-se Teologia da Prosperidade. Este ponto é fundamental, pois a premissa estará num contexto em que o processo de ruptura de grande parte da sociedade com os governos progressistas se ancora no perfil, e na forma como o segmento evangélico, e em especial, o neopentecostal se configurou; tanto no quesito econômico, quanto no social e político.

As manifestações de 2013, dessa forma, ajudaram a fomentar um espaço de ocupação política do segmento evangélico. Seu legado está em cooptar uma camada social que anseia por respostas mais pontuais e de caráter individualista para a solução dos seus problemas. De acordo, Goulart; Frias (2021), o que possibilitou este movimento foi a penetrabilidade da lógica neoliberal nas periferias das grandes cidades, que fortalece relações de auto independência em relação aos governos, ou seja, cria-se uma subjetividade em que a matriz transformadora da vida dos indivíduos está na sua capacidade de superar as dificuldades impostas pela inoperância dos governos. Não sem razão, empreendedorismo é a palavra de ordem, que trará independência e empoderamento aos indivíduos. Nas palavras de Gago (2018, p.19) significa que se estabelece o: "neoliberalismo de baixo para cima, ou seja, um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo [...], mas que se transformam diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial [...]".

Pauta que foi apropriada pela direita como um mote de respostas à crescente crise política e econômica pela qual passava o país desde 2013, o que gera potencialização para a ruptura e, consequentemente, para a ocupação de novas pautas no debate político brasileiro, que se organizam em torno das questões morais. Almeida (2017, p. 23) afirma que:

> A crise política pela qual passa o país, pelo menos desde as manifestações de junho de 2013, ocorre tanto no plano do sistema político como também desceu para as relações interpessoais da parcela da população mais mobilizada por tal crise. Na conjuntura atual, muitos brasileiros – pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção à política nacional – têm experienciado, por um tempo prolongado, cisões entre opiniões e posições políticas e morais que têm tensionado alguns laços de amizade, de trabalho e familiares.

Inicia-se aqui um caminho, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que levaria à eleição de Jair Messias Bolsonaro, como presidente do Brasil, em 2018. Acontecimento que determina o término da era progressista para a entrada em um período conservador de intolerância social, fortemente perceptível, na sociedade brasileira.

Neste aspecto o segmento evangélico conservador apresenta um papel de destaque no direcionamento e suporte desse novo momento político brasileiro. Aqui, o diálogo se estabeleceu no entendimento da formação do sujeito político através do processo de

evangelização neopentecostal, como forma de inserir no debate político nacional aspectos socioeconômicos e culturais dos integrantes desse segmento, com o objetivo de identificar como suas escolhas de cunho político se moldam subjetivamente.

De acordo com Berger (2019, p. 113), "o discurso secular está sempre copresente com o discurso religioso. Os dois discursos criam pressões entre si". Fé e razão não seguem, dentro deste contexto, caminhos marcadamente opostos, pois a conjuntura sempre é apresentada por um elemento de dúvida.

O que corrobora com essa questão são as forças das ideologias dominantes, pois estas se destacam na formação das opiniões dos indivíduos, já que propiciam uma ideia de pertencimento. Segundo Althusser (1998), as questões ideológicas têm, por princípios, que dar aos indivíduos potencial de sujeitos:

> "(...) a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, - acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda a ideologia, uma vez que toda a ideologia tem por função (é o que a define) 'constituir" indivíduos concretos em sujeitos. É nesse jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia, não sendo a ideologia mais do que o seu funcionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento". (ALTHUSSER, 1998, p. 93 – 94)

Nesse aspecto, a religiosidade ganha um grau de importância *sui generis*, pois projeta no ideário dos sujeitos a luta do bem contra o mal. Ou seja, estabelece a conexão entre a espiritualidade e a vida social. Pode-se, a partir deste pressuposto, propor um diálogo com Burnatelli de Antonio (2015) quando afirma que:

> [...] ao longo das últimas décadas, foi se constituindo, no Brasil, uma identidade cultural entre os menos favorecidos cuja interface com o mundo secular se opera num registro moral, eminentemente religioso, orientado pragmaticamente para o êxito individual no mundo econômico e sustentado através de afinidades eletivas entre o comportamento ávido e apetitivo de uma classe social emergente, e a disposição moral rígida no que diz respeito à forma excessivamente ritual e mística de lidar com alteridades sociais e contextos adversos e/ou desconhecidos, vistos em conjunto como ameaças à integridade ética da sociedade e de suas instituições centrais, entre as quais o mercado e a política. (BURNATELLI DE ANTONIO p. 120)

Além desses aspectos, pode-se destacar a iminência de um projeto de poder por parte das instituições neopentecostais, em destaque a IURD, na figura de seu líder supremo, Edir Macedo. Assim, a pesquisa de campo e a escolha do local da pesquisa ajudam a dimensionar a estratégia de ação da evangelização, que pode ir além do processo epistemológico de fundamentação ético religiosa como princípio lógico de sua atuação. Aqui, se aproxima do que defende Lacerda (2019, p. 59):

> [...] existe um movimento político que contempla: a) defesa de valores morais e religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e ao movimento LGBT; b) o punitivismo; c) o militarismo anticomunista; d) a defesa de Israel; e) o neoliberalismo. Tudo isso deve ser informado pela atuação política de algo equivalente à direita cristã.

Esse movimento se torna mais evidente no cotidiano político brasileiro. Cenário que se mostrou persistente após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, com a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, para o seu terceiro mandato como presidente do Brasil.

Vale destacar que este trabalho se limitou a fazer um percurso cronológico até o ano de 2018, ou seja, momento da eleição de Jair Messias Bolsonaro, candidato considerado de extrema direita e que chega ao poder com um enorme apoio dos evangélicos do país, como

mostraremos a seguir. Outrossim, interessa-nos como os evangélicos formam sua subjetividade política e, a partir dela, optam na sua maioria por Bolsonaro, sendo que, até a eleição presidencial de 2014, esses vieses de ruptura com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores não eram perceptíveis, pelo menos de forma acentuada.

A grande questão está em mostrar se há ou não um discurso homogêneo e, portanto, institucional, por isso, não só em relação a pautas de costumes, mas também a pautas políticas, no processo evangelizador da Igreja, objeto desta pesquisa.

2.3 A religião no cenário pluralista

Os pressupostos centrais na construção do objeto da pesquisa levaram a compreender mais sobre o pluralismo religioso presente na modernidade.

Lembramos Peter Berger (2017), no que diz respeito ao pluralismo, pois, de acordo com o autor, essa tendência se fundamenta em uma situação histórica e social a demonstrar que “pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente” (BERGER, 2017, p. 20), o que facilita o sincretismo religioso.

Esse ponto nos ajuda a demarcar os caminhos para compreender como as religiões se tornaram tão presentes na vida das pessoas no mundo contemporâneo.

O pluralismo apresentado por Berger (2017) se consolida, no que diz respeito à religião, em um processo de transformação ocorrido com a modernidade, que levou à adaptação das religiões ao multiculturalismo mais presente no mundo. Apesar de o pluralismo religioso ser o ponto central da percepção do papel da religião no mundo contemporâneo e ser o requisito para o desenvolvimento do raciocínio lógico desta pesquisa, isto não implica que

podemos descartar de forma definitiva o discurso secular.

Assim, coexistem o discurso secular e o discurso de diferentes religiões. Ou seja, há uma adaptação da religião à pluralidade de discursos, das visões de mundo e do novo ordenamento das esferas institucionais. De acordo com Peters (2019, p. 299):

> A coexistência de variadas visões de mundo e orientações de vida só pode ser descrita como "amigável", segundo Berger, quando tais visões e orientações estabelecem um diálogo duradouro sobre uma multiplicidade de temas. Tal conversação sociocultural distinguiria condições históricas genuinamente pluralistas dos cenários em que a coexistência entre diferentes se reduz essencialmente à dominação (p.ex., na relação de colonos europeus com escravizados africanos) ou a um intercâmbio puramente exterior (p.ex., na transação comercial entre membros de comunidades que, quanto a quaisquer outros propósitos, permanecem segregadas entre si). [...]

Esse argumento ajudou na elaboração da nossa análise do mundo contemporâneo, frente às mais variadas denominações religiosas e sua coexistência na sociedade. E, consequentemente, como sua relação com a política se consolida dentro do debate do Estado laico.

Berger aponta que "o pluralismo enfraquece a certeza religiosa e abre uma plenitude de escolhas cognitivas e normativas. Em grande parte do mundo, contudo, muitas destas escolhas são religiosas". (2019, p. 52). Os mecanismos religiosos mundiais e a forma como engendram suas influências nas escolhas dos indivíduos evidenciam que no mundo contemporâneo se instalou um pluralismo religioso global (BERGER, 2019), ou seja, há uma percepção clara do papel das religiões em todas as partes do mundo, o que leva às interpretações de como isso se opera na vida dos indivíduos e do Estado.

Dentro do aspecto religioso, a vertente do pluralismo opera uma mudança significativa na vida dos indivíduos, pois faz uma alternância da visão de destino para a opção de escolha.

Colocando o indivíduo em uma linha tênue que aproxima os extremos, ou seja, escolher pode levá-lo a um processo de liberdade como também acorrentá-lo em um método de alienação. Assim, ao mesmo tempo em que as escolhas são individuais há os processos coletivos, que precisam ser diferenciados. De acordo com Berger (2019, p. 104-105):

> [...]dois grandes efeitos do pluralismo caminham juntos – a fé enquanto baseada mais na escolha individual do que no destino ou no acaso do nascimento, e a fé enquanto institucionalizada na forma da associação voluntária. Ambas têm uma profunda afinidade com a modernidade, afinidade que enfraquece o dado-como-certo de todas as instituições, não somente as religiosas. Na verdade, uma descrição concisa da modernização é que ela constitui uma enorme mudança do destino para a escolha na condição humana.

Esses argumentos ajudam a compreender o crescente número de instituições

religiosas que surgem com a modernidade e, de fato, como o pluralismo cria a possibilidade da convivência tolerante entre elas, o que interfere também na relação com outras instituições na sociedade e, dentre elas, o Estado. Observa-se que na citação é apontado o enfraquecimento do ponto no qual a religião se apoiava, "o dado-como-certo"; contrariamente, quer se afirmar que o pluralismo quebra a objetividade da religião e a encaminha para um processo de subjetivação. Com isso, conclui-se que, pela visão do pluralismo, o discurso secular faz-se presente, ou seja, encontra-se na sociedade uma coexistência entre o discurso secular e o discurso religioso. Isso não cria nos indivíduos um processo contraditório, mas se evidencia a atenção que é dada à realidade da pluralidade de visões sobre o mundo (BERGER, 2019).

A visão do pluralismo nos ajudará na construção das interpretações dos sujeitos políticos dentro do processo evangelizador neopentecostal, pois nos guiará para uma reflexão sobre a realidade que perpassa o discurso religioso e o não religioso, dentro de um processo de escolhas, como foi dito acima. Berger diz que:

> [...] o mundo contemporâneo está cheio de religião, mas há também um discurso secular muito importante, que levou a que a religião fosse substituída por maneiras de lidar com o mundo *etsi Deus non daretur*[3]. O indivíduo moderno pode desenvolver, e em muitos casos realmente desenvolveu, a capacidade de administrar tanto as definições religiosas quanto as definições seculares da realidade, dependendo de qual é diretamente relevante para o assunto em questão. (BERGER, 2017, p. 118)

A grande questão está em encontrar como as relevâncias podem ser institucionalizadas pela religião. Ou seja, identificar se há ou não um discurso homogêneo no processo evangelizador quando a pauta é direcionada ao campo da política institucional.

De acordo com Berger (2017, pp. 44-45):

> Em uma sociedade pluralista, o Estado é obrigado a definir seu relacionamento com a religiosidade como tal, bem como a regular as relações entre as diferentes religiões que vigem no seu interior. [...] o pluralismo trilha uma via média entre as posições extremas do fundamentalismo e do relativismo. Quando encontra resistências, as quais podem advir inclusive (mas não só) de fundamentalismos rivais, o projeto fundamentalista ameaça mergulhar a sociedade em um estado de conflito permanente. O "sucesso" do projeto fundamentalista, por outro lado, aniquila o pluralismo somente pelo recurso à "coerção totalitária [...].

---

[3] A expressão do latim significa fazer referência a lidar com o mundo como ***se Deus não fosse dado.*** Foi cunhada pelo jurista holandês do século XVII Hugo Grotius. Seu objetivo era fortalecer um discurso fortemente secular. Berger (2019).

A citação acima leva diretamente ao foco desta pesquisa, pois dá pistas de como a relação Estado/religião tende a ser construída numa sociedade pluralista. A próxima seção tem o propósito de investigar se os processos políticos estão sendo elaborados dentro desses princípios e se há a tendência a um fundamentalismo na formação do sujeito político neopentecostal, ou se há a perspectiva de um relativismo que tendo como objetivo se apropriar do Estado.

3. EVANGÉLICOS E ELEIÇÕES

3.1 Religião e política: os evangélicos

3.2 O objeto de estudo

Estudos sobre o impacto da religião na vida social dos indivíduos não é algo novo nas Ciências Sociais, contudo, nas últimas décadas o tema ganhou maior destaque em virtude do crescimento das denominações evangélicas e da sua participação paulatinamente mais efetiva nos processos políticos dos vários países. No caso brasileiro, esse fato fez-se presente desde o processo da Assembleia Constituinte, em 1986, que deu início à participação desse segmento nos pleitos eleitorais. O reflexo dessa maior participação mostra que, nos últimos 20 anos, os evangélicos duplicaram sua representação no Congresso Nacional, "representando 13,64% dos 513 deputados que compõem a Câmara, o que demonstra que o avanço desse segmento não é só expressivo nos planos religiosos e geográficos, mas se estende pelos campos da cultura e da política" (CUNHA, 2017, p. 4). Esses dados e as observações empíricas cotidianas provocaram um olhar para a relação religião e política como um dueto importante no cenário político nacional a impulsionando reflexões sobre o assunto.

Consequentemente, propiciou o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo é analisar o fortalecimento das intersecções que operam a dinâmica da ocupação dos evangélicos, em especial os neopentecostais, no cenário político brasileiro, ou seja, mapear com se dá esse crescente ativismo político do segmento evangélico. A referência para analisar o presente objetivo se consitui em identificar o perfil dos fíeis e, a partir daí, observar como se dão suas escolhas políticas.

O diálogo proposto centra suas forças analíticas na compreensão de como os processos evangelizadores dessa denominação atuam na construção da subjetividade do fiel, ou seja, atuam na construção de valores, de percepções e concepções do mundo, e como elas podem direcionar, ou não, a sua formação política.

A busca de pessoas desse grupo, que quer participar ativamente da vida política institucional do país, direciona os olhares para o comportamento dos fiéis e, a partir desse ponto, tenta compreender como ele reage ao processo de (in)formação política, que é reverberado nos templos, no processo de evangelização, ainda que em um primeiro momento isso ocorra de maneira sutil, com o objetivo de uma construção lenta e gradual de uma subjetividade a ser posta à prova nos embates eleitorais a partir de 2018.

Apesar da importância de se analisarem lideranças religiosas e suas opções políticas, optou-se, neste trabalho, pelo objetivo de se entenderem as escolhas políticas dos fiéis e a sua percepção do mundo da política e, dessa maneira, identificar se são, direta ou indiretamente, influenciados pelo processo evangelizador. Ou seja, o ponto de referência está em analisar como a percepção política desses fiéis conecta-se com o que é vivenciado e aprendido nos templos evangélicos.

Alguns trabalhos que relacionam religião e política são referências na nossa pesquisa, a saber: BAPTISTA, S. DE T. C. (2007). MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. DE O. O (1992). PIERUCCI, A. F. DE O. LACERDA. F. (2017). CUNHA, V. C. (2017). NICOLAU, JAIRO. (2020). MACHADO; BURITY, M. D. C., J. (2014). PIERUCCI, A. F. (2013). PRANDI; SANTOS; BONATO, (2109).

Esses autores centram suas análises no processo da religião focado nas suas lideranças e na maneira como seus líderes atuam na busca dos votos para a efetivação representativa desse segmento nas instituições políticas brasileiras. Essas perspectivas de análise não buscam de forma direta dialogar com os fiéis, no sentido de perceber como esses reagem à institucionalização das igrejas como braços organizados de propaganda político partidária. Prandi, Santos e Bonato (2019) observam que as igrejas evangélicas se apresentam como máquinas eleitorais, pois funcionam como verdadeiros comitês políticos.

Dialogando com esses trabalhos, o objetivo da tese é analisar como os fiéis canalizam isso e como replicam a ‘formação’ política nas suas escolhas, focando na influência da evangelização na formação do sujeito político. E, assim, compreender o interesse cada vez maior, por parte das igrejas evangélicas neopentecostais, no processo político institucional.

A presente pesquisa busca analisar a interconexão entre as perspectivas de vida dos fiéis e a metodologia evangelizadora, investigando como a evangelização direciona a necessidade de conciliar a fé com a vida cotidiana, inclusive no âmbito das decisões políticas. Ponte esta que fez o pesquisador enveredar pelo debate acerca dos simbolismos utilizados pelas denominações neopentecostais na ocupação e expansão nas periferias das grandes cidades. Conforme Côrtes (2021),

> No Brasil, a racionalidade neoliberal, quando chega, encontra – ao mesmo tempo que produz – uma configuração social previamente estabelecida. Ao se conjugar com essa última, a governamentalidade neoliberal incita a co-fabricação de estranhas combinações, que agora estamos em condições de delinear sua inusitada arquitetura. Mundo do crime, organizações milicianas e movimento pentecostais compõem esse caleidoscópio multifacetado. [...] O movimento pentecostal se expandia nas periferias das cidades, em múltiplas configurações: 1) megatemplos neopentecostais, próximos a pontos de ônibus, em largas avenidas, com intensa circulação de pedestres, em busca

> de uma população flutuante (Almeida, 2009); 2) denominações consolidadas que se inseriam nas redes de vizinhança compondo congregações estáveis de fieis; 3) e igrejas que pareciam nascer do dia para noite, resultados de dissidências imprevistas e empreitadas privadas de pastores autônomos, que alugavam uma sala comercial onde antes havia sido um boteco, uma padaria ou um salão de cabelereiros, e criavam um novo nome para seu estabelecimento religioso, na pretensão de que seus cultos, mais do que os dos concorrentes, encontravam-se encharcados da unção de Espírito Santo.(CÔRTES, 2021, p. 3)

Adiante será mostrado como o crescimento dos estabelecimentos evangélicos aumentou significativamente nos últimos vinte anos, oriundo de uma nova realidade socioeconômica, que fundamenta seu discurso na luta do bem contra o mal e no "cada-um-por-si-Deus-por-todos", rompendo com o período no qual as conquistas advindas das políticas sociais eram o marco da melhora significativa da vida da maioria dos brasileiros.

Este novo tempo se notabiliza pelo discurso de que os propósitos de vida dos homens devem estar apoiados na prosperidade material, ou seja, que a melhoria de vida está diretamente ancorada em ser um escolhido de Deus e, dessa maneira, os dizeres "os humilhados serão exaltados" ganham forte dimensão. Vejamos a seguir.

3.3 Os evangélicos

O termo evangélico é utilizado no Brasil para caracterizar as denominações protestantes e propicia a categorização, de acordo com os autores, em dois segmentos: protestantes históricos e pentecostais.

De acordo com (GONÇALVES & PEDRA, 2017 p. 72): "Os pentecostais surgiram nos Estados Unidos nos primórdios do século XX e tiveram como referência religiosa o metodismo wesleyano e o movimento *holiness*, que, entre outros aspectos, enfatiza a santificação do Espírito Santo, o falar em línguas e os estados de êxtase".

Para os fins deste trabalho, a intenção não é fazer uma análise cronológica do protestantismo, mas sim a diferenciação do segmento evangélico no Brasil e, para isso, temos em Freston (1993) e Mariano (2012) os referenciais que caracterizam como o pentecostalismo se divide em três ondas no Brasil: o de primeira onda, denominado clássico, das primeiras décadas do século XX; o deuteropentecostalismo, de 1950 e 1960 e o neopentecostalismo, do final dos anos de 1970 até os dias de hoje.

Seguindo a lógica da nossa investigação, cabe fazer um recorte a fim de apresentar a terceira onda, o neopentecostalismo. A divisão do estudo procura seguir um roteiro que

concatene as partes para que o todo possa apresentar um conjunto de elementos que ajude a pensar como o dueto religião e política criou uma forte intersecção nos dias atuais.

Nesta primeira parte, far-se-á uma contextualização entre religião e política com o objetivo de introduzir as vertentes principais do crescente protagonismo do segmento religioso no cenário político brasileiro. Após as explanações dos tópicos citados faremos uma análise do ponto central deste capítulo: os evangélicos e as eleições no Brasil, com ênfase ao pleito eleitoral de 2018, que apresenta de forma marcante a disputa do voto deste segmento do eleitorado brasileiro. De acordo com Lacerda (2017, p. 19):

> O apoio e participação de igrejas evangélicas pentecostais nas eleições das últimas décadas tem sido alvo de críticas por parte da mídia e da academia. [...] A literatura acadêmica que se debruçou sobre a relação entre evangélicos e política na América Latina questionou a *adequação* da mobilização política evangélica a um sistema democrático. A partir de uma leitura das teorias da modernização, e, particular, de um de seus principais componentes, a *secularização*, a expansão das igrejas evangélicas e sua incursão na política eleitoral e partidária seriam vistas com reservas. A relação entre candidatos e eleitores seria, com frequência, caracterizada como deletéria para o sistema político. A ascensão dos evangélicos poderia representar uma ameaça ao Estado laico. (LACERDA, 2017, p.19, grifos no original).

A afirmação acima evidencia o momento em que o debate acerca da participação deste segmento não mensurava um forte ativismo político, ou seja, ainda não se percebia a organização e a mobilização que os levaria a se empoderar ativamente na vida política brasileira.

Dentro desse crescente ativismo é que se direciona a fundamentação do debate teórico metodológico com vistas a responder à questão que norteia todo o trabalho: o processo de evangelização neopentecostal exerce forte grau de influência na formação e nas tomadas de decisão de seus membros? O que propicia a análise de como se deu a participação dos evangélicos nas eleições nas últimas décadas no Brasil. Foi feita uma pequena contextualização da dualidade religião e política com o objetivo de se compreenderem as afinidades e as controvérsias que estão alocadas nas suas vertentes conceituais.

O objetivo não é explorar o conceito religião, mas sim, analisar como o segmento religioso apresenta um protagonismo cada vez maior no cenário político brasileiro. A concentração foi em analisar como, dentro da vertente religiosa, o segmento evangélico se tornou uma peça importante nos pleitos eleitorais no Brasil.

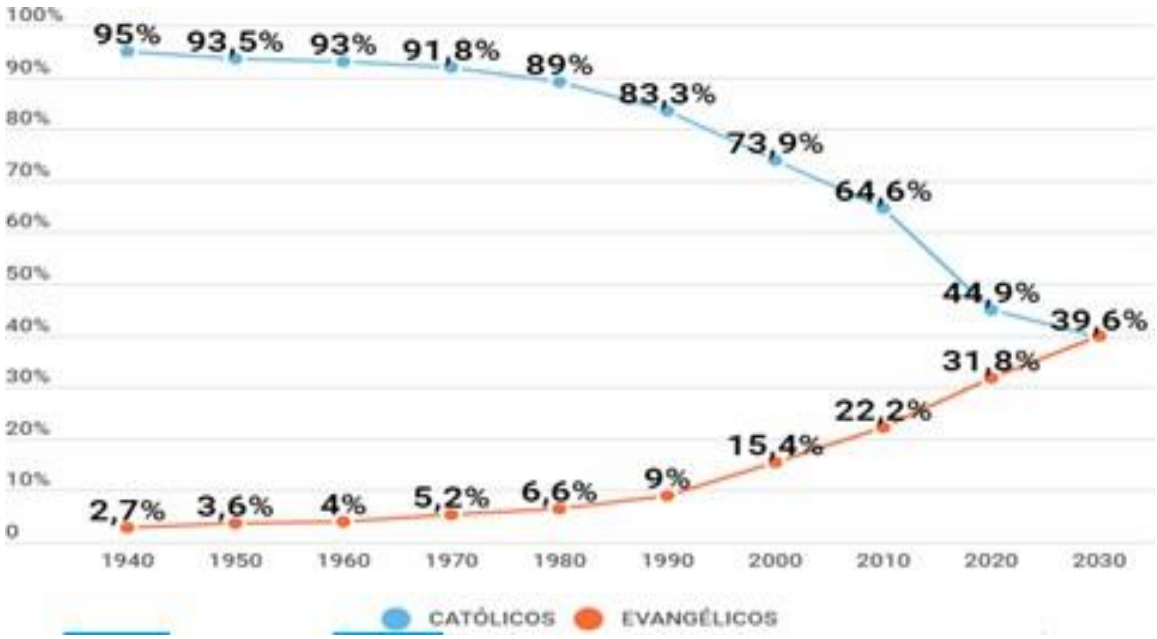
Para isso, destaca-se o pleito eleitoral nacional de 2018, que coloca de maneira contundente a participação dos evangélicos enfatizando o poder que as instituições religiosas obtiveram no debate político, não que este segmento só aparecesse naquele momento no jogo

político, mas naquele cenário eleitoral de 2018 a relação entre religião e política ganhou maior destaque, tanto nos debates acadêmicos quanto nos debates midiáticos. O mais significativo desta percepção, dentre tantas outras, está no slogan do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022): “Brasil acima de todos e Deus acima de tudo”. Frase que reforça a premissa que o interesse ao segmento evangélico pela política é algo concreto e que a relação contrária também é crescente, ou seja, a entrada gradativamente maior dos evangélicos na política, o que se reforça com a afirmação de Oro (2005, p. 48)

> O atual dado mais visível desse processo consiste na presença significativa de igrejas evangélicas na política, sobretudo pentecostais, e a formação das chamadas «bancadas evangélicas», nos diferentes níveis políticos, indo das Câmaras Municipais ao Congresso Nacional, passando pelas Assembleias Legislativas dos Estados. Esse fato, por sua vez, tem alguma importância na produção de um efeito mimético sobre outros segmentos religiosos, sobretudo os afro-brasileiros e o católico, que, nos últimos anos, parecem ter aumentado o interesse pela sua representatividade na política, sendo esta, com relação à Igreja Católica, mais uma faceta de uma longa história de relação, ora mais estreita, ora mais distanciada, com o Estado brasileiro.

A crescente participação dos evangélicos na política também se percebe no crescimento significativo deles na população brasileira, como pode ser visto no gráfico 2, reproduzido de reportagem da revista Veja de 04 de fevereiro de 2020, que mostra o percentual de católicos e evangélicos desde 1940 até 2020 e uma projeção para 2030.

Gráfico 2: O avanço evangélico no Brasil: Percentual de católicos e evangélicos no Brasil de 1940 até 2020 com a projeção para 2030.



Fonte: José Eustáquio Alves, revista veja 04/02/2020.

De acordo com Machado e Burity (2014), o Brasil vem se destacando no cenário da América Latina no quesito que se refere à participação do segmento evangélico, em especial aos membros das comunidades pentecostais e neopentecostais na arena política. Burity (2021) relata que se caracterizam como uma minoria religiosa com um forte ativismo político. Analisar a trajetória crescente desse ativismo político no Brasil proporcionará compreender a construção do arcabouço da estrutura teórica que referenciou o debate do papel dos evangélicos nos pleitos eleitorais brasileiros, em particular no de 2018.

> Através do ativismo político e eleitoral, a minorização tornou-se uma experiência de grande sucesso. Uma sequência sustentada de avanços eleitorais, inicialmente por meio de candidatos "corporativistas" endossados por suas próprias igrejas ou recebendo o apoio de outras igrejas, permitiu que eles inclinassem a balança nas urnas em todo o país. Algumas igrejas pentecostais, como as Assembléias de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus ou a Igreja do Evangelho Quadrangular, estabeleceram estruturas altamente profissionais para eleger as pessoas e tiveram muito sucesso nisso. (BURITY, 2021, p.6)

A presença evangélica no cenário político brasileiro não é algo recente, data da década de 1980, do século passado, no processo da Constituinte. Fato este que desperta o debate sobre o Estado laico e, sobrepujada a isso, a acirrada disputa, mesmo que velada, entre católicos e evangélicos no embate político. Centenas de milhares de eleitores tiveram seus votos influenciados a partir dessa disputa. Segundo Machado (2006, p. 17)

> Os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988, quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, mais precisamente evangélica. As investigações sobre a inserção eclesial e o comportamento dos atores religiosos naquele contexto destacavam o fisiologismo, o conservadorismo e o corporativismo dos evangélicos.

A afirmação acima vai de encontro da ideia de uma sociedade secularizada, ou seja, uma sociedade em que a religião perderia sua força na sociedade e, consequentemente, religião e política seriam algo totalmente dissociado. O fortalecimento do laço entre política e religião se tornou, e se torna, cada vez mais evidente no Brasil. Nesse segmento destaca-se o crescimento da participação de políticos de orientação religiosa, com um número expressivo de neopentecostais.

Há que se destacar que a expansão das denominações pentecostais e neopentecostais se dão, dentre outros fatores, com o objetivo de acolhimento de uma camada social que se encontrava em situação de vulnerabilidade social. Como nos diz Mariano (2014, p. 12):

> Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos -, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material.

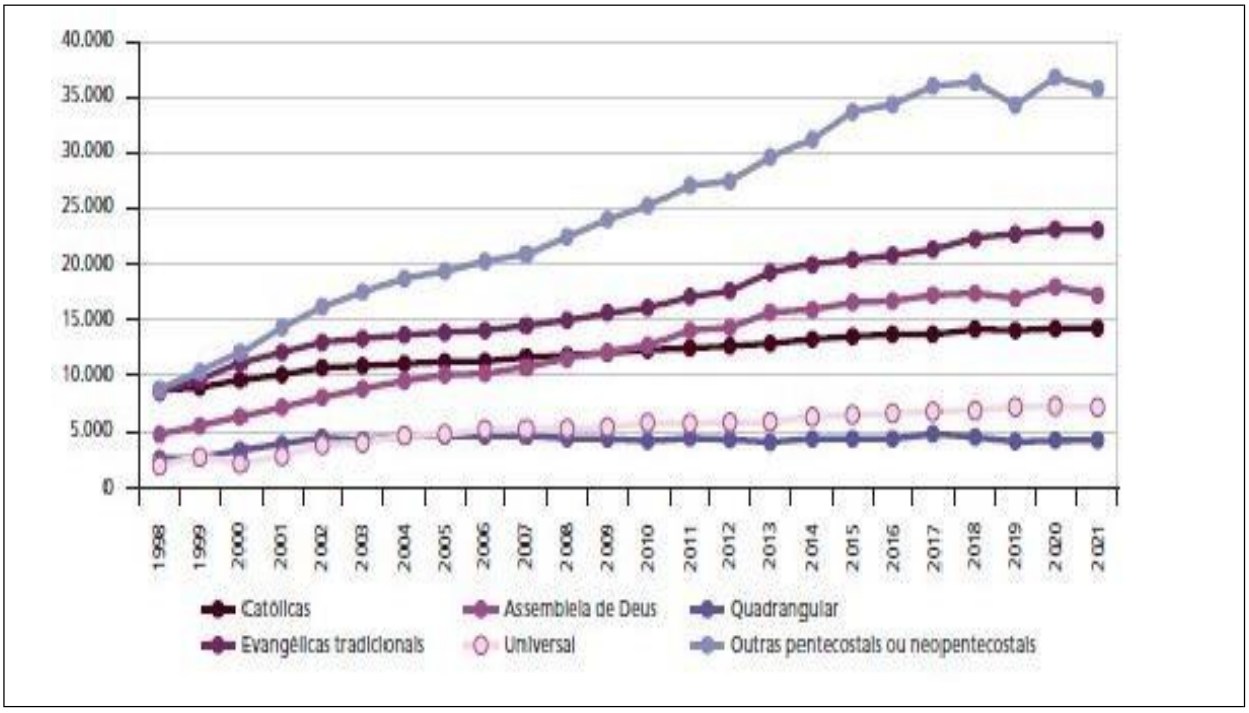
O abismo social criado em nosso país oferece condições para o desenvolvimento deste tipo de cooptação. Os pobres podem internalizar normas e valores negativos que acabam afetando sua capacidade de conseguir emprego ou de desenvolver qualquer atividade lucrativa (NÓVOA, 1998). É nesse contexto que surgem algumas religiões que se estruturam dentro do processo de autoajuda oferecendo aos indivíduos respostas materiais ao seu "sofrimento". É marcante que religião e política sempre caminharam juntas.

> As igrejas parecem emergir como agentes de intermediação capazes de propiciar benefícios materiais de caráter público e privado para seus fiéis, particularmente aqueles engajados nas atividades sociais realizadas fora do culto. Nas igrejas há longa tradição de benefícios materiais de caráter privado […], mas elas também participam da administração de recursos vinculados à gestão local de políticas públicas e, no caso evangélico, dos processos de intermediação de interesses nas instituições tradicionais do sistema político. (LAVALLE, CASTELLO, 2004, p. 93).

O crescimento dos estabelecimentos evangélicos, no Brasil, nos últimos anos, foi consequência natural da busca dessas denominações pelos brasileiros. Isso fica evidente no gráfico 3, contido em: Percentual de católicos e evangélicos no Brasil de 1940 até 2020 com a projeção para 2030 pesquisa realizada pelo IPEA (2003), e que mostra o crescimento do número de estabelecimentos religiosos das várias denominações de 2000 a 2021. Além disso, de acordo com essa pesquisa (IPEA 2023):

> [...]o crescimento do evangelicalismo está relacionado a mudanças sociais e econômicas no país, como a migração em massa, a urbanização acelerada e as desigualdades socioeconômicas. O uso eficaz de mídias e tecnologias, como rádio, televisão e redes sociais, tem desempenhado um papel importante na disseminação das mensagens religiosas e no recrutamento de novos membros. Também se destaca a estreita relação entre os evangélicos e a política brasileira, com o crescimento da influência desses grupos religiosos e a eleição de líderes evangélicos para cargos legislativos e executivos, impactando políticas públicas, percepções e valores da sociedade. (BRASIL, IPEA, 2003)

Gráfico 3: Número de estabelecimento religiosos de denominações selecionadas no Brasil (2000-2021)



Fonte: Rais Ipea, 2023

Os quadros abaixo mostram com clareza como se encontra a divisão das religiões (quadro 1) no Brasil e sua subdivisão (quadro 2) através das entidades pentecostais e neopentecostais, o que dará nitidez ao grupo que foi estudado no decorrer da tese.

QUADRO 1. Divisões das religiões no Brasil

- 1 Catolicismo (64,6%)
- 2 Protestantismo e igrejas Evangélicas (22,2%)

Fonte: IBGE 2010

QUADRO 2. Pessoas que se declararam evangélicas nas últimas quatro décadas: porcentagem em relação à população total do País.

1980	1991	2000	2010
6%	9%	15,6%	22,2%

Fonte: IBGE 2010

O quadro 3 apresenta a divisão entre pentecostais e neopentecostais no Brasil e suas denominações:

QUADRO 3. Pentecostais e Neopentecostais com suas subdivisões

Pentecostais e Neopentecostais
1 Lista de Denominações Evangélicas ● Grupos Evangélicos Tradicionais ● Pentecostais ● Pentecostais de Segunda Onda ● Neopentecostais ● Avivadas ou Renovadas

Fonte: Veja 2011

Além dessas classificações, destacam-se dentro dos domínios evangélicos, os neopentecostais, que se subdividem em Igrejas e Comunidades, como mostra o quadro 4.

QUADRO 4. Neopentecostais: subdivisões em Igrejas e Comunidades

Neopentecostais
● Igreja Universal do Reino de Deus
● Comunidade Evangélica Corpo e Família ● Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra ● Igreja Renascer em Cristo ● Igreja Internacional da Graça de Deus

Fonte: Veja 2011

Neste trabalho a análise é dirigida ao grupo neopentecostal e, especificamente, na Igreja Universal do reino de Deus (IURD), pois esta tem uma representatividade política relevante no que diz respeito a inserção eleitoral. Antes de se direcionar ao grupo específico será necessário conceituar o segmento neopentecostal, do qual a IURD faz parte.

3.4 Os neopentecostais

Ao se pensar sobres as questões definidoras da ascensão do pentecostalismo no Brasil, é necessário ressaltar como esse movimento insurge no país, ou seja, identificar

aspectos relevantes da sua trajetória histórica.

O processo de análise proposto levou o pesquisador a organizar as reflexões em torno de aspectos importantes da sociologia da religião. Esse caminho possibilitou o diálogo com autores que suscitam a difusão do pentecostalismo nos mais diferentes arranjos da organização social.

Ao retratar o pentecostalismo constata-se que, de acordo com Tanaka (2018), o movimento pentecostal não se desenvolveu apenas no Brasil: ele foi resultado do movimento da concepção teológica dos dons do Espirito Santo, ou seja, na prerrogativa da habilidade de se "falar em línguas" cuja experiência tem origem nos Estados Unidos. E, a partir daí, cria-se um deslocamento para toda a América Latina e Central.

Ainda de acordo com Tanaka (2018), há várias teorias que debatem o crescimento do pentecostalismo norte-americano na América Latina e, dentre elas, a que se aproximará da vertente que propiciará relacionar a religiosidade com a classe social. Ou seja,

> (...) há a vertente que argumenta que o pentecostalismo se tornou uma expressão de religiosidade que congrega uma classe social de maior presença em sociedades periféricas (ARENARI, 2016). A ideia aqui é que o capitalismo teria excluído para a periferia de seu sistema indivíduos que buscam, no pentecostalismo, a promessa de inclusão nessa sociedade "da qual eles não parecem pertencer" (TANAKA, 2018, p. 25).

Assim, compreende-se que o movimento pentecostal alinhou-se ao crescimento de uma determinada classe social e, dessa forma, como afirma Arenari (2016, p. 524) o movimento pentecostal "desempenha um papel na unificação do discurso e na defesa dos valores e do estilo de vida desta nova classe social que busca seu espaço na sociedade". Seu surgimento se justificou por se dar voz às mazelas sociais que afetam esse segmento. Ou ainda como aponta Villazón (2015):

> O crescimento numérico dos evangélicos nos anos 80, coincide com um contexto de crise política e econômica, que resulta em instabilidade profissional, familiar e, portanto, existencial. Milhares de pessoas entram para as igrejas evangélicas, principalmente, com uma orientação emotivo-efervescente de caráter comunitário (pentecostais) ou de caráter individual intimista (neopentecostais). A motivação central para a entrada nestas comunidades de fé é "recuperar" a estabilidade emocional e manter "unida" a família tradicional (nuclear, heterossexual e patriarcal), ameaçada pelas mudanças sociais e culturais do final do século (VILLAZÓN, 2015, pp. 166-67)

Inserem-se a esse discurso os aspectos socioeconômicos que fazem a fusão entre o plano material com a salvação do espírito. É dentro dessas circunstâncias que surgem as agremiações religiosas que caracterizam a terceira onda apresentada por Freston (1993).

Atrelada a essas questões, também há a perspectiva da internalização de valores da realização de ascensão social oriunda das bênçãos de Deus na vida material dos evangélicos. De acordo com Antonio e Lahuerta (2014, p. 64), isto contribui para a compreensão de como esta denominação ocupou as periferias das grandes cidades. Vejamos:

> A internalização de valores privatistas na doutrina religiosa neopentecostal é propalada aos fiéis pela recursiva insistência no sucesso intramundano mediante a emulação espiritual, e pode ser considerada como um efeito de tomada de consciência dessa vertente religiosa quanto à gradual configuração de um indivíduo moderno que brota da periferia, privado muitas vezes de condições básicas de cidadania e, portanto, submetido a condições econômicas e sociais de profunda instabilidade, insegurança e abandono estatal, e que encontra na possibilidade de autorrealização e no empreendimento de si um mecanismo alternativo de ascensão social, prestígio e acesso à sociedade de consumo. (ANTONIO e LAHUERTA 2014, p. 64)

De acordo com Côrtes (2021), imputa-se uma ideia de um empreendedorismo periférico, que cria um processo de subjetividade nos fiéis na busca pelos bens mundanos, orientado quanto a uma ruptura de sua posição social enquanto trabalhador para se tornar dono do próprio negócio. Aqui pode estar uma das chaves para se entender como os evangélicos, que até 2014, em sua maioria, declararam voto na esquerda, agora dão uma guinada para o candidato à direita, em 2018.

Criou-se a ideia de que as garantias dos direitos via carteira de trabalho assinada passam a ser uma submissão. Dessa maneira, as políticas sociais dos governos do PT já não se colocam

como atrativo para esse conjunto de eleitores da sociedade brasileira. A pauta das políticas sociais não mais seduz grande parte dos evangélicos, pois se a lógica é ser dono da própria empresa, estes direitos agora lhes pertencem mais, ao contrário, se sobrepõem a sua nova posição social. (CÔRTES, 2021; GRACINO JUNIOR, GOULART, FRIAS, 2021).

Dá-se início a um engenhoso processo de formação de sujeitos políticos que se caracterizam como opositores das políticas sociais implementadas até então. Veem-se como prejudicados, visto que muitas destas políticas visam oferecer garantias às minorias. De acordo com Gracino Junior, Goulart, Frias (2021), há a formação de uma identidade evangélica que molda seu discurso político, na soma das demandas que pleiteiam, no viés religioso conservador. “[...] que transborda as fronteiras das denominações religiosas, transformando-se em um sujeito político com pretensões hegemônicas. ” (GOULART, 2021, p.550)

O neopentecostalismo compreende de forma *sui generis* a conjuntura social em que seus atuais e futuros fiéis se encontram; dessa forma, pulveriza seu discurso numa intersecção com o neoliberalismo, no que tange à ideia da meritocracia e que esta é a consequência da

libertação da situação subalterna no mundo do trabalho (CÔRTES, 2021), deixando a posição de simples operário para posição de patrão.

O discurso neopentecostal tem como objetivo a integração de um conjunto de indivíduos que se encontram material e moralmente segregados da vida social, (ANTONIO E LAHUERTA, 2014). Nas palavras desses autores temos:

> [...]a partir da agregação de parte desses indivíduos numa cosmovisão racionalizadora do mundo social, em linguagem religiosa e palatável para "educar seu interesse", que o neopentecostalismo ganha relevância para se compreender a dinâmica de constituição do sujeito político da modernidade tardia (e periférica), pois ele faz com que os que tradicionalmente se encontram fora do sistema político se sintam abrigados no interior de uma comunidade moral que pratica uma espécie de subpolítica da afirmação social, mantendo, paradoxalmente, sua clientela religiosa alijada do circuito democrático do poder e da socialização política pautada na educação para a cidadania e para o reconhecimento do caráter universal dos direitos – o que lhe é bastante funcional, pois é justamente na combinação dos modelos patrimonialista e burocrático-organizacional que o referido movimento religioso consegue administrar o insólito capital religioso que construiu[...] (ANTONIO E LAHUERTA, 2014, p. 70)

E é nesse processo do educar seu interesse, como mostra a citação, que foi guiada a necessidade de se conhecer esse sujeito político, formado pelo processo evangelizador neopentecostal, e assim, se analisa a compreensão em como a influência da evangelização torna-se - ou não - preponderante, na forma como estes sujeitos se posicionam nos debates políticos contemporâneos e, consequentemente, moldam seus perfis políticos.

Todos esses pressupostos apresentados até aqui se tornam ainda mais permeáveis às nossas interpretações quando foi analisada a IURD, pois a sua ação corrobora a compreensão dos processos teóricos apresentados até o momento. Consubstancia-se em uma relação entre teoria e prática. Devido à sua incorporação da Teologia da Prosperidade de maneira efetiva, fomenta a formação de uma conduta econômica na vida dos indivíduos. (CÔRTES, 2021).

3.5 A Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e o seu viés político

Foi focada a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, pois ela fornece as condições de pesquisas fundamentais para a fundamentação teórico-metodológica dos objetivos propostos. De acordo com Mariano (2014), o surgimento dessa Igreja dá possibilidade de se debater o que se intitula neopentecostalismo e, consequentemente, sua forma de atuação. Oro (1992) diz que:

> (...) as igrejas neopentecostais são autóctones, têm líderes fortes pouca inclinação à tolerância e ao ecumenismo, opõem-se aos cultos afro-brasileiros, estimulam, a expressividade emocional, utilizam muito dos meios de comunicação de massa, enfatizam rituais de cura e exorcismo, estruturam-se empresarialmente, adotam

> técnicas de marketing e retiram dinheiro dos fiéis ao colocar “no mercado religioso serviços e bens simbólicos que são adquiridos mediante pagamento”. (ORO, 1992, p. 301-04)

Assim, há três características importantes no neopentecostalismo que merecem destaque: a guerra espiritual contra o Diabo; a pregação da Teoria da Prosperidade e a ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano, conforme Mariano (2014). Assim, “os templos neopentecostais, liderados pela IURD, elevaram o conceito de Batalha Espiritual ao âmbito político, ao dogmatizar que a vitória contra o mal "estaria na eleição de fiéis para os cargos públicos” (CUNHA, 2017 p. 6).

Fundada em 1977, no Rio de Janeiro, tornou-se o mais bem-sucedido fenômeno religioso brasileiro, passando a ter uma atuação destacada no campo político (MARIANO, 2004).

A Igreja Universal cresceu de forma contundente deste a sua inauguração com três mil templos e com mais de um milhão de fiéis (MARIANO, 2014). Apresenta-se com uma forte inserção na mídia e na política partidária brasileira e tem na figura do seu fundador, o Bispo Edir Macedo, a busca pelo poder, ou seja, deixa claro o estabelecimento de uma vontade de poder, como afirma Camurça (2020). Diz ainda que:

> Além da explicitação da correlação entre a Igreja e vontade de poder, também foi muito difundido o modo de organização pelo qual a IURD exercia a prática política, como forma eficaz para a conquista desse poder. Um padrão recorrente que converge para quase um modelo de atuação, através das características de centralização e seletividade”. (CAMURÇA, 2020, p. 44)

Mariano (2004) deixa claro que os meios de comunicação de massa são os caminhos utilizados para a introdução da igreja nos mais variados pontos do país, pois assim propagam suas mensagens e seu apelo religioso de norte a sul e de leste a oeste. De acordo com Mariano (2004, p. 132):

> Além do extenso uso da mídia eletrônica, a Universal procura maximizar a provisão de compensações concretas e imediatas neste mundo, adaptando sua mensagem religiosa (conteúdo, forma e meios de transmissão) à vida material e cultural das massas pobres, a fim de provê-las de sentido, significação do porquê se encontram vivendo como vivem e justificação de sua existência numa dada posição social, fornecendo-lhes recursos simbólicos e rituais para mudar subjetivamente de vida. Nesse intento, esforça-se para atraí-las, persuadi-las e recrutá-las por meio da ênfase na oferta e difusão de serviços e crenças mágico-religiosos com forte apelo popular, da propaganda diuturna de testemunhos de conversão e de bênçãos materiais e do alto teor emocional dos cultos.

A busca em dar sentido e significado à posição destas camadas sociais insere-se na perspectiva de como a comunicação com a sociedade se fundamenta, pois é por meio do uso da linguagem como símbolo de comunicação que se constroem os mecanismos de controle e

interação dentro da sociedade. Assim, nas palavras de Fiorin (1998, p.6), é indispensável “uma reflexão ampla sobre a linguagem, que leve em conta o fato de que ela é uma instituição social, o veículo de ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens". O efeito de objetividade e de subjetividade está ligado à formação pela qual as informações chegam aos indivíduos. Diante desse mecanismo de comunicação criado pela IURD, verifica-se o seu papel de expansão da sua base demográfica e de seu poderio religioso, midiáticos, econômico e político. (MARIANO, 2004)

As argumentações postas mostram como as estruturas foram construídas a fim de operacionalizar suas ações frente à sua presença no cenário político brasileiro. A sua participação nos pleitos eleitorais se efetiva com o lançamento de candidaturas e com a criação de estratégias para as campanhas eleitorais de seus candidatos a fim de serem eleitos.

Uma outra estratégia política neopentecostal é: não se restringir apenas às disputas aos cargos proporcionais, pois “a igreja utiliza seu poder para eleger candidatos majoritários de seu interesse” (CUNHA, 2017, p. 7). Contudo, a IURD tem características importantes a serem destacadas para a compreensão da sua atuação no campo político. Dessa forma, o foco nesta

seção será evidenciar como se dá a participação política da IURD. Segundo Mariano (2014), sua atuação se molda num forte clientelismo e no discurso antiesquerdismo. De acordo com estas vertentes sua lógica política estrutura-se da seguinte forma:

> Ao lado da Assembleia de Deus, a Universal é a igreja pentecostal com maior sucesso eleitoral. Como as demais estratégias de inserção social de que se vale, participa da política – lançando candidaturas próprias desde a eleição de 1982 – para expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre os quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista do poder e atendimento dos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas. Tanto assim que, quando tentam justificar seus mandatos, políticos pentecostais de todas as vertentes apontam feitos como a defesa de privilégios fiscais para as igrejas, o combate a virtuais penalidades pela desobediência de leis restritivas à poluição [...]. Além disso, tal como os parlamentares afinados com a moral da Igreja Católica, os políticos pentecostais costumam içar e brandir velhas bandeiras moralistas, causas do agrado de suas bases eleitorais, como a censura nos meios de comunicação e a oposição à legalização do aborto, à pornografia, à união civil de homossexuais, à descriminalização da maconha. (MARIANO, 2014, p. 91)

A sua organização estrutura-se com um objetivo especifico, que é pôr em prática o seu projeto político de ocupação de espaços nas esferas institucionais de poder. Assim, analisar a forma como a IURD se relaciona com a política institucional proporciona elementos importantes para identificar como a construção do sujeito político se molda dentro dessa

dualidade, por ela criada, evangelização/política. Ou seja, como os fiéis se convertem, ou não, a todo esse mecanismo do discurso de cooptação. Quando se fala em discurso, compreende-se que a construção de sua subjetividade está carregada de mensagens subliminares, o que a faz um elemento fundamental para a construção social da realidade num processo de imposição de uma idealização das ações e da vivência entre os indivíduos.

A IURD tem uma trajetória importante no pentecostalismo brasileiro e na denominação do neopentecostalismo. Dito isto, o propósito não foi fazer uma historiografia da IURD, mas sim, destacar aspectos do seu discurso e de sua atuação no meio social, pois é por meio da análise desses aspectos que se analisa o peso da evangelização neopentecostal na formação do sujeito político.

De acordo com Monteiro (1995, p. 18), os “fenômenos religiosos refletem estruturas mentais”. Assim, de acordo com Copelli (2015), os neopentecostais têm suas estruturas mentais afeitas ao que se chamou de guerra espiritual, sendo que o plano astral reflete no plano terreno e vice-versa. Uma das formas de perceber essa relação é pelas bênçãos obtidas pela participação na Teologia da Prosperidade. Como afirma Lima (2008):

> A Teologia da Prosperidade prega que, por meio da força performativa das palavras, o bom fiel poderá expulsar o Demônio, responsável pelos obstáculos que se impõem à sua vida, e terá acesso a tudo de bom que a existência terrena pode oferecer (saúde perfeita, harmonia conjugal, riqueza material, poder para subjugar o Demônio etc.). Sua releitura da Bíblia liberta os conversos das exigências ascéticas prescritas pelo protestantismo histórico e pelas denominações pentecostais tradicionais, e os estimula a uma vida de “plenitude” aqui e agora. Segundo a doutrina da Igreja Universal, a relação entre o cristão e Deus se mantém nos termos da reciprocidade: para receber a graça do Senhor, ele deve “viver de acordo com a fé”, entregar regularmente o dízimo e fazer suas ofertas, e “tomar uma atitude”. (LIMA, 2008, p. 13)

O neopentecostalismo prega uma forte inserção no meio social, pois vê a transformação da sociedade pela conversão individual aos ensinamentos bíblicos como também, pela realização de obras sociais e a participação político-partidária, que se fundamenta na busca de posições de poder, tanto no público quanto no privado. Nas palavras de Copelli (2015, p. 12), tem-se que para os seus membros:

> ...votar não constitui apenas um exercício de cidadania [...] Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política e de sua libertação [...] O gesto de votar adquire o sentido de um rechaço do "mal" presente na política e sua substituição pelo "bem", ou seja, por pessoas convertidas ao evangelho, por "verdadeiros cristãos", "por homens de Deus". [A igreja] mobiliza na esfera política crenças, valores, símbolos e cosmovisões do seu universo simbólico, e a partir deles produz uma ressemantização do voto, inscrevendo-o "numa lógica cosmológica, na perspectiva da guerra santa”. (COPELLI, 2015, p. 12)

Para interpretar como tal mecanismo se constrói e obtém êxito, direciona-se o foco aos fiéis, a fim de se compreender como reverberam esses discursos na sua ação cotidiana.

Em específico, na materialização das ações que os identificam como sujeitos políticos. Nessa perspectiva, vale ressaltar que o referencial para esta formação passa pela maneira como a religiosidade intervém na sua atuação política, uma vez que a define como a luta do bem contra o mal.

> [...]a interação com o mundo – estendida à política – fecha-se entre os de dentro e os de fora, entre os de Deus e os do diabo, de modo que não há mais cidadãos, mas, sim, blocos formados por aqueles que buscam participar ao lado de Deus no embate espiritual através das suas ações na Terra – e estes são os neopentecostais, armados, entre outras possibilidades, pelo voto –, e aqueles que não integram tais grupos, por pertencer às chamadas religiões concorrentes, ou por não pertencer a grupo nenhum. Estes, mesmo que de forma passiva, estão do outro lado. O lado do mal. (COPELLI, 2015, p. 15)

A eleição de Jair Messias Bolsonaro, para presidente do Brasil em 2018, reforçou as pautas evangélicas, pois se apoiou nelas, como poucos antes na História. De acordo com

Nicolau (2020, p. 74): “Bolsonaro usou amplamente citações de passagens bíblicas em seus discursos e foi o primeiro candidato competitivo desde a redemocratização a mencionar Deus em um lema de campanha”.

Sendo assim, torna-se necessário explorar o processo eleitoral de 2018, em especial a participação dos evangélicos na eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente e, a partir desse momento, a forte guinada do país para um conservadorismo extremo.

Ao se colocarem os fiéis como parte do objeto central da pesquisa, buscamos um deslocamento em relação às principais linhas de análises sobre os evangélicos e a política, pois a maioria dos trabalhos enfatiza a igreja como o foco central da articulação entre a política e o fiel, como afirmam Prandi; Santos; Bonato (2019, p. 49), quando questionam ‘sobre, ‘como’ e ‘se’ esse ativismo de grupos conservadores está organicamente ligado à massa dos fiéis evangélicos. Ou seja, ao se focar o ativismo religioso com ênfase nas lideranças e nos grupos específicos, que estão politicamente organizados, como forma de retratar as concepções e expectativas dos fiéis, corre-se o risco de não perceber que esses podem ter concepções e expectativas próprias, que diferem dos das lideranças. Até que ponto há influencia ou não. De um modo geral a percepção que se tem analisando as tabelas 4 e 5, é que os fiéis não se deixam influenciar politicamente pelos processos evangelizadores, dados estes que são questionados pela nossa pesquisa. Partimos da perspectiva de que a forma como a mensagem chega e é decodificada pelos fiéis tem um impacto importante nas suas escolhas.

O levantamento do Datafolha de 2016 é apresentado nas tabelas 5 e 6, que mensuram como os fiéis se posicionam frente a temas do cotidiano e aos temas relacionados a política, corrobora a perspectiva da influência significativa das lideranças no modo como os fiéis pensam

e se comportam.

Tabela 1. Aderência dos fiéis aos ensinamentos religiosos em temas do cotidiano

	Católicos	Protestantes históricos	Pentecostais e neopentecostais	Espíritas	Afro-brasileiros	Total Brasil
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre o uso de roupas adequadas no dia a dia	45,1	56,2	57,6	(*)	(*)	52,8
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre os tipos de alimentos que devem ser evitados	25	58,6	54,7	(*)	(*)	42,6
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre não consumir bebidas alcoólicas	43,9	74,1	79,9	(*)	(*)	61,7
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre conteúdos impróprios na TV e internet que devem ser evitados	39,5	63,5	69,1	(*)	(*)	54,5
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre festas e datas comemorativas que devem ser evitadas	39,4	64,5	66,4	(*)	(*)	56,1
Número de casos	1.416	208	611	62	45	2.828 (**)

* Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2016. Apud Prandi, Santos; Bonato (2016, p. 48)

Tabela 2. Opiniões dos fiéis em temas da política

	Católicos	Protestantes históricos	Pentecostais e neopentecostais	Espíritas	Afro-brasileiros	Total Brasil
A igreja que você frequenta atualmente possui ensinamentos ou recomendações sobre dar preferência a pessoas religiosas nas eleições para cargos públicos	14,1	24,6	32,6	3,2	4,4	19,2
Segue totalmente os ensinamentos ou recomendações sobre dar preferência a pessoas religiosas nas eleições para cargos públicos	32,8	49	54,3	(*)	(*)	44,6
Em época de eleição, não leva em consideração a opinião de líderes da sua igreja que fazem campanha para políticos ligados à igreja	89,7	78,8	75,8	95,1	91,1	85,3
Líderes religiosos não deveriam se candidatar a cargos políticos	67,2	49,8	48,6	77,4	62,2	62,2
Políticos ligados à Igreja Católica são melhores que os demais políticos	11,4	5,8	8,2	1,6	4,4	8,7
Políticos ligados às igrejas evangélicas são melhores que os demais políticos	5,2	13,5	16,5	1,6	9,3	8,2
Políticos ligados a religiões de matriz africana são melhores que os demais políticos	2,9	0,5	1,6	3,3	15,6	2,8
Os valores religiosos devem ter pouca ou nenhuma influência na política	71,4	57,7	64	80,4	77,3	68,7
Número de casos	1.416	208	611	62	45	2.828 (**)

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2016. Apud Prandi, Santos; Bonato (2016, p. 50).

A análise das tabelas 1 e 2, de fato, mostra que não há, até o momento, uma consonância entre o sentido que as representações evangélicas dão ao viés político com a concepção dos seus fiéis. Apesar de que no grupo que nos interessa, o segmento evangélico pentecostal e neopentecostal, já se observa que quase a metade se alinham com as representações dos líderes evangélicos. Entretanto, quando se analisa os dados da tabela 5 sobre questões do cotidiano dos fiéis, ou seja, centrada na pauta de comportamentos morais, a influência dos ensinamentos é significativa.

Os dados apontam para uma percepção de incompatibilidade da religião com a vida política. Todavia, o pleito de 2018 trouxe uma nova roupagem para este alinhamento, pelo menos no que se refere à preferência eleitoral dos líderes e dos fiéis. De acordo com Nicolau (2020, p. 76), "há um argumento corrente para explicar o voto evangélico em Bolsonaro em 2018 – que chamarei de a 'hipótese da afinidade conservadora', [...]". Esse argumento será tratado nas próximas partes do trabalho, mas que se fez necessário expor agora para dar lógica à teoria que se está construindo sobre os evangélicos na política brasileira.

Vale ressaltar que o foco se deu na evangelização como uma ferramenta de formação do sujeito político, em virtude do caminho que se percorre, no que faz referência às questões teóricas metodológicas, observando-se a religião como segmento importante para a percepção do indivíduo como ser no mundo.

A confirmação, ou não dessa hipótese, apresentada na avaliação de Prandi; Santos; Bonato (2016) de que religião e política não estabelecem uma afinidade nas perspectivas dos fiéis, acontecerá na seção 4, onde fez-se um levantamento a fim de analisar se os dados destas tabelas sofreram alterações significativas de 2018 para cá.

De acordo com Goldstein (2021):

> Nos últimos anos, o avanço das igrejas evangélicas nas periferias das grandes cidades moldou a política do Brasil, especialmente no norte, onde têm maior presença. Durante a década de 90, num contexto de crise econômica, a população evangélica passou de 13 a 26 milhões de pessoas. A mobilidade social que se produziu durante os anos dos governos de Lula e Dilma, quando mais de 39 milhões de pessoas ingressaram na chamada "classe C" entre 2003 e 2011, permitiu que novas formas de subjetividade como expressão de uma mudança na condição econômica se encontrassem com a chamada "teologia da prosperidade" promovida pelos pastores. Atualmente, segundo a consultora Datafolha, 31% da população se identificaria com o culto evangélico. (GOLDSTEIN, 2021, p. 2)

Para uma melhor compreensão da construção dessas novas subjetividades, torna-se necessário fazer um paralelo sobre como a religião se configura em um elemento de legitimação da ordem social.

De acordo com Berger (1985), a religião se molda dentro de um processo que vai da ocultação à alienação, uma vez que, para o autor a legitimação religiosa impulsiona e promove o rompimento da relação dialética entre o ser e o mundo construído, assim se instaura a noção de que "o mundo foi e continua a ser coproduzido por ele. A consciência alienada é uma consciência que não é dialética". (BERGER, 1985, p. 97). E, dessa forma, se caracteriza com o objetivo de propiciar o não reconhecimento da sociedade como produto da criação humana. Nas palavras de Berger:

> A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência. [...] O sagrado é apreendido como algo extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas. [...] O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotado de significado. (1985, pp. 45-47)

A prerrogativa acima remete a religião a uma função significativa para a consolidação do mundo social que, por sua vez, lhe propicia a ela um papel relevante que se opõe aos processos anômicos que se estabelecem no meio social. Faz referência ao conceito de anomia definido por Durkheim (1995), mostrando que a religião tem o poder de organizar e dar sentido à vida e às experiências, tanto a individual como da vida em sociedade, tirando os indivíduos da situação de anomia.

Nesse contexto de anomia é que a religião corrobora com o processo de alienação, pois se constitui como chave importante para se conhecer o mundo e se encontrar nele. Assim, a ocupação desse espaço de significados para os indivíduos contribui no sentido de sua utilização como meio de inculcar no imaginário dos mecanismos de construção de um mundo protegido do caos. Berger (1985, p 49) diz que "a religião representa o ponto máximo da autoexterioridade do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou, então, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo".

Cabe ressaltar que este pequeno dialogo com Berger teve como objetivo situar a maneira que a religião se configura em processo importante para a compreensão da forma legitimadora de suas ações em diversos momentos da história da humanidade. Ações estas que apresentam e apresentaram bases legitimadores de manutenção ou mudança de determinado *status quo* em diferentes momentos históricos, já que corroborou para, nas palavras de Berger (1985, p. 56), "legitimar as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico".

A prerrogativa da religião como legitimadora das instituições é um dos eixos desta pesquisa, pois o objetivo se concentrou na análise das repercussões da evangelização na formação do perfil dos fiéis. Até que ponto o discurso com alto teor de moralidade se apresenta no centro da construção de mundo desses fiéis? Essa é uma pergunta importante neste trabalho. De acordo com Berger (1985) se fará perceptível e presente em todos os âmbitos da vida social dos indivíduos, no que tange ao papel da religião nos diversos momentos históricos da humanidade. E, em particular, nas questões que concernem à política. Berger (1985) retrata isso na sua argumentação sobre o papel da religião como legitimadora de uma ordem social:

> [...] a estrutura política simplesmente estende à esfera humana o poder do cosmos divino. A autoridade política é concebida como agente dos deuses, ou idealmente até como uma encarnação divina. O poder humano, o governo e o castigo se tornam, assim, fenômenos sacramentais, isto é, canais pelos quais forças divinas são aplicadas à vida dos homens para influenciá-los. O governante fala em nome dos deuses, ou é um deus, e obedecer-lhe equivale a estar em relação correta com o mundo dos deuses. (p. 57)

Este arcabouço teórico apresentado pelo referido autor se caracteriza como algo típico tanto de sociedades primitiva, quanto das arcaicas. Berger (1985) ressalta que houve uma ruptura nas sociedades mais desenvolvidas, contudo mesmo com o rompimento da religião, ainda se apresenta como uma agência de legitimação. Esse fato será analisado nos tópicos posteriores com o histórico da participação dos evangélicos nos pleitos eleitorais que se iniciam em 1989 com a primeira eleição nacional com voto direto do período da redemocratização.

Apesar da racionalidade ser uma característica do homem, ela não responde a todos os anseios humanos e, por isso, o homem transcende a sua racionalidade, que o leva a ser suscetível a essa interação com a religião. Com o propósito de respostas imediatas aos seus anseios, principalmente no que diz respeito à sobrevivência material. Nesse sentido, o enfoque de Weber (2001) nos ajuda a compreender o indivíduo na sua peculiaridade face ao mundo multiplural:

> A influência indireta das relações sociais, institucionais e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses ‘materiais’, estende-se (muitas vezes de modo inconsciente) por todos os domínios da cultura sem exceção mesmo dos mais delicados matizes do sentimento estético e religioso. Tanto os acontecimentos da vida quotidiana como os fenômenos ‘históricos’ de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações ‘individuais’ dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas, sofrem a sua influência: são economicamente condicionados. (WEBER, 2001, p. 10)

Dentro dessa perspectiva da busca pela cidadania, em que o econômico, segundo Weber (2001), condiciona, torna-se necessário avaliar as novas projeções dos interlocutores que corroboram à formação do indivíduo enquanto ser político e, dessa maneira, em exercício pleno da sua cidadania. Vale dizer que, o indivíduo pleno de cidadania é aquele que busca a dignidade, e esta, por sua vez, está sujeita a direitos e deveres que se realizam em sociedade, pois cabe ao meio social garantir o bem comum:

> Cresce, porém ao mesmo tempo a consciência da dignidade exímia da pessoa humana, superior a todas as coisas. Seus direitos e deveres são universais e invioláveis. É preciso, portanto que se tornam acessíveis ao homem todo aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana. Tais são: alimento, roupa, habitação, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa. (VIER, 1987, p. 178)

O caminho que leva a análise sobre a formação do perfil político dentro do espectro evangélico passa pelo seu crescimento na sociedade brasileira e pela sua organização no processo de busca dos seus fiéis.

3.6 A Teologia da Prosperidade: “dar para receber”

Antes de analisarmos como se dá a participação dos evangélicos no centro do debate político brasileiro, faz-se necessário tecermos algumas considerações sobre a Teologia da Prosperidade, uma vez que a sua adoção como preceito evangelizador nos ajuda a compreender a formação da subjetividade dos fiéis, pois ela propicia uma nova dimensão das relações entre o mundo material e as bênçãos alcançadas por esses devotos em suas conquistas cotidianas, no que diz respeito às realizações individuais. Nas palavras de Ricardo Mariano, temos que:

> Reunindo crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé, essa doutrina surgiu na década de 40. Mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer dos anos 70, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, pelos quais adquiriu visibilidade e se difundiu para outras correntes cristãs. (MARIANO, 2014, p. 151)

De acordo com Burnatelli de Antonio (2015), a religião contribui para que as classes menos favorecidas incorporem a ideologia individualista, pois direcionam suas explicações sobre as desigualdades sociais na perspectiva de ações de forças espirituais, especificamente relacionadas ao Diabo. Assim, no caso do pentecostalismo e do neopentecostalismo, a utilização da doutrina da Teologia da Prosperidade ajuda a reforçar a ideologia individualista, pois indica que o sucesso individual é uma questão de fé e de esforço pessoal. Mariano nos diz

que:

> Esta teologia está operando e promovendo forte inversão de valores no sistema axiológico pentecostal. Faz isso ao enfatizar quase que exclusivamente o retorno da fé nesta vida, pouco versando acerca da mais grandiosa promessa das religiões de salvação: a redenção após a morte. Além de que, em vez de valorizar temas bíblicos tradicionais de martírio, auto-sacrifício, isto é, a "mensagem da cruz" – que apregoa o ascetismo (...) e a perseverança dos justos no caminho estreito da salvação, apesar do sofrimento, das injustiças e perseguições promovidas pelos ímpios contra os servos de Deus –, a Teologia da Prosperidade valoriza a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terrenos (MARIANO, 2005, p. 158).

Cria-se uma relação de luta contra as forças do mal, ou seja, as conquistas são resultados da fé do cristão. Mariano (2014, p. 154) afirma que "pela fé, os cristãos podem possuir tudo (desde que não conflite com a moralidade bíblica) o que determinarem verbalmente em nome de Jesus. Saúde perfeita, ou cura das enfermidades, prosperidade material, triunfo sobre o Diabo [...]". A contrapartida para receber as bênçãos está atribuída ao dízimo. Nas palavras de Burnatelli de Antonio (2015, p. 117),

> "[...] quanto maior a contribuição pecuniária do dizimista, maiores são sua expressão de coragem e certeza da fé no poder de Deus, assim como maiores são as contrapartidas benéficas dessa fé traduzidas em "bênçãos" e "milagres" de Deus na vida material do fiel subserviente. A internalização de valores privatistas na doutrina religiosa neopentecostal é propalada aos fiéis pela recursiva insistência no sucesso intramundano mediante a emulação espiritual, e pode ser considerada como um efeito de tomada de consciência dessa vertente religiosa quanto à gradual configuração de um indivíduo moderno que brota da periferia, privado muitas vezes de condições básicas de cidadania e, portanto, submetido a condições econômicas e sociais de profunda instabilidade, insegurança e abandono estatal, e que encontra na possibilidade de autorrealização e no empreendimento de si um mecanismo alternativo de ascensão social, prestígio e acesso à sociedade de consumo.

Constata-se, então, que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), utiliza do dízimo como um "contrato de sociedade" entre o fiel e Deus, atestando que " é uma ferramenta precípua para que o fiel contribua para a 'Obra de Deus', para que o 'Mal' seja eliminado e para que a abundância possa chegar a todos" (Burnatelli De Antonio, 2015, p. 119), o que sintetiza, para Mariano, o princípio da reciprocidade. "Para obter tais bênçãos, o fiel deve possuir uma fé inabalável, confessar a posse da bênção, observar as leis da prosperidade, ou o que Mauss (1974), no 'ensaio sobre a dádiva', nomeia de 'princípio da reciprocidade', popularmente conhecido no Brasil pela expressão 'é dando que se recebe'". (Mariano, 2005, p. 154).

Isso posto, a Teologia da Prosperidade nos ajuda a compreender como a relação desses fiéis com as questões políticas se concentram mais no campo do viés moralista do que propriamente no campo econômico. Não estamos afirmando que esse campo não faz parte do

debate desses fiéis, mas sim que, em um grau de importância, ele não se encontra no topo dos debates colocados na tomada de decisões dos devotos e agentes, uma vez que essa doutrinação individualiza as conquistas materiais. Burnatelli de Antonio (2015) nos ajuda a entender o direcionamento desse discurso na formação do sujeito político do processo de evangelização neopentecostal.

Em linhas gerais, é possível dizer que, ao longo das últimas décadas, foi se constituindo, no Brasil, uma identidade cultural entre os menos favorecidos cuja interface com o mundo secular se opera em um registro moral, eminentemente religioso, orientado pragmaticamente para o êxito individual no mundo econômico e sustentado por meio de afinidades eletivas entre o comportamento ávido e apetitivo de uma classe social emergente, e a disposição moral rígida no que diz respeito à forma excessivamente ritual e mística de lidar com alteridades sociais e contextos adversos e/ou desconhecidos, vistos em conjunto como ameaças à integridade ética da sociedade e de suas instituições centrais, entre as quais o mercado e a política. Dentro deste cadinho social, obviamente, são exíguos os espaços disponíveis para a constituição de um caldo de cultura capaz de produzir e sustentar consensos sociais mais amplos e legítimos acerca dos valores e princípios que devem regular o contrato social; como consequência, cria-se uma tensão aguda entre os imperativos religiosos e o avanço da cidadania em todas as suas dimensões, sobretudo àquelas relacionadas à justiça e ao desenvolvimento da participação político-social.

Ao invés de uma cultura cívica pluralista, baseada na comunicação e na persuasão, que permite mudanças, mas as modera por meio de um acordo político razoável entre contendores (Almond e Verba, 1963, p. 6), desponta, pelo neopentecostalismo, uma modalidade chauvinista de engajamento religioso na esfera pública, em que liderados são submetidos aos cânones dogmáticos de seus líderes que, por sua vez, instituem uma visão política sectária, contaminada por apriorismos morais, e uma visão arrivista de mercado, complementar à ideologia individualista e atomizante do capitalismo contemporâneo. (Burnatelli De Antonio, 2015, p. 120 - 121).

A percepção do poder de influência da Teologia da Prosperidade na formação do sujeito político neopentecostal nos leva à questão central deste trabalho, que está na análise de como esses fiéis decodificam as mensagens passadas no processo de evangelização e como essas doutrinas encaminham suas tomadas de decisões, no que se refere às suas escolhas políticas. Nossa pesquisa, que será apresentada em seção subsequente, trará subsídios importantes para a compreensão de que a pauta moralista tornou-se o mecanismo primordial na formação política desses fiéis, ou seja, está no topo do grau de importância dos fiéis no

momento de manifestar suas escolhas políticas.

3.7 Evangélicos no centro do debate político brasileiro: a participação em pleitos eleitorais

A importância do segmento evangélico no cenário político brasileiro pode ser medida pela quantidade de matérias jornalísticas publicadas nos principais sites de notícias do país sobre o tema. Nos últimos tempos, tornou-se comum encontrar, analistas e jornalistas debatendo e noticiando o papel dos evangélicos na disputa política nacional. Também se debate como se dá a disputa por esse eleitorado que, devido a seu crescimento na população brasileira, desperta a atenção dos políticos e partidos na busca de seus apoio e voto.

A seguir, analisam-se algumas dessas publicações, com o objetivo pautar a relevância do segmento no cenário político brasileiro e, consequentemente compreendendo como esse segmento se consolida em um papel importante para os rumos da política brasileira e a sua contribuição para o crescimento da vertente conservadora no país, depois de anos de governos progressistas de esquerda.

De acordo com Lacerda (2019), a relevância do segmento evangélico se relaciona de forma específica com o surgimento de uma nova roupagem do conservadorismo, que foi intitulada de neoconservadorismo. Corrente esta que tem ponto de destaque na década de 1970 nos Estados Unidos. “O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução dos valores cristãos. O movimento político neoconservador se materializou em uma coalizão” (LACERDA, 2019, p. 29). Logo identifica-se o espaço em que o ideário evangélico se apresenta, com papel importante na materialização deste movimento.

De acordo com (LACERDA, 2019, p. 29),

> Essa coalizão particular foi construída na década de 1970 entre representantes do grande capital interessados em restabelecer seu poder de classe, de um lado, e de outro, a ‘maioria moral’ de parte conservadora da classe trabalhadora. [...] possibilitou, de acordo com ele, a consolidação de um ideário com valores ‘centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de um certo tipo evangélico) ’, e também na defesa da família e da vida em uma ‘concepção direitista’, em choque com os movimentos sociais como o feminismo, pelos direitos dos homossexuais, por ação afirmativa e ambientalista. (LACERDA, 2019, p. 29),

Dentro desse contexto, a pauta de costumes se constitui com um ponto central da participação dos evangélicos nesse projeto político, característica presente nos discursos dos políticos evangélicos ou ligados a este segmento. Tanto Lacerda (2019) quanto Nicolau (2020) relatam a relação das pautas de costumes com o segmento evangélico e como se construiu a

relação dos evangélicos com a arquitetura de um projeto político. Lacerda (2019, p. 31) afirma que “a participação dos evangélicos em um projeto político conservador estruturado decorreu de duas causas. A primeira, o avanço de pautas feministas e das demandas homossexuais”.

Diante do processo de antagonismo desse segmento com as pautas progressistas, criou- se o espaço para o crescimento do neoconservadorismo, que se expande por toda a América Latina e, em especial, no Brasil. Seus pontos centrais são paulatinamente mais perceptíveis no debate político contemporâneo no Brasil. Pauta que se expressa com maior clareza na eleição de 2018, cujo resultado confirma a predileção por Jair Bolsonaro. Assim, sua melhor definição, de acordo com Lacerda (2019, p. 58) é:

> O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado do bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). (LACERDA, 2019, p. 58)

Toda articulação desse movimento político evidencia o fato de os evangélicos ocuparem um destaque especial na pauta política do país. Reportar ao aspecto de um movimento político bem orquestrado, no que se refere ao papel dos evangélicos na sua execução, reforça a necessidade de se verificar como o processo evangelizador neopentecostal incorporou o arcabouço do conservadorismo na formação do sujeito político visto que a missão evangélica, não se concentra apenas nas liturgias bíblicas, pois é fato que carregam consigo uma ideologia que se torna cada vez mais visível quando se trata da esfera política.

É perceptível a existência de um processo de crescimento acelerado da participação política por parte dos evangélicos. Vejamos:

> Da Constituinte para cá, a bancada evangélica, inicialmente marcada por acentuado conservadorismo moral e pelo fisiologismo descarado de certos parlamentares (alguns dos quais tiveram os mandatos cassados), dobrou de tamanho, alcançando, hoje, cerca de 60 deputados federais e quatro senadores. Nesse período, ampliaram-se a filiação desses religiosos a partidos de centro-esquerda (atualmente há, por exemplo, cinco deputados federais evangélicos petistas) e o número de parlamentares vinculados a novas igrejas, em especial à Universal, que, ao lado da Assembleia de Deus, assumiu o protagonismo político no campo evangélico. (MARIANO, 2005, s/p)

Ainda segundo Mariano (2005), a participação política dos pentecostais, incluindo os neopentecostais, porém, não se restringe à disputa eleitoral do legislativo. Em vários processos eleitorais em que estava em jogo a disputa majoritária foi nítida a presença dessa força. Em 1989, por exemplo, os pentecostais limitaram-se, no primeiro turno, a condenar o voto nas

candidaturas de esquerda à presidência da República. O discurso dos pentecostais e neopentecostais era pautado no medo, no temor, no risco, no perigo, na perseguição, no sofrimento, na prisão, na tortura e mortes. Esse discurso religioso e eleitoral se provou bastante eficaz.

Em 1994, o candidato petista foi disparadamente o mais rejeitado por esse grupo religioso, que tendeu a apoiar o tucano Fernando Henrique Cardoso. Em 1998 o temor desse grupo na eleição de um representante de centro-esquerda à presidência da República arrefeceu parcialmente.

Em 2002, com a derrota de Garotinho no primeiro turno, líderes da Universal do Reino de Deus (e de outras igrejas pentecostais) resolveram apoiar a candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais. Surpresa geral, porque a Universal figurava, desde 1989, como a maior opositora pentecostal ao PT que, em 2002, ao articular um candidato a vice-presidente do Partido Liberal, conseguiu fisgar, de quebra, os deputados liberais da Universal, comandados pelo líder do PL carioca, bispo Carlos Rodrigues.

Em 2003, os liberais da Universal criaram a Frente Parlamentar Evangélica para arregimentar e melhor articular sua ação coletiva no Congresso Nacional, onde, no mesmo ano e como indicador de sua força política, conseguiram, mediante intensa mobilização religiosa e pressão política, alterar o novo Código Civil.[4]

Na política brasileira, é notória a participação efetiva da intitulada "bancada evangélica" na Câmara Federal. Nos dias atuais, sua força é evidente, pois estamos vivendo um período em que o discurso conservador centrado no apelo aos ideais de uma família tradicional ganhou força no cenário nacional. Assim:

> Dos fenômenos políticos brasileiros atuais, certamente um dos que mais chama atenção é a participação da chamada "bancada evangélica" na Câmara Federal, bancada está formada por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos. No ano de 2006, a câmara contava com 32 deputados que, declaradamente evangélicos, uniam suas forças políticas dando início à "Frente Evangélica Parlamentar". Em 2010, o número quase dobrou, 70 deputados faziam parte da "bancada"; em 2014 o número de cadeiras de orientação religiosa 1 chegou a 75, e atualmente conta com 78 parlamentares. A bancada evangélica no Congresso

[4] O novo Código Civil, que passou a vigorar em 11 de janeiro de 2003, fixou novas regras para o funcionamento e a organização das associações religiosas no país. Sua implementação, que deveria ocorrer até 10 de janeiro de 2004, tenderia a ampliar o controle jurídico-político do Estado brasileiro e a resultar na realização de mudanças significativas nas organizações religiosas, principalmente naquelas, como as pentecostais, cujos estatutos e funcionamento efetivo acham-se mais distantes das disposições contidas nas novas regras. [...]. Ao longo de 2002 e 2003, lideranças pentecostais e protestantes de inúmeras igrejas e entidades para-eclesiásticas assessoradas por advogados, juízes e desembargadores evangélicos – realizaram dezenas de encontros, simpósios, seminários, cursos, conferências e debates por todo o país para discutir, esclarecer e compreender as implicações e exigências dos dispositivos legais fixados pelo novo Código Civil para as associações religiosas. (MARIANO, 2006, p. 78)

> demonstra força inédita na atual legislatura, tanto por seu crescimento numérico, quanto pelo controle do Comitê dos Direitos Humanos, em 2012, ou na figura do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, membro da igreja Assembleia de Deus. A que se deve essa expansão? Seria uma expressão de uma sociedade que, ainda que esteja salvaguardada por um Estado Laico, procura representantes políticos guiados por moralidade religiosa, ou seria uma articulação política que se aproveita de valores caros à democracia, como a liberdade religiosa, liberdade de imprensa e expressão, para consolidar um projeto de poder que coloca em questão o conceito de secularização do Estado e sociedade? Essas questões mostram a importância de entender como questões aparentemente antagônicas, como religião e política, têm se mostrado fortemente imbricadas tornando-se a base das articulações políticas da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Além da presidência da Câmara, a FPE busca outros postos-chave em Brasília a fim de ampliar seu nível de influência, e um dos postos mais visados é a chefia da comunicação da Câmara. (ALVES, 2016, p.3)

A tabela 3, a seguir, apresenta a quantidade de deputados federais evangélicos eleitos em 2022 o que nos ajuda a entender a evidência crescente do poderio evangélico na política brasileira.

Tabela 3. Parlamentares evangélicos: o gráfico circular apresenta o percentual de deputados federais em cada grupo e a parte amarela contém a quantidade de deputados das diferentes igrejas evangélicas:

Fonte: Instituto de Estudos da Religião – ISER - novembro de 2022.

Pode-se perguntar se as religiões evangélicas neopentecostais, efetuam seu processo evangelizador usando alguns dos princípios citados acima ou se, ao terem a exata noção deles, utiliza-os para concretizar um projeto pré-estabelecido. Ou os dois concomitantemente.

Não se defende a não participação dessa denominação. O propósito está em analisar como ela ocorre e se a mobilização evangelizadora tem ressonância na maneira como os fiéis exercem a sua cidadania, no que se refere à forma como se relacionam como os temas políticos postos na sociedade.

É sabido que todas as instituições, de um modo geral, são agentes políticos, no sentido de compartilharem suas posições com os que dela fazem parte. A questão aqui está na dinâmica de como isso ocorre, se é que ocorre, nas igrejas evangélicas e, em especial, nas neopentecostais.

A eleição de 2018 apresentou um destaque especial na busca dos votos evangélicos, e consequentemente, como esse fiel se relaciona nessa dimensão entre as questões pautadas pelos aspectos da vida cotidiana com os interesses da sua denominação na esfera eleitoral, visto que seus líderes não escondem suas preferências políticas, explicitando apoio aos seus candidatos. Fernandes et, al. (1998, p. 123) em um estudo quantitativo mapeou que:

> [...] os evangélicos procuravam mais os políticos para fazer pedidos, sugestões ou reclamações dos que os não evangélicos. Ou seja, os fiéis evangélicos demonstravam um sentimento mais forte do que o restante da população brasileira de que possuíam os seus representantes e tinham "com quem falar no distante mundo da política". A pesquisa indicava também que, apesar de acompanhar os programas de propaganda eleitoral gratuita, a atividade desenvolvida pela maioria dos entrevistados era a realização de orações por seus candidatos. Detectou, entretanto, que os pentecostais tendiam a um maior engajamento nas atividades tradicionais da militância política do que os evangélicos históricos, com destaque para os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que não só participavam mais da discussão política na Igreja, como também eram os que proporcionalmente mais declaravam ter afixado cartazes dos candidatos em suas casas. Outra constatação interessante daquela pesquisa foi a de que o fato de o candidato apresentar "boas ideias políticas" aparecia na frente da identidade religiosa entre os princípios para a definição dos votos, sugerindo um maior "reconhecimento da autonomia e das características próprias da política" por parte dos evangélicos históricos. De qualquer forma, 40% dos entrevistados evangélicos valorizava "a crença religiosa do candidato" e este princípio tendia a ser ainda mais importante entre os fiéis da IURD (acima de 50%), que em sua grande maioria também declaravam canalizar seus votos para as candidaturas saídas dos próprios quadros da igreja (95%). (FERNADES et. al., 1998, p. 123)

O relato acima demonstra como o ativismo político se torna recorrente nas denominações evangélicas, o que desperta também um interesse dos partidos políticos pelos pentecostais (MACHADO, BURITY, 2014), fato também comprovado na tabela relativa ao crescimento da bancada evangélica.

Dentro dessa perspectiva, o discurso evangélico ecoa de forma a garantir que os ideais dos seus candidatos possam ser cristalizados em um processo de racionalização legitimadora da necessidade do estabelecimento de um poder político que dê sustentação às pautas consideradas fundamentais para os interesses dessas denominações. Assim, tem-se

que:

> No caso das igrejas evangélicas, o discurso reproduzido no interior de seus templos se articula a partir da apropriação da experiência pessoal do sujeito para atingir um nível de consciência prática, construindo uma identidade comum entre os frequentadores, porém retirando todo impulso coletivo social e a concepção de construção da história. A transformação é atribuída ao sujeito individual e à sua fé, gerando "tipos ideais" artificialmente construídos e não sujeitos coletivos reais. (FERREIRA, 2020, p. 50)

Segundo Mariano (2005), o campo religioso brasileiro apresentou mudanças e transformações nas últimas décadas, culminando com a consolidação da liberdade religiosa, que leva a um enfraquecimento do poder religioso da Igreja Católica.

O processo de redemocratização do Brasil contribuiu decisivamente para transformar as relações dos grupos religiosos entre si e com a viabilidade política partidária e a participação em questões do Estado. A acelerada expansão numérica dos evangélicos constitui fator mais relevante para se compreender parte das mudanças ocorridas, recentemente, nos campos religioso e político brasileiros.

De acordo com Goldstein (2021), as igrejas evangélicas se expandiram nos últimos anos no Brasil, especificamente, nas periferias das grandes cidades. A expansão é o resultado da mobilidade social que ocorreu no país entre os anos de 2003 e 2011.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que esta afirmação é um contrassenso, no sentido de que se pense que com a mobilidade social, oriunda da mudança na condição econômica, os indivíduos concentrem suas energias em outras frentes que não a religiosa. O que se percebe é que o apelo religioso evangélico se apropriou desta nova condição econômica para fomentar outras formas de subjetividades, dentre as quais se destaca a chamada Teologia da Prosperidade.

De acordo com Wrege (2001), essa vertente fundamenta-se em uma ideia de empreendedorismo religioso, ou seja, corrobora no ideário do fiel o desejo de ser dono do seu próprio negócio em contraposição a ser empregado. Mais nitidamente identificada com a formação do sujeito político do processo de evangelização, quando se trata especificamente da denominação neopentecostal e seus mecanismos de cooptação dos féis.

Vale destacar que o crescimento deste segmento não se dá apenas entre os pobres, mas é neste grupo que aumenta com maior velocidade. (NOVAES, 1998). Ainda de acordo com Novaes (1998), os evangélicos, representados pelas suas Igrejas, tornam-se uma variável importante na dinâmica da sociedade brasileira. Como diz Ferreira (2020, p. 55): "os indivíduos passam a procurar instituições que contemplem suas necessidades espirituais e as oriente diante da situação de precariedade social. A igreja como esfera simbólica da sociedade se apresenta

como produtora e ao mesmo tempo produto".

Ferreira (2020) mostra que religião e política estão muito próximas. "Em ambas as esferas estão presentes razões, certezas, normas morais e sentidos para a vida, pois, ambas despertam o entusiasmo, a motivação ou a paixão, na qual são representações que tanto a crença religiosa quanto a política pressupõem" (FERREIRA, 2020, p. 62).

3.8 Os evangélicos e a eleição de Jair Messias Bolsonaro

Inicia-se esta parte com alguns apontamentos de ordem conjuntural, que possibilitaram a reflexão sobre o cenário que antecede as eleições de 2018. Isso é importante para mostrar como a conjuntura de crise sociopolítica pode ter influenciado no crescimento dos fiéis neopentecostais. Conforme Ferreira (2020, p. 47):

> Historicamente, a religião é um instrumento de importante centralidade na sociedade, e está em muitos momentos vinculada de alguma forma ao Estado. Nesse sentido, a igreja passou a ser, em algumas situações, uma ferramenta de coerção social e cumpre com a função de manutenção da ordem, exercendo grande influência sobre as condutas de comportamento, produção de ideias e formação de consciência.

De acordo com Lima (2020), as questões morais da sociedade são ferramentas importantes para a manutenção do poder ou para sua conquista. E nesse quesito, a religião é o instrumento de legitimação da moral, pois "[...] atua perfeitamente nessa esfera, ditando exatamente o que deve e o que não deve ser feito, o que devemos ou não julgar como certo ou errado, o que Deus aceita ou não" (LIMA, 2020, p. 47).

Junta-se à pauta da moral a conjuntura de crise econômica em que o país mergulhou a partir das eleições presidenciais de 2014 e se agrava com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o que teve grande influência na eleição de Jair Bolsonaro, um político conservador considerado de extrema direita.

De acordo com Nicolau (2020, p. 76) o voto evangélico encontra em Bolsonaro o candidato que representa o propósito conservador, sendo considerada uma pauta bem definida por este segmento, "[...] argumento corrente para explicar o voto evangélico em Bolsonaro em 2018 –[...] é a 'hipótese da afinidade conservadora'. "

Há que se destacar que esse conservadorismo, que se desencadeia no país, se fundamentou em um processo social que criou intersecções entre as questões econômicas, sociais e de cunho moral na sociedade brasileira, segundo Almeida (2019, p. 185):

> Parcela significativa desse segmento religioso compõe o processo social de alcance mais amplo denominado no debate público de onda conservadora, a qual articula, em níveis diferentes, pelos menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante. (ALMEIDA, 2019, p. 185)

O conservadorismo não pode ser apenas vinculado aos evangélicos, como também não se pode afirmar que todos os evangélicos são conservadores. Porém, há que se mapear a onda conservadora ganhando terreno com a crise econômica brasileira, que tem seu ápice no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e que, segundo alguns autores, criou caminhos para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, conforme atesta Ferreira (2020, p.48):

> A condição econômica do país produz eventos fundamentais e circunstâncias favoráveis para a propagação de certas maneiras de pensar, além de proporcionarem determinada vulnerabilidade da população, consequente do desespero coletivo e da ausência de horizontes e utopias concretas acerca da estabilidade do país. A crise econômica afeta não apenas a vida financeira, mas também interfere diretamente na subjetividade das pessoas, na capacidade de sonhar e nas formas de se fazer política e de perceber o mundo ao seu redor. É nesse terreno fértil que surgem figuras como a de Bolsonaro: alguém que se auto intitula uma espécie de "salvador da pátria", que apresenta supostas soluções para o país, um homem "de família", religioso, que fala a linguagem do povo, articula ideias fáceis e simples que o senso comum anseia, destilando preconceitos e dando forças aos que pensam como ele, ou estimulando aqueles que estavam perdidos e sem nenhuma representação ou direção para seguir. (FERREIRA, 2020, p. 48)

Este sentimento de terra arrasada propicia aos indivíduos o apego ao sobrenatural para a resolução dos problemas. O nome de Deus começa a ser fonte de todas as soluções imediatas de melhoria de vida dos indivíduos. Conecta-se o discurso político com um suporte emocional de cunho religioso visando sustentar os atos de um político que orquestra suas ações em atos inconsequentes, mas legitimados pela crença religiosa (FERREIRA, 2020).

> [...]um discurso político por si só não se sustentaria, é preciso mais. É preciso um suporte emocional, um apelo religioso, uma estrutura mais sólida para sustentar toda essa visão de mundo. É preciso que o bolsonarismo seja impulsionado por uma religião. Qual religião é inquestionável, assim como o extremismo da direita? A igreja evangélica. É nesse sentido que a igreja se alia à política. Dois campos de poder e hierarquia distintos, porém que exercem grande influência em todos os setores sociais, ocupando a função de base da sociedade. O campo político recebe o que precisa: a coerção moral e inquestionável dos seus preceitos, e a igreja por sua vez ganha a força legitimadora de sua doutrina, recebendo um caráter burocrático e oficializando seus dogmas. (FERREIRA, 2020, p. 49)

Todo esse mecanismo tem como característica principal a formação de um sujeito político que é oriundo do discurso evangelizador dos templos evangélicos, principalmente os

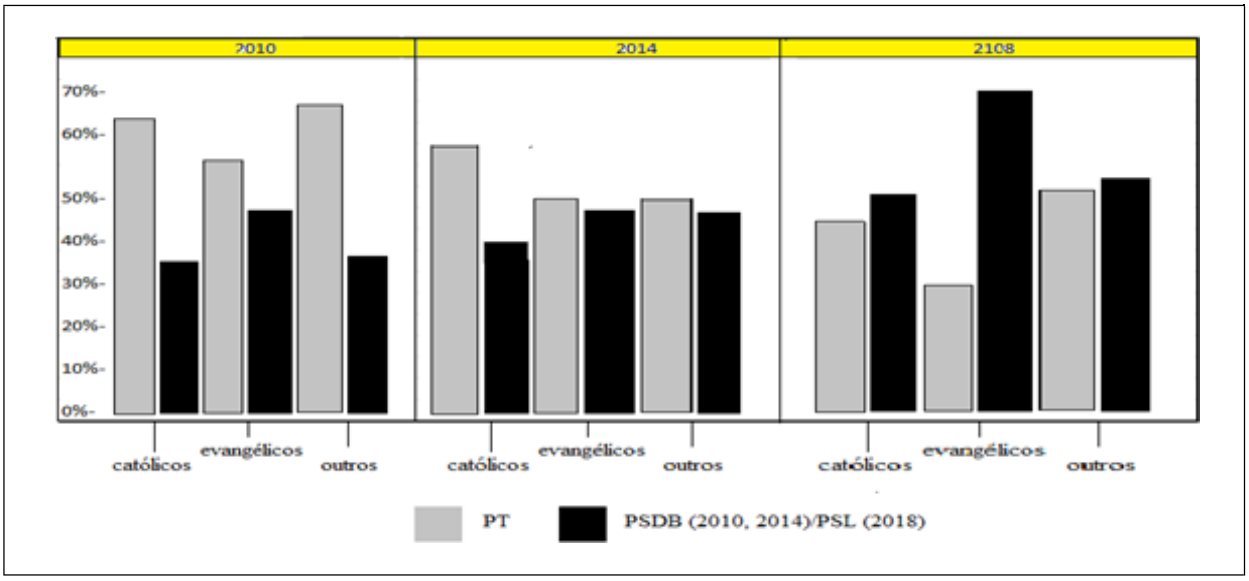
neopentecostais, conforme se vê nas palavras de Ferreira (2020, p.49), “A multidão se fortalece em ideias rasas, superficiais e imediatistas, todas em nome de Deus, todas acionando um Deus neopentecostal que humilha e insulta todos aqueles que são diferentes deles, um Deus intolerante e irresponsável”. Isso se presencia na maneira como a disputa política se manifesta para esse segmento; a luta do bem contra o mal. Sua intolerância se constrói pela apropriação da ideação do significado de bem.

É dentro desses pressupostos que se faz necessário analisar como se construiu a interligação Bolsonaro/evangélicos.

Esta trajetória concentrou-se na percepção de como os membros desse segmento que na sua grande maioria, são das classes menos favorecidas que, paradoxalmente, foram as camadas sociais mais comtempladas pelas políticas sociais implementadas pelos governos dos petistas Lula e Dilma. Por mais contraditório que possa parecer, romperam de forma abrupta com a esquerda e se tornaram pontos centrais da eleição de um político de direita, que já é tratado pela literatura especializado como de extrema direita.

Para expressar essa tendência, Nicolau (2020) copilou dados da pesquisa do Eseb-2018 e mapeou a distribuição dos votos para presidente nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Vejamos estes dados no gráfico 4, que contém o percentual comparativo de votos das religiões em cada partido nos segundos turnos das eleições de 2010, 2014 e 2018.

Gráfico 4: Relação entre as religiões (católicos, evangélicos e outro) e voto para presidente no segundo turno de 2010, 2014 e 2018.



Fonte: Nicolau, J. (2020) p. 72

A partir da leitura do gráfico observa-se que a diferença de votos dada a Bolsonaro é extremamente significante e, mesmo não fracionado no gráfico pelas denominações existentes fica evidente que os evangélicos motivados por pautas e narrativas que envolvem questões morais, posicionaram-se a favor, em sua maioria, de Bolsonaro. O voto evangélico passa a ter prioridade nas disputas eleitorais a partir de 2018 em relação às disputas anteriores. Fato este que dá para as pesquisas científicas, nas Ciências Sociais, e, nas manchetes dos principais meios de comunicação do país, um destaque cada vez maior a esse segmento eleitoral. Como diz Almeida (2019, p. 206): "Mobilizados pelas pautas dos costumes, pelo medo da ameaça comunista e pelo apelo à honestidade das pessoas de bem, muitos evangélicos votaram nele [Jair Bolsonaro]".

A questão conjuntural que precede a eleição de 2018 é fator importante para guinada à direita no Brasil (ALMEIDA, 2019; MARIANO 2019; FERREIRA, 2020). Líderes evangélicos declaram seu apoio a Bolsonaro, encarnando a luta do bem contra o mal, numa referência à forma de liturgia neopentecostal, que tem três aspectos fundamentais: "1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade". (MARIANO, 2014, p. 36).

Junta-se a esses aspectos a questão do fundamentalismo religioso, que reverbera um discurso de intolerância e de defesa de verdade absoluta. Concepção esta canalizada pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro, já que viu aí uma intersecção com o extremismo político que perpetuava há tempos na sua ação política como parlamentar e, como candidato a presidente. Ferreira (2020, p. 57), afirma que:

> [..]o fundamentalismo religioso aliado ao extremismo político passa a ser um posicionamento que ameaça à democracia e a liberdade de uma sociedade, uma vez que um encontra no outro bases necessárias para se desenvolver e se expandir, a fim de que se tornem a única forma de pensamento possível, excluindo e oprimindo todas as outras formas de pensar, e principalmente, impedindo a oposição.

Em síntese, pode-se afirmar que as regras defendidas por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018 afinaram-se totalmente com as bandeiras do segmento dos evangélicos. Ou seja, as pautas morais conservadoras tornaram-se o centro dos embates, o que fez das igrejas e das lideranças evangélicas uma espécie de centros de divulgação "político-partidária" da campanha de Bolsonaro. Nessa perspectiva, Prandi, Santos e Bonato (2019) defendem que a força da cooptação dos votos dos evangélicos não vem da mensagem que é propagada com o objetivo do convencimento, que usa as crenças e os valores da religião como

referencial. Assim afirmam que "[...] a própria igreja é que se torna central por funcionar como uma espécie de "máquina eleitoral" – na maioria das vezes tão ou mais efetiva que os próprios partidos políticos". (PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019, p. 53)

O fanatismo religioso, segundo Ferreira (2020), ao se aliar com o campo político, propicia discursos cujos repertórios se utilizam de representações e interações sociais para justificar ações que disseminam interesses particulares.

A eleição de Bolsonaro passa por um recorte desse fanatismo religioso. Isso porque, mesmo sendo este o candidato da elite brasileira, sua eleição dependia do voto da maioria da população. Sabe-se que são as classes menos favorecidas que são a maioria da população brasileira. Assim, a consolidação da sua vitória dependeu expressivamente do voto de parte considerável deste grupo, e segundo Ferreira (2020, p. 58): " [...] as motivações destas classes não são as mesmas das elites, e principalmente porque envolvem um fator determinante: a igreja evangélica e o direcionamento realizado nos cultos". Além de que "[...] as classes desprivilegiadas votaram com a esperança de que passariam a ter privilégios...", o que caracteriza uma visão individualizada e, dessa forma, foca na ideia de meritocracia, que se associa à relação direta com a Teologia da Prosperidade.

As mensagens discursivas de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral colocam mais elementos que lhe possibilitaram uma identificação com os grupos religiosos mais conservadores, pois suas falas eram permeadas de referências a passagens bíblicas. Apresentava-se assim como o paladino da defesa da moral e dos costumes tradicionais da família brasileira, ou seja, encarnava o representante do bem na guerra contra o mal que assolava o país. Faz, dessa forma, uso da simbologia neopentecostal da luta de Deus (o bem) contra o Diabo (o mal), e utilizando-a na arena política. Como destaca Barros Júnior (2022, p. 3):

> O discurso de Jair Bolsonaro no período eleitoral é permeado por referências diretas a textos bíblicos, defesa da família tradicional brasileira, combate à "ideologia de gênero" e ao "kit gay", projetos da esquerda, segundo o então candidato do PSL, o colapso econômico que instauraria no país caso o candidato do Partido dos Trabalhadores vencesse, foram temas enfatizados em sua campanha. A batalha espiritual, enquanto guerra do bem contra o mal, muito enfatizada no neopentecostalismo, é transferida para a arena política brasileira: Bolsonaro seria a via que livraria o Brasil da ruína moral, política e econômica. (BARROS JÚNIOR, 2022, p. 3)

A inclinação do eleitorado brasileiro ao viés conservador, principalmente, no que tange à esfera comportamental, conferiu a Jair Bolsonaro muitos votos desse segmento (BARROS JÚNIOR, 2022).

Apenas título de ilustração, uma reportagem da BBC News Brasil de 23 de outubro de 2018 retrata como os evangélicos optaram, em sua maioria por Bolsonaro em 2018. Vejamos:

> **Eleições 2018: os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro**
>
> No palco de uma unidade da igreja evangélica Sara Nossa Terra, a empresária Sarah Alarcon lamenta para os fiéis que acompanhavam o culto: "Estamos num momento em que o povo de Deus está brigando por política. Nós temos que orar, que pedir para Deus fazer o melhor cenário e colocar as melhores pessoas. Xingar não vai mudar a realidade. Se orássemos mais teríamos um país muito mais unido. A falta de oração está fazendo nós perecermos". Minutos antes, na porta do templo, a empresária, e eleitora de Jair Bolsonaro, dizia-se farta de testemunhar brigas de evangélicos. "As pessoas têm que parar de se meter na escolha dos outros e orar mais", dizia. Segundo pesquisa Datafolha de quinta-feira, 71% dos evangélicos do país declaram voto em Jair Bolsonaro no segundo turno. Ele vence com folga em todos os subgrupos - evangélicos tradicionais, pentecostais, neopentecostais e outros setores. Outros 29% dos evangélicos escolhem Haddad. Em nível nacional, Bolsonaro lidera os levantamentos de intenção de voto com 59%, ante 41% de Haddad. Nos últimos dias, a BBC News Brasil conversou com evangélicos de diversas igrejas para entender o papel da religião na opção de voto em cada um dos candidatos. Entre os apoiadores ouvidos pela reportagem, muitos associam o candidato do PSL à perspectiva de "resposta" a algumas mudanças de comportamento ocorridas nos últimos anos, como o crescimento do movimento LGBT, feminismo, discussões de identidade de gênero e novos formatos familiares, como os homoafetivos. Outro argumento recorrente é o de que Bolsonaro seria um exemplo de político "ficha limpa", sem envolvimento em casos de corrupção, em contraponto ao partido de Lula. (MACHADO; FRANCO, 2018, BBC NEWS. Eleições 2018: os valores e ‘boatos’ que conduzem evangélicos a Bolsonaro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-4582796 > acesso em: 29/06/2022)

Entrevistas concedidas à BBC News (2018)[5] mostram a percepção de alguns eleitores de Bolsonaro quanto à pauta de costumes. A primeira é de uma empresária da Igreja Sara Nossa Terra que deixa evidentes os fatores que a fizeram escolher Bolsonaro. “Para decidir meu voto, entrei em oração e escutei a Deus. Fiquei pensando no país que quero para o meu filho de nove anos. Não quero que ele aprenda sobre sexo na escola". Aqui a pauta comportamental é a justificativa. Uma estudante universitária da mesma igreja diz: "Tenho amigos gays e vejo o desespero deles, mas o PT não dá", diz ela, que decidiu seu voto conversando com amigos da igreja e pastores. "Aqui, na Igreja, a gente tem um trabalho de valorização da família". Já outro fiel, comerciante, da denominação Palavra da Vida Eterna, cita que: "Você sabe que o Haddad prometeu distribuir mamadeira em formato de pênis para as crianças?". E por fim um vendedor, também evangélico, defende sua opção de voto apoiado

[5] BBC NEWS. Eleições 2018: os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796 Acesso em: 29/06/2022.

nos seus líderes: "Bolsonaro tem padrão cristão, de respeito à família. Ele não quer induzir o homem a ser mulher. Vou seguir meus líderes, (o pastor Silas) Malafaia e (o deputado federal) Marco Feliciano."

Todos estes apontamentos comprovam que o papel das lideranças evangélicas no direcionamento dos votos dos fiéis é, de fato, importante, contudo há outros componentes que podem influenciar na tomada de decisões, no que se refere à maneira pela qual os fiéis se configuram como sujeitos políticos aptos ao exercício da cidadania. Mostrá-lo-emos por meio da pesquisa realizada com os fiéis da IURD da cidade de São Carlos.

Por ora, vale ressaltar que, de acordo com Barros Júnior (2022, p. 17): “as pautas defendidas por Jair Bolsonaro em sua campanha apresentaram-no como o candidato mais alinhado com as pautas morais de muitos evangélicos brasileiros, o que se constitui numa variável para compreender o amplo apoio que recebeu deste segmento”. Dessa maneira, destaca-se os eixos centrais que unificam o discurso oriundo dos líderes evangélicos, em seus templos, e a maneira como Bolsonaro se apoderou deste discurso, em 2018:

> Estes eixos são: A) Uma concepção conservadora da família como base da sociedade, que garante papéis estáticos para o homem e a mulher e não admite outras identidades sexuais. Isto implica uma visão patriarcal do homem como um ativo “chefe de família” e a mulher num lugar passivo como “dona de casa”. B) Uma rejeição a qualquer modificação nestes papéis como um ataque à família brasileira, à mulher e às crianças. C) No contexto de um descrédito da classe política por acusações de corrupção, uma visão neoliberal na economia e conservadora nos costumes que permite articulações como a candidatura de Pastor Everaldo e Bolsonaro. D) A ideia de que a Nação é predominantemente cristã e, portanto, deve adaptar sua legislação às necessidades dessa maioria. (GOLDSTEIN, 2021, p.18)

Uma conexão de pautas conservadoras que criam uma série de simbolismos sobre os valores cristãos e os coloca no centro da nova ordem política, que sedimentou terreno para o crescimento de um discurso neoliberal, conservador e autoritário.

> [...]o discurso e a atuação como intermediários dos líderes evangélicos foi crucial para construir o vínculo entre neoliberalismo e conservadorismo que hoje tem carnadura estatal no Governo de Bolsonaro. O moralismo religioso opera assim como um componente central para a união entre neoliberalismo e autoritarismo, que se apresenta como uma restituição da ordem no contexto de crise política e econômica que vive o Brasil. Assim, apresenta-se uma convergência entre as pautas principais dos pastores evangélicos no Congresso e a democracia messiânica plebiscitária defendida por Bolsonaro. (GOLDSTEIN, 2021, p.19)

Há uma percepção de que Deus e Bolsonaro representam a possibilidade da salvação que perpassa a vida dos indivíduos. Essa crença produz ideias que concatenam “conservadorismo, reacionarismo, libertarianismo e a pior das características: são contra a

democracia liberal, ou mesmo qualquer tipo de democracia" (FERREIRA, 2020, p. 63).

Todos os fatos mencionados propiciaram um processo de fortalecimento da figura de Bolsonaro no simbolismo da referência a um mito. De acordo com Ferreira (2020, p. 63-64): "[...] Bispo Edir Macedo, da IURD [...] afirmou que Bolsonaro foi eleito por Deus. [...]. No momento em que o pastor alega que Deus escolheu este presidente para governar o país e este fato é inquestionável, os fiéis de sua igreja o seguem cegamente. Sem, absolutamente, nenhuma resistência".

O próximo passo foi colher dados junto aos fiéis evangélicos, a fim de se analisar se os processos de evangelização corroboram de maneira determinante na condução da vida política de seus fiéis.

4. O SUJEITO POLÍTICO NEOPENTECOSTAL

Nesta seção o objetivo é discorrer sobre como o sujeito político é construído dentro das perspectivas do processo evangelizador neopentecostal. Os fundamentos centrais para as análises permeiam os dados trazidos na seção anterior e sua correlação com as questões teóricas, que possibilitam conceituar a definição do perfil político dos fiéis dessa Igreja.

Assim, o foco esteve na relação entre os dados coletados por outros pesquisadores, com o objetivo de construir um diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, identificar como os referenciais teóricos corroboram no dimensionamento da formação do perfil político destes fiéis. O ponto importante de observação são os discursos das denominações neopentecostais.

Discurso estes carregados de um fundamentalismo religioso. O fundamentalismo religioso no Brasil ganha espaço com o fortalecimento das igrejas neopentecostais. Suas manifestações são oriundas dos discursos pautados pelas questões morais, que exacerbam as pautas conservadoras contra as minorias e a diversidade. Diante destas manifestações é que se pode perceber a apropriação dessas pautas para fazer a transposição do sujeito religioso para o sujeito político.

De acordo com Guadalupe apud Alencar (2021, p. 62):

> A partir da década de 1980 observa-se a massiva entrada de evangélicos (de matriz protestante) na esfera política. É evidente a eleição de líderes religiosos e que fazem parte do sistema de governo. Tempos atrás, os “evangélicos” não deveriam relacionar-se com o mundo e muito menos envolver-se em questões políticas. Porém, essa realidade transformou-se em uma visão e concepção bíblico-teológica sobre o cosmo e a política e, radicalmente, adquiriu novos contextos evangélicos latino-americanos que não apenas participam, mas opinam e influenciam o Estado e a nação a desfrutarem das promessas religiosas envolvidas nos planos políticos.

A análise do livro de Edir Macedo apontará os caminhos para a compreensão da evangelização na formação desse sujeito político.

4.1 Edir Macedo e o Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política.

O ponto central a que a literatura remete está na construção de uma dualidade que opõe o sagrado e o profano. Diante disso, desenvolve-se um discurso político nos templos religiosos que coloca na orientação e na proteção divina o futuro da nação. O livro *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*, escrito pelo bispo Edir Macedo e Carlos Oliveira, dá um panorama da construção deste discurso. Como o nome sugere, o plano de poder revela-se pelo

projeto de nação que Deus orquestra para ser posto em prática por seus escolhidos. Os próprios autores procuram deixar isso bem evidente.

> O objetivo deste livro é esclarecer os cristãos acerca da política, sobretudo dos pontos de vista bíblico e técnico, e, ainda, quais são as suas finalidades. E, para tal, é importante uma análise sob um olhar específico, neste caso político, incluindo alguns parâmetros filosóficos sobre o tema. Certamente, todos compreenderão com clareza o grande projeto de poder elaborado por Deus para seu povo (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Apropria-se do discurso político/religioso, que se ampara na luta do bem contra o mal, e ressalta a necessidade da participação dos cristãos na política. Essa afirmação demonstra o caminho construído para pavimentar o discurso político nos templos neopentecostais.

O livro em si desenha, de forma didática, orientações de como os cristãos devem se comportar frente à política. Toda sua lógica literário-discursiva cria um elo cognitivo em unir passagens bíblicas com as questões políticas, operacionalizando de forma sútil elementos de formação política nos adeptos dessas denominações. O livro é dividido em nove capítulos, que obedecem a uma sequência, que propicia aos cristãos leitores, fazer um paralelo entre o "céu e a terra".

No primeiro capítulo intitulado "A visão estadista de Deus", o autor apresenta a política como algo que se impõe em um contexto estratégico, ideológico, mobilizador, hábil e de convencimento. E já inicia em uma divisão entre o bem e o mal. "Existem os agentes do mal, que são aqueles que fazem oposição acirrada em vários sentidos – inclusive, ou principalmente,

na política – aos representantes do bem". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p.12). Chama a atenção para a força dos evangélicos, e os caracteriza como cristãos, afirmando ser mais de 40 milhões de pessoas. E, ao usarem passagens bíblicas, os autores demonstram como os cristãos devem se manifestar na esfera da política. "Deus falou para Gideão: "vai nessa tua força.". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 20). O significado é que, na sua visão, os cristãos precisam emancipar-se. Reforça-se essa ideia com a seguinte passagem:

> [...] gostando ou não, pessoa tem que compreender que vivemos em um sistema social em que decisões referentes à vida cidadã do Estado é política. E diz respeito às leis gerais, educação, saúde, segurança, moradia, impostos, salários e muitas outras coisas. E, o que é ainda mais agravante: demonstram não perceber um plano de Deus para o Seu povo.

Nela seu objetivo foi chamar a atenção dos cristãos para a necessidade de

participarem da política e, especificamente, do processo político. Já no segundo capítulo: “As consequências da falta de participação política”, segue a lógica construída quanto à necessidade de se reforçar a participação política dos cidadãos. A sua estratégia narrativa visa apontar para um discurso generalista, ou seja, como se estivesse propagandeando a todos os indivíduos a importância da participação, entretanto fica evidente com suas afirmações no decorrer do texto, que seu público alvo são os evangélicos. “Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional e, sobretudo, com o projeto de nação idealizada por Deus para seu povo” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 25).

Sua trajetória faz um caminho do geral para o particular, sempre deixando clara a necessidade de os cristãos terem a consciência de sua força. “Um movimento social organizado com cerca de 40 milhões de pessoas, que são evangélicos teria uma força e tanto”. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 33). Aponta a necessidade da participação com apelo a um discurso vitimista, que denuncia um certo preconceito aos cristãos evangélicos.

> Em pleno século XXI, no Brasil, professar essa fé cristã evangélica ainda significa ser vítima de indiferenças e preconceitos, mesmo com as garantias constitucionais de liberdade de culto religioso. Grupos e classes sociais com representatividades numéricas bem pequenas, em comparação quantidade de evangélicos, vêm organizando movimentos sociais há algum tempo, conquistando espaços e direitos que os protegem dos mais variados preconceitos. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 35).

Estrategicamente constrói um caminho coerente de análise, que passa pela filosofia política, citando Maquiavel e Thomas Hobbes, ao método panfletário de cooptação de fiéis para seu plano de poder. Ao citar esses autores faz referência à política como algo positivo para regular a vida em sociedade. “[...] a essência da política é nobre e, se aplicada conforme seus verdadeiros ideais, ela é boa e deveria ter o papel de proteger os cidadãos” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 37). Aqui justifica a escrita de um livro que vincula política com religião. Veja a passagem bíblica que utiliza para fomentar essa ideia:

> Na parábola das dez minas, o Senhor Jesus chama a atenção dos judeus para a importância de seu povo se estabelecer politicamente e aponta as consequências de não se estar atento e ser fraco nesse segmento. “Então disse: Certo homem nobre partiu para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino e voltar. [...] Mas os seus concidadãos o odiavam e enviaram após ele uma embaixada, dizendo: Não queremos que este reine sobre nós. Quando ele voltou, depois de haver tomado posse do reino, mandou chamar os servos, a quem dera dinheiro, afim de saber que negócios cada um teria conseguido. Sua mina rendeu dez. Respondeu-lhe o Senhor: Muito bem, servo bom; porque foste fiel no pouco, terás autoridade sobre dez cidades. Veio o segundo dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco. A este disse. Terás autoridade por cinco cidades. Veio então o outro e disse: Eis aqui, Senhor, a tua mina, que eu guardei embrulhada em um lenço. [...] E disse aos que assistiam: Tirai-lhe a

> mina e dai-lhe ao que tem dez. Eles responderam: Senhor, ele já tem dez. Pois eu vos declaro: a o todo o que tem, dar-lhe-á: mas ao que não tem, até o que tem será lhe tirado" Lucas 19:12:14-17, 19, 20, 24-16. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p.40).

Ao utilizar essa mensagem o objetivo dos autores parece ser o de oferecer mecanismos subliminares com orientação religiosa induzindo procedimentos relativos à política, pois expunha estratégia de conquistas de poder sobre as cidades além de evidenciar uma oposição ao governo do nobre. Nas palavras de Macedo; Oliveira (2008, p. 41): "Deduzimos que este terceiro servo não seja o exemplo a ser seguido. Ora, quem, na maioria das pessoas lê a Bíblia? Os cristãos. Sendo assim, essa é uma mensagem subliminar a eles em relação as ações políticas".

No capítulo 3: "A retomada de um projeto divino", os autores narram que o nascimento de Moisés é uma mensagem de Deus para um novo projeto de nação. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008). E deixa claro o objetivo do livro:

> [...] revelar, conscientizar e despertar os cristãos para uma causa biblicamente anunciada. [...] E você, como cristão, de que lado deveria estar? E mais, quanto leitores e examinadores da Bíblia Sagrada tiveram a sensibilidade de perceber que ela é um manual que não se restringe apenas à orientação da fé religiosa, mas também é um livro que sugere a resistência, tomada e estabelecimento do poder político ou de governo e via muito além desses temas? Quando todos ou a maioria dos que seguem estiverem convictos de que ela é a palavra de Deus, então ocorrerá a realização do grande sonho Divino. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, pp. 47-53).

O cidadão da polis deve se ancorar nas palavras sagradas para que o projeto divino seja posto em prática.

O capítulo 4, "O processo de libertação", defende a ideia de que o escolhido de Deus terá a missão de libertar seu povo. Para isso usa a figura de Moisés, novamente, como escolhido de Deus para esta libertação. "Sua missão era libertar o povo de Israel, resgatar-lhe a cidadania e guiá-lo à posse de seu próprio reino" (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 63).

Essa ideia será reforçada no capítulo 5, "O encontro com Deus e a missão", em que relata o encontro de Moisés com deus, colocando em evidência o plano de poder apresentado no livro: "Moisés ponderou com Deus sobre como convenceria o povo hebreu de que o Senhor havia aparecido para ele e de que existia um plano de nação, que reverteria toda a situação daquela gente e reescreveria a sua história". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 67).

Moisés aparece no capítulo 6, "O agente apropriado", como um mito político. De acordo com (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 73): "o mito é uma chancela. No caso da política sua potencialidade deve ser explorada para que a pessoa seja o ator principal de um partido; porém sua imagem deve ser resguardada para os momentos, verdadeiramente

relevantes, evitando assim, seu desgaste e desconstrução". É visível que esse ponto foi bem trabalhado desde de 2018 no cenário político brasileiro e atende-se à convocação final do capítulo: "Mais uma vez, apelamos à sensibilidade dos cristãos a fim de que percebam a necessidade de argúcia para determinar o tipo de ação necessário em cada momento. Em política, essa sensibilidade é quase tudo". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 78).

"A reconstrução da cidadania", capítulo 7, centra no apelo para uma maior conscientização política por parte dos cristãos como condição fundamental para a construção da cidadania.

> A coisa é muito maior do que se possa imaginar, e exige o empenho de cada cristão em obter maior conscientização política e maior envolvimento nos assuntos relacionados à estrutura do Estado e às suas essenciais finalidades. Tudo isso tem que passar pela construção de uma verdadeira identidade cidadã e espírito de coletividade. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p.89).

Já no capítulo 8: "Política e ética", os autores constroem a narrativa de que a ética está vinculada à honra dessa forma relaciona a política aos homens de honra. "[...] a honra não é um monopólio dos evangélicos, mas, por outro lado, ela é inerente aos cristãos que verdadeiramente temem a Deus. No caso destes, a honra pode ser interpretada em sua forma literal de definição: probidade, respeito e consideração para com toda a coletividade. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 95). Chama a atenção dos cristãos quanto às suas qualidades éticas e reforça que a

política necessita de sua participação como forma de "purificação" para atender ao que ela se propõe; o bem-estar da coletividade. "'Quando se multiplicam os justos, o povo se alegra, quando, porém, domina o perverso, o povo suspira' (Provérbios 29:2), ou seja, quando o perverso governa, o povo sofre, mas quando o justo governa, o povo se alegra". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 101). Quem são os justos? Na visão deles são os cristãos evangélicos, os escolhidos por Deus para pôr em prática seu plano de poder. "Nunca, em nenhum tempo da história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-los de forma incisiva a participar da política nacional. E, mais ainda, consolidar o grande projeto de nação pretendido por Deus". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 104).

Finaliza a narrativa no capítulo 9, intitulado "A nação dos nossos sonhos", trabalhando a questão dos desejos, sendo que os sonhos, da forma como são apresentados, representam o país que sonhamos, ou seja, desejamos. "Para que tudo isso se realize o mais brevemente possível, é importante que haja o envolvimento e a participação dos cristãos no processo político do país". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 111).

Todo o caminho desenhado na elaboração do livro atende a um projeto de formação de um sujeito político, ou seja, apontamentos que corroboram para a formação do seu perfil político, que esse fiel/leitor olhe para a política como um campo de atuação necessário para que os propósitos de Deus sejam colocados em prática. A negação da política não pode ser exercício dos cristãos evangélicos, ao contrário: "Cada cristão, como cidadão e como eleitor, pode colaborar em muitos aspectos para a construção dessa nação dos sonhos de Deus". (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 119). A partir da constatação do número expressivo da população evangélica e da percepção de sua potencial força política, esses passam a ser vistos como peças importantes no tabuleiro da política.

A partir daí o ativismo religioso se tornou crescente e a sua participação na disputa política institucional coloca esse segmento em um processo de convivência respeitosa, até o momento, com a democracia. A disputa se dá, ainda, na organização político-partidária e nos processos eleitorais.

4.2 A panfletagem política no interior da igreja

Os discursos conservadores ganham relevância nos últimos tempos no Brasil. Um discurso que ecoa na dualidade de uma conjunção entre os grupos de direitas e o fundamentalismo religioso. O processo de análise está em olhar como as mensagens político/religiosas chegam até os fiéis e, consequentemente, se e como ajudam na construção deste perfil político. Ou seja, como se cria uma subjetividade capaz de direcionar as ações destes fiéis, construindo uma identidade política? De acordo com Laclau; Mouffe, apud Oliveira; Gracino Junior (2023), cria-se uma força aglutinadora que dimensiona e determina campos de ações antagônicos do tipo -nós contra eles-, numa perspectiva da construção de uma identidade política. Forma-se um campo de atuação que congrega:

> [...]entre diversos grupos sociais, aglutinados em torno de ideias abstratas ou abrangentes o suficiente para aproximá-los a despeito de suas diferenças. [...] a construção de uma subjetividade popular é possível somente sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios capazes de articular segmentos sociais diferentes, em um processo que, "em sua expressão mais extrema [...] chega a um ponto em que a função homogeneizante é levada a efeito por um nome próprio: o nome do líder. (LACLAU, 2005 p. 40).

O fortalecimento desse contexto se dá pelas denominações evangélicas que ao adentrarem com força nas periferias, tornam-se interlocutoras de um discurso teológico baseado

nos valores morais. De acordo com Gracino Junior (2003, p. 103), “as igrejas evangélicas são tecnologias de organização social da periferia, peças centrais da engrenagem populista conservadora para construção de sujeitos das políticas conservadoras de fundo neoliberal”.

Ressaltar esse aspecto fortalece a perspectiva de que a ressonância das vozes moralistas ganha força pela ruptura, já destacada, no momento em que as políticas sociais se apresentam com vigor, nesse segmento, para um novo momento, que tem na teologia da prosperidade o ponto de convergência, caracterizado com o rompimento da luta pelos direitos para a adoção do empreendedorismo como elemento base de inclusão social.

Dentro desta perspectiva organizacional das denominações evangélicas nas periferias, cria-se um poderio de informações panfletárias com o objetivo de se construírem narrativas capazes de alimentar subjetivamente os fiéis, para a formação de sujeitos políticos alinhados aos seus propósitos eleitorais. A propaganda política ganha espaço e se constrói com o alinhamento das questões religiosas com a construção de pautas políticas, que legitimam discursos de bases morais ao debate político. O efeito de objetividade e subjetividade está ligado à formação de opiniões, que são caracterizadas pela maneira como as informações chegam aos indivíduos.

Uma das maneiras de se formar a opinião pública são os meios de comunicação de massa, de acordo com Foucault (1986). A regulamentação de um poder difere de cultura para cultura, mas vale ressaltar que o verdadeiro elemento atuará de forma a favorecer o sistema que se quer impor.

Castells reforça esse aspecto do poder da mídia na vida política:

> Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos [os partidos políticos, de ideologias distintas] acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (Castells, 2000, p. 367)

Diante desses propósitos de construção da subjetividade, ver-se-á como a IURD criou um mecanismo de propaganda capaz de mobilizar a opinião dos fiéis, ao criar um sentido de direcionamento explícito à panfletagem política no interior do templo e no seu entorno.

De acordo com Oliveira; Gracino (2023), a IURD criou um periódico chamado: Folha Universal, com o objetivo de veicular discursos religiosos com base moral para influenciar nas disputas políticas eleitorais. Este instrumento comunicativo tem uma ressonância enorme como material de propaganda política, pois prega uma visão de mundo

específica.

Oliveira; Gracino (2023, p. 110) destaca a relevância, tanto histórica quanto formativa do periódico para a IURD:

> Em março de 2022, o jornal Folha Universal completou trinta anos desde sua primeira edição, em 15 de março de 1992. É um jornal semanal que é facilmente encontrado nas redes sociais da IURD e distribuído nas portas de todos os templos. Não é raro receber um desses jornais ao caminhar próximo aos templos. A IURD percebe o jornal como estratégico para angariar fiéis, divulgar suas contribuições à sociedade e, como afirmara Casanova (1994; 2006), participar de debates na esfera pública. Segundo a IURD, "atualmente, ele é o jornal impresso de maior tiragem do País, com quase 2 milhões de exemplares semanais. Além disso, chega a todos os estados brasileiros e nos locais mais extremos e de difícil acesso". Segundo a matéria, o jornal "possui textos relacionados à igreja, fé cristã e também seculares. Um conteúdo de qualidade para informar, ajudar e levar fé a todos os leitores.

Ainda de acordo com Oliveira; Gracino (2023), a Folha Universal apresenta-se como um jornal impresso com maior circulação no país, cerca de 2 milhões de exemplares. Apresenta-se como um jornal a serviço dos 'interesses de Deus' e como ferramenta evangelizadora. A máquina de propaganda está montada e, de forma competente, constrói as premissas subjetivas para a construção do perfil político de seus fiéis.

Para evidenciar como se desenvolvem seus direcionamentos a sequência das tabelas 4, 5, 6 e 7 destaca o posicionamento dos editoriais da Folha nas eleições presidenciais de 2022 em relação a alguns temas políticos, já que é nesse gênero textual que o discurso político se materializa. Esse recorte serve para ilustrar como o dueto religião e política apresentam-se na atualidade.

Tabela 4. Comunismo e América Latina

Edição	Data	Título do Editorial	Temática principal do Editorial	Título do Panorama	Temática principal do Panorama
1554	23/01 a 29/01	"Argentina e Chile: alerta vermelho"	Mobilização anticomunista	"5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda".	Oposição entre "o que a esquerda pensa" e "o que o cristão pensa".
1555	30/01 a 05/02	"O veneno mortal de Cuba"	Mobilização anticomunista	"Banalização das relações leva à esclerose múltipla"	Relacionamentos.
1556	06/02 a 12/02	"Sem máscara e com as garras de fora"	Articulação entre Lula, PT e comunismo	"Pandemia: o saldo catastrófico de terem fechado as escolas	Pandemia.
1559	27/02 a 05/03	"Nazismo e comunismo: duas faces da mesma moeda"	Atribuição do nazismo ao espectro político da esquerda	"Competição injusta"	Ideologia de gênero.
1561	13/03 a 19/03	"As portas do inferno não prevalecerão"	Crítica ao comunismo.	"10 perguntas para Marcos Pereira"	Entrevista com Marcos Pereira, do Republicanos.
1571	22/05 a 28/05	"Apropriação indébita nas escolas e universidades"	Críticas ao comunismo, Karl Marx e Friedrich Engels	"Reforma agrária: a incoerência da esquerda"	Crítica aos movimentos sociais de esquerda que pautam distribuição de terras, agricultura e trabalhadores rurais

Fonte: COSTA OLIVEIRA; GRACINO JUNIOR, 2023, pp. 113-117

Tabela 5. As Famílias e o Pânico moral

Edição	Data	Título do Editorial	Temática principal do Editorial	Título do Panorama	Temática principal do Panorama
1560	06/03 a 12/03	"A família cada vez mais sob ataque"	Crítica aos novos modelos de família identificados pelo IBGE	"Nazismo é crime"	Nazismo.
1564	03/04 a 09/04	"Você torna a sociedade melhor ou pior?"	Responsabilidade dos indivíduos com a sociedade.	"As propostas da esquerda para a família"	Pautas da esquerda que colocariam em risco a família cristã
1575	19/06 a 25/06	"O mercado tem ideologia?"	Ideologia e comunidade LGBT.	"Obesidade: problema de saúde pública"	Obesidade e saúde.
1578	10/07 a 16/07	"O alvo mais cobiçado pela esquerda"	Disputa entre esquerda e cristãos	"A educação e seu poder de mudar as estatísticas"	Educação.
1579	17/07 a 23/07	"A fé que vence o tempo"	Fé cristã.	"Esquerda e educação: doutrinação ainda na infância"	Pânico moral e crítica à esquerda
1590	02/10 a 09/10	"Nós vamos transexualizar o seu bebê"	A importância do voto para proteger a família.	"A política muito além do voto"	A importância de conhecer e acompanhar os candidatos.

Fonte: COSTA OLIVEIRA; GRACINO JUNIOR, 2023, pp. 113-117

Tabela 6. Lula e o PT

Edição	Data	Título do Editorial	Temática principal do Editorial	Título do Panorama	Temática principal do Panorama
1552	09/01 a 15/01	"Lobos associados com raposas"	Aliança política entre Lula e Alckmin.	"Três em quatro brasileiros têm dívidas"	Condições financeiras dos brasileiros.
1553	16/01 a 22/01	"Turismo de favela: até quando vamos aceitar a exploração da pobreza?"	Incentivo do PT à exploração do turismo nas favelas.	"Por que você deve valorizar o seu voto nas eleições deste ano?"	Incentivo ao voto.
1567	24/04 a 30/04	"Isso, sim, é um ataque à democracia"	Críticas à Lula	"A esquerda e o cristianismo"	Ideias e pensamentos da esquerda que colocam em risco o livre exercício da fé.
1569	08/05 a 14/05	"Um líder sem público"	Críticas à Lula e diminuição do apoio ao petista	"Saneamento básico: um problema que a esquerda não queria resolver"	Oposição da esquerda à proposta do Marco Regulatório do Saneamento
1573	05/06 a 11/06	"O conselho de Balaão para Lula"	Pânico moral e críticas à Lula e ao PT	"Federações partidárias e seu impacto na política brasileira"	Coligações e federações partidárias.
1574	12/06 a 18/06	"Os planos do PT para o tráfico de drogas"	Crítica ao PT.	"Para quem é a boa educação no país?"	Ensino superior público.
1580	24/07 a 30/07	"As eleições gerais e o poder das decisões"	Crítica ao governo de Lula e à sua candidatura	"Os grandes riscos das fake news"	Fake news.
1581	31/07 a 06/08	"O líder das pesquisas"	Comparação entre apoio popular de Lula e Bolsonaro.	"Eleições 2022: pautas essenciais para o Brasil"	Opiniões e posicionamentos da Universal sobre eleições.

1584	21/08 a 27/08	"A fraude na carta da democracia"	Crítica ao evento da assinatura da Carta da Democracia.	"Onde está a mão de obra qualificada?"	Falta de mão de obra qualificada no Brasil.
1585	28/08 a 03/09	"Quem é a verdadeira facção?"	Crítica à Lula.	"Eleitor, você é o protagonista nas eleições"	Protagonismo do cidadão nas eleições.
1586	04/09 a 10/09	"O Estado é laico, o voto não"	Defesa de votar em candidato que defende princípios cristãos	"O que as eleições em países vizinhos têm a ensinar"	Problemas vividos na Argentina e Chile por terem eleito presidentes de esquerda
1587	11/09a 17/09	"Mentiras em Cadeia nacional"	Críticas às falas de Lula ao Jornal Nacional da Rede Globo	"Cuidado com o Deepfake"	Alertas sobre manipulação de vídeos e áudios em contexto eleitoral
1588	18/09 a 24/09	"Um grito por respeito"	Elogio ao 07 de setembro e ressalta força de Bolsonaro para vencer a eleição	"Viciados em videogame"	Alerta sobre os riscos do vício
1589	25/09 a 01/10	"Bispo Macedo responde: 'O Senhor vai apoiar quem para presidentes'".	Editorial faz um texto em que demonstra que o dirigente da Instituição apoia Bolsonaro	"Eleições 2022"	Ressalta a importância de votar em pessoas que defendam os mesmos valores.

Fonte: COSTA OLIVEIRA; GRACINO JUNIOR, 2023, pp. 113-117

Tabela 7. Matérias do Segundo Turno das Eleições de 2022.

Edição	Data	Título do Editorial	Temática principal do Editorial	Título do Panorama	Temática principal do Panorama
1591	09/10 a 15/10	"O Recado das Urnas"	Ressalta a expressiva votação de candidaturas de direita	"Violência e Política X Democracia	Defesa da democracia e do fim da violência
1592	16/10 a 22/10	"Alguém ainda acredita em pesquisa eleitoral"	Crítica às pesquisas eleitorais por apontarem Lula à frente e por terem errado no primeiro turno	"Identidade de Gênero"	"Ressalta os problemas da ideologia de gênero"
1593	23/10 a 29/10	"Política e Religião"	Ressalta a importância da atuação política de pastores e cristão.	"Por que Lula tem fama de ladrão?"	Quatro páginas do jornal ressaltando corrupções em governos do PT.
1584	30/10 a 05/11	"Escolha: o poder do eleitor"	Ressalta a responsabilidade dos eleitores na escolha eleitoral	"Liberar não é a Solução"	Ressalta problemas de legalizar a maconha

Fonte: COSTA OLIVEIRA; GRACINO JUNIOR, 2023, pp. 113-117

As tabelas mostram que o jornal Folha Universal se ancora nas questões morais como elementos chaves para criar o contraponto político, buscando referenciais das pautas políticas conservadoras e as incorporando como elo para o discurso moral, alicerçado nas pautas de costumes. Sedimenta a panfletagem política em prol do candidato pela IURD – Jair Messias Bolsonaro – que representa nos parâmetros neopentecostais a representação do bem, na dicotomia em relação ao mal, representado pelo candidato, Luiz Inácio Lula da Silva.

> O jornal da IURD foi um órgão politicamente atuante e se colocou como instrumento de campanha de Jair Bolsonaro. As pautas conservadoras centradas na "família tradicional" e o receio de um "governo de esquerda" foram discursos basilares na defesa da candidatura de Jair Bolsonaro. O debate foi centrado num discurso de divisão entre o bem e o mal. A esquerda foi representada como algoz de propósitos cristãos.

A linha editorial, de um modo geral, perpassa pela narrativa dos cristãos se posicionarem a favor do bem, ou seja, escolher Bolsonaro, já que esse representa os propósitos do plano de poder de Deus, conforme apresentado por Edir Macedo em seu livro. Dessa maneira, os evangélicos e, a IURD em particular, cumprem seu papel de disseminar a busca da hegemonia do viés conservador e, consequentemente, tornam-se 'cabos eleitorais' primordiais deste projeto em curso no país. (BURITY, apud OLIVEIRA, GRACINO, 2023)

No caso específico da presente pesquisa, verificou-se que os templos situados na cidade de São Carlos aderem a um padrão homogêneo de distribuição de matérias com conteúdos políticos partidários. Esse padrão engloba uma presença considerável de propaganda política direcionada, evidenciada nos editoriais dos jornais distribuídos dentro das igrejas, conforme demonstrado nos itens 8, 9, 10 e 11.

Para a eficácia dessa divulgação, os fiéis se engajam em visitas domiciliares nos fins de semana, com o intuito de dialogar com os moradores e fornecer materiais impressos da Igreja, particularmente o periódico denominado *Folha Universal*. Ademais, emprega-se a estratégia de posicionamento em locais de grande circulação, como praças públicas, visando interpelar os transeuntes e distribuir o jornal.

No ambiente interno dos templos, tais jornais ou panfletos são dispostos estrategicamente logo na entrada, assegurando um acesso fácil e imediato aos fiéis. O mesmo ocorre em relação aos livros do principal líder dessa denominação, o bispo Edir Macedo, que por ocupar um espaço privilegiado dentro desses locais de culto, proporciona aos fiéis ter acesso facilitado, que os estimulam a adquiri-los. Vale registrar que, durante uma das visitas realizadas a um dos templos, o pastor fez questão de nos presentear com dois exemplares dos livros de Edir Macedo. Diante desse contexto, torna-se evidente a existência de um mecanismo operacional com o propósito de disseminar as ideias e os ideais defendidos pela denominação, o que resulta em uma orientação política partidária. Essa correlação é claramente demonstrada pelos títulos dos editoriais apresentados na tabela 7.

A mobilização na formação do perfil político desses fiéis e cerca de vários componentes importantes a levar mensagens subjetivas que se tornam mecanismo de ações nas ações cotidianas destes sujeitos. Oliveira; Graciano (2023, p. 12) afirmam que:

> Nesse cenário, enquanto sujeito político, os evangélicos, notadamente a IURD, não precisam constituir maioria absoluta para produzirem uma gramática conservadora da ação política, basta que alcancem número e coesão suficientes para começarem a articular discursivamente os termos em que as demandas serão expressas. E, uma vez constituídos como tal, tornam-se um elemento determinante em qualquer disputa

> hegemônica travada em âmbito nacional, sendo exatamente nesse sentido que a Folha Universal tem sua contribuição.

Os pontos apresentados reforçam o debate central, que aponta para os evangélicos como um segmento significativo no cenário político brasileiro. E seus líderes, atentos a essa relevância, processam mecanismos evangelizadores que de forma sútil pautam temas políticos como forma de construir consciências.

4.3 A mídia oficial e a busca do voto evangélico.

O crescimento do segmento evangélico não se tornou algo desconectado do interesse da mídia brasileira. A relação entre política e religião estampou as manchetes dos principais jornais e canais de notícias do país. No período que antecede o pleito eleitoral de 2022, as manchetes com temas relacionados à disputa pelo voto evangélico, ou pela notoriedade da força política deste segmento ganharam destaque semanal nesses órgãos de notícias.

As reportagens atestam algo que já era perceptível no campo político, a força eleitoral dos evangélicos. Diante dessa maior visibilidade, o segmento torna-se matéria das pautas do dia da maioria dos analistas políticos e profissionais que trabalham com a política. De acordo com Nascimento (2022), líderes e políticos evangélicos são cada vez mais cortejados por candidatos a cargos eletivos. De acordo com Cunha (2018), a partir dos anos 2000, os evangélicos deixaram a condição de minoria invisível para uma maior visibilidade, que culmina com uma superior participação política e, consequentemente, um assédio cada vez maior dos agentes políticos e da mídia.

Cunha (2018, p. 12) afirma que se criam elementos que: “[...]compõem o quadro que hoje coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil, [...], e também o surgimento de lideranças religiosas ativistas políticas não institucionais, com forte presença nas redes sociais digitais”.

A crescente participação dos evangélicos no cenário político brasileiro é nítido e, paralelo a isto, torna-se um grupo detentor de um campo político cortejado e disputado pelos agentes políticos. Isso é evidenciado pela quantidade de matérias políticas feitas a partir de 2018 a respeito dos evangélicos e a questão política. A tabela 12 apresenta algumas dessas matérias.

Tabela 8. Evangélicos na mídia

Mídia	Data	Manchete
www.cartacapital.com.br	08/11/2018	Brasil é o país onde evangélicos mais avançam na política.
https://tab.uol.com.br/noticia	07/03/2020	'País terrivelmente evangélico' é projeto de poder ou preconceito da elite?
congressoemfoco.uol.com.br	28/09/2021	Os evangélicos e o cenário eleitoral: entenda o crescimento do fundamentalismo religioso na política brasileira
www.estadao.com.br/politica	04/08/2021	Os evangélicos são todos iguais?
www.correiobraziliense.com.br/	24/12/2021	Com forte influência política, Evangélicos são um pote de ouro nas eleições
https://www.correiobraziliense.com.br/	20/04/2021	Bolsonaro foca nos evangélicos de olho na eleição de 2022
diplomatique.org.br/	23/08/2022	Análise do voto evangélico ou a fortaleza bolsonarista.
https://diariodonordeste.verdesmares.com.br	31/01/2022	A batalha política no Ceará pelo coração dos evangélicos nas eleições de 2022
https://www.cnnbrasil.com.br/politica	26/01/2022	Em carta a evangélicos, Moro ataca “ideologia de gênero” e políticas pró-aborto
https://radiojornal.ne10.uol.com.br/	29/01/2022	Influenciadores de Cristo: como líderes evangélicos famosos na internet ditam rumos da política nacional
https://noticias.uol.com.br	21/07/2022	Igreja Presbiteriana critica cristãos de esquerda e se alinha a Bolsonaro...
https://noticias.uol.com.br	27/01/2022	Igreja Presbiteriana diz que fiéis 'têm liberdade', após relatório antiesquerda.
www1.folha.uol.com.br/poder	22/02/2022	Pastores ensaiam recuo do bolsonarismo sem abraçar Lula.
www1.folha.uol.com.br/poder	23/02/2022	Pastor do PT leva a Lula plano sobre evangélicos com dicas sobre temas tabus.
www1.folha.uol.com.br/colunas	23/02/2022	Lula entra no chão de fábrica pentecostal.shtml

https://oglobo.globo.com	19/08/2022	Pastor, irmão e bispo: número de candidatos que se apresentam com identidade religiosa bate recorde

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

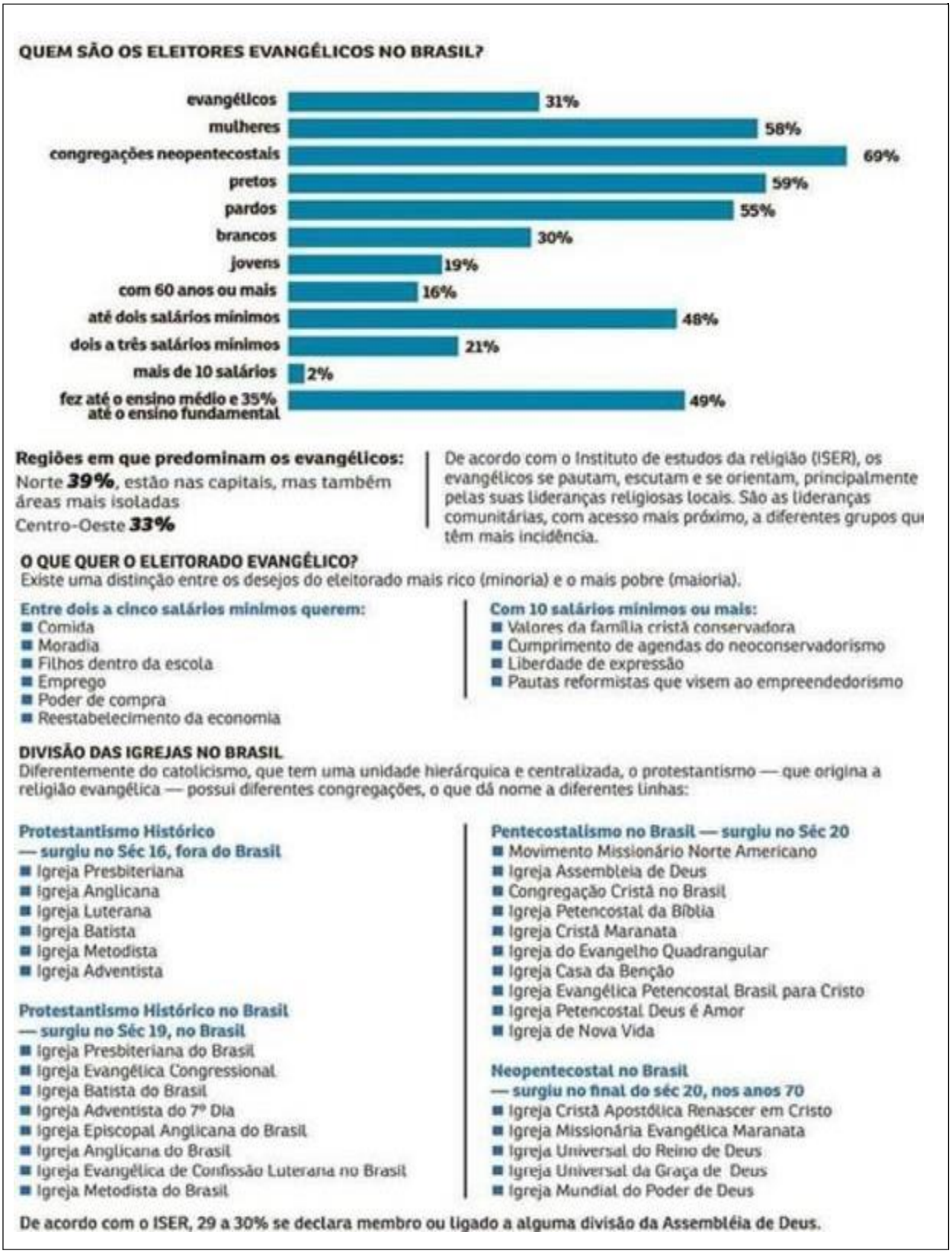
Todos os principais órgãos de imprensa destacaram, em algum momento, a relevância dos evangélicos como pauta principal de matéria dos cadernos de política. Percebe-se que todos os títulos apresentados ressaltam as estratégias dos agentes políticos para conquistar o apoio e o votos dos membros desse segmento. De acordo com Santos; Knies (2021), o papel dos evangélicos no cenário político brasileiro tornou-se um dos pontos importantes na compreensão do comportamento político e eleitoral e, principalmente, dos atores políticos alinhados a esse segmento religioso.

Todas as manchetes relacionadas na tabela mostram como a imprensa noticia a disputa eleitoral desse segmento e o poder de pautar a agenda política dos candidatos. Para corroborar essa perspectiva destacam-se pontos da matéria preparada pelo Jornal Correio Braziliense, em 24/12/2021: “Com forte influência política, evangélicos são um pote de ouro nas eleições”, texto que demonstra a movimentação dos candidatos para a eleição presidencial de 2022, para atrair o voto evangélico. A matéria inicia-se com destaque para a corrida eleitoral e à busca da simpatia do eleitorado evangélico:

> Na corrida pela disputa ao cargo de presidente da República nas eleições de 2022, existe uma outra competição, mais segmentada, mas com alto impacto no resultado final: quem ganhará a simpatia da maioria do eleitorado evangélico no ano que vem? Dos mais de 210 milhões de brasileiros, esse segmento representa aproximadamente 30% da população, segundo o Datafolha. Em 2018, na última escolha presidencial, em meio a um cenário de crises, principalmente relacionadas à moral política, esse eleitorado foi responsável por 70% da aprovação de Jair Bolsonaro (PL), um candidato conservador, que se autointitulava "fora do sistema" e com discurso anticorrupção.

No cenário apresentado o candidato a presidente, Jair Bolsonaro, tem a fidelidade desse segmento. A disputa por esse eleitorado impõe a investida de outros proponentes ao segmento evangélico. Como é salientado pela quantidade de matérias políticas feitas a partir de 2018 a respeito dos evangélicos e a questão política. Para ilustrar a força eleitoral a matéria utiliza uma tabela, correspondente à tabela 13 neste texto, para demonstrar quem são os eleitores evangélicos e qual sua prioridade para a tomada de decisão sobre o voto.

Tabela 9. Eleitores evangélicos



Fonte: www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/12/4973217-com-forte-influencia-politica-evangelicos-sao-um-pote-de-ouro-nas-eleicoes.html. Acesso em 15/10/2023.

A disputa torna-se acirrada e os candidatos buscam alinhar seus discursos para atrair esse público, mas o quadro é favorável a Bolsonaro, candidato que representa a direita, uma vez que "Espelhados no movimento americano do neoconservadorismo, os evangélicos conversadores prezam pautas do liberalismo econômico, morais, contrárias ao aborto, casamento do mesmo sexo. Acreditam, ainda, que questões sociais se resolvem com iniciativas individuais".

A lógica estratégica da esquerda, capitaneada por Lula, foi atrelar e elencar os problemas sociais como algo que afeta a todos e reverbera nas camadas evangélicas, já que ela tem seu grande núcleo de atuação nas periferias.

> [...]o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de um encontro nacional virtual, que reuniu 800 evangélicos, entre pastores e fiéis. Ao lado da ex-governadora do Rio de Janeiro e evangélica Benedita da Silva (PT), Lula creditou sua chegada à presidência "à mão de Deus". Além de lembrar aos participantes que "governou para todos". De acordo com Geter Borges de Souza, um dos coordenadores do núcleo evangélico do PT, o tema central do ex-presidente para o plano de governo tem sido o combate à fome. "O foco dele é que o PT tenha um projeto democrático popular, por isso todo mundo que quiser contribuir e somar será bem-vindo. Os evangélicos passam fome, querem comer e querem que o PT volte com o programa fome zero, geração de emprego e renda". (CORREIO BRAZILIENZE, 2023)

Para Ana Carolina Evangelista, cientista política, consultada pela reportagem, os votos evangélicos se mobilizam por outros caminhos, que não somente às pautas de costumes, como apontado no trabalho, mas também no discurso antissistema e de combate à corrupção, que ecoou no Brasil, principalmente com a força-tarefa da Lava-Jato. Nas palavras dela:

> [...]outra forma de chamar a atenção do eleitorado evangélico: o discurso de combate à corrupção. "Essa resposta antissistema, fora do sistema, me parece uma camada importante de acesso à população. Um pouco dessa descrença na política ainda é forte, então que seja um candidato que consiga minimamente se identificar com o "eu sou fora desse sistema corrompido" tem uma responsabilidade importante".

A reportagem atesta o quanto esse segmento entrou na pauta da estratégia política nos últimos anos no Brasil. O fiel evangélico passa a ter um papel cada vez mais crucial nas disputas eleitorais e, consequentemente, se colocará no cenário político tanto como potenciais eleitores, quanto como atores políticos na disputa dos cargos eletivos. A relevância desse segmento aumenta pleito após pleito. As matérias elencadas e destacadas, em anexo, mostram o quão fiel da balança se tornou o sujeito político evangélico.

5. A ANÁLISE DO PERFIL POLÍTICO DOS FIÉIS DA IURD – SÃO CARLOS -SP

Este estudo busca dialogar com alguns levantamentos que apontam que os evangélicos não se deixam influenciar, em sua maioria, pelo processo de evangelização quando o assunto especifico é a política. Estudos estes que apresentam a vertente de que religião e política caminham em lados opostos, ou seja, que a religião se fundamenta prioritariamente no campo espiritual. Dentre estes levantamentos está a perspectiva apresentada por Reginaldo Prandi; Renan Willian dos Santos e Massimo Bonato, que colocam um peso maior na estrutura disponibilizada pelas Igrejas evangélicas no decorrer do processo eleitoral, do que na mensagem evangelizadora propriamente dita na formação do sujeito político. Nas suas palavras: "[...]mesmo em países de grande maioria religiosa: a maior parte da população vê a política e a religião como esferas que devem se manter separadas, e a influência de líderes religiosos em decisões governamentais não é vista com bons olhos" (PRANDI; SANTOS; BONATI, 2019, p. 51). Corroborando com este estudo estão os dados apresentados nos gráficos 5 e 6, realizados pelo Instituto de pesquisa Datafolha, com o objetivo de apontar que não há um impacto significativo de interferência religiosa nas questões políticas. Para esses autores, a mensagem religiosa se apresenta como uma camada superficial:

> Ao que tudo indica, portanto, a mensagem religiosa é só um verniz, a última camada de uma carpintaria política cuja matéria-prima fundamental e determinante é o poder organizacional e financeiro das igrejas evangélicas, que, ao contrário dos aparelhos seculares de organização política, atuam livres de uma série de constrangimentos (como a fiscalização de doações oriundas dos dízimos e ofertas), não pagam impostos sobre os espaços físicos que ocupam (os templos), além de contar com uma mão de obra voluntária e uma rede de contatos e de divulgação que dificilmente estaria disponível mesmo aos partidos políticos de grande porte (PRANDI; SANTOS; BONATI, 2019, p. 58).

Essa estrutura é fundamental para a disputa eleitoral, contudo nossa pesquisa parte da premissa de que a mensagem ecoa de forma relevante, já que os fiéis, ao decodificarem tais mensagens, constroem caminhos subjetivos que guiam suas ações enquanto sujeitos políticos.

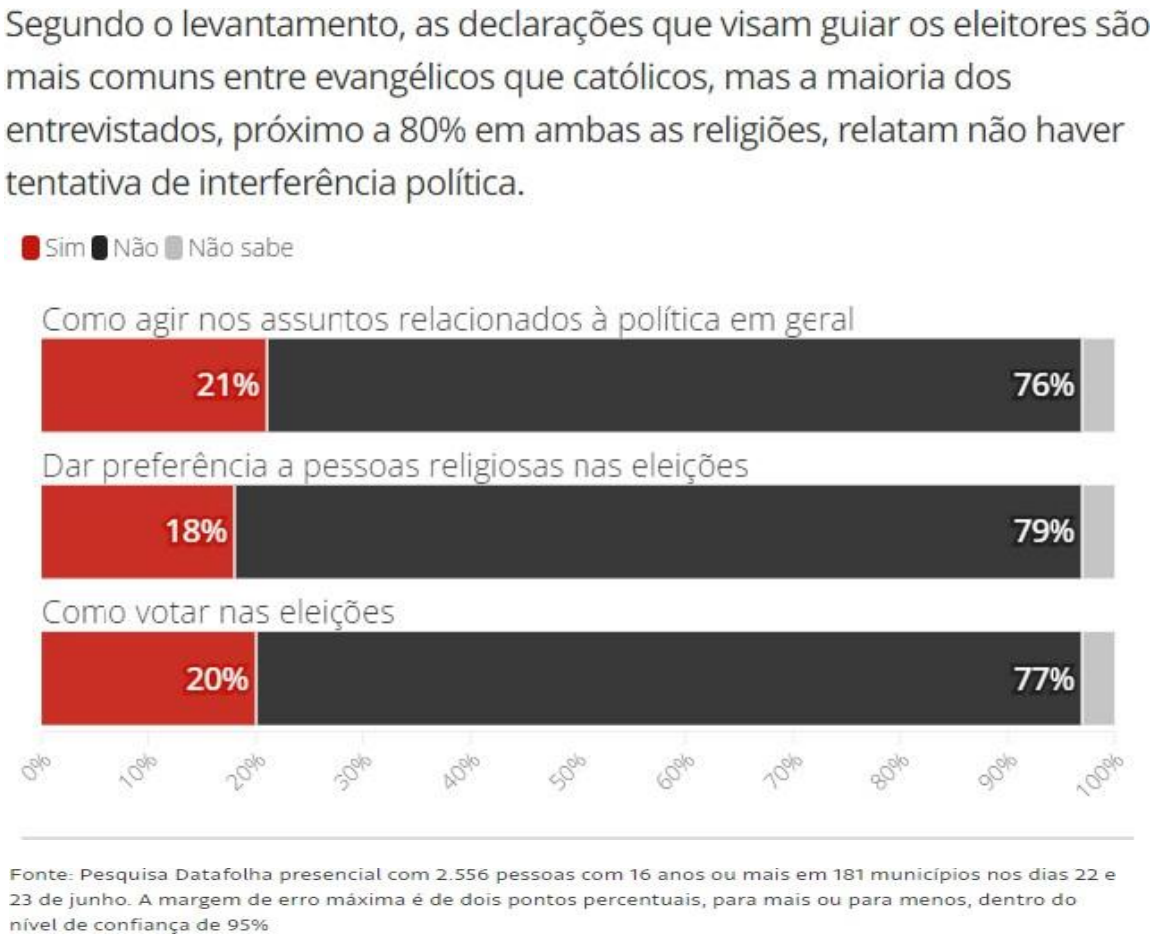
Os dados da pesquisa realizada na IURD na cidade de São Carlos revelaram a maneira pela qual os evangélicos neopentecostais projetam uma correlação entre a sua subjetividade construída pelo processo evangelizador e a objetivação das suas ações enquanto sujeitos políticos e, dessa maneira, como constroem seu perfil político. Como dito acima, o pressuposto vai de encontro desta ideia: não há uma relação entre o ser político e a religião.

Vale ressaltar que não estamos separando política de religião. Como sujeito político

que somos a política permeia toda nossa vida, nosso propósito. Ao darmos ênfase nos fiéis, os neopentecostais em questão, pretende-se atestar se as suas orientações políticas eleitorais são direcionadas pelo processo evangelizador no interior dos templos.

A pesquisa realizada pelo Datafolha, publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 28/06/2022[6], procura reforçar a não interferência da religião nas escolhas eleitorais dos seus fiéis. Observe:

Gráfico 5: A interferência religiosa no voto



[6] FOLHA DE SÃO PAULO. 20% dos religiosos dizem ouvir instruções nas igrejas. Disponível em: https:// www. Folha.uo.com.br/cotidiano. Acesso em 29/06/2022.

Gráfico 6: Eleições e religião

A pesquisa feita pelo Datafolha apresenta um recorte etário, a fim de caracterizar sua amostra dentro da população apta a votar. Este estudo procurou fazer uma amostragem que considerará outras variáveis que, nessa perspectiva, apresentam uma maior relevância para responder algumas questões que nortearam a pesquisa. A evangelização neopentecostal exerce um papel importante na formação do perfil político desses fiéis? Esses fiéis corroboram com os planos de poder da Instituição?

Vale ressaltar que a construção dos caminhos para responder à questão central está focada na compreensão de como os fiéis recebem as mensagens, oriundas da evangelização, e de que maneira as decodificam e, consequentemente, como as reproduzem no direcionamento de suas escolhas políticas.

Na próxima seção, far-se-á uma análise detalhada dos dados coletados na aplicação de questionários a fiéis da denominação evangélica neopentecostal.

5.1 A Amostra

A pesquisa foi realizada por meio de questionário aplicado a membros da Igreja Universal do Reino de Deus da cidade São Carlos. A escolha do local da pesquisa se deu pelo fato de ser uma denominação neopentecostal, com fácil acesso, pois este pesquisador conhecia alguns frequentadores, o que ajudou na aplicação do questionário. Apesar das dificuldades relatadas para a realização da pesquisa, em decorrência da não aceitação de alguns líderes em autorizar que o questionário pudesse ser aplicado presencialmente, a proximidade com alguns fiéis possibilitou que a pesquisa se realizasse pela plataforma do *Google Forms*. Esse tipo de amostragem, não tem garantia de ser aleatória o suficiente para generalizações rigorosas baseados em inferência estatística. Entretanto, a sua análise estatística é importante na geração de indícios sobre o fenômeno em estudo e na formulação de interpretações fundamentadas, além de ser útil para indicar caminhos para pesquisas mais específicas com experimentos planejados.

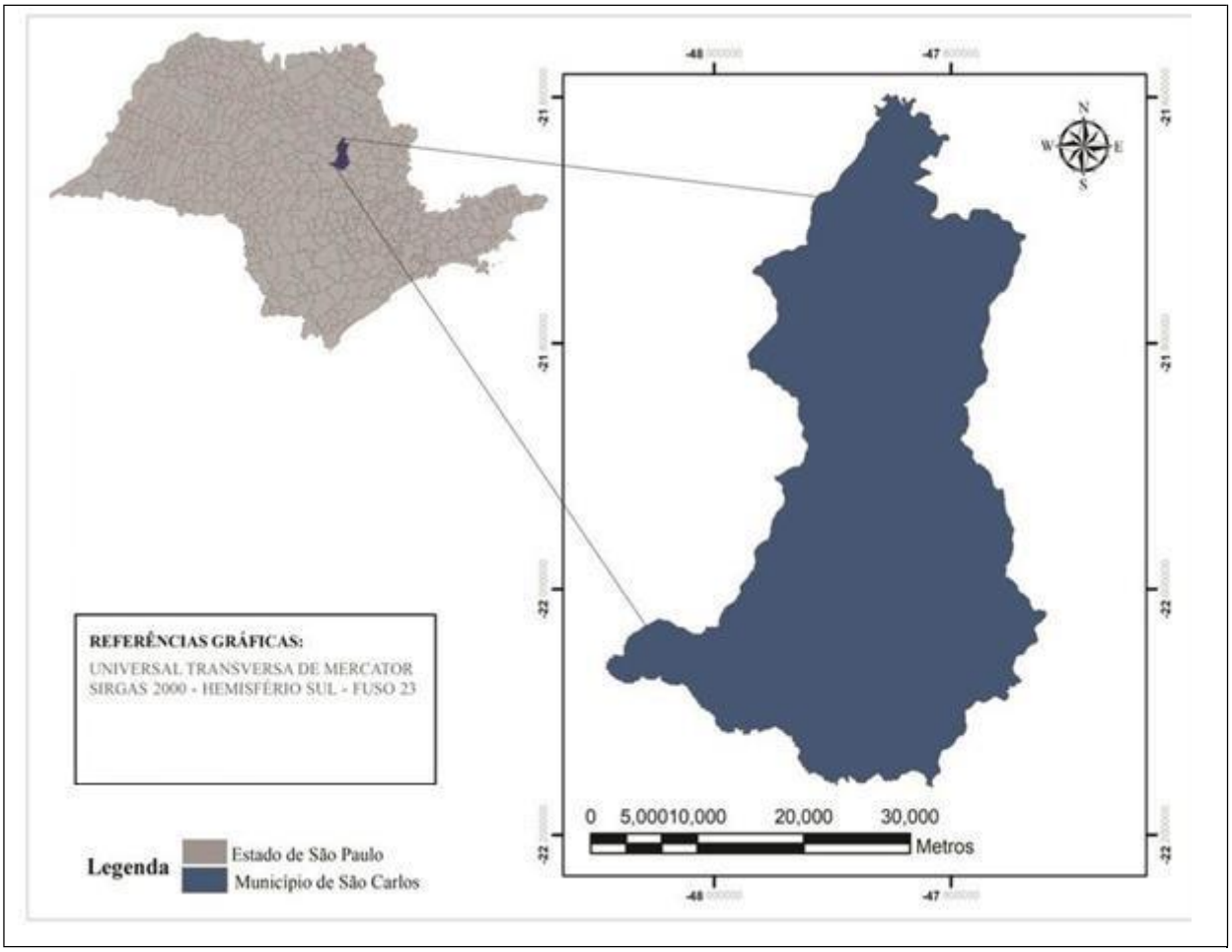
Dentro do limite de tempo imposto para a finalização da pesquisa foi possível obter uma amostra de 130 questionários respondidos.

A cidade de São Carlos, de acordo com o censo do IBGE de 2022, possui população de 254.857 habitantes e a densidade demográfica de 224,17 habitantes por quilômetro quadrado, com um IDH de 0,805. A característica educacional dá à cidade ainda outro título: Athenas Paulista. São Carlos tem hoje duas universidades públicas (USP e a primeira Universidade Federal do Estado: a UFSCar), duas unidades de pesquisa da EMBRAPA, faculdades particulares e vários polos de cursos de ensino superior a distância (EAD), contando aproximadamente com mais de 8 mil universitários e 2.500 pesquisadores. Compensando o custo de vida relativamente alto, para o interior, a cidade oferece um dos melhores níveis brasileiros em serviços sociais, educacionais, de segurança e emprego (IBGE, 2010). Destaca- se dentre as cidades médias brasileiras e registra grande concentração de cientistas e pesquisadores: 1 pesquisador doutor - PhD - para cada 230 habitantes e 1 pesquisador mestre para cada 42 habitantes. Isto faz de São Carlos um dos polos tecnológicos, educacionais e científicos mais importantes do país. **(Brasil, IBGE, 2010.)**[7]

---

[7] Para esses dados as referências foram o censo de 2010, pois no censo de 2022 não ocorreu uma estratificação detalhada sobres esses dados.

Figura 1. Mapa Localização cidade São Carlos - SP



Fonte: IBGE, 2022.

A formatação do questionário de pesquisa seguiu uma divisão em três blocos temáticos: primeiro bloco temático: gênero, idade, etnia, renda e nível educacional; segundo bloco temático: prática religiosa e ênfase nas atividades da igreja e o terceiro bloco temático: religião e política. (Ver apêndice A)

5.2 Análise de dados

A pesquisa caracterizou-se por uma análise descritiva de padrões de associações entre variáveis analisando-se as distribuições conjuntas de frequências de respostas de questionário. Em particular, neste trabalho as análises dos dados foram realizadas para obter suporte empírico ao problema central da pesquisa: identificar o papel da denominação neopentecostal

na formação do perfil dos fiéis e, consequentemente, evidenciar se suas escolhas políticas e sua

percepção do mundo da política é direta ou indiretamente influenciada pelo processo evangelizador destes grupos religiosos.

A aplicação do questionário se deu através da plataforma *GOOGLE FORMS*. Num primeiro momento o objetivo era aplicar um questionário impresso, e dessa forma, estar em contato direto como o objeto de pesquisa, entretanto, a forte polarização da política brasileira, nos últimos tempos, impetrou várias dificuldades para a coleta de dados. As igrejas foram visitadas, presencialmente, diversas vezes, com o objetivo de conseguir a autorização para a aplicação do questionário. Em todas elas, quando foi dada uma resposta, era: não. Outras vezes nem a resposta foi obtida. Outras nem deram retorno. Vale ressaltar que, mesmo assim, as dificuldades não cessaram, a ponto de um advogado da denominação religiosa ter entrado em contato a fim de intimidar o pesquisador em não disponibilizar o questionário aos fiéis. Assim, a aplicação de questionário virtual foi a melhor alternativa de obter os dados pois pudemos contar com a colaboração dos fieis conhecidos que se dispunham a repassar o questionário.

Todo esse processo demandou uma quantidade de tempo que quase inviabilizou a realização da pesquisa. Ao final, e limitando o tempo para receber respostas, conseguimos respostas de 130 fiéis.

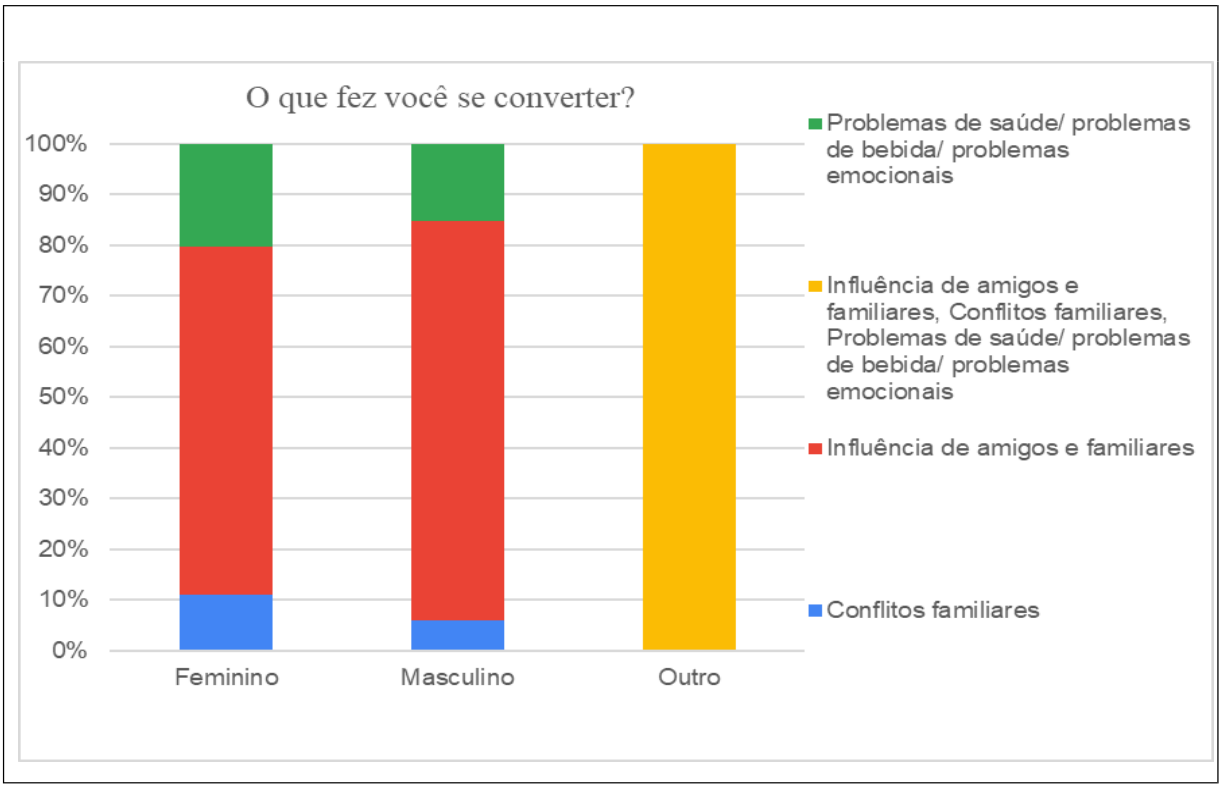
Além disso, uma análise previa dos dados, selecionando-se um conjunto de questões que melhor contribuíam para responder o nosso objetivo indicaram uma apresentação dos resultados agrupando-os da seguinte maneira: em relação ao gênero, em relação a faixa etária e ao nível de renda e em relação a faixa etária e ao nível de escolaridade. Isso evitou a proliferação de um número excessivo de gráficos e possibilitou capturar simultaneamente a influência de múltiplos fatores, simplificando a interpretação e a compreensão dos resultados obtidos.

Note também que as legendas dos gráficos, em algumas situações, agrupam as respostas em um único item. Isto é devido ao fato de que os respondentes podiam escolher mais do que uma alternativa, em algumas questões. Isso foi necessário pois os respondentes se identificam com mais de uma resposta diante do que lhes era perguntado.

Iniciamos analisando respostas sobre como se deu o processo de conversão dos fiéis, quando feita a pergunta: O que fez você se converter? O gráfico 7 apresenta a distribuição percentual de respostas de acordo com o gênero.

.

Gráfico 7: Gênero e conversão evangélica.



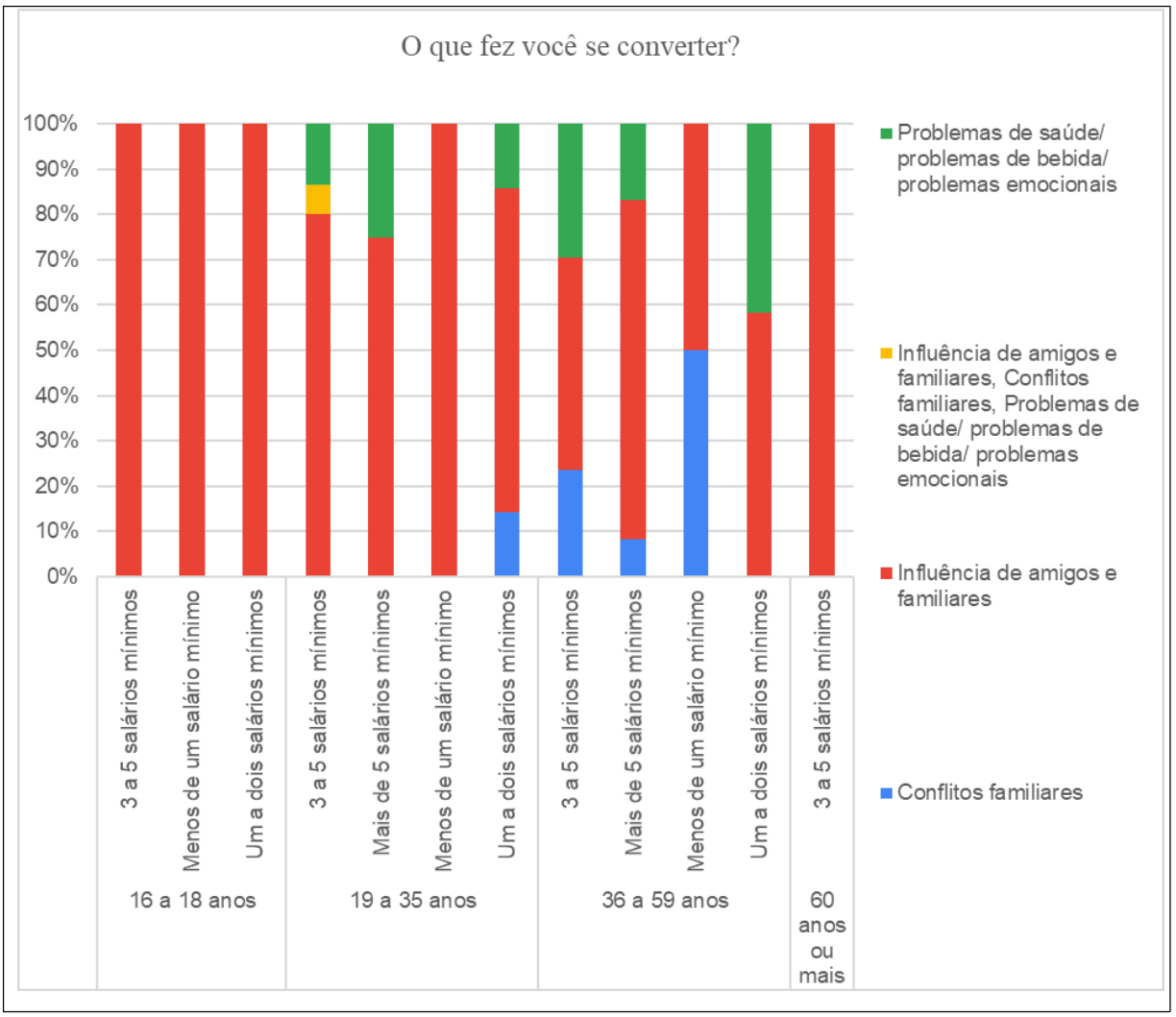
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

O gráfico 7, que apresenta a distribuição percentual de respostas de acordo com o gênero indica que os entrevistados do gênero feminino, em sua maioria – 70% –, se converteram a denominação influenciados por amigos e parentes; menos de 10% se converteram por questões relacionadas a conflitos familiares; e 20% se converteram motivados por problemas de saúde. No público masculino a proporção se dá, de acordo com o gráfico 7, basicamente da mesma forma, 78% se converteram por influência de amigos e familiares, 15% por problemas relacionados à saúde e 7% se converteram por questões relacionadas aos conflitos familiares. Na categoria outros, 100% se converteram motivados pelo conjunto de todas as alternativas apresentadas, já que o questionário permitia a resposta em mais de uma questão, e como dito ocorreu um agrupamento dos itens.

Portanto, o gráfico 7 mostra que a influência de amigos e familiares se destaca como a principal motivação para a conversão religiosa em todos os gêneros. O estudo revela a importância do contexto social e das relações interpessoais na busca individual da maioria dos fiéis, em todos os gêneros pesquisados, se convertem por influência de amigos e familiares.

No gráfico 8 vemos a distribuição percentual da conversão evangélica em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 8: Conversão evangélica em relação à faixa etária e ao nível de renda



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Analisando-se o gráfico 8 verifica-se: na faixa etária de 16 a 18 anos e com rendas que vão de menos de 1 salário mínimo, 1 a 2 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos, 100% se converteram por influência de amigos e familiares. O gráfico demonstra também que na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 78% se converteram por influência de amigos e familiares, 5% se converteram influenciados por todos itens apresentados e 25% por problemas de saúde. Na faixa de renda com mais de 5 salários mínimos, 75% se converteram por influência de amigos e familiares e de acordo com gráfico 8, neste segmento 25% foram influenciados por todas as alternativas propostas, ou seja, suas respostas abrangeram todas as alternativas apresentadas como respostas possíveis. Com menos de 1 salário mínimo a proporção, de acordo com o gráfico 8, demonstra que 100% dos entrevistados se converteram por influência de amigos e familiares. Os que ganham de 1 a 2 salários, nesta faixa etária, se converteram, 10%, motivados por conflitos familiares, 70% por

influência de amigos e familiares e 20% por problemas relacionados à saúde.

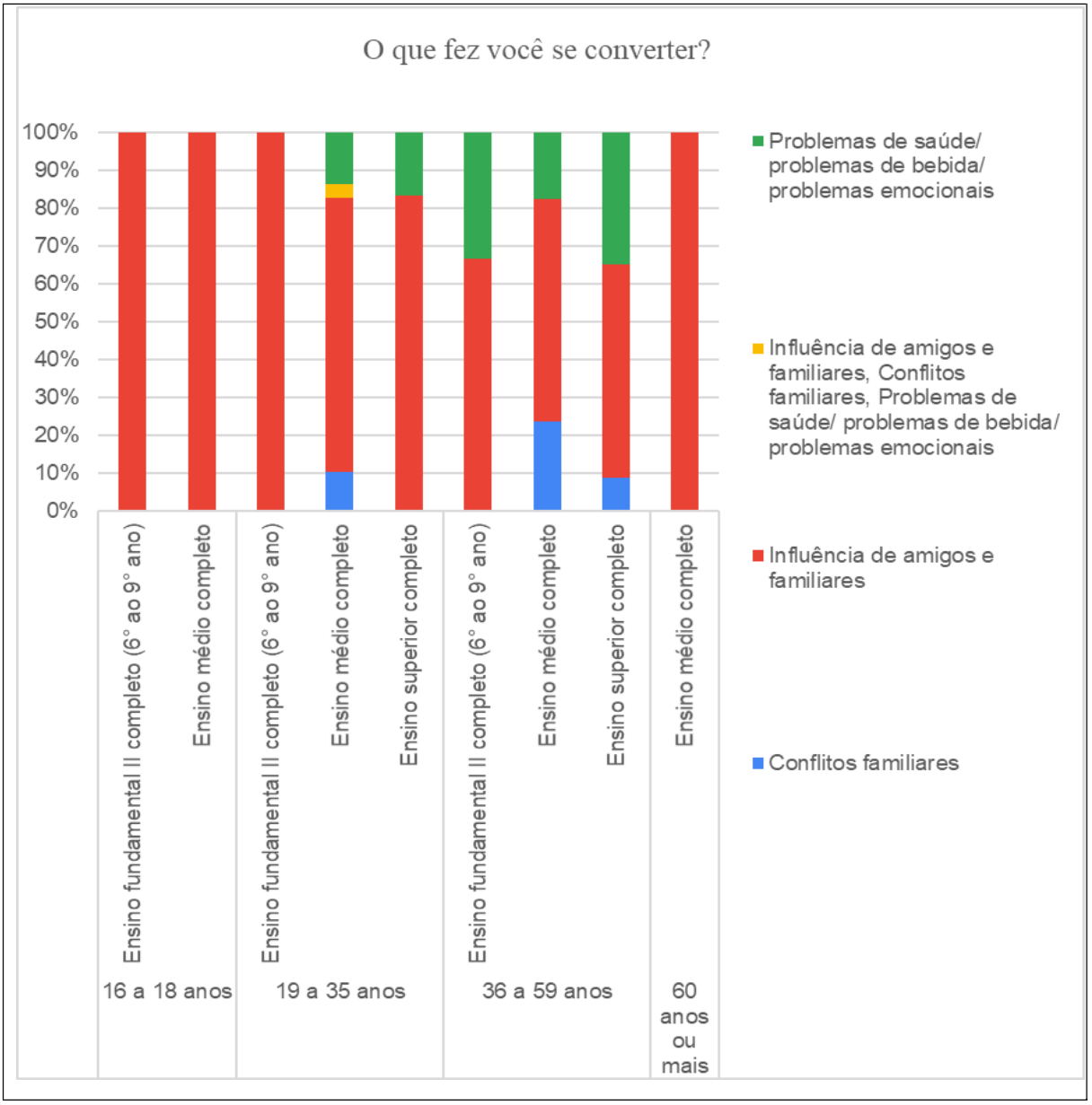
Na faixa etária de 35 a 59 anos, o gráfico 8 revela que quem ganha de 3 a 5 salários mínimos 20% se converteu por conflitos familiares, 45% por influência de amigos e familiares e 35% por problemas relacionados à saúde. Na faixa de mais de 5 salários mínimos, 20% por questões de saúde, 5% por conflitos familiares e 75% por influência de amigos e familiares. Quem recebe menos que 1 salário mínimo, o gráfico 8 relata que 45% se converteram por conflitos familiares e 55% por influência de amigos e familiares. Na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos, 55% buscaram a conversão por influência de amigos e 45% por questões de saúde.

Na faixa etária de 60 anos ou mais com renda 3 a 5 salários mínimos, 100% se converteram por influência de familiares, conforme demonstra o gráfico 8.

O gráfico 8 detalha que a influência de amigos e familiares é um fator crucial na conversão religiosa, transcendendo as diversas faixas etárias e níveis de renda analisados.

O gráfico 9 apresenta os resultados de como se deu o processo de conversão dos fiéis em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 9: Conversão evangélica em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas dadas se distribuem da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos com ensino fundamental II completo, 100% dos entrevistados se converteram por influência de amigos e familiares. O mesmo ocorre, nesta faixa etária, com os que têm o ensino médio completo, 100% também se converteu por influência de amigos e familiares.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, o gráfico 9 apresenta a seguinte configuração: nos que têm ensino fundamental II completo, 100% se converteram por influência de amigos e familiares, nos de ensino médio completo, 8% foram por conflitos familiares, 75% por influência de amigos e familiares, 12% por questões de saúde e 5% por todas as alternativas

propostas. Já os que possuem ensino superior completo, 80% se converteram por influência de amigos e familiares, enquanto os 20% restantes por questões de saúde.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, o gráfico 9 demonstra as seguintes proporções: 65% dos que têm ensino fundamental II completo se converteram por influência de amigos e familiares e 35% por questões de saúde. Dos que têm ensino médio completo, 20% foram por conflitos familiares, 20% por questões de saúde e 60% por influência de amigos e familiares. Nos que apresentam ensino superior completo, temos: 40% por questões de saúde, 53% por influência de amigos e familiares e 7% por conflitos familiares.

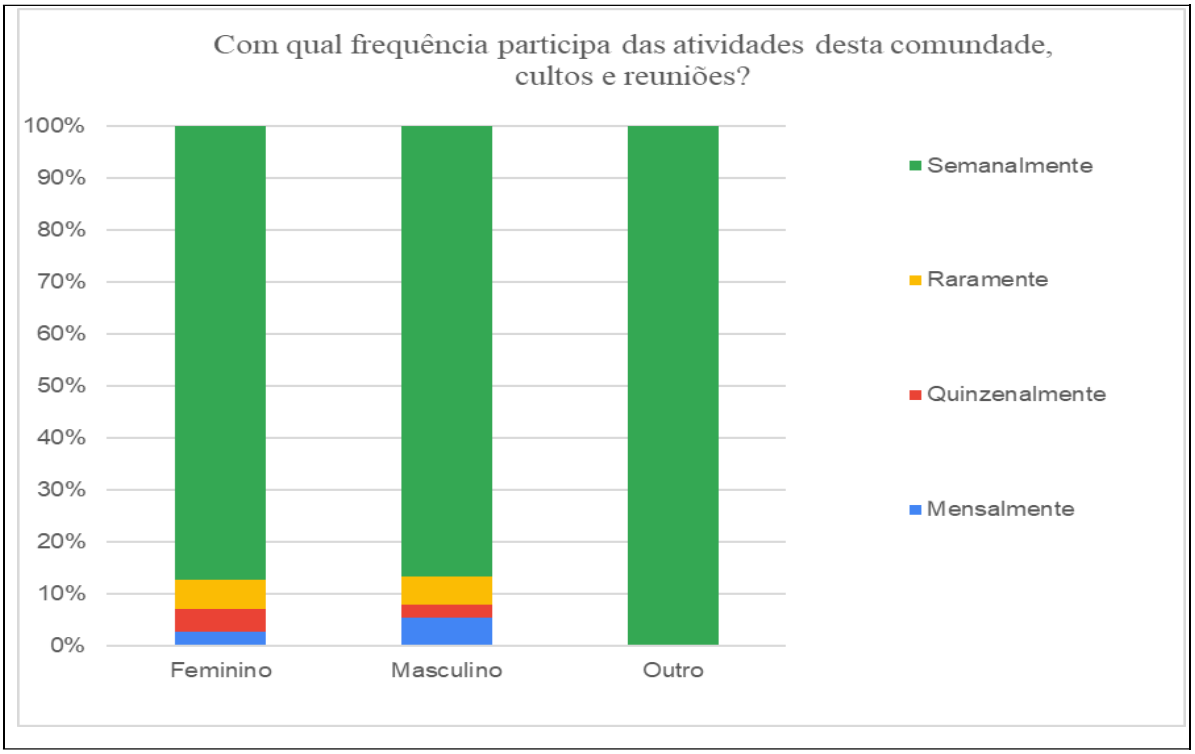
Nos que têm 60 anos ou mais, 100% se converteram por influência de amigos e familiares.

O gráfico 9 evidencia que nesse segmento a influência de amigos e familiares foi preponderante para a conversão.

Os resultados contidos nos gráficos 7, 8 e 9 mostram que em todas as categorias a influência de amigos e familiares é o fator com maior percentual de influência na conversão religiosa.

O gráfico 10 analisou a frequência dos fiéis nas atividades da Igreja, como cultos e reuniões em relação ao gênero.

Gráfico 10: Assiduidade na Igreja em relação ao gênero



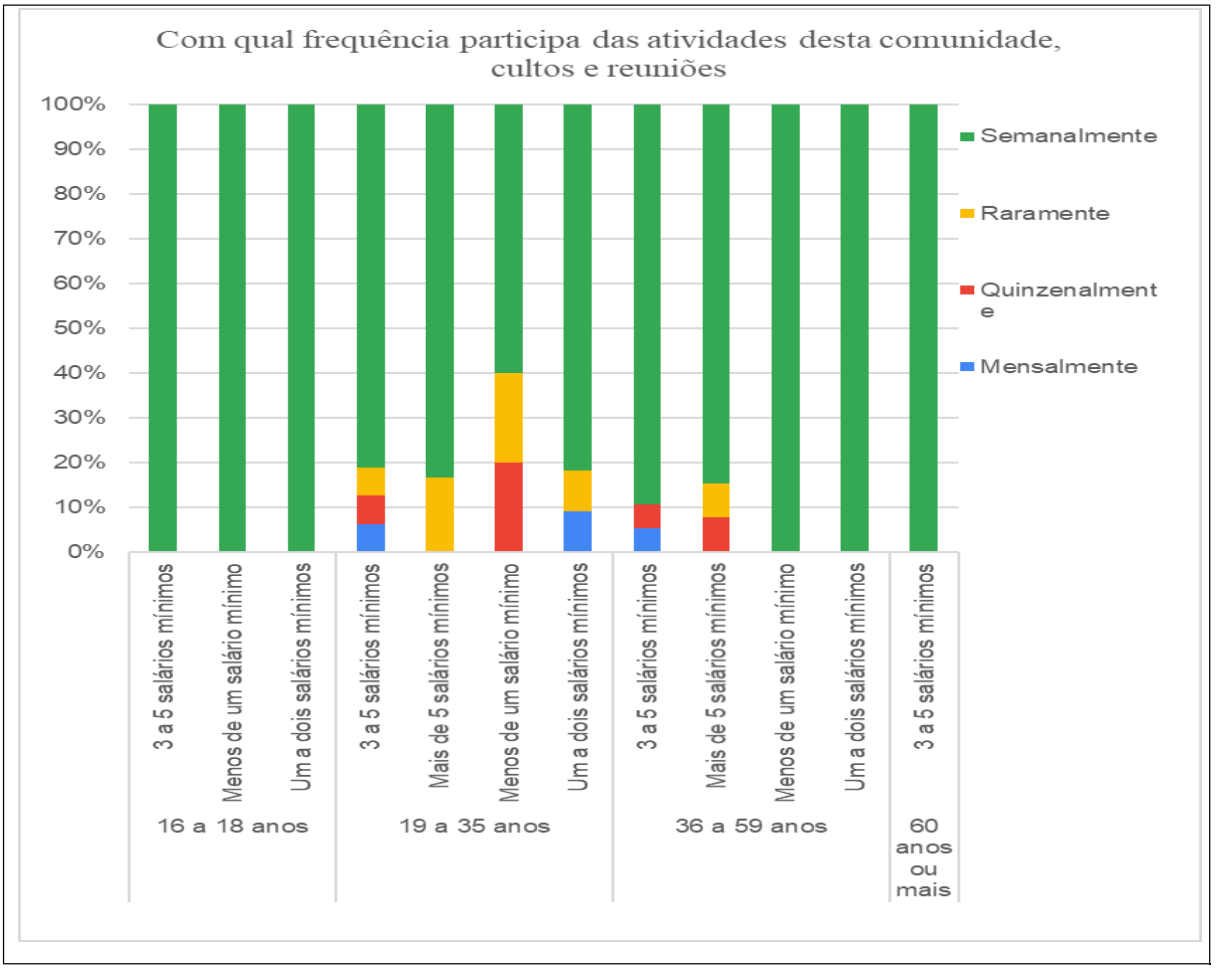
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas dadas distribuem-se da seguinte maneira: 90% das pessoas do gênero feminino frequentam a igreja toda semana, 3% frequentam mensalmente, 3% quinzenalmente e 4% raramente frequentam.

No público masculino 90% frequentam semanalmente, 3% frequentam mensalmente, 3% quinzenalmente e 4% raramente. Na categoria outros temos que 100% frequentam semanalmente a Igreja. Esses resultados evidenciam a alta assiduidade dos fiéis à igreja, independentemente do gênero. O padrão predominante é frequência semanal, demonstrando um forte compromisso dos fiéis com as atividades religiosas.

Agora analisaremos a assiduidade dos fiéis na igreja analisando as respostas da pergunta: Com qual frequência participa das atividades desta comunidade, como cultos e reuniões? O gráfico 11 analisou a frequência dos fiéis em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 11: Assiduidade na Igreja: faixa etária e nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas dadas apresentam as seguintes distribuições: na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, temos que: 100% frequentam a igreja semanalmente, na faixa de menos de 1 salário, 100% também frequentam semanalmente, o mesmo ocorre na faixa de 1 a 2 salários mínimos em que 100% frequentam semanalmente.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, no grupo de 3 a 5 salários mínimos, 5% frequentam mensalmente, 5% quinzenalmente, 5% raramente e 85% semanalmente. Na faixa de mais de 5 salários, 15% raramente e 85% semanalmente. No grupo de 1 a 2 salários mínimos, 8% mensalmente, 8% raramente e 84% semanalmente. No de menos de 1 salário mínimo, temos, no gráfico 11, 18% quinzenalmente, 20% raramente e 62% semanalmente.

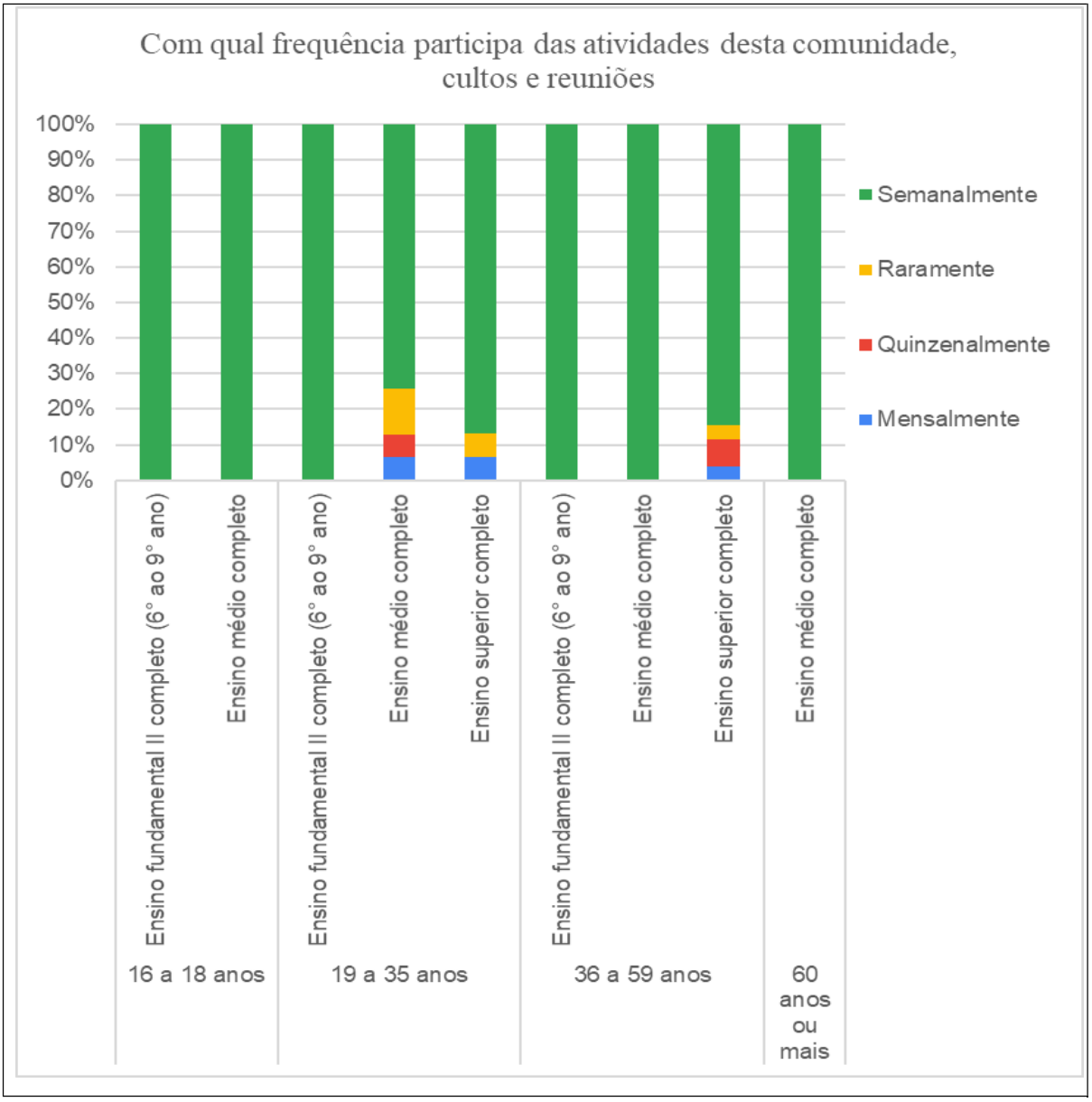
Na faixa etária de 36 a 59 anos, o gráfico 11 demonstra que quem ganha menos de 1 salário mínimo 100% frequenta semanalmente, de 1 a 2 salários mínimos 100% semanalmente, de 3 a 5 salários mínimos também são 100% que frequentam semanalmente. E nos que ganham acima de 5 salários mínimos 6% quinzenalmente, 6% raramente e 88% semanalmente.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% frequenta semanalmente.

O Gráfico 11 comprova uma forte assiduidade dos fiéis à igreja, independentemente da faixa etária ou nível de renda. A frequência semanal se destaca como a norma predominante em todas as categorias.

O Gráfico 12 complementa a análise da assiduidade dos fiéis à igreja, destacando a forte presença em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, quando feita a pergunta: Com qual frequência participa das atividades desta comunidade, como cultos e reuniões?

Gráfico 12: Assiduidade na Igreja: faixa etária e o nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas distribuem-se da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos com ensino fundamental II completo, 100% frequentam semanalmente, nos que têm ensino médio completo, 100% também frequentam semanalmente.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, temos: os com ensino fundamental II completo, 100% semanalmente e, nos com ensino médio completo, as proporções são: 5% mensalmente, 5% quinzenalmente, 10% raramente e 80% semanalmente. E naquele com ensino superior completo: 5% raramente, 5% mensalmente e 90% semanalmente.

Nos do grupo de 36 a 59 anos, as proporções são: no ensino fundamental II completo, 100% semanalmente, no ensino médio completo, 100% semanalmente e com ensino superior 3% mensalmente, 6% quinzenalmente, (3%) raramente e (88%) semanalmente.

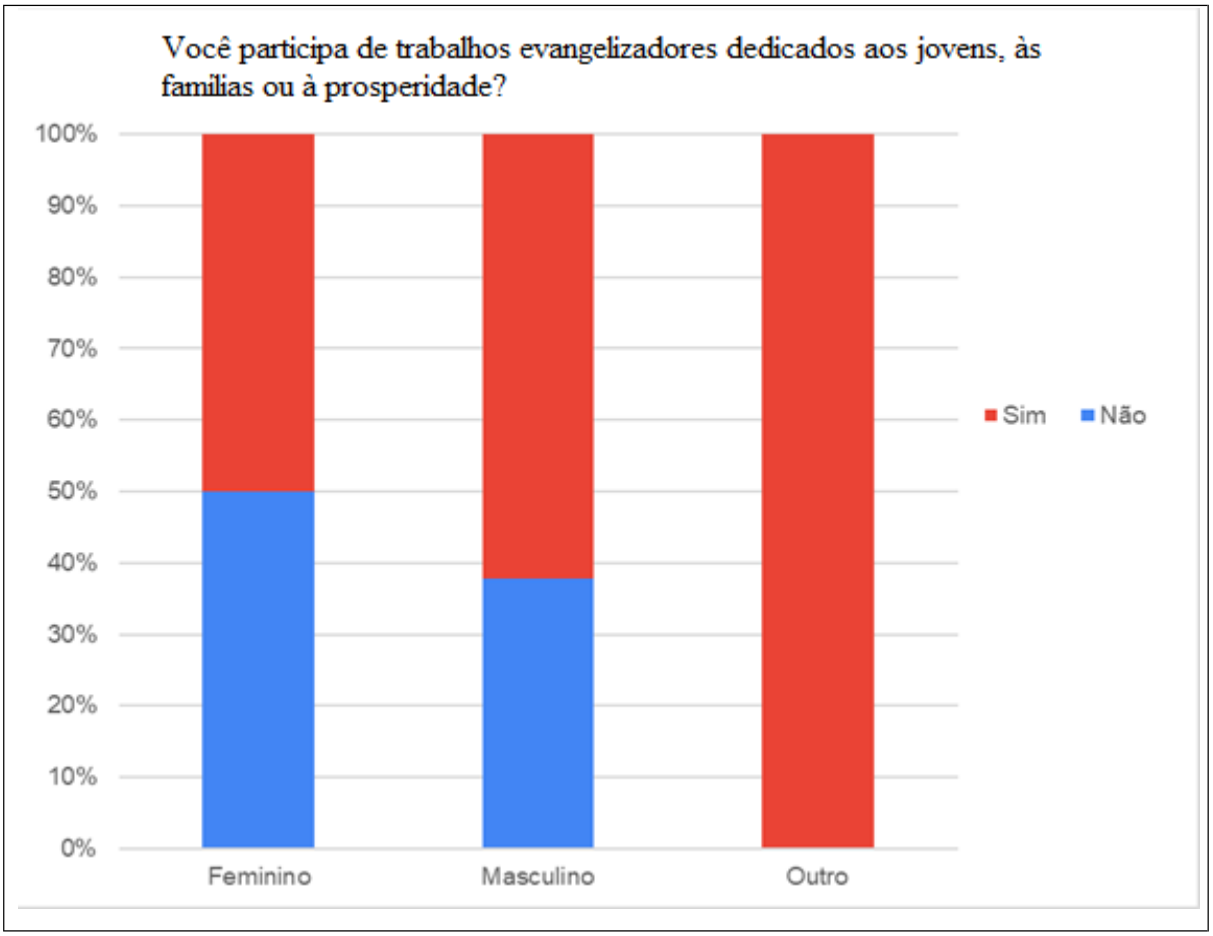
No grupo de indivíduos com 60 anos ou mais, 100% frequentam semanalmente.

Os resultados contidos nos gráficos 10, 11 e 12 indicam uma grande assiduidade dos féis à igreja em todas as categorias.

A seguir analisaremos como se deu processo de participação de trabalhos evangelizadores pelos fiéis, em relação ao gênero quando feita a pergunta: Você participa de trabalhos evangelizadores dedicados aos jovens, às famílias ou à prosperidade?

O gráfico 13 analisou como se deu processo de participação de trabalhos evangelizadores pelos fiéis, em relação ao gênero.

Gráfico 13: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação ao gênero



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas dadas indicam que, no grupo feminino, 50% afirmam participar e outros

50% não participam.

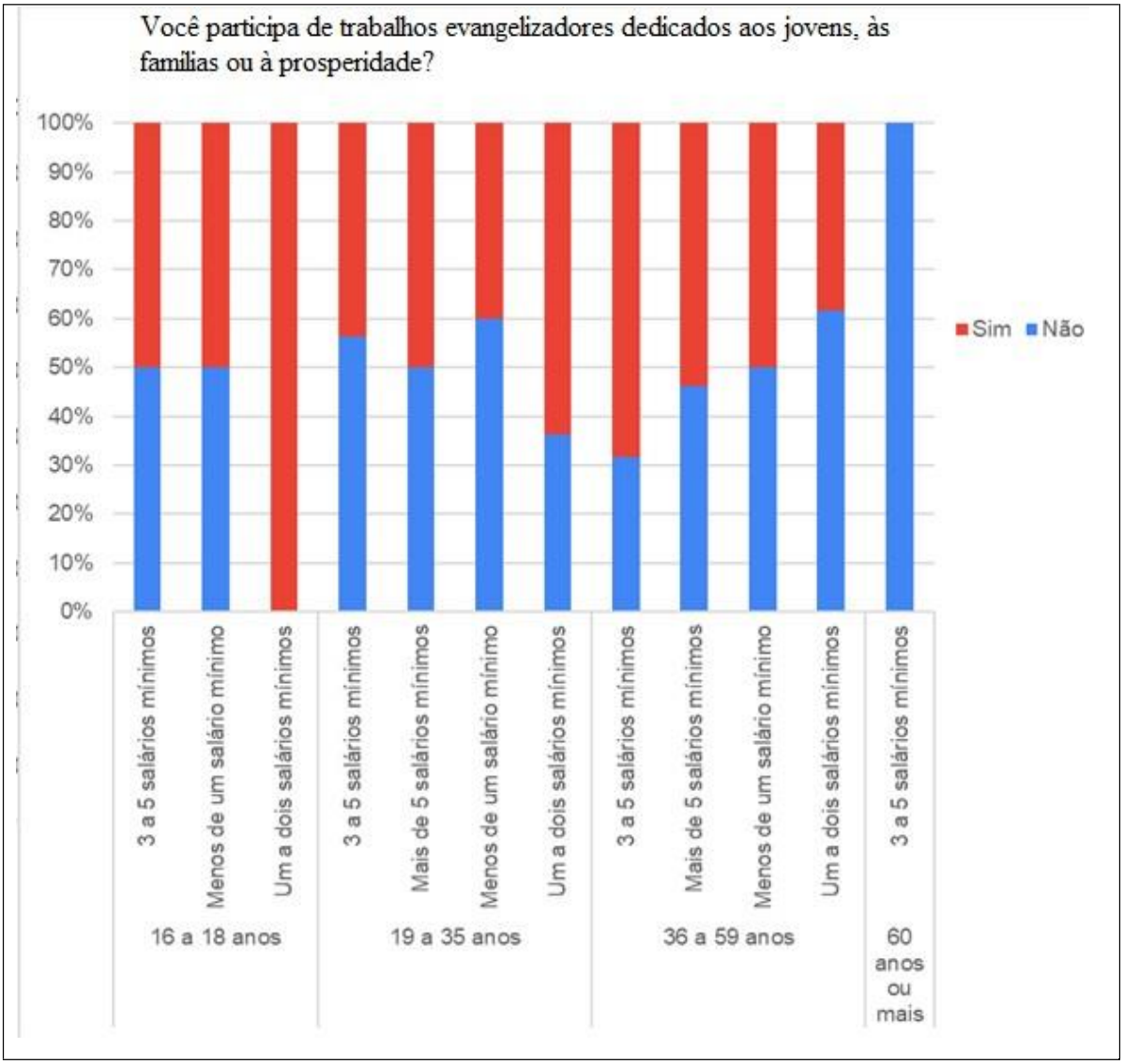
No segmento masculino, 30% não participam e 70% participam de trabalhos evangelizadores.

Por fim, na categoria outros, 100% participam de atividades evangelizadoras.

O Gráfico 13 revela diferenças na participação em trabalhos evangelizadores entre homens e mulheres, com uma maior participação masculina. A categoria outros se destaca pela participação expressiva de 100% dos fiéis. .

O gráfico 14 mostra os resultados da participação evangélica em relação à faixa etária e ao nível de renda dos fiéis.

Gráfico 14: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação à faixa etária e ao nível de renda



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Em relação à participação em atividades evangelizadoras associadas à faixa etária e renda, as proporções se configuram da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos com nível de renda de 3 a 5 salários mínimos, 50% participam e 50% não participam. Nos de renda de menos de 1 salário mínimo, 50% participam e outros 50% não participam. De 1 a 2 salários mínimos, 100% participam.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, no grupo de 3 a 5 salários mínimos, 50% participam e 50% não participam das atividades evangelizadoras. Entre aqueles com renda de menos de 1 salário mínimo, 55% não participam e 45% participam. Já no grupo dos que recebem de 1 a 2 salários mínimos, 30% não participam e 70% participam das atividades evangelizadoras. Nos que recebem mais de 5 salários mínimos, 50% não participam e 50% participam.

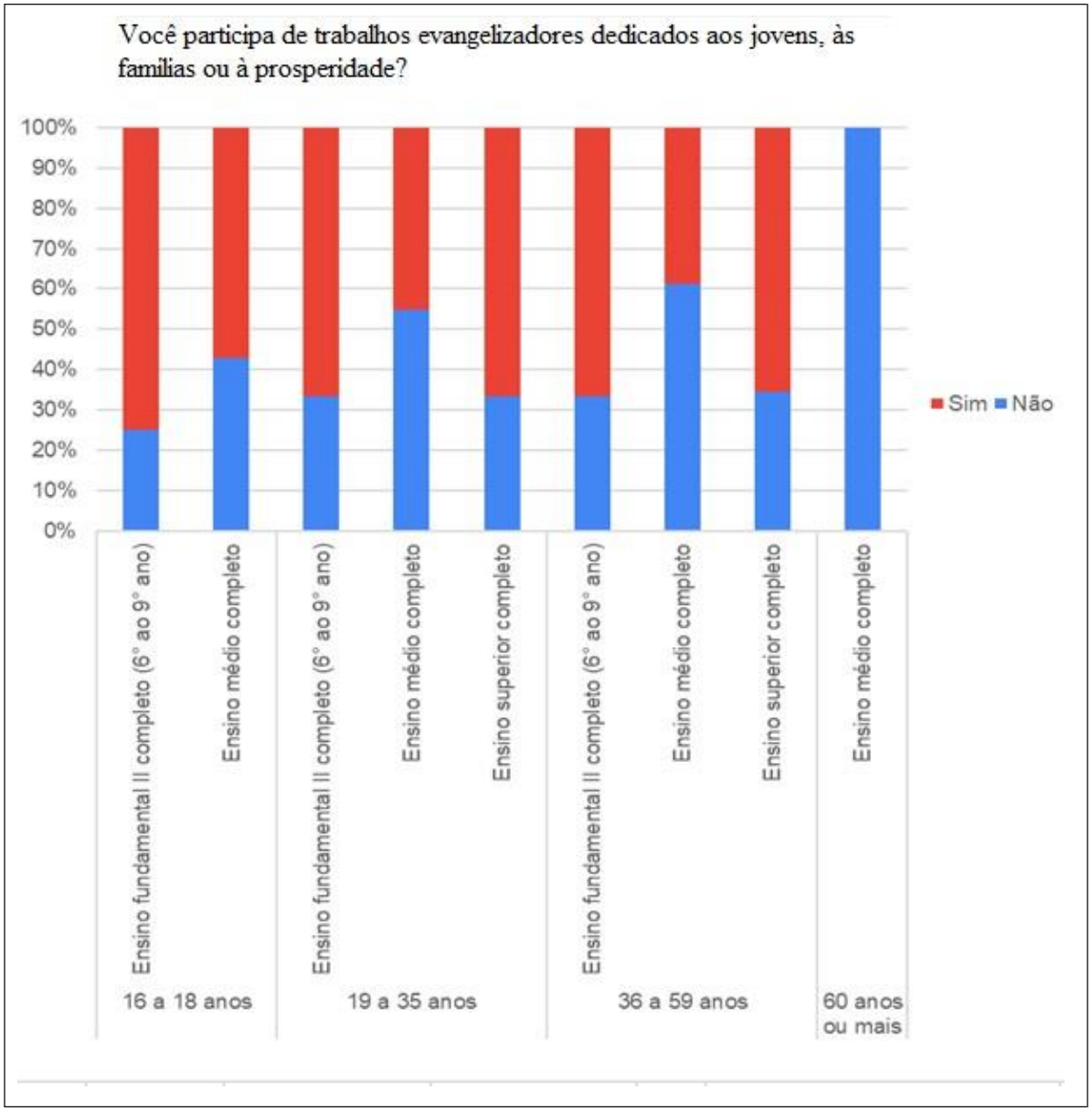
No grupo etário de 36 a 50 anos com renda de 3 a 5 salários mínimos, 35% não participam e 65% participam. Dos que recebem menos de 1 salário mínimo, 50% não participam e 50% participam. De 1 a 2 salários mínimos, 55% não participam e 45% participam das atividades. No grupo de renda de mais de 5 salários mínimos, 40% não participam e 60% participam.

No grupo de quem tem 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% não participam de atividades evangelizadoras.

Nota-se que a participação em atividades evangelizadoras não é uniforme em todas as faixas etárias e de renda. O engajamento parece ser maior em faixas intermediárias de renda, enquanto as faixas mais baixas e mais altas apresentam menor participação.

O gráfico 15 contém a distribuição quanto à participação nos trabalhos evangelizadores em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 15: Participação em trabalhos evangelizadores: em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Em relação à participação em atividades evangelizadoras associadas à faixa etária e ao nível de escolaridade, as proporções se distribuem da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 20% afirmam não participar e 80% participam. Entre os que têm o ensino médio completo, 30% não participam e 70% participam.

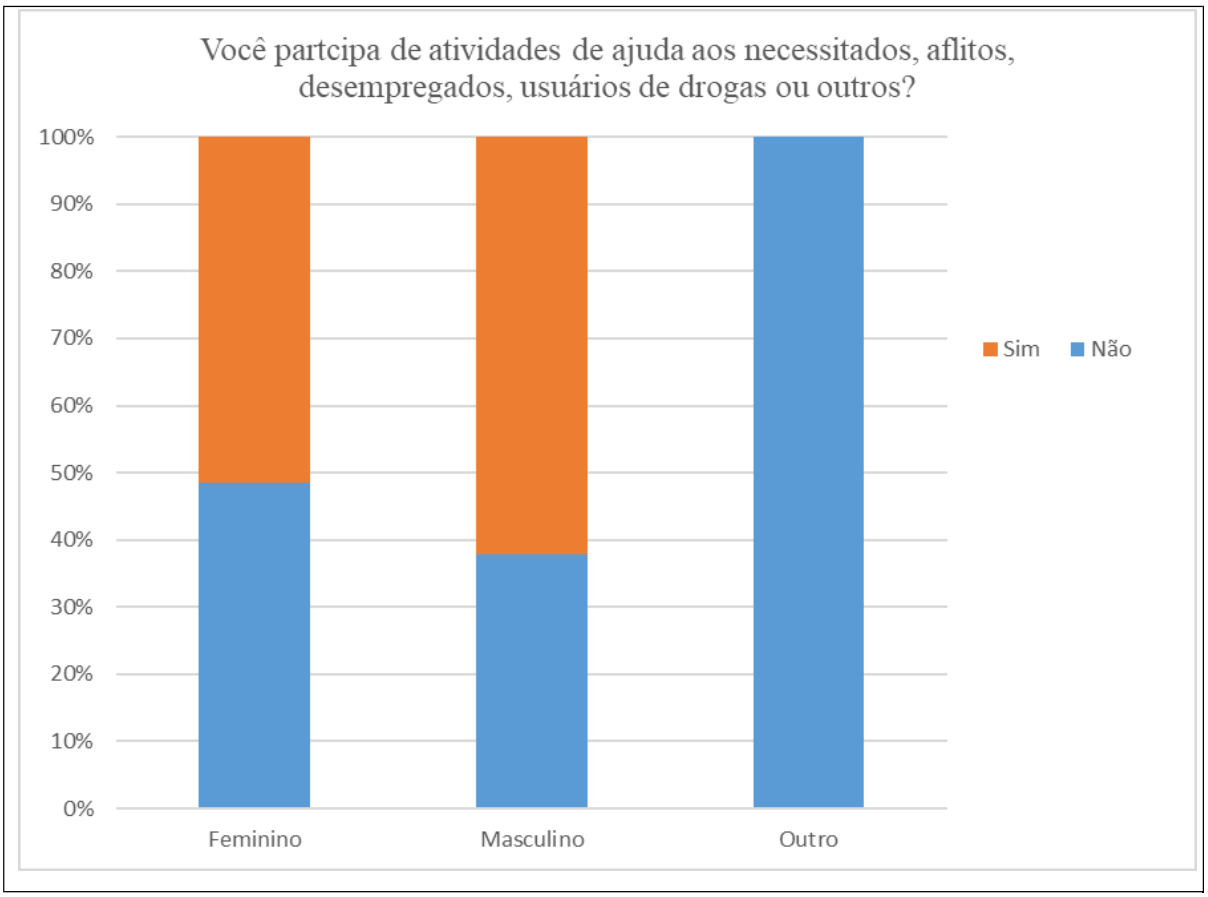
Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, o gráfico 15 mostra que 30% não participam das atividades evangelizadoras e 70% participam. Em quem tem o ensino médio completo 50% não participam e 50% participam. E os com ensino superior completo a mensuração apresenta 30% que não participam e 70% que participam.

No grupo de faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% não participam.

Os gráficos 13, 14 e 15 demonstram que a participação em atividades evangelizadoras não é uniforme em todas as faixas etárias, níveis de escolaridade e renda. O engajamento parece ser maior em jovens com ensino fundamental II completo, adultos com ensino superior completo e faixas intermediárias de renda.

O gráfico 16 apresenta a distribuição percentual de trabalho social realizado na igreja em relação ao gênero.

Gráfico 16: Trabalho social na igreja em relação ao gênero.



Fonte: pesquisa elaborada pelo autor.

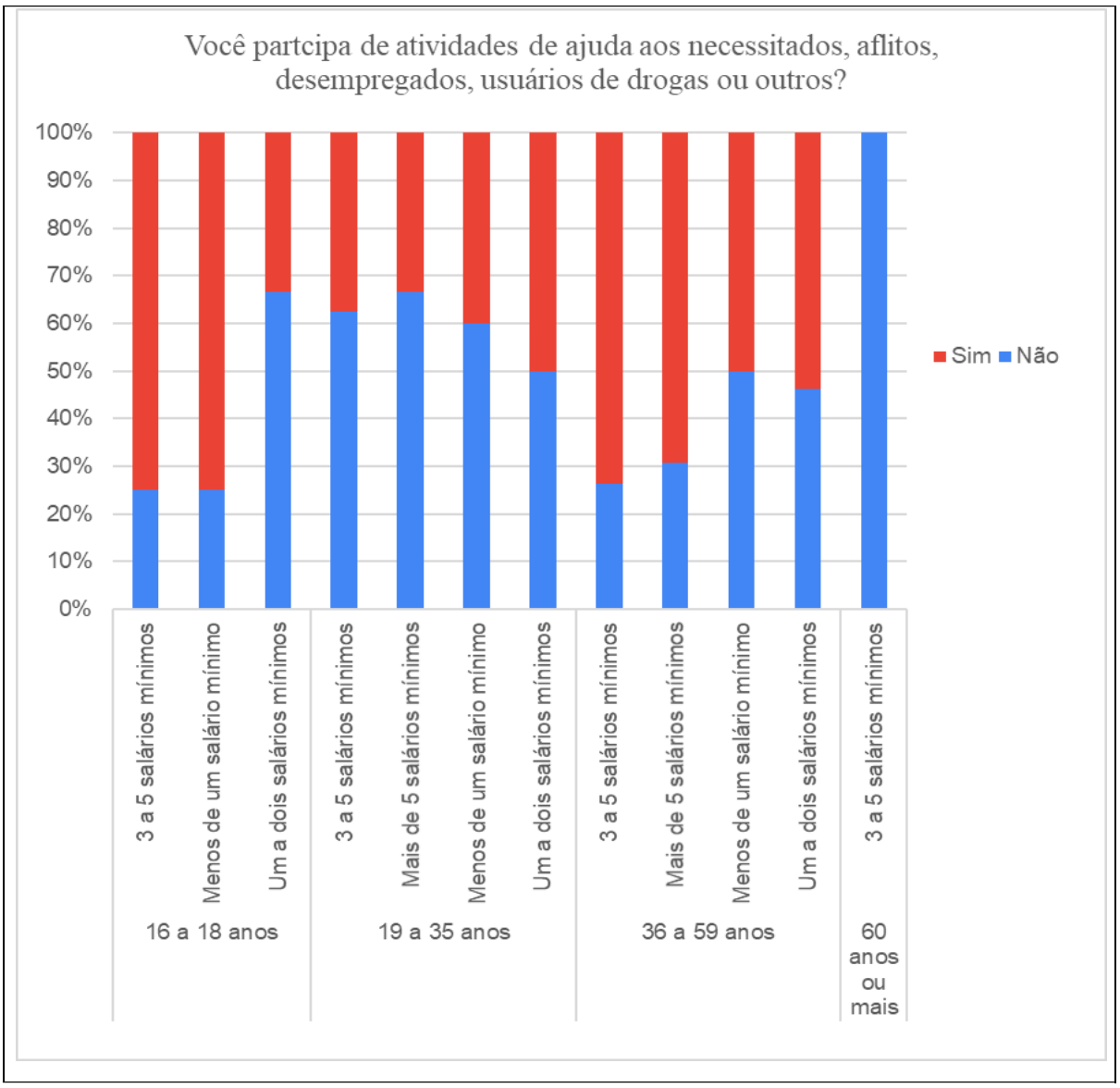
O gráfico 16 revela dados importantes sobre a participação em trabalhos sociais na Igreja em relação ao gênero. No gênero feminino, 40% não desenvolvem trabalhos sociais na igreja e 60% desenvolvem.

Enquanto que, no gênero masculino, 30% não desenvolvem e 70% desenvolvem trabalhos sociais na igreja. Na categoria outros, 100% não desenvolvem trabalhos sociais na igreja.

Os resultados contidos no gráfico 16 indicam uma maior participação masculina em trabalhos sociais na igreja em comparação com a participação feminina. A categoria outros se destaca pela ausência total de participação.

O gráfico 17 nos mostra os percentuais de respostas sobre a participação em trabalhos sociais em relação à faixa etária e ao nível de renda dos fiéis.

Gráfico 17: Trabalho social na igreja em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas em relação à participação em trabalho social por faixa etária e nível de renda revelam que, na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% dos respondentes afirmaram não participar de trabalho social na igreja e 80% responderam que participam de trabalho social. Os respondentes que têm renda de menos de 1 salário mínimo,

20% não participam e 80% participam de trabalhos sociais. Nos que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 60% não participam e 40% participam de trabalhos sociais.

Em relação à faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 60% não participam de trabalhos sociais na igreja e 40% participam. Os que ganham menos de 1 salário mínimo, na sua maioria, 60% não participam e 40% participam. No segmento de 1 a 2 salários mínimos há uma inversão, 60% participam e 40% não participam. No grupo com renda de mais de 5 salários mínimos, 70% não participam e 30% participam.

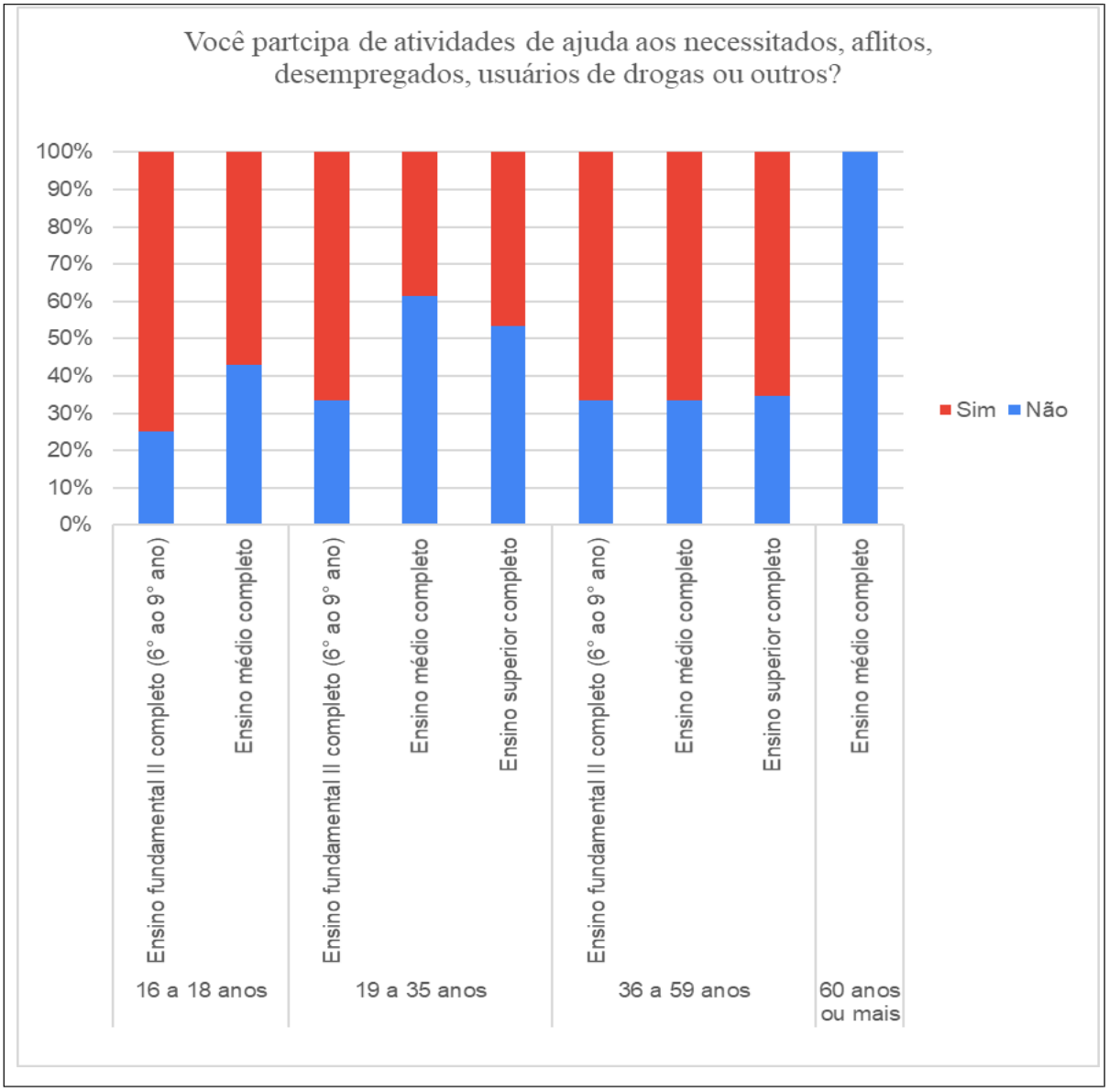
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% não participam de trabalhos sociais na igreja e 80% participam. Nos que têm renda de menos de 1 salário mínimo 50% participam e 50% não participam. Na renda de 1 a 2 salários 40% afirmam que não participam e 60% participam das atividades sociais na igreja. Os que representam mais de 5 salários se dividem da seguinte maneira: 30% não participam e 70% participam das atividades.

Dentre os com 60 anos ou mais, na faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos, 100% não participam das atividades sociais da igreja.

Esses resultados indicam que a participação em trabalhos sociais na Igreja não é uniforme em todas as faixas etárias e de renda. O engajamento parece ser maior nos jovens, em todas as faixas de renda, nos adultos em faixas intermediárias de renda e adultos com maior nível etário em faixas intermediárias de renda.

O gráfico 18 analisou a participação nas atividades sociais propostas na Igreja em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 18: Trabalho social na igreja em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

O gráfico 18, que representa a realização de trabalho social na igreja em relação à faixa etária e nível de renda, nos oferece uma dimensão da mensuração dos praticantes de trabalhos sociais na igreja. Assim, na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 20% afirmam que não participam das atividades e 80% participam. Já os que possuem ensino médio completo 35% não participam e 65% participam.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 30% não participam das atividades e 70% participam. Os com nível de escolaridade que detém ensino médio completo, temos que 55% não participam e 45% participam das atividades sociais. Os

com ensino superior completo se dividem da seguinte maneira: 50% participam e 50% não participam.

Entre os pertencentes à faixa etária de 36 a 59 anos, no grupo dos que têm ensino fundamental II completo, 30% não participam e 70% participam. Os que estão no grupo de ensino médio completo 30% não participam e 70% participam. Os com ensino superior completo se apresentam da seguinte forma: 35% não participam e 65% participam das atividades sociais.

Na faixa etária com 60 anos ou mais, 100% afirmam não participarem das atividades sociais da igreja.

Os gráficos 16, 17 e 18 apontam para a percepção que os fiéis têm em relação ao trabalho social realizado pela igreja e como esse trabalho faz parte do cotidiano da igreja. O caráter "social" que fomenta a busca de significados às ações dos seus fiéis se fundamenta no princípio que concerne a relação necessária entre o sagrado e o profano. Como afirma Berger (1985, p. 45), "a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmo sagrado". Assim, tem-se que; "[...] diversas religiões têm apresentado ações voltadas para questões sociais de forma crescente, na tentativa de explicar por vias espirituais os problemas de ordem 'terrenos', e sob este aspecto, as igrejas pentecostais se destacam devido seu incisivo crescimento principalmente sobre a parcela mais pobre da população (Ribeiro, 2017, p. 13).

Percebe-se, com a análise dos dados apresentados, uma uniformidade em todas as categorias apresentadas em relação à participação em trabalhos sociais na igreja, a não ser nas faixas dos adultos com 60 anos ou mais e com ganho de 3 a 5 salários mínimos, já que, na sua totalidade, ou seja, 100% não participam das atividades sociais da igreja.

Apresentaremos no gráfico 19 resultados de um tema crucial para a compreensão do perfil dos evangélicos: sua posição em relação às pautas de costumes. Tais pautas, como define Guimarães e Braga (2020, p. 3), são conservadoras e se associam à "moral específica da 'família tradicional, balizada [...] pelo protestantismo".

Luna (2023) destaca que o debate sobre essas questões morais controversas está intrinsecamente ligado ao papel da religião na esfera pública, com agentes religiosos reivindicando a preservação dos valores da sociedade brasileira, tida como majoritariamente cristã. Assim, afirma que: "O debate sobre esses temas morais controversos está relacionado ao lugar da religião no espaço público, uma vez que agentes religiosos têm se posicionado, reclamando do aviltamento dos valores da sociedade brasileira apresentada como majoritariamente cristã. (LUNA, 2023, p. 4).

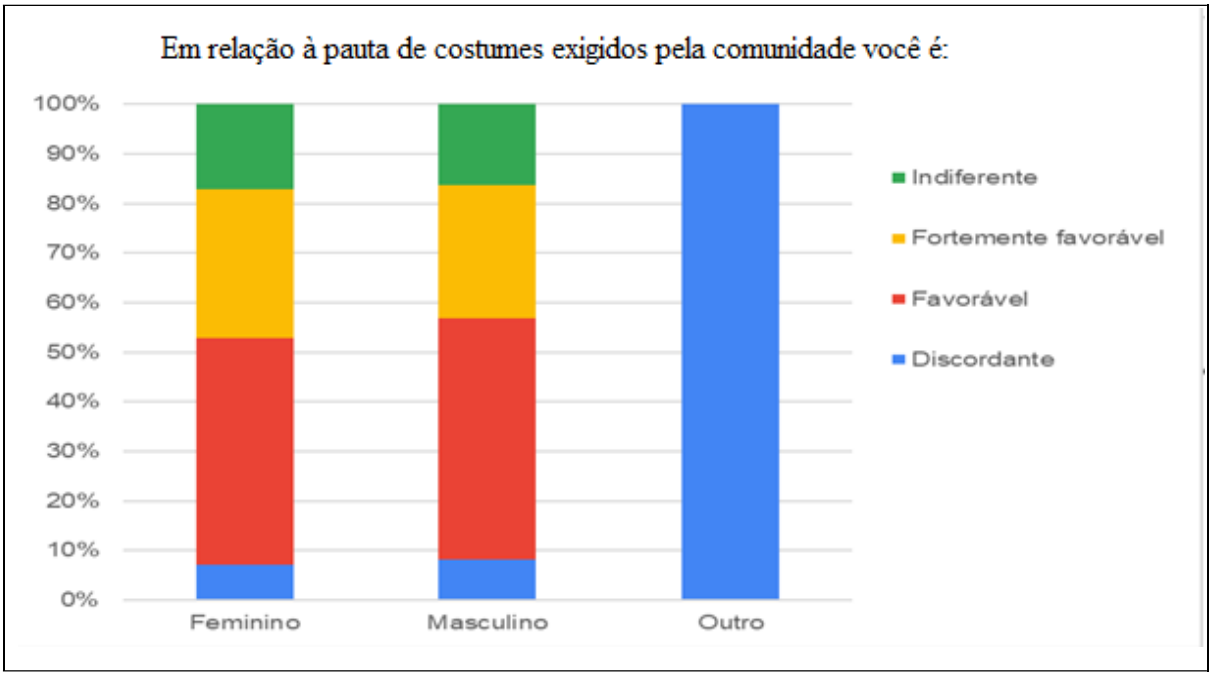
A relevância do tema se evidencia na concepção dos fiéis, com o discurso da importância da família tradicional sendo central para a comunidade cristã neopentecostal. Essa afirmação se fortalece em uma conversa informal que tive com um pastor da igreja enquanto solicitava autorização para aplicar o questionário aos fiéis.

De forma amistosa, o pastor questionou meu posicionamento em relação à pauta de costumes, indagando minha opinião sobre ideologia de gênero e união entre pessoas do mesmo sexo. Em seguida, ele apresentou as perspectivas evangélicas sobre o tema, afirmando:

> A Bíblia se refere à família como homem, mulher e filhos. Na Igreja, temos pessoas que se intitulam homossexuais, mas não podemos compactuar com a formação de uma família que foge à regra dos ensinamentos bíblicos. Aceitamos e convivemos com estas pessoas, porém não podemos abençoar tal situação. O mesmo ocorre com a ideologia de gênero, pois visa orientar as crianças à prática da homossexualidade.[8]

É importante ressaltar que essa conversa não foi planejada como parte da pesquisa, mas sim um diálogo natural que surgiu durante a interação com o pastor. A inclusão da fala do pastor no trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão da relevância da pauta de costumes para esse segmento. A perspectiva do pastor, como líder religioso e representante da comunidade, oferece insights valiosos sobre as crenças e valores que moldam as posições dos fiéis em relação a essas questões.

Gráfico 19: Pauta de costumes em relação ao gênero



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

[8] Durante a primeira visita para solicitar permissão para aplicar os questionários, ocorreu uma conversa informal com o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus de São Carlos.

O gráfico 19 relaciona a mensuração de como os fiéis, na categoria gênero, encaram o tema pauta de costumes.

No grupo feminino temos que 5% discordam, 35% são favoráveis, 30% fortemente favoráveis e 30% se dizem indiferentes.

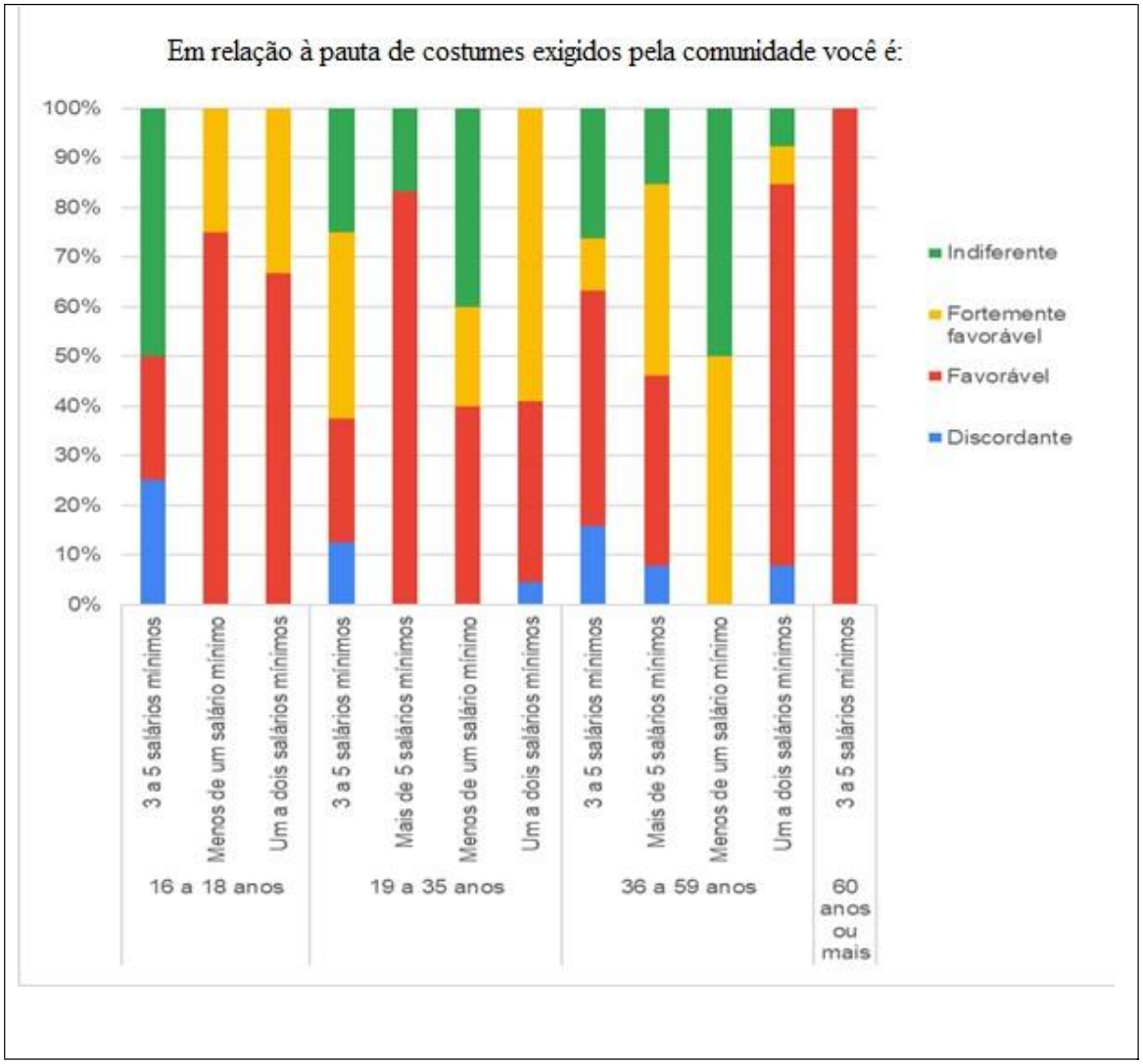
No público de gênero masculino, 5% discordam, 40% são favoráveis, 30% fortemente favoráveis e 25% se declaram indiferentes. Nota-se que tanto no gênero masculino quanto no feminino, quando há somatória dos favoráveis com os fortemente favoráveis, temos uma maioria absoluta, cerca de 70%, o que indica o peso que as questões relacionadas aos valores morais são relevantes entre os fiéis.

Vale destacar que na categoria outros 100% discordam.

O gráfico 19 demonstra que as pautas de costumes são um tema relevante para a maioria dos fiéis, tanto para os homens quanto para as mulheres.

O gráfico 20 apresenta os percentuais das respostas da percepção da pauta de costumes em relação à faixa etária e ao nível de renda. A disposição das respostas nos leva a compreender que nesse segmento as questões referentes à pauta de costumes se apresentam com forte relevância entre os fiéis.

Gráfico 20: Pauta de costumes em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Em relação à faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, no gráfico, temos a seguinte distribuição: 20% discordam da pauta de costumes, 25% se dizem favoráveis e 55% afirmam serem indiferentes. Nos que apresentam renda de menos de 1 salário mínimo, 70% são favoráveis e 30% fortemente favoráveis, ou seja, há uma unanimidade nesse segmento. Dentre os que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 65% são favoráveis e 35% são fortemente favoráveis, também evidenciando uma unanimidade a favor da pauta de costumes.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários, 10% discordam, 20% são favoráveis, 40% fortemente favoráveis e 30% indiferentes. No grupo com renda de menos de 1 salário mínimo, 35% são favoráveis, 15% fortemente favoráveis e 50% indiferentes. E em quem ganha de 1 a 2 salários mínimos temos: 5% discordam, 35% favoráveis e 60% fortemente favoráveis.

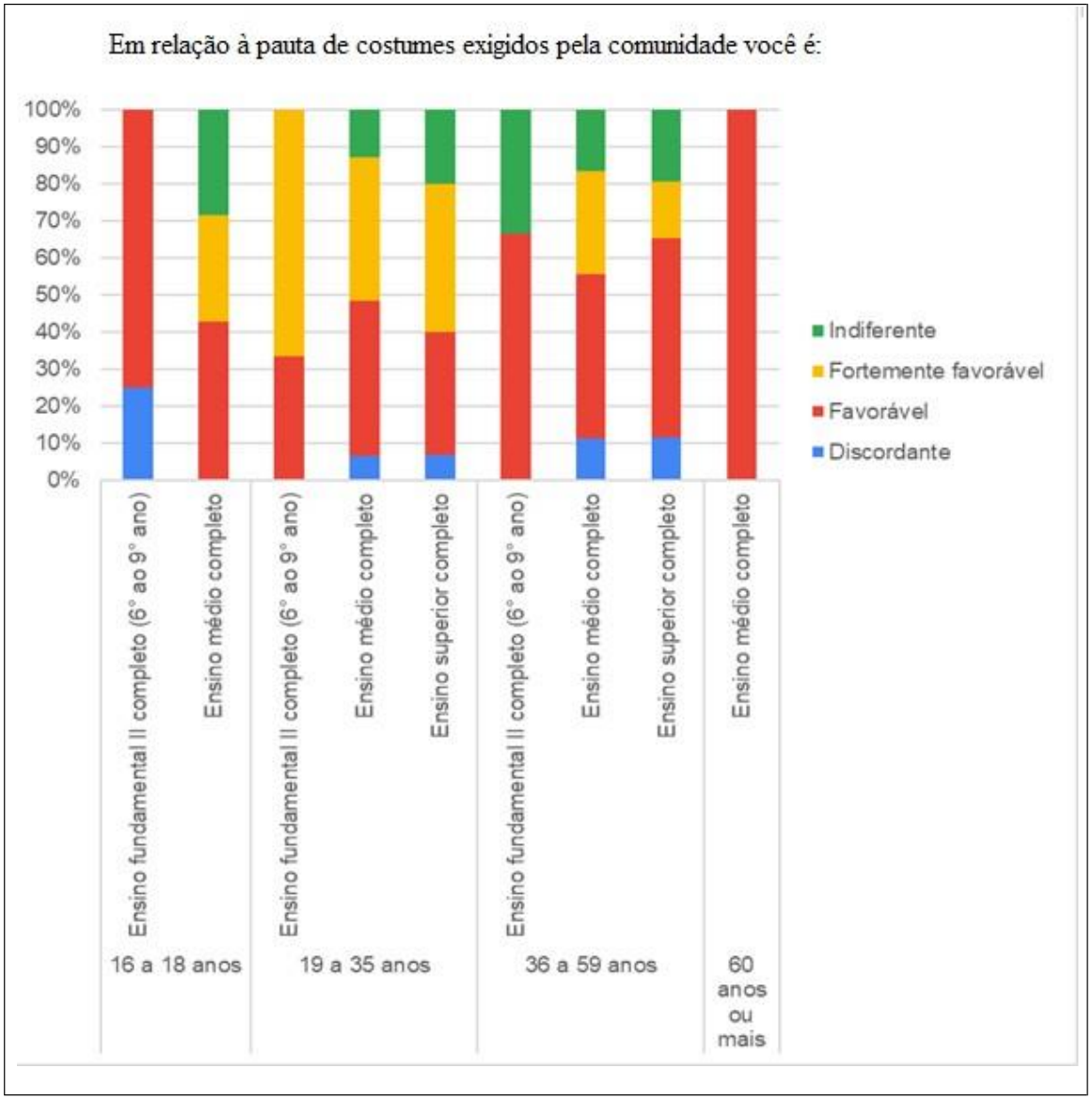
Em relação ao grupo de faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários, 10% discordam, 50% são favoráveis, 10% são fortemente favoráveis e 30% são indiferentes. Em quem tem renda de menos de 1 salário mínimo, os números se apresentam da seguinte maneira: 50% são fortemente favoráveis e 50% indiferentes. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, 5% discordam, 75% são favoráveis, 10% são fortemente favoráveis e 10% se dizem indiferentes. No grupo de renda de mais de 5 salários mínimos, 5% discordam, 35% são favoráveis, 40% fortemente favoráveis, 20% são indiferentes.

Nos que têm 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% são favoráveis.

No gráfico 20 os resultados indicam que as pautas de costumes são relevantes para a maioria dos fiéis, em todas as faixas etárias e níveis de renda. O grau de concordância varia, mas a maioria dos fiéis se posiciona a favor, especialmente em faixas etárias mais jovens e com renda inferior a 2 salários mínimos.

O gráfico 21, que vem a seguir, faz esta leitura em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 21: Pauta de costumes em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

O gráfico 21 ilustra a relevância das pautas de costumes na relação dos fiéis com os valores morais da sociedade, cruzando dados de faixa etária, nível de renda e grau de concordância com a pauta. O gráfico 21 demonstra que, na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 20% discordam e 80% são favoráveis. No grupo que tem o ensino médio completo, 38% são favoráveis, 32% são fortemente favoráveis e 30% são indiferentes.

Em relação à faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 25% são favoráveis e 75% são fortemente favoráveis. No grupo com ensino médio completo, 5% discordam, 35% são favoráveis, 40% fortemente favoráveis e 20% se declaram indiferentes.

Em relação aos que possuem ensino superior completo, 10% discordam, 30% são indiferentes, 20% favoráveis e 40% se declaram fortemente favoráveis.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 60% são favoráveis e 40% são indiferentes. No grupo com ensino médio completo 15% discordam, 25% são indiferentes, 40% são favoráveis e 30% são fortemente favoráveis. Em relação ao que tem ensino superior completo temos: 15% discordam, 25% indiferentes, 40% são favoráveis e 20% são fortemente favoráveis.

A faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, afirma ser 100% favorável.

Aqui fica evidente que a pauta de costumes tem forte representatividade na vida dos fiéis.

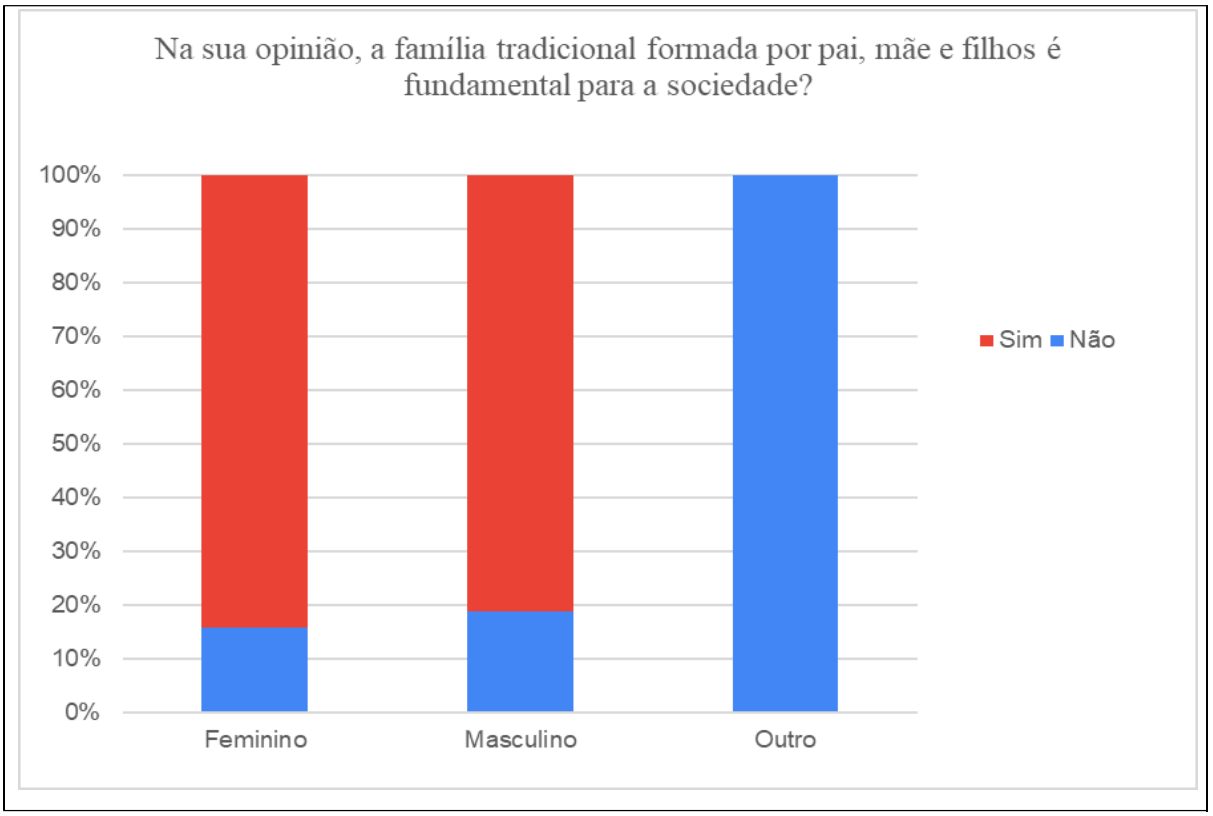
E assim verifica-se que a pauta de costumes é relevante para a maioria dos fiéis, em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade. O grau de concordância varia, mas a maioria dos fiéis se posiciona a favor, especialmente em faixas etárias mais jovens e com menor nível de escolaridade.

Dessa maneira, podemos dizer que aqui se apresenta um dos pontos centrais do discurso evangelizador, consequentemente, um dos elementos importantes da formação do perfil dos fiéis. Como foi dito nas seções anteriores, a retórica neopentecostal da luta do bem contra o mal, ou seja, Deus contra o Diabo, se fortalece com a utilização da busca de um modelo de família, oriundo de um modelo moralista/conservador.

Apresentaremos a seguir as análises da percepção dos fiéis em relação à organização familiar segundo a questão: na sua opinião, a família tradicional formada por pai, mãe e filhos é fundamental para a sociedade?

O gráfico 22 mostra como se dá a percepção da formação familiar na perspectiva dos gêneros.

Gráfico 22: Organização familiar em relação a gênero.



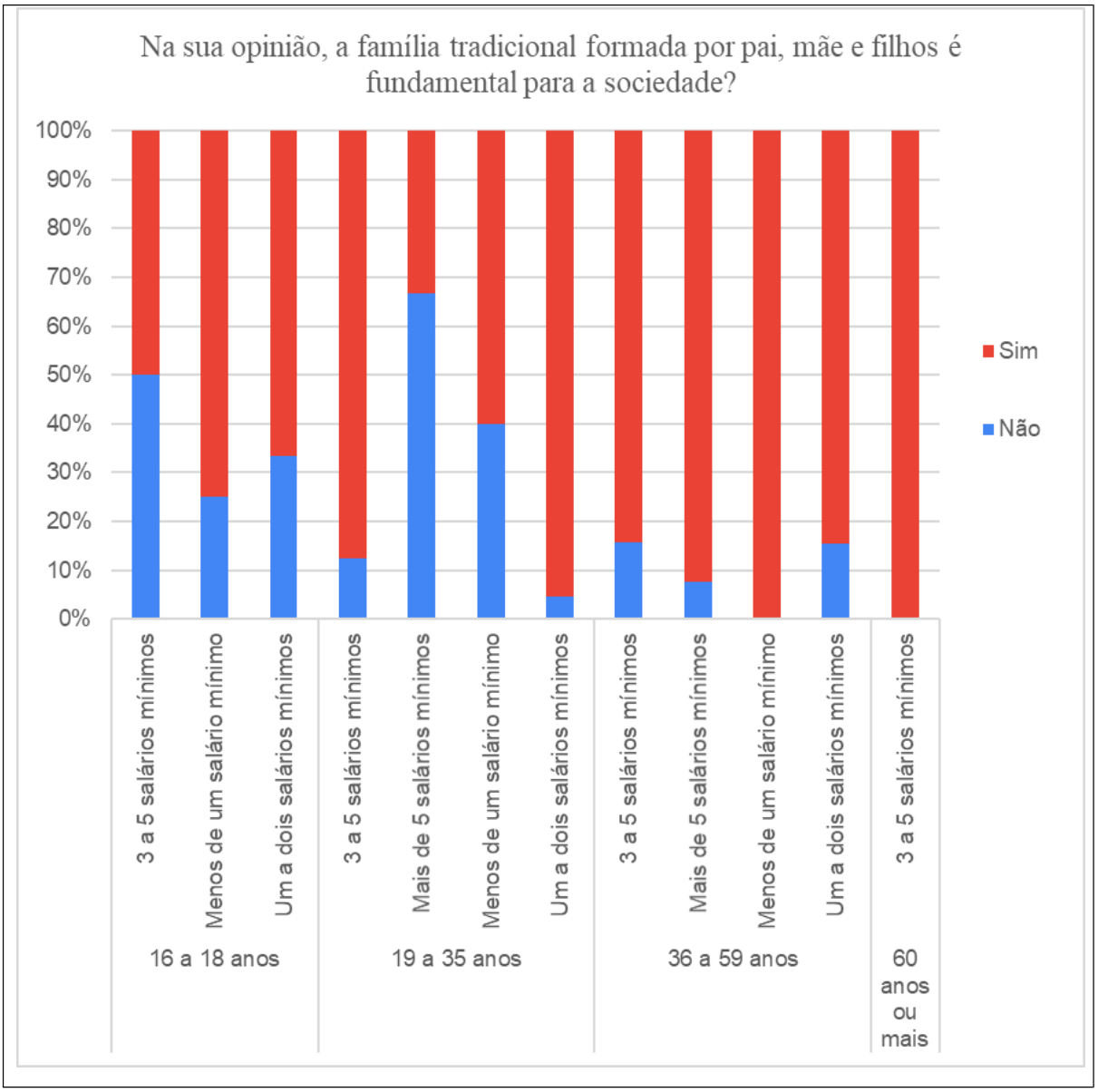
Fonte: pesquisa elaborada pelo autor.

Do gráfico 22 temos a seguinte distribuição em relação ao gênero: 15% dos perguntados do gênero feminino responderam não e 85% sim. No segmento masculino 20% responderam não e 80% sim. E 100%, do segmento intitulado outro, responderam não. Nota-se que os mecanismos tradicionais da sociedade, orientados pela pauta de costume, se fazem presentes nesse público, pois, tanto no gênero feminino quanto no masculino, a maioria esmagadora é defensora da família tradicional. E, como era de se esperar, na categoria outro, a totalidade não é favorável.

O gráfico 22 mostra que a questão relacionada à formação da família tradicional apresenta forte adesão dos respondentes, com exceção da categoria outro, em ser favoráveis a esse modelo de família, ou seja, a família tradicional ainda é vista como um modelo importante pela maioria dos fiéis, independentemente do gênero. Essa percepção está relacionada à pauta de costumes, que também apresenta forte adesão entre os fiéis. Aqui há uma correlação entre as questões analisadas, pois os gráficos 19, 20 e 21, que relacionam as pautas de costumes, mostraram uma sintonia com as respostas do gráfico 22.

O gráfico 23 mostra a distribuição de respostas com relação à percepção da formação familiar na perspectiva da relação entre a faixa etária e o nível de renda.

Gráfico 23: Organização familiar em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Assim, ao responder à questão: Na sua opinião, a família tradicional formada por pai, mãe e filhos é fundamental para a sociedade? O gráfico 23 revela os seguintes percentuais: na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 50% afirmam que sim e 50% dizem que não. No grupo de menos de 1 salário mínimo 20% dizem não e 80% dizem sim. Entre quem ganha entre 1 e 2 salários mínimos, 30% responderam não e 70% sim.

Em relação à faixa etária de 19 a 35 anos, de 3 a 5 salários mínimos, 10% disseram não e 90% que sim. Em quem recebe menos de 1 salário, 38% responderam não e 62% sim. Nos que apresentam renda de 1 a 2 salários mínimos, 5% responderam não e 95% sim. E quem recebe mais que 5 salários mínimos 10% disseram não e 90% sim.

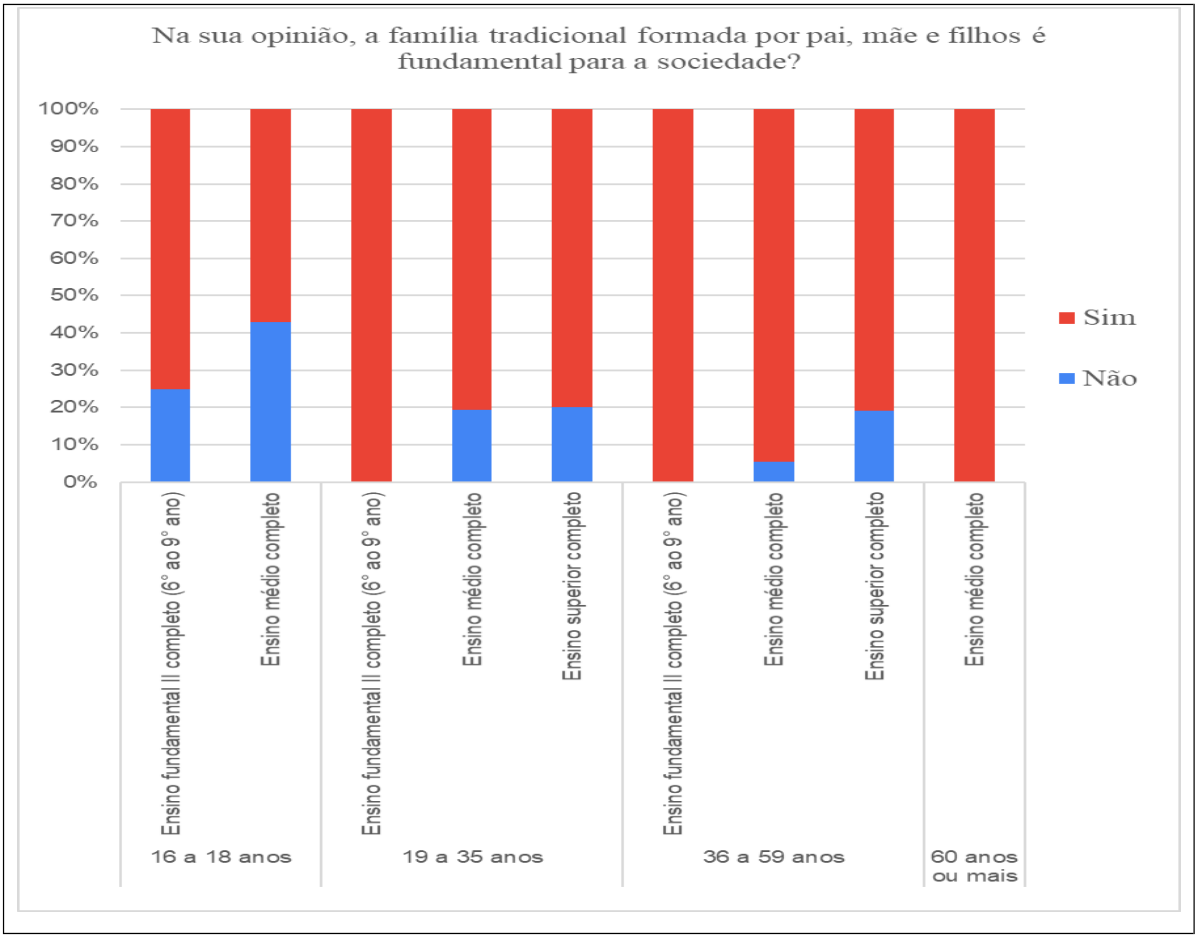
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 15% responderam não e 85% sim. Nos que têm renda de menos de 1 salário mínimo, 38% responderam não e 62% sim. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos 5% disseram não e 95% sim. E, no grupo com renda de mais de 5 salários mínimos, 10% responderam não e 90% sim.

Nos que têm 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% responderam sim à manutenção da família tradicional.

As respostas dadas nos mostram uma uniformidade de pensamento sobre a importância da família tradicional como base moral para a estrutura da sociedade. Não há uma disparidade percentual que possa demonstrar que a renda ou a faixa etária poderia condicionar uma percepção diferente da questão aferida. Dessa maneira, os resultados do gráfico 23 demonstram um forte consenso entre os fiéis sobre a importância da família tradicional como base moral para a sociedade.

O gráfico 24 fez uma análise da percepção da organização familiar dos fiéis, mas agora relacionando faixa etária e nível de escolaridade.

Gráfico 24: Organização familiar em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Verifica-se que, na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 50% afirmam que sim e 50% dizem que não. No grupo de menos de um salário mínimo, 20% dizem não e 80% dizem sim. Entre os que têm ensino médio completo, 40% responderam não e 60% sim.

Em relação à faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 100% responderam sim. Nos que apresentam ensino médio completo, 15% responderam não e 85% sim. Nos que apresentam ensino superior completo, 18% responderam não e 82% sim.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 100% disseram sim. Dos que têm ensino médio completo, 15% responderam não e 85% sim. Na faixa de quem tem ensino superior completo, 15% disseram não e 85% sim.

Nos que têm 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% responderam sim à manutenção da família tradicional.

As respostas dadas nos mostram uma uniformidade de pensamento sobre a importância da família tradicional como base moral para a estrutura da sociedade. Não há

uma disparidade percentual que possa demonstrar que o nível de escolaridade ou a faixa etária poderia condicionar uma percepção diferente da questão aferida.

Os resultados dos gráficos 22, 23 e 24 nos ajudam a compreender como o processo evangelizador busca a legitimação de um modus operandi frente à dinâmica do mundo contemporâneo. Revela aqui toda a sua face conservadora em criar valores em relação à formação da família brasileira. Valores estes que defendem uma condenação a quaisquer formas de organização familiar que não seja a tradicional. Vejamos o que diz Góes Junior (2020, p. 68):

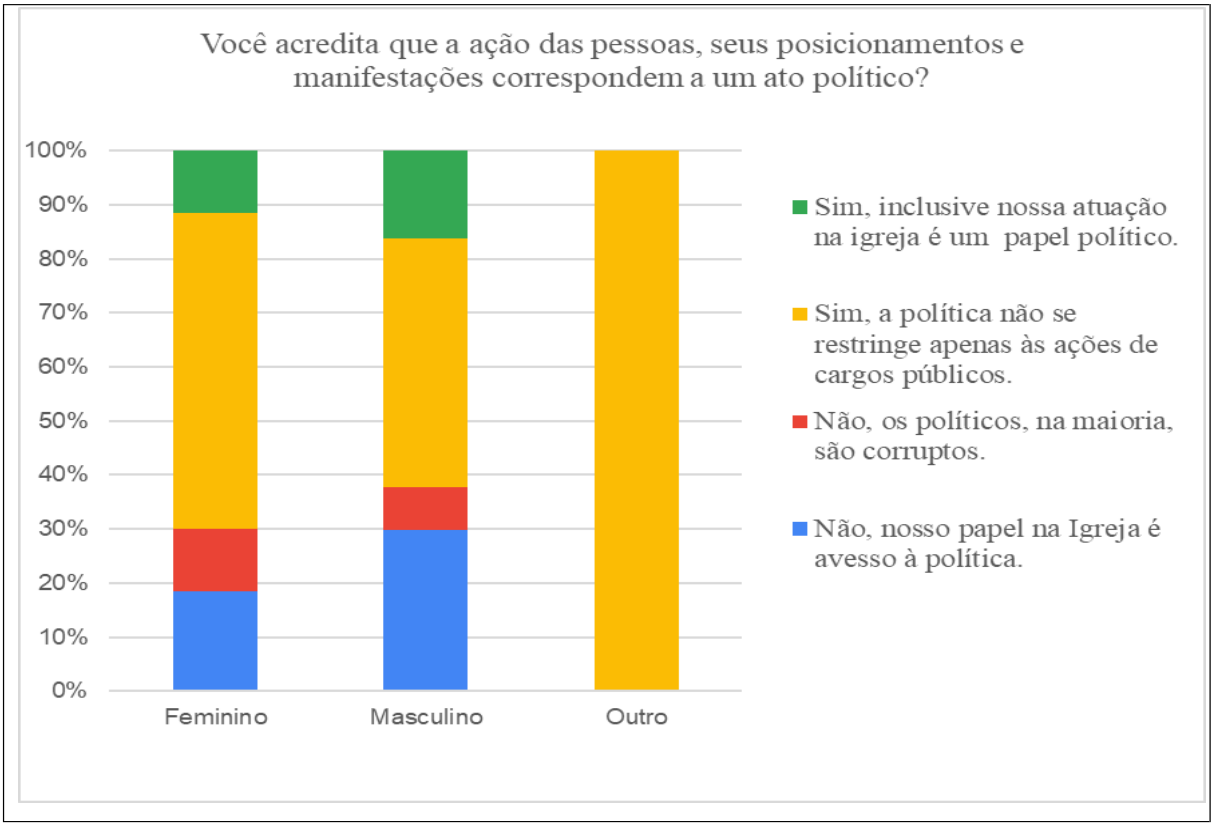
> É preciso eliminar, sob a ética pentecostal e neopentecostal, tudo o que, na visão de seus principais ou mais conhecidos líderes, às vezes, de forma coordenada, às vezes, desconexa, porém convergente com um propósito de controle de atos, pensamentos, modos de vida, costumes, aspectos identitários, afronta o que chamam de "mensagem de Deus" e "valores da família". Esse "mal", dominante na sociedade, embora em alguma medida possa parecer impreciso, aberto (pode incluir outros componentes), é representado pela violência; pelas drogas; pela pobreza; pelo desemprego; pela corrupção em abstrato; pelas religiões de matriz africana (classificadas genericamente como "macumba"); pela luta por direitos humanos em geral e, especificamente, pelos direitos de mulheres (feminismo), do povo negro e do seguimento de lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, intersexuais (esta luta classificada pejorativamente como "ideologia de gênero"); e, entre outras, por políticas públicas de amenização de desigualdades sociais.

Quando se fala em legitimidade religiosa, Berger (2004, p. 48-49) ajuda a dimensionar suas intenções, ao afirmar que: "A legitimação religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada". Dessa maneira, a imposição da família tradicional, também apresentada como a "Família de Deus", corrobora com a criação dessa subjetivação de uma concepção de mundo.

Passemos agora aos dados relacionados à compreensão dos fiéis com relação à política. Iniciemos analisando as respostas sobre a questão: Você acredita que a ação das pessoas, seus posicionamentos, manifestações correspondem a um ato político?

O gráfico 25 analisa a percepção dos fiéis sobre atos políticos no segmento de gênero.

Gráfico 25: A percepção da política em relação ao gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Temos as seguintes proporções. Do gênero feminino, 15% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 5% responderam que não, os políticos na maioria são corruptos, 60% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos. E 20% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político.

No gênero masculino 20% afirmaram que não e que nosso papel na Igreja é avesso à política, 5% responderam que não e que os políticos, na maioria são corruptos. 50% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos. E 25% afirmaram que sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político.

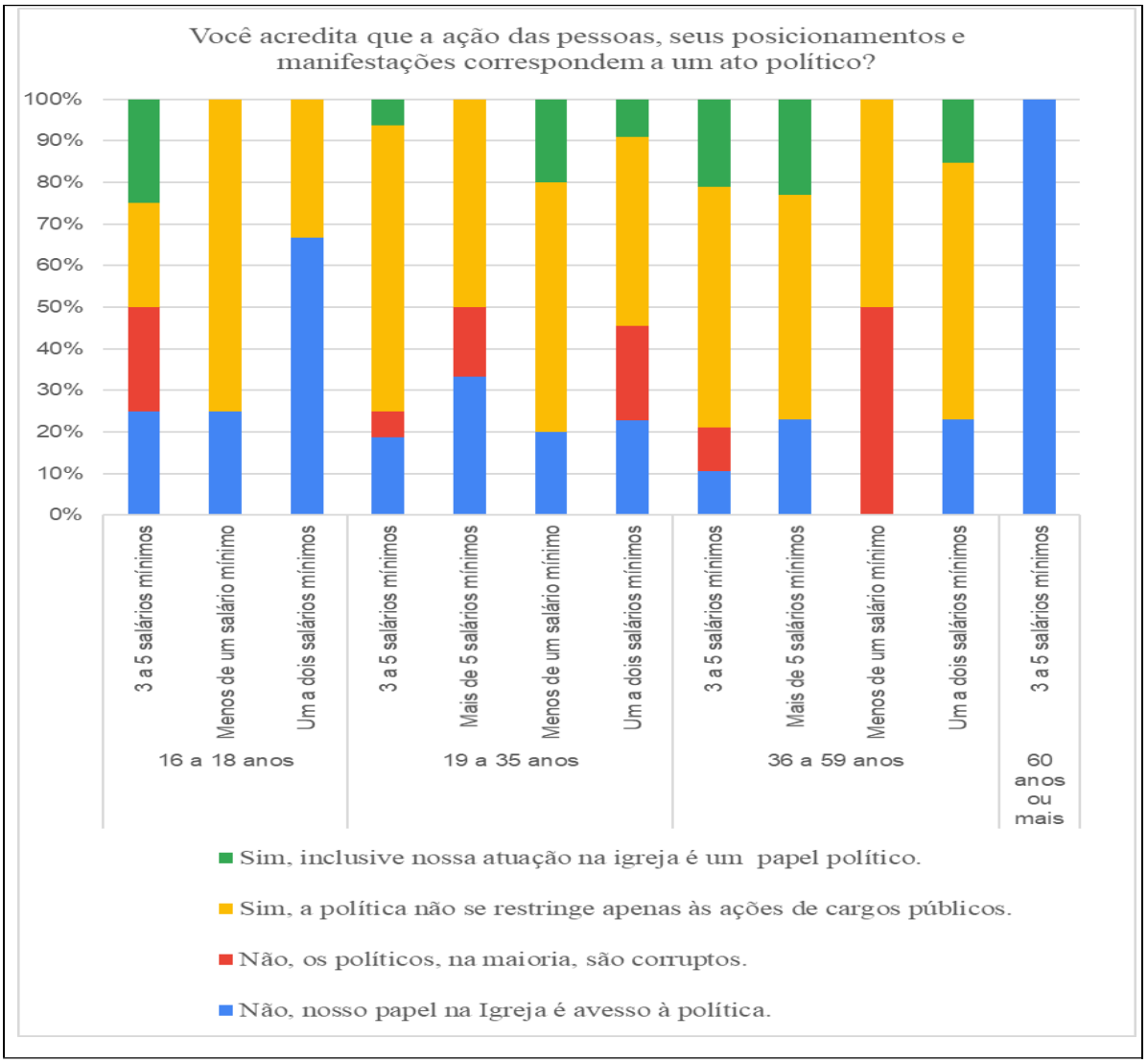
Em relação ao segmento outros, 100% afirmaram sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político.

O gráfico 25 apresenta um dado relevante: os fiéis que não se identificam com o feminino nem com o masculino acreditam, na totalidade, que a ação das pessoas, seja qual for, é sempre um ato político, já que a política não se restringe às ações de cargos públicos. Esse

posicionamento mostra um significado mais alargado de “política” por aqueles que são minorias, ou que fazem parte do segmento de evangélicos LGBTQIA +.

O gráfico 26 fez uma análise em relação à percepção dos fiéis sobre política em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 26: A percepção da política em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Temos as seguintes proporções: na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 25% responderam que não, os políticos, na maioria são corruptos, 25% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 30% afirmaram que sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político. Em quem ganha menos de 1 salário mínimo, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 80% responderam que sim, a

política não se restringe apenas às ações de cargos públicos. E no grupo de 1 a 2 salários mínimos, 65% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política e 35% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 25% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 5% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos, 60% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 10% afirmaram que sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político. No grupo com renda equivalente a menos de 1 salário mínimo, 28% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 50% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 22% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político. Em relação à renda entre 1 a 2 salários mínimos, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 22% responderam que não, os políticos, na maioria são corruptos. 48% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 10% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 8% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 12% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos, 55% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 25% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político. Naqueles com menos de 1 salário mínimo, 48% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 52% responderam que não, os políticos, em sua maioria, são corruptos. Em relação ao que tem renda de 1 a 2 salários mínimos, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 60% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 20% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político. No grupo de mais de 5 salários mínimos, 10% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 10% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos. 70% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 20% afirmaram que sim e que, inclusive, nossa atuação na Igreja é um papel político.

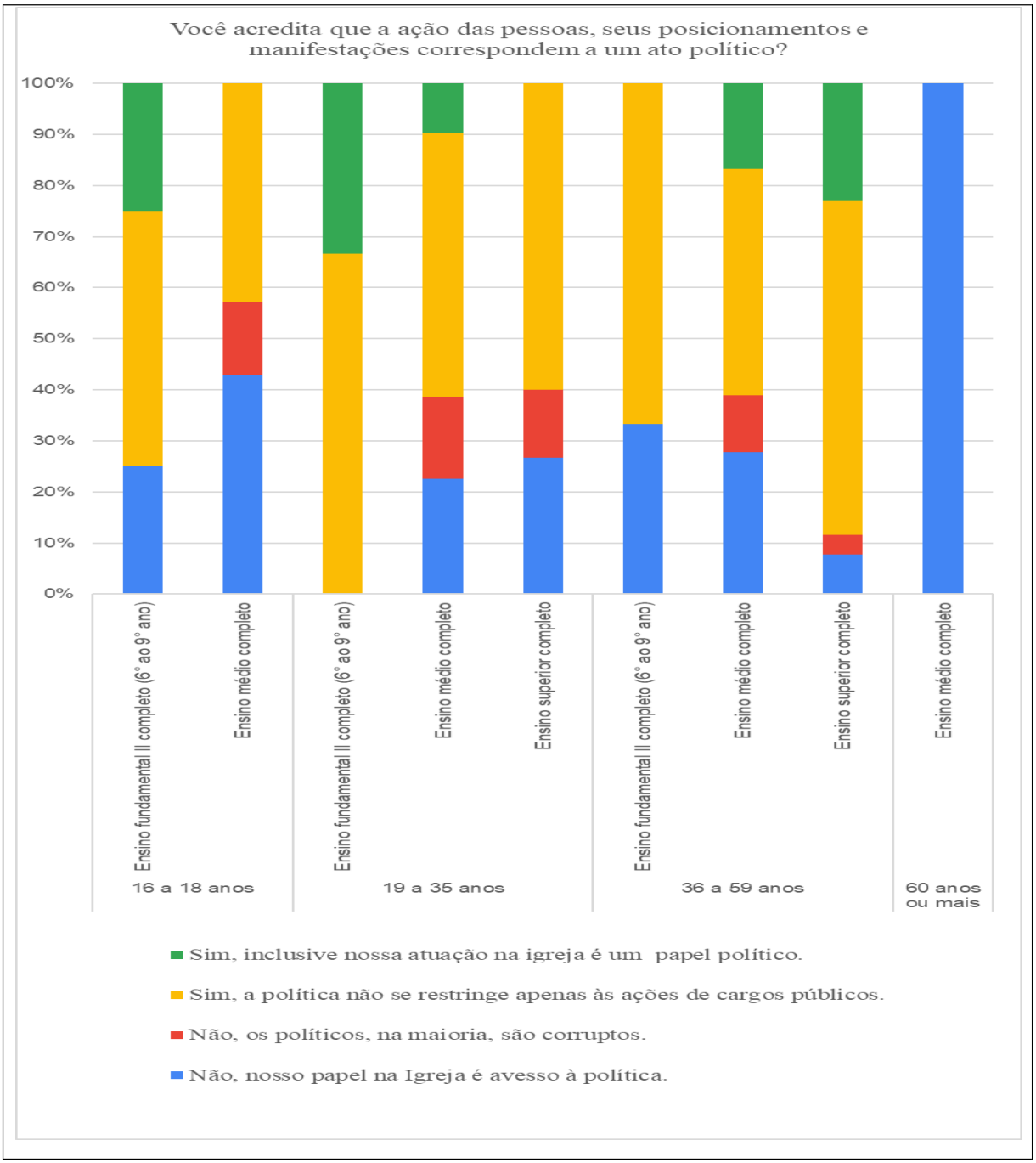
Na faixa etária de mais de 60 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% afirmam que não, o papel da Igreja é avesso à política.

O gráfico 26 indica que a percepção da política como algo intrínseco aos seres sociais se dá em todos os segmentos. Há variação nos que possuem mais de 60 anos, com renda de 3 a 5 salários e nos jovens de 16 a 18 anos, faixa de renda entre um a dois salários, que veem que o papel da igreja deve ser avesso à política. As diferentes visões sobre o papel

da política e da igreja revelam que há uma diversidade de pensamentos e experiências presentes nesse grupo.

O gráfico 27 analisa a percepção dos fiéis em relação à política considerando-se faixa etária e nível de escolaridade.

Gráfico 27: A percepção da política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Temos as seguintes proporções de respostas: na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 50% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 30% afirmaram que sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político. Em quem tem ensino médio completo, 40% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política. 20% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos e 40% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 40% afirmaram que sim, inclusive nossa atuação na Igreja é um papel político e 60% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos. Em quem tem ensino médio completo, 18% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 12% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos e 60% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 10% afirmaram que sim, a nossa atuação na Igreja é um papel político. Nos que possuem ensino superior completo, 70% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política e 10% responderam que não, os políticos, na maioria são corruptos.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 75% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 25% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política. Em quem tem ensino médio completo, 20% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política, 10% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos, 60% responderam sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos e 25% afirmaram que sim, a nossa atuação na Igreja é um papel político. Nos que possuem ensino superior completo, 70% responderam que sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos, 10% afirmaram que não, nosso papel na Igreja é avesso à política e 5% responderam que não, os políticos, na maioria, são corruptos.

Na faixa etária de mais de 60 anos, ensino médio completo, 100% afirmam que não, o papel da Igreja é avesso à política.

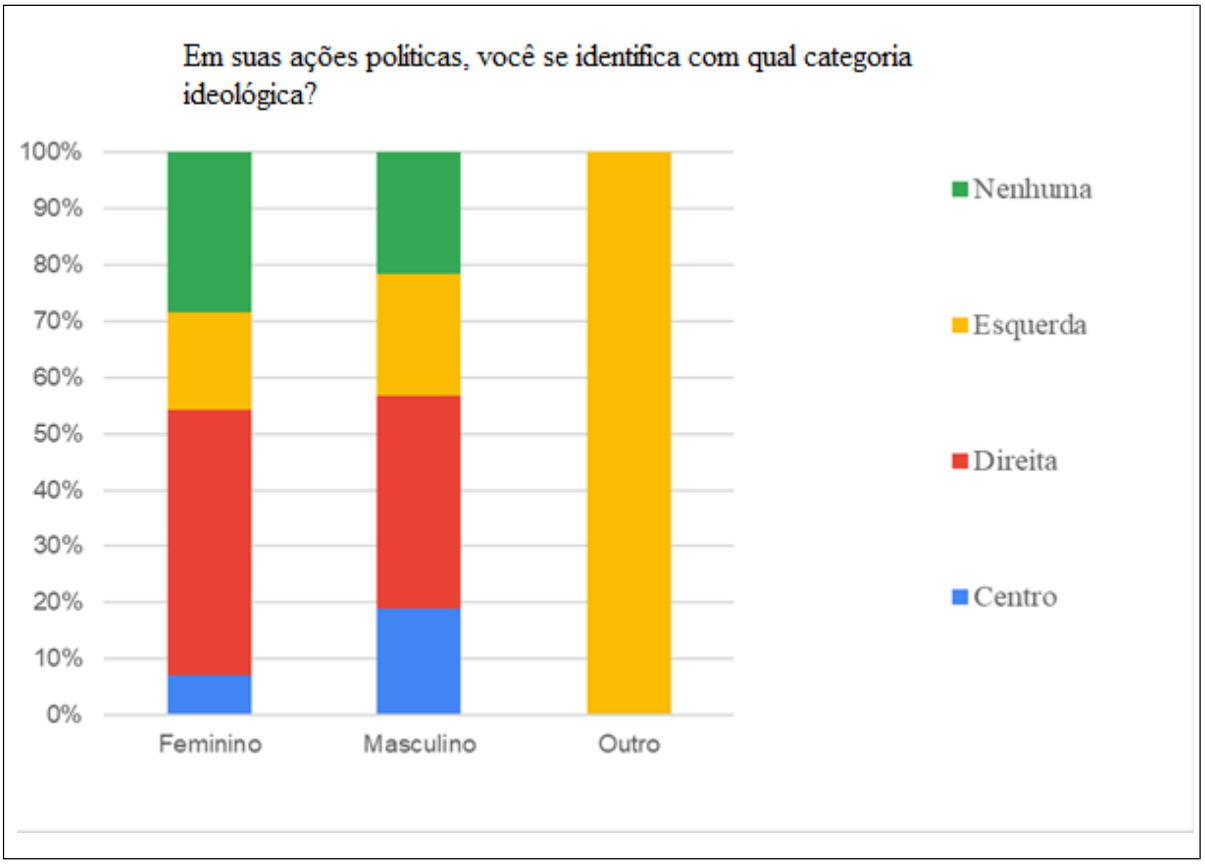
O gráfico 27 demonstra que a percepção da política como algo intrínseco aos seres sociais se dá em todos os segmentos. Há variação nos que possuem mais de 60 anos, com ensino médio completo que, na sua totalidade, veem que o papel da igreja deve ser avesso à política.

A próxima análise procurou identificar como os evangélicos se dividem na questão de ideologia política analisando as respostas da questão: Em suas ações políticas, você se

identifica mais aproximadamente a que categoria ideológica?

O gráfico 28 identifica a disposição política ideológica dos fiéis em relação ao gênero.

Gráfico 28: Ideologia política em relação a gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

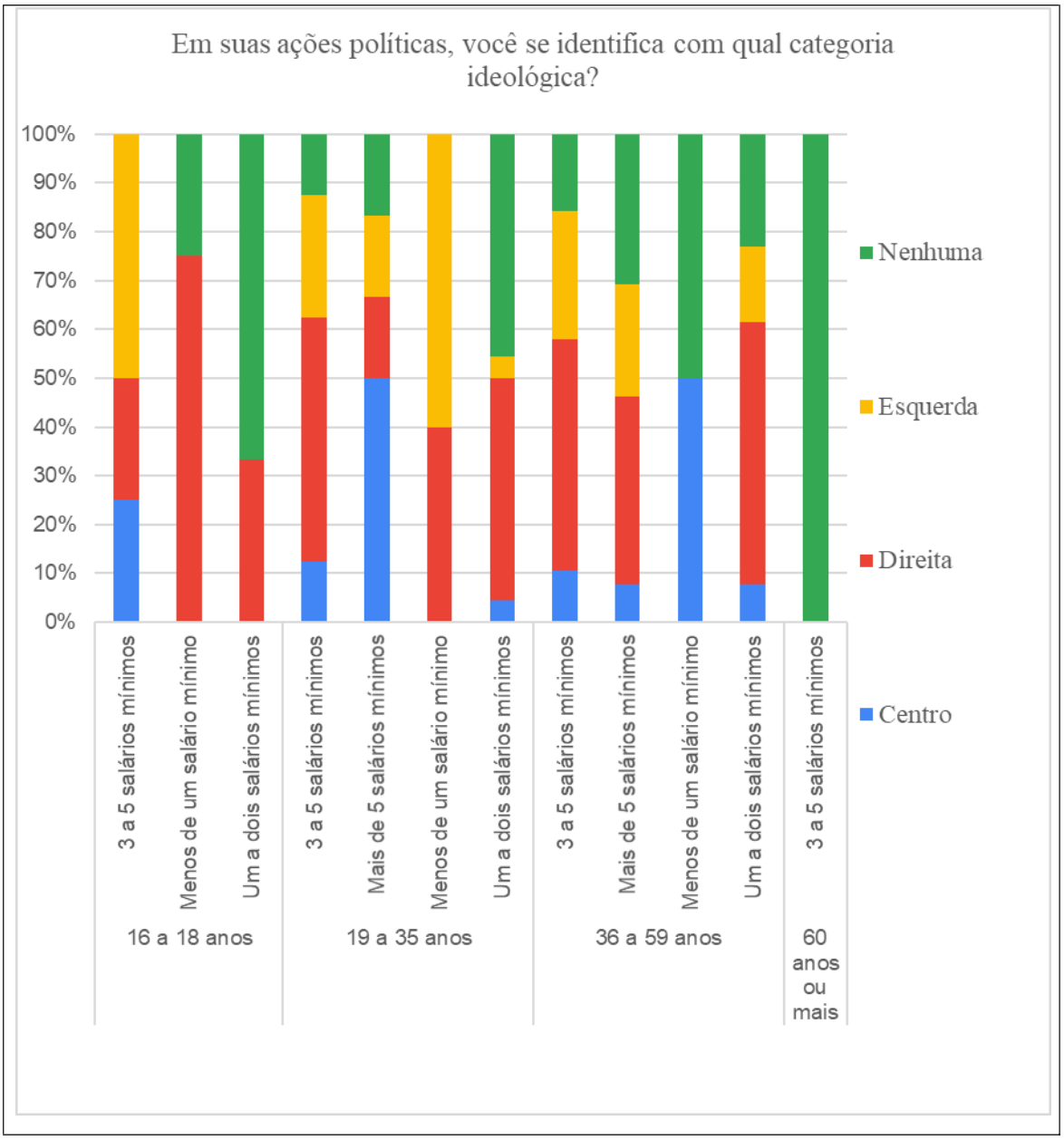
Nos respondentes do gênero feminino, 5% responderam ser de centro, 35% de direita, 20% de esquerda e 40% afirmam não terem nenhuma posição. Em relação ao gênero masculino, 15% disseram ser de centro, 45% de direita, 20% de esquerda e 20% nenhuma posição.

Na categoria outros, 100% disseram ser de esquerda.

O gráfico 28 revela um perfil ideológico complexo entre os fiéis evangélicos, com uma inclinação majoritária à direita, tanto no gênero feminino, com 35%, quanto no masculino, com 45%, mas com uma presença significativa de diferentes posicionamentos, incluindo a neutralidade política e a identificação com a esquerda, especialmente entre pessoas LGBTQIA+. E, por fim, a porcentagem de fiéis que se identificam como de centro é relativamente baixa em ambos os gêneros, 5% feminino e 15% masculino.

O gráfico 29 relacionou a disposição política ideológica entre faixa etária e nível de renda.

Gráfico 29: Ideologia política em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Temos a seguinte distribuição: na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% afirmaram ser de centro, 25% de direita e 55% de esquerda. No grupo que tem renda menor que 1 salário mínimo, 75% disseram ser de direita e 25% afirmaram não ter nenhuma preferência. Já no grupo de 1 a 2 salários mínimos, 30% se declararam de direita e 70% a nenhuma das vertentes políticas ideológicas.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 10% disseram ser de centro, 50% de direita, 30% de esquerda e 10% a nenhuma das vertentes. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 38% disseram ser de direita e 62% de esquerda. No grupo de renda de 1 a 2 salários mínimos, 5% afirmaram ser de centro, 45% de direita, 30% de esquerda e 20% não se alinham a nenhuma vertente. Em relação aos que têm renda acima de 5 salários mínimos, 10% disseram ser de centro, 40% de direita, 30% de esquerda e 20% a nenhuma delas.

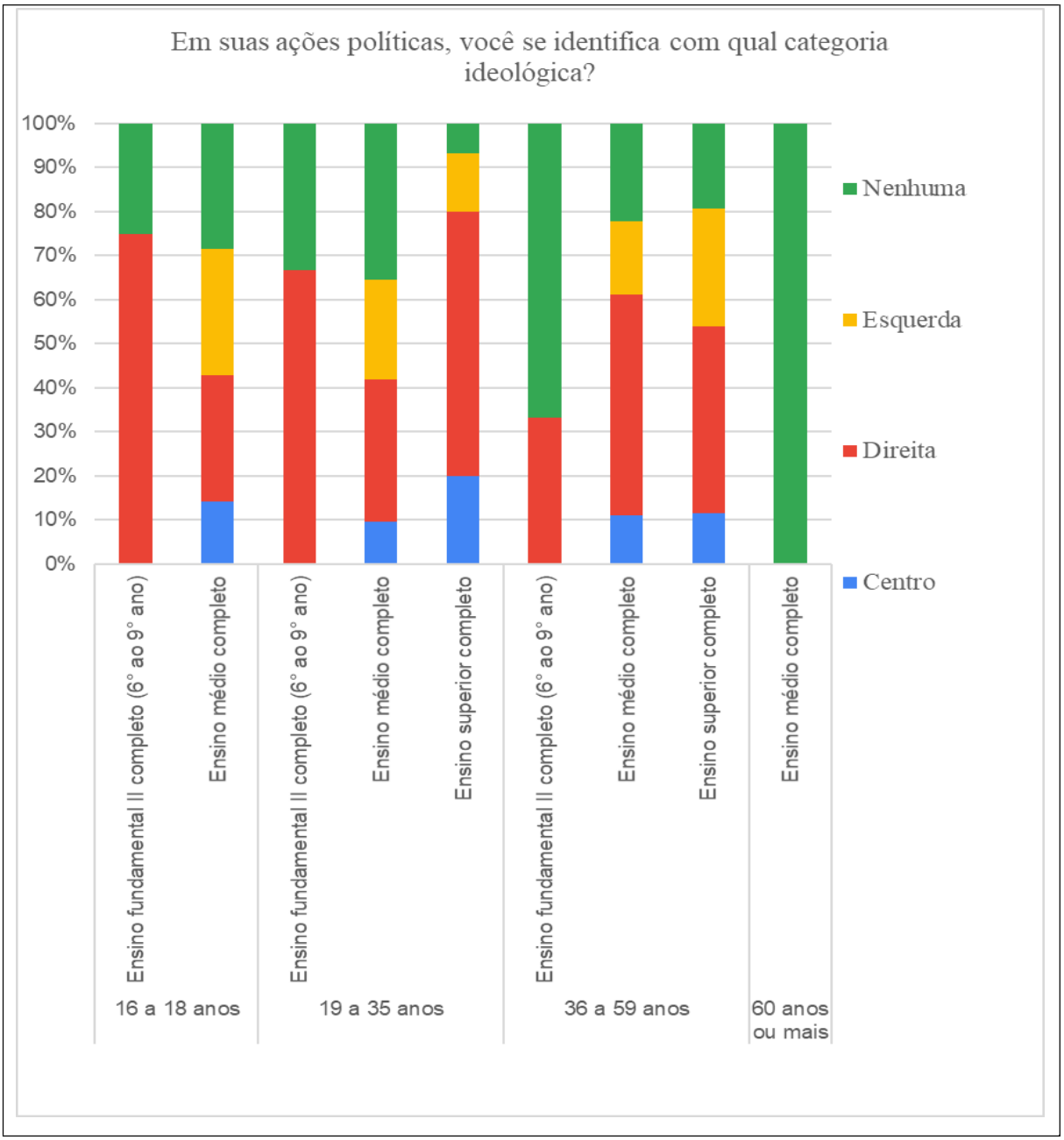
Em relação à faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 10% afirmaram ser de centro, 45% de direita, 25% de esquerda e 20% não se alinham a nenhuma vertente. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 50% disseram ser de centro e 50% não se alinham a nenhuma vertente. No grupo de renda de 1 a 2 salários mínimos, 10% afirmaram ser de centro, 48% de direita, 17% de esquerda e 25% não se alinham a nenhuma vertente. Em relação aos que têm renda acima de 5 salários mínimos, 10% disseram ser de centro, 35% de direita, 25% de esquerda e 30% a nenhuma delas.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% disseram não pertencer a nenhuma das vertentes.

Ao analisarmos o gráfico 29, podemos observar que uma parcela significativa dos fiéis se identifica com a direita em todas as faixas etárias e de renda. No entanto, é importante salientar que essa inclinação não é uniforme e que há uma presença considerável de fiéis que se identificam com a esquerda ou não se identificam com nenhuma vertente política. Essa heterogeneidade demonstra a complexidade do grupo evangélico e a necessidade de uma análise mais detalhada para se compreenderem as diferentes nuances ideológicas presentes.

O gráfico 30 complementa a análise da disposição política ideológica dos fiéis, cruzando dados de faixa etária e nível de escolaridade.

Gráfico 30: Ideologia política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Os percentuais distribuem-se da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 70% se identificam com a direita e 30% não possuem nenhuma. Já no grupo com ensino médio completo, 10% se identificam como de centro, 30% se identificam com a direita, 30% se identificam com a esquerda e 30% não se identificam com nenhuma vertente.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 60% se identificam com a direita e 40% não se identificam com nenhuma vertente. Nos que têm ensino

médio completo, 15% se identificam como de centro, 60% se identificam com a direita, 15% se identificam com a esquerda e 10% não se identificam com nenhuma vertente. Nos que tem ensino superior completo, 10% se identificam como de centro, 40% se identificam com a direita, 20% se identificam com a esquerda e 30% não se identificam com nenhuma vertente. Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 30% se identificam com a direita e 70% não se identificam com nenhuma vertente. Nos que têm ensino médio completo, 10% se identificam como de centro, 45% se identificam com a direita, 20% se identificam com a esquerda e 25% não se identificam com nenhuma vertente. No grupo com ensino superior completo, 10% se identificam como de centro, 40% se identificam com a direita, 25% se identificam com a esquerda e 20% não se identificam com nenhuma vertente.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% disseram não pertencer a nenhuma das vertentes.

O gráfico 30 revela uma complexa interação entre faixa etária, nível de escolaridade e ideologia entre os fiéis evangélicos. A inclinação à direita é significativa, mas a presença de diferentes posicionamentos demonstra a heterogeneidade do grupo.

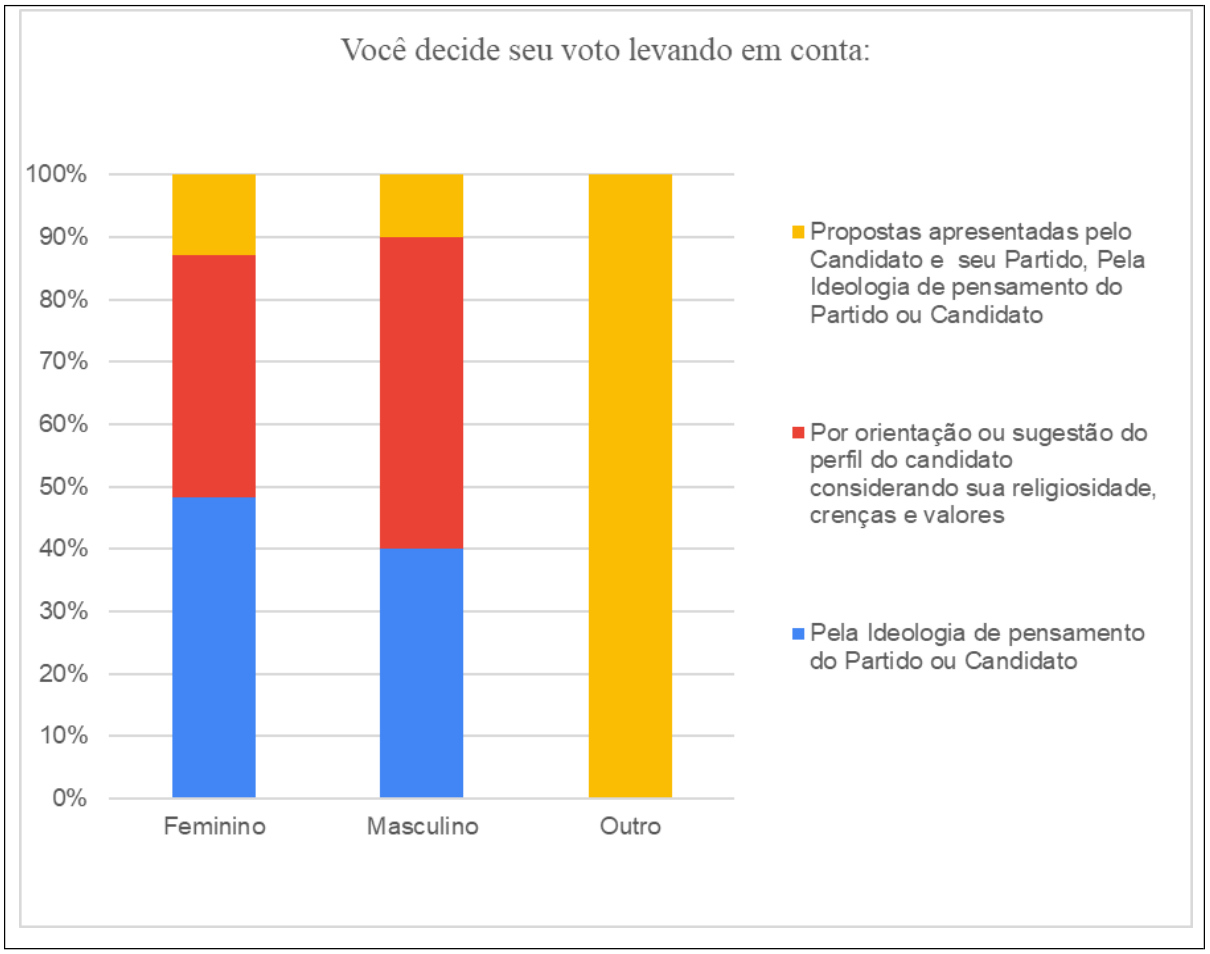
Ao analisarmos o gráfico 30, verifica-se que os números indicam um maior alinhamento à direita dos respondentes do questionário, em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade. Assim, criam-se receptores aptos a decodificar as mensagens, apropriadas pela direita e extrema direita, que têm na pauta de costumes seu ponto crucial de cooptação desses sujeitos políticos.

Os resultados apresentados nos gráficos 28, 29 e 30 fornecem informações valiosas sobre a disposição política ideológica dos fiéis em relação ao gênero, faixa etária, nível de renda e escolaridade. No entanto, é importante interpretá-los com cautela e evitar generalizações. A heterogeneidade do grupo evangélico, a influência de múltiplos fatores e as limitações dos dados exigem uma análise cuidadosa e contextualizada. Embora observemos uma inclinação majoritária à direita em algumas faixas etárias e de renda, é importante destacar que essa inclinação não é uniforme e que há uma presença significativa de fiéis que se identificam com a esquerda, o centro ou não se identificam com nenhuma vertente política. Todavia, esses dados dão suporte importante para reflexões críticas sobre o papel da religião na sociedade e as diferentes formas de engajamento político dos fiéis.

Agora, analisaremos de que maneira os fiéis decidem seu voto segundo a questão: De que maneira você decide seu voto?

No gráfico 31 fazemos a análise com relação à variável gênero.

Gráfico 31: Decisão do voto considerando a variável gênero



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

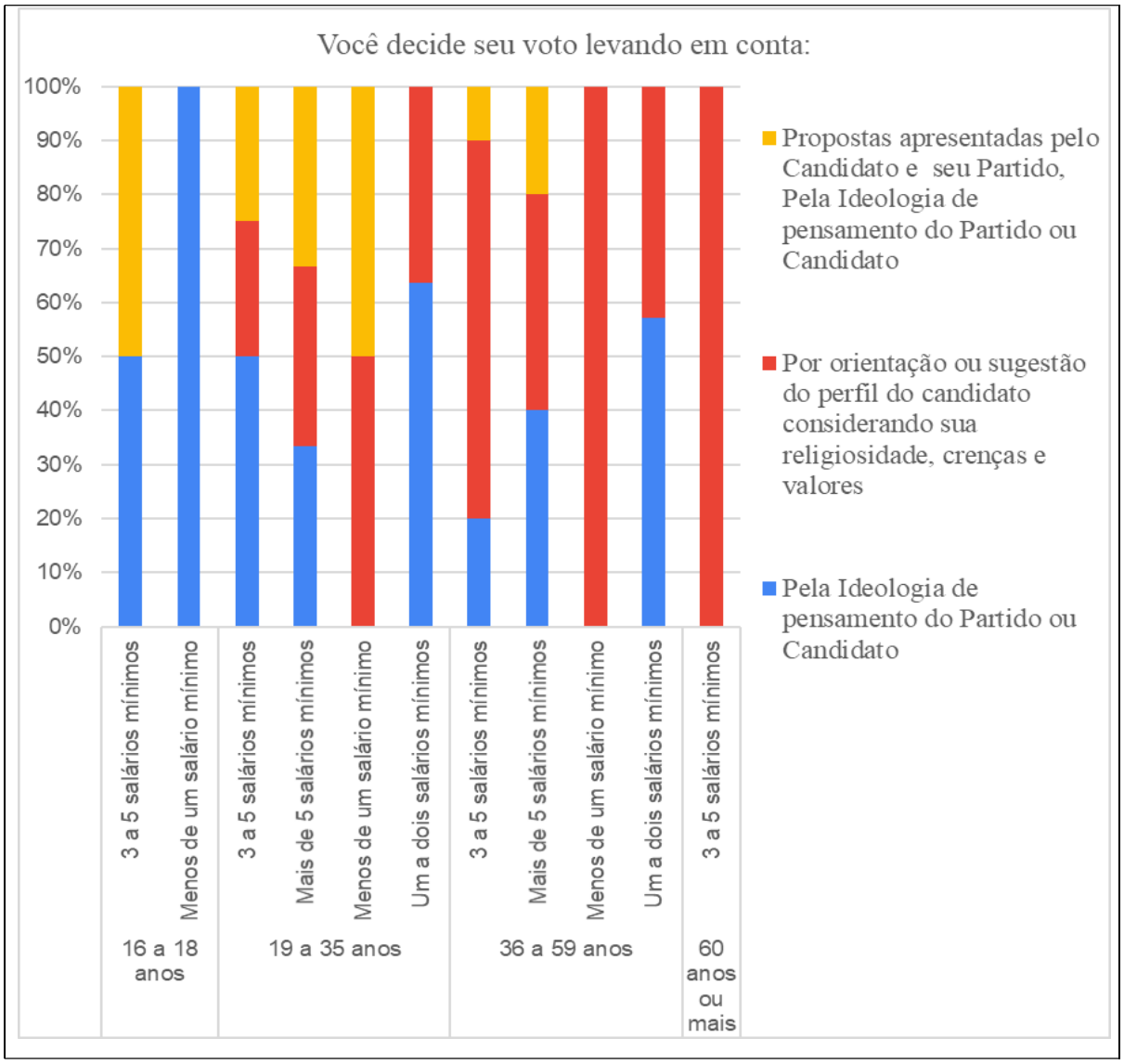
Ao serem questionados sobre os critérios que influenciam sua escolha, as respostas foram categorizadas da seguinte forma: entre as mulheres, 20% consideram as propostas apresentadas pelo candidato e a ideologia partidária, 35% levam em conta as orientações ou sugestões do perfil do candidato, especialmente sua religiosidade, e 45% decidem com base na ideologia do partido ou do candidato. No grupo masculino, 15% priorizam as propostas e a ideologia, 45% seguem as orientações do candidato e 35% decidem com base na ideologia partidária. Já na categoria "outros", 100% baseiam sua decisão nas propostas e ideologia do candidato ou do partido.

Esses resultados evidenciam uma influência significativa da ideologia e religiosidade na escolha dos fiéis, tanto entre as mulheres quanto entre os homens, totalizando 80% quando combinadas essas duas categorias. Observa-se que a categoria outros tende a se distinguir, pois suas decisões são orientadas por suas próprias pautas de interesse, com origens que os levam a tomar posicionamentos diferenciados como grupos minoritários.

Vale dizer que a legenda da coluna amarela agrupa dois itens das respostas, já que os respondentes podiam escolher mais de uma alternativa de resposta.

O gráfico 32 mostra como se dá a decisão do voto em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 32: Decisão do voto em relação à faixa etária e ao nível de renda



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas dadas distribuem-se da seguinte maneira: no grupo de faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 50% se decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pelo partido e 50% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Na faixa dos que têm renda menor do que 1 salário mínimo, 100% responderam que decidem pela ideologia de pensamento do partido ou candidato.

No grupo de faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 30% se decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 25% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 45% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Naqueles que têm renda menor de um salário mínimo, 55% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato e 45% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, 60% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato e 40% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade. Naqueles que recebem mais de 5 salários mínimos, 30% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 35% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 35% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

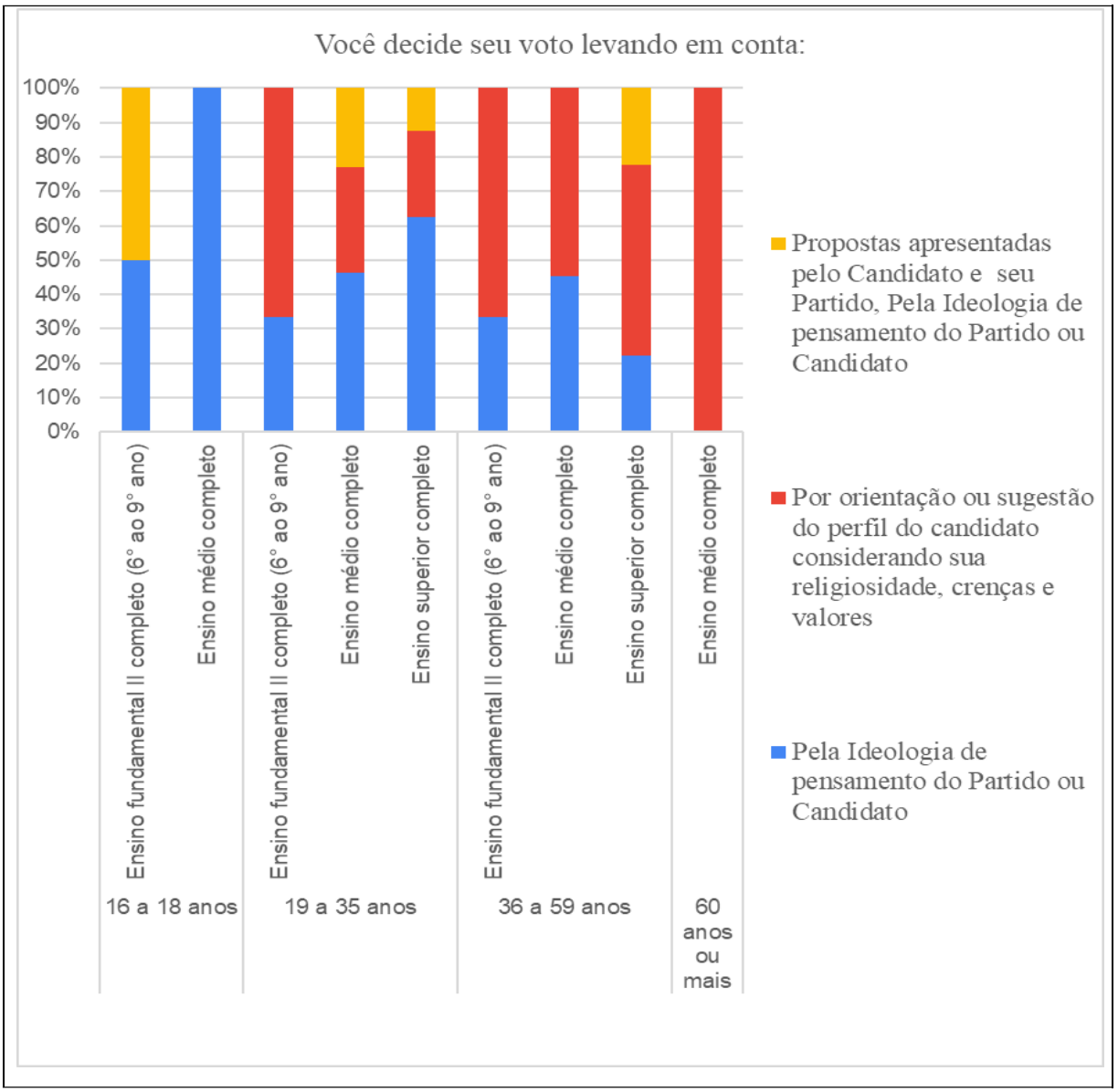
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com nível de renda de 3 a 5 salários mínimos, 15% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 70% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 15% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Nos que têm renda menor do que um salário mínimo, 100% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade. Em relação ao nível de renda de 1 a 2 salários mínimos, 55% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato e 45% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade. E nos que têm renda de mais de 5 salários mínimos, 45% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 30% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 25% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

Em relação aos de faixa etária de 60 anos ou mais, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 100% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

O gráfico 32 revela que há uma forte influência da ideologia e da religiosidade na tomada de decisões dos fiéis, não apresentando diferença significativa relacionada à faixa etária com relação à renda.

O gráfico 33 apresenta a distribuição de respostas em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 33: Decisão do voto em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas indicaram que: no grupo de faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 65% se decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pelo partido e 35% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Na faixa dos que têm o ensino médio completo, 100% responderam que decidem pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

No grupo de faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 60% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 40% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Naqueles que têm ensino médio completo, 20% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 30% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 50% pela ideologia de pensamento do partido ou candidato. Na faixa dos que têm ensino superior, 60% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 25% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 15% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou candidato.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 70% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 30% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. Nos que têm ensino médio completo, 50% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 30% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 20% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato. No grupo com ensino superior completo, 20% pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato, 55% responderam que decidem por orientações ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade e 25 % decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

Em relação aos de faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% decidem pelas propostas apresentadas pelo candidato e pela ideologia de pensamento do partido ou do candidato.

Os resultados do gráfico 33 indicam que há uma forte influência da ideologia e da religiosidade na tomada de decisões dos fiéis, não apresentando diferença significativa relacionada à faixa etária com relação à renda. Até mesmo no grupo com ensino superior completo, a questão da religiosidade na tomada de decisões é preponderante. A religiosidade é um fator importante na tomada de decisões para alguns indivíduos, mas não é o único determinante. As propostas e o partido do candidato também são fatores relevantes. A influência da religiosidade na escolha do partido pode ser subliminar, especialmente para fiéis de partidos com raízes em templos evangélicos. Vejamos:

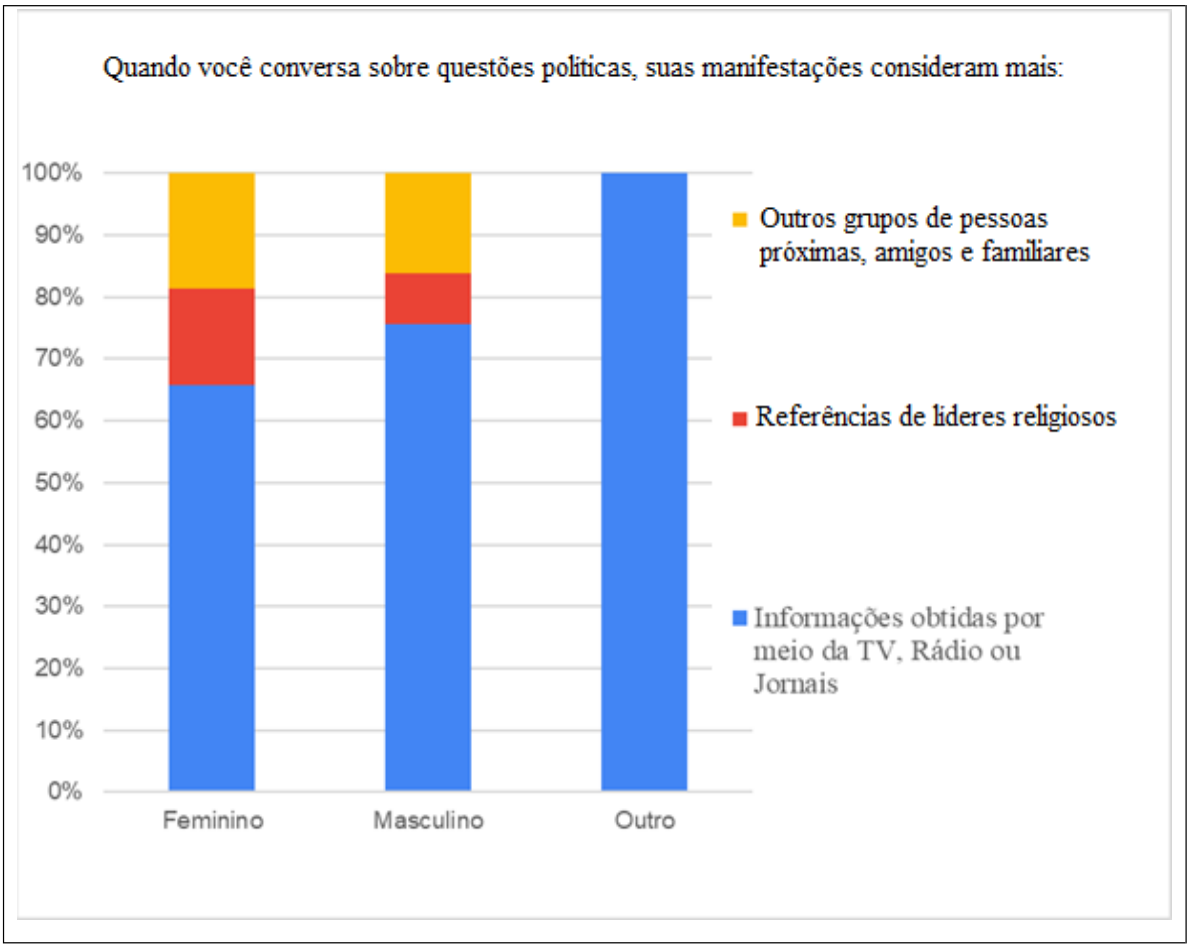
> [...] as eleições presidenciais de 2002 foram ganhas, com o apoio do eleitorado da IURD (pela primeira vez unida com a esquerda política), por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), líder do Partido dos Trabalhadores (PT), que terminou as suas duas presidências com os índices historicamente mais elevados de apoio popular. Durante a sua (já quinta) campanha eleitoral, desta vez vencedora, Lula prometeu a criação de um governo suprapartidário 'de profissionais', bem como, sendo ele mesmo um declarado católico, apresentou para o cargo de vice-presidente um pentecostal, conquistando a ajuda das igrejas (neo) pentecostais, junto com as emissoras a elas pertencentes. Investindo cada vez mais na política, o bispo Macedo nomeou então um representante especial da IURD para assuntos de coalisões - o bispo e deputado federal Carlos Roberto Rodrigues Pinto, começando também a planejar um partido político próprio da igreja chefiado pelo seu sobrinho e provável sucessor – bispo Marcelo Crivella. (SIUDA-AMBROZIAK, 2013, p. 248)

O projeto político partidário estava posto como propósito da busca de relevância no cenário político brasileiro. A relevância alcançada se evidencia nos processos eleitorais e tem seu auge na eleição presidencial de 2018.

Passemos a analisar como acontece a busca de (in)formação dos fiéis quando feita a pergunta: "quando você conversa sobre questões políticas, suas manifestações consideram mais:"

O gráfico 34 analisou como se processa a busca de (in)formação dos fiéis, em relação a gênero.

Gráfico 34: (In)Formação política em relação a gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Observa-se, no grupo feminino, que 20% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 20% pelas referências de líderes religiosos e 60% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

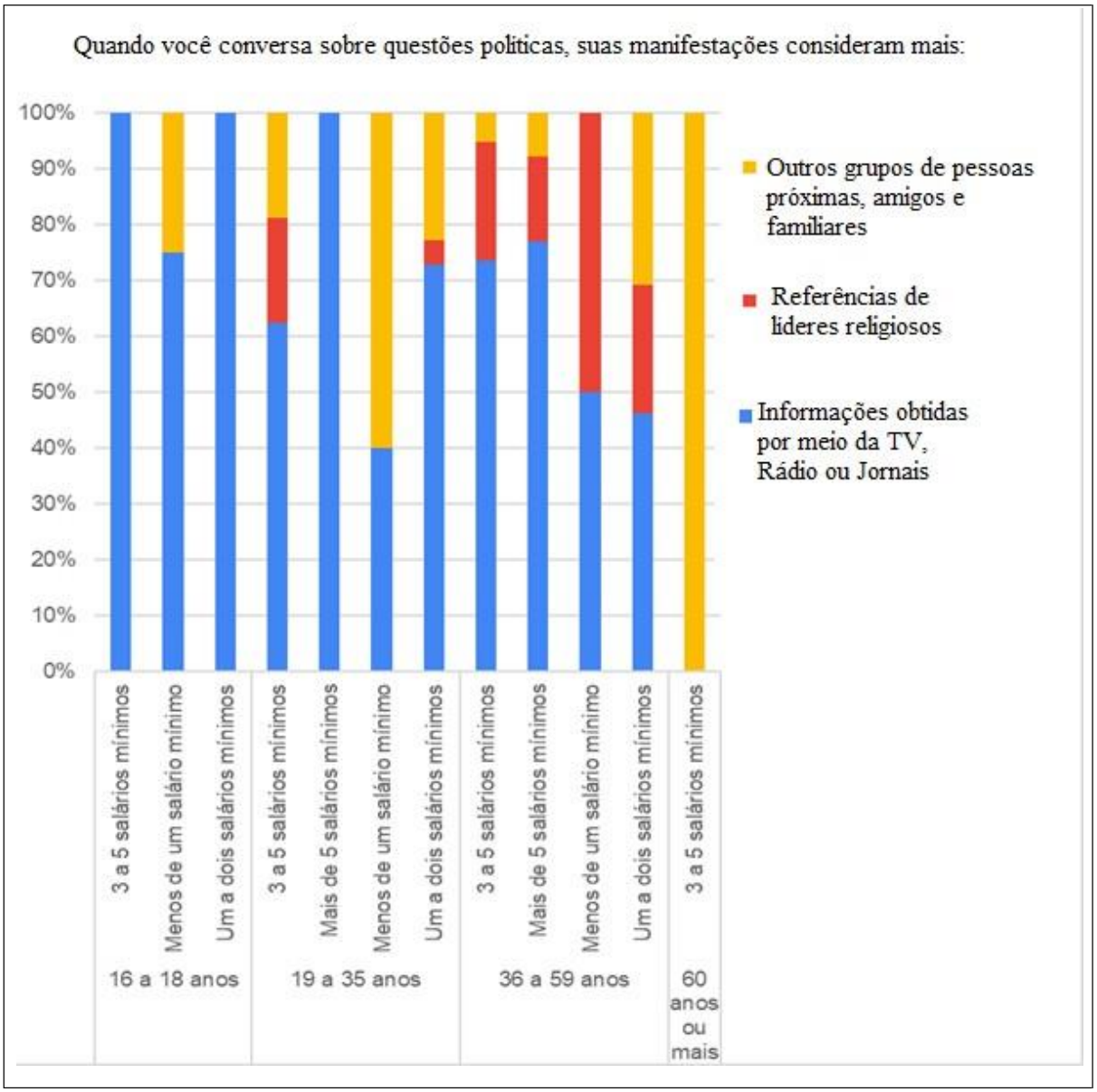
Em relação ao gênero masculino, 20% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 10% pelas referências de líderes religiosos e 70% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

Na categoria outros, 100% se orientam por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

O gráfico 34 demonstra a importância dos meios de comunicação tradicionais como fonte de busca de informações políticas dos fiéis.

O gráfico 35 fez a relação entre a (in)formação dos fiéis em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 35: (In)Formação política em relação à faixa etária e ao nível de renda



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

No grupo de faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% responderam que por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Naqueles que têm renda menor que 1 salário mínimo, 25% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares e 75% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, 100% disseram que por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

No grupo de faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 20%

pelas referências de líderes religiosos e 60% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Na faixa dos que recebem menos de 1 salário mínimo, 62% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares e 38% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, 25% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 5% pelas referências de líderes religiosos e 70% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Naqueles que recebem mais de 5 salários, 100% disseram que por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

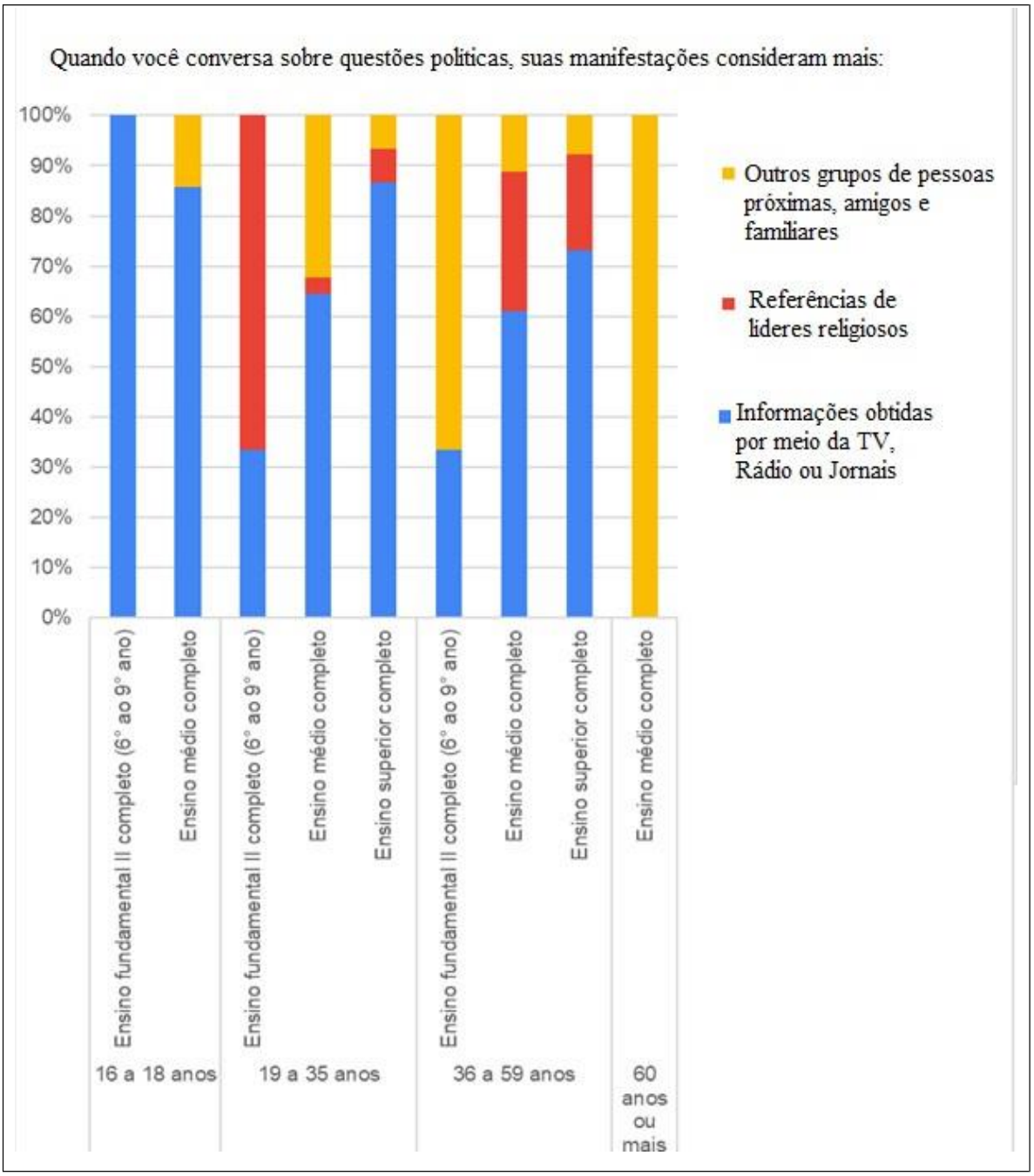
No grupo de faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 5% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 25% pelas referências de líderes religiosos e 70% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Na faixa dos que recebem menos de 1 salário mínimo, 55% disseram que pelas referências de líderes religiosos e 45% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, 35% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 20% pelas referências de líderes religiosos e 45% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais. Naqueles que recebem mais de 5 salários mínimos, 10% responderam que se orientam por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, 15% pelas referências de líderes religiosos e 75% por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

Em relação aos de faixa etária de 60 anos ou mais, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 100% responderam que por informações obtidas por meio da TV, rádio ou jornais.

O gráfico 35 expressa, pela análise da mensuração das respostas, que a busca de (in)formações, apesar de se concentrar nos meios de comunicação, apresenta relação com a religiosidade, pois o item que se relaciona à influência de líderes religiosos aparece com relevância, especialmente no segmento que ganha até um salário mínimo. E até mesmo quando não fica evidente a relevância religiosa, precisamos chamar a atenção para a instrumentalização que as denominações religiosas fizeram dos meios de comunicação, por exemplo, a IURD é dona da Rede Record de televisão, um canal de TV aberta que tem como missão atrair fiéis e evangelizar.

O gráfico 36 apresenta a distribuição das respostas de como os fiéis buscam informações relacionadas à política, considerando-se faixa etária e nível de escolaridade, quando questionados sobre quais fontes são mais relevantes ao conversar sobre questões políticas.

Gráfico 36: (In)Formação política em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas foram analisadas da seguinte maneira: para os jovens entre 16 e 18 anos, com ensino fundamental II completo, 100% baseiam suas manifestações em informações obtidas pela TV, rádio ou jornais. Já entre aqueles com ensino médio completo, 20% se orientam por grupos de pessoas próximas, amigos e familiares, enquanto 80% confiam nas informações dos meios de comunicação.

Entre os indivíduos de 19 a 35 anos com ensino fundamental II completo, 70% seguem as referências de líderes religiosos e 30% buscam informações nos meios de comunicação. Naqueles com ensino médio completo, 40% confiam em grupos próximos, 5% nas referências religiosas e 55% nos meios de comunicação. Já entre os que têm ensino superior, 10% confiam em grupos próximos, 10% nas referências religiosas e 80% nos meios de comunicação.

Para a faixa etária de 36 a 59 anos com ensino fundamental II completo, 70% confiam em grupos próximos e 30% nos meios de comunicação. Naqueles com ensino médio completo, 20% confiam em grupos próximos, 30% nas referências religiosas e 50% nos meios de comunicação. Para os que têm ensino superior, 10% confiam em grupos próximos, 20% nas referências religiosas e 70% nos meios de comunicação.

Entre os idosos com 60 anos ou mais e ensino médio completo, todos (100%) confiam em grupos próximos.

A análise das respostas revela que, apesar da predominância dos meios de comunicação na busca por informações, há uma relação notável com a religiosidade, pois a influência de líderes religiosos aparece com relevância em alguns grupos. Assim como no gráfico 33, em que essa relevância religiosa não fica evidente, é importante ressaltar a instrumentalização dos meios de comunicação por parte das denominações religiosas, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que é proprietária da Rede Record de televisão, buscando atrair fiéis e evangelizar por meio dessa Rede de televisão.

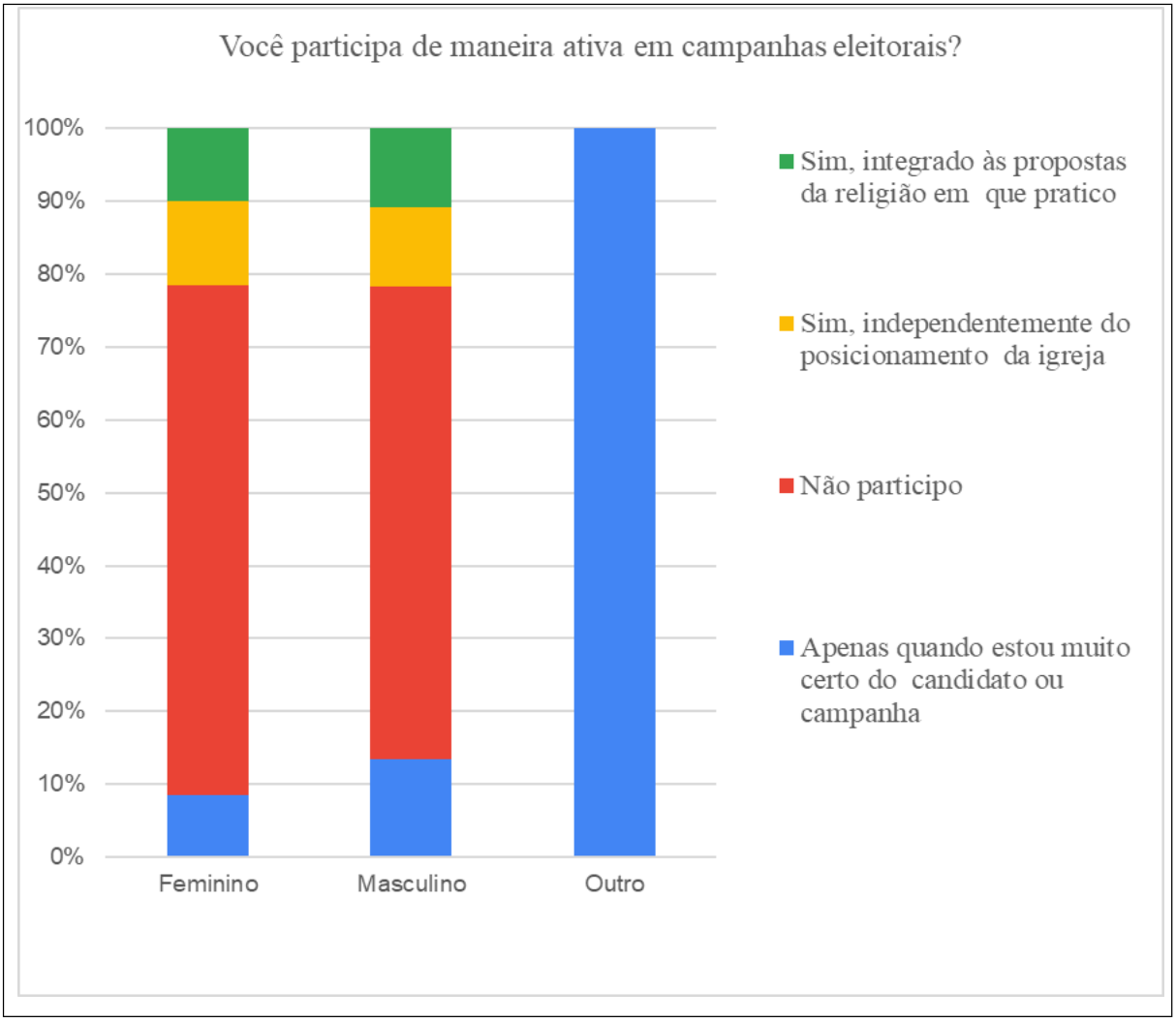
Os resultados contidos nos gráficos 34, 35 e 36 indicam que a busca por informações políticas ocorre principalmente pelas mídias impressas, radiofônicas e televisivas. Isso corrobora a estratégia adotada por essas denominações religiosas de ocupar espaços nesses veículos de comunicação, inicialmente para propagandear suas igrejas e, posteriormente, para influenciar as ações de seus fiéis.

Segundo Oro (2006, p. 324), "a Universal surgiu como uma igreja midiática, e hoje seus números nesse domínio impressionam: é detentora de duas redes de televisão: a Record, com 63 emissoras, sendo 21 de sua propriedade, e a Mulher, presente em 85% das capitais brasileiras e em cerca de 300 municípios". Essa inserção nos meios de comunicação está alinhada com as principais fontes de informação buscadas pela população.

Passemos a analisar a participação dos fiéis em campanhas eleitorais quanto à resposta da pergunta: E você participa de maneira ativa em campanhas eleitorais?

O gráfico 37 mostra a distribuição percentual de como se processa a participação dos fiéis nas campanhas eleitorais, em relação ao gênero.

Gráfico 37: Participação em campanhas eleitorais por gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

As respostas distribuem-se da seguinte maneira: no grupo feminino, 20% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 10% sim, independentemente do posicionamento da igreja, 60% não participam e 10% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou campanha.

No grupo masculino, 20% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 10% sim, independentemente do posicionamento da igreja, 55% não participam e 15% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou campanha.

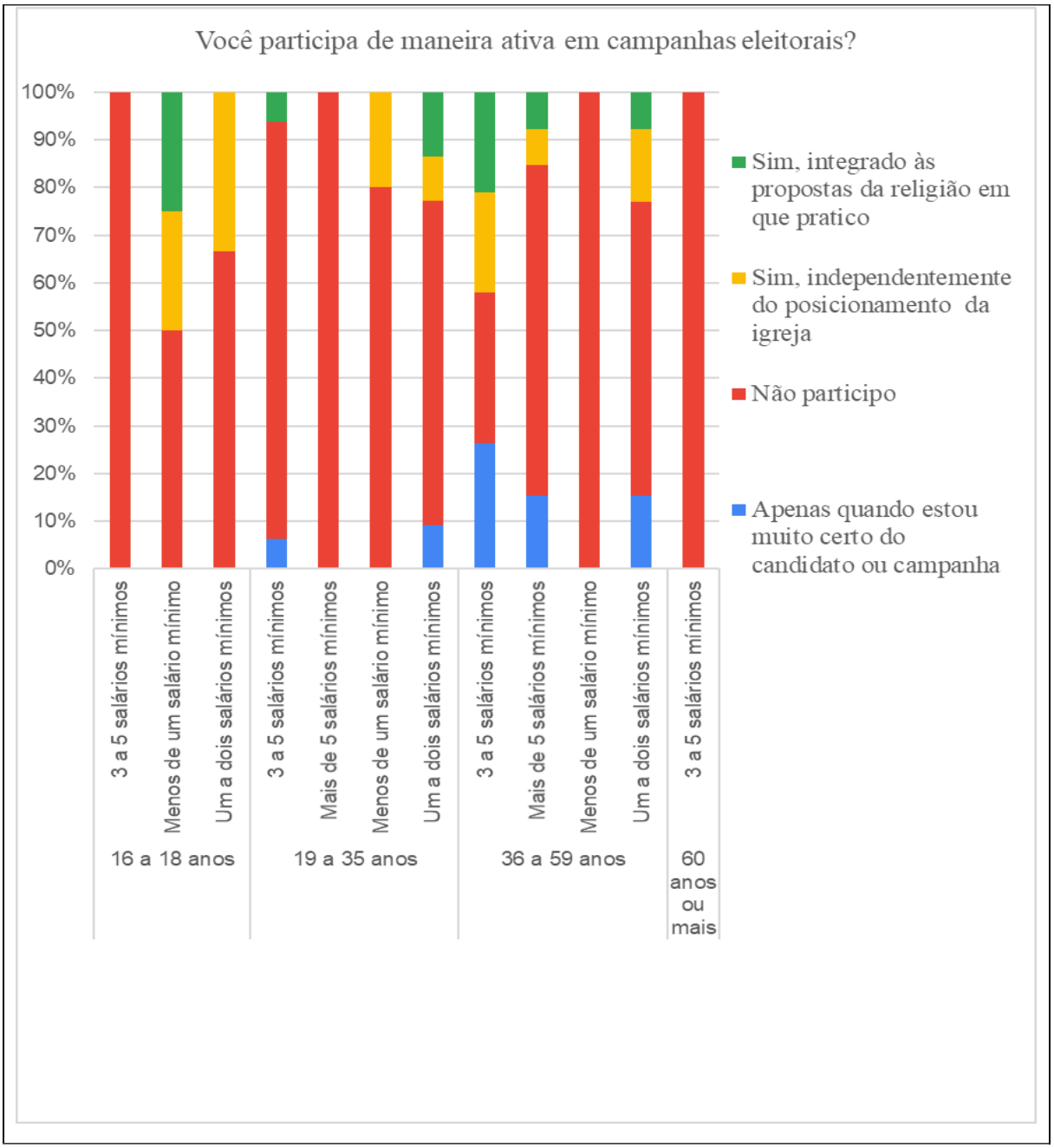
Em relação à categoria outros, 100% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou campanha.

O gráfico 37 evidencia que em ambos os gêneros a proporção daqueles que atrelam sua participação na campanha às questões religiosas apresenta o mesmo percentual, 20%. Contudo, o item não apresenta a maioria das respostas, o que ressalta a preocupação em se

desvincular da política. Em contraposição, no grupo outros, 100% disseram se relacionar com as campanhas quando se identificam com elas.

No gráfico 38 veremos como se dá a participação dos fiéis nas campanhas eleitorais, em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 38: Participação em campanhas eleitorais por faixa etária e nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

De acordo com o gráfico, a distribuição das respostas se apresenta da seguinte maneira: no grupo de jovens entre 16 e 18 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 100%

afirmaram não participar ativamente em campanhas eleitorais. Vale ressaltar que esse resultado pode indicar algumas nuances que permeiam a sociedade brasileira, quando se traz o tema política, assim, pode ser reflexo de uma não participação ativa significativa desse segmento, independentemente de sua renda, quando se pensa em questões políticas, o que pode ser atribuído à falta de interesse político ou até mesmo à falta de percepção sobre a importância dos processos eleitorais como indicativo da dinâmica do poder na sociedade.

No grupo dos que têm renda menor que 1 salário, 25% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 25% disseram que sim, independentemente do posicionamento da igreja e 50% não participam. Em relação aos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 40% posicionaram de forma afirmativa, independentemente do posicionamento da igreja e 60% não participam.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 10% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 90% não participam e 10% afirmam participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 30% disseram que sim, independentemente do posicionamento da igreja e 70% não participam. Dos que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 15% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 15% que sim, independentemente do posicionamento da igreja, 55% não participam e 15% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. Em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 100% afirmaram não participar. Há uma indicação na distribuição dos percentuais de que a não participação em campanhas eleitorais é preponderante nessa faixa etária, independentemente da renda.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 15% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 35% afirmaram não participar, 20% que sim, independentemente do posicionamento da igreja e 20% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. No grupo que tem renda menor que 1 salário mínimo, 30% que sim, independentemente do posicionamento da igreja e 70% não participam. Em relação aos que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 15% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 15% sim, independentemente do posicionamento da igreja, 55% não participam e 15% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 10% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 10% que sim, independentemente do posicionamento da igreja, 65% não participam e 15% afirmam participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da

campanha.

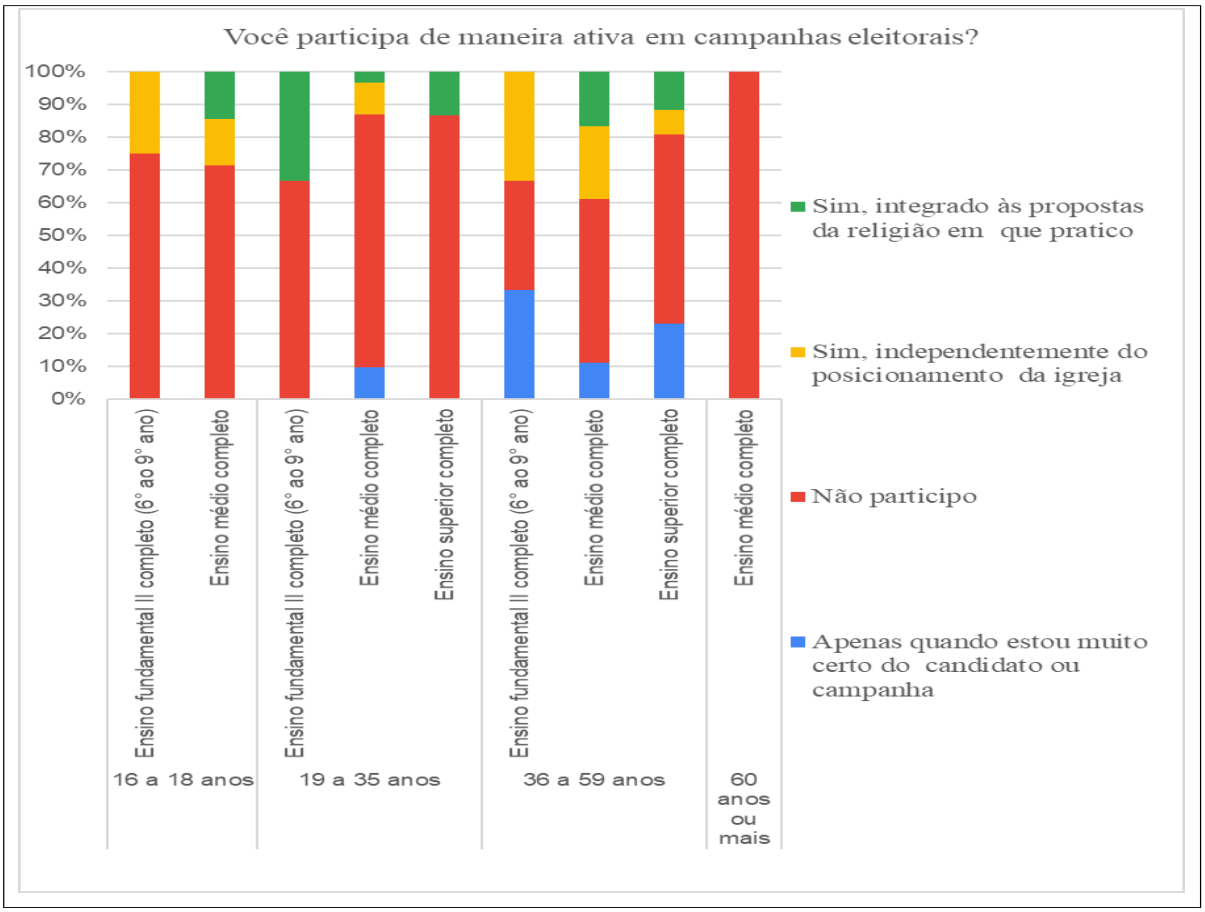
Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% afirmaram não participar.

Esses resultados destacam uma tendência predominante de não participação ativa nas campanhas eleitorais entre os fiéis, independentemente da faixa etária ou nível de renda. Isso sugere uma possível desconexão entre a religião e o engajamento político direto. Ou seja, a não participação na política parece ser mais prevalente entre os jovens e os idosos. A renda não parece ter um impacto significativo na participação em campanhas eleitorais. Dessa maneira, a religião pode influenciar a forma como os fiéis se engajam na política, mas não necessariamente os motiva a participar de campanhas eleitorais.

O gráfico 39 nos mostrará como se dá a participação nas campanhas eleitorais de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade.

Gráfico 39: Participação em campanhas eleitorais por faixa etária e nível de escolaridade.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.



Os dados se distribuem da seguinte maneira: no grupo de faixa etária de 16 a 18

anos, com ensino fundamental II completo, 30% responderam sim, independentemente do posicionamento da igreja e 70% disseram não participar. Em relação aos que têm o ensino médio completo, 15% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 20% que sim, independentemente do posicionamento da igreja, e 65% não participam.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 30% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico e 70% não participam. Nos que têm o ensino médio completo, 5% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 10% sim, independentemente do posicionamento da igreja, 75% não participam e 10% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. Em relação aos que apresentam ensino superior completo, 20% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico e 80% não participam.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 30% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 40% que sim, independentemente do posicionamento da igreja e 30% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. No grupo que tem ensino médio completo, 20% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 25% que sim, independentemente do posicionamento da igreja, 40% não participam e 15% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha. Em relação aos que possuem ensino superior completo, 15% responderam que sim, integrado às propostas da religião que pratico, 10% que sim, independentemente do posicionamento da igreja, 55% não participam e 20% afirmaram participar apenas quando estão muito certos do candidato ou da campanha.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% afirmaram não participar.

Dessa análise, temos indicação de que a participação em campanhas eleitorais tende a aumentar com a idade e o nível de escolaridade. A religião pode influenciar a forma como os fiéis se engajam na política, mas não necessariamente os motiva a participar de campanhas eleitorais.

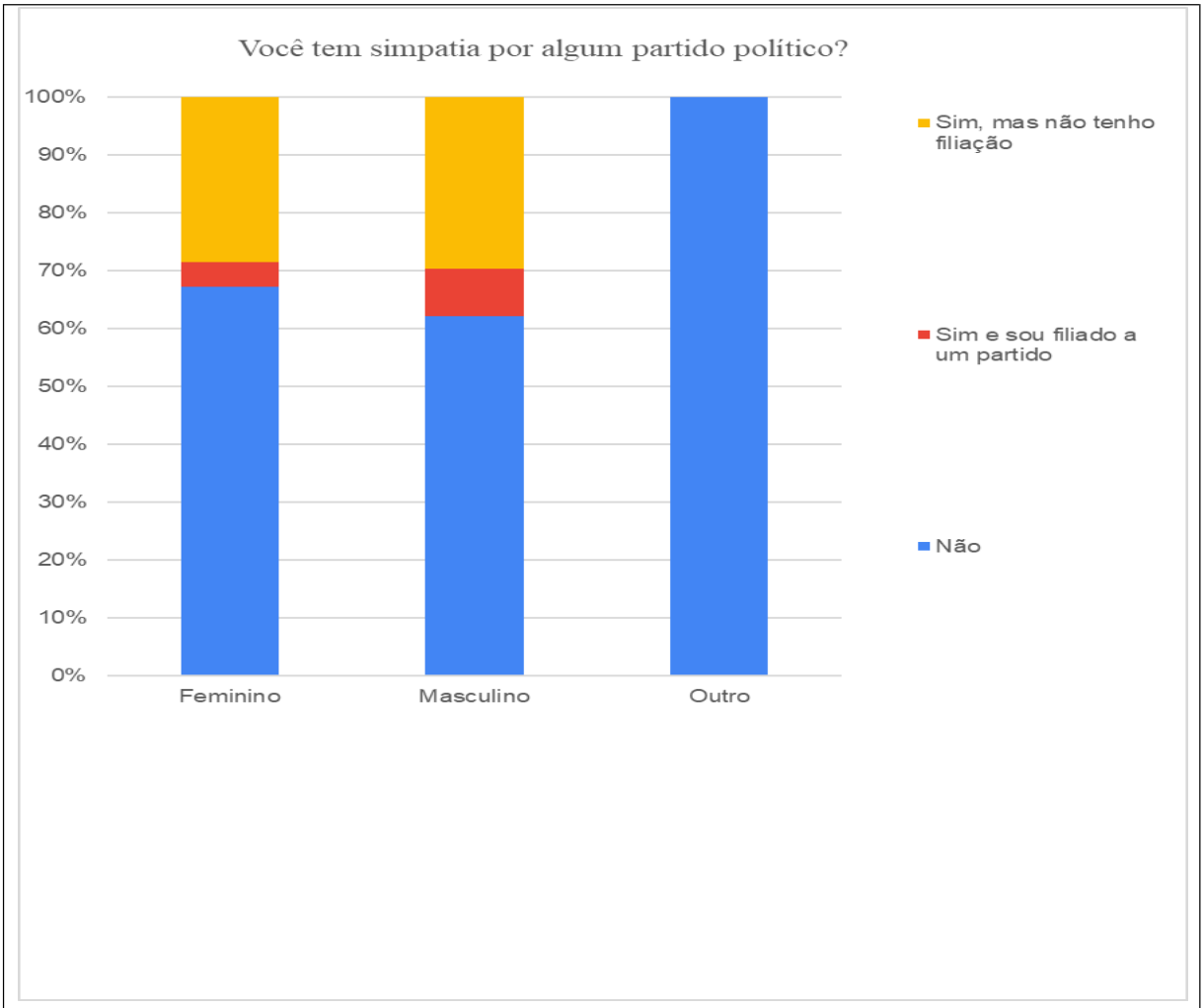
A partir dos resultados dos gráficos 37, 38 e 39 nota-se uma busca por neutralidade nas respostas em relação à participação em campanhas. Isso pode ser compreendido pelo fato de, em um primeiro momento, existir o discurso de que religião não se mistura com política. Uma estratégia usada para não fomentar uma visão de que as questões políticas são tratadas fora dos templos. Tese esta que não se sustenta de forma consistente.

A transformação dos valores evangélicos mudou o modo de agir e de pensar,

reformulando identidades. A imagem do crente ascético, apolítico e sectário não combina mais com o discurso de uma instituição mais moderna e adepta às tecnologias e engajada na sociedade e a velha máxima de que “crente não se mete na política” cedeu lugar para “irmão vota em irmão”. O mundo continua condenado e é função do crente transformá-lo em um paraíso na Terra.

A seguir analisaremos os dados sobre a simpatia dos fiéis por partidos políticos. O gráfico 40 apresenta os resultados quanto à simpatia dos fiéis por partidos políticos, considerando a variável gênero. Os dados revelam diferenças importantes entre os grupos masculino e feminino, além de particularidades na categoria outros.

Gráfico 40: Simpatia por partido político em relação ao gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

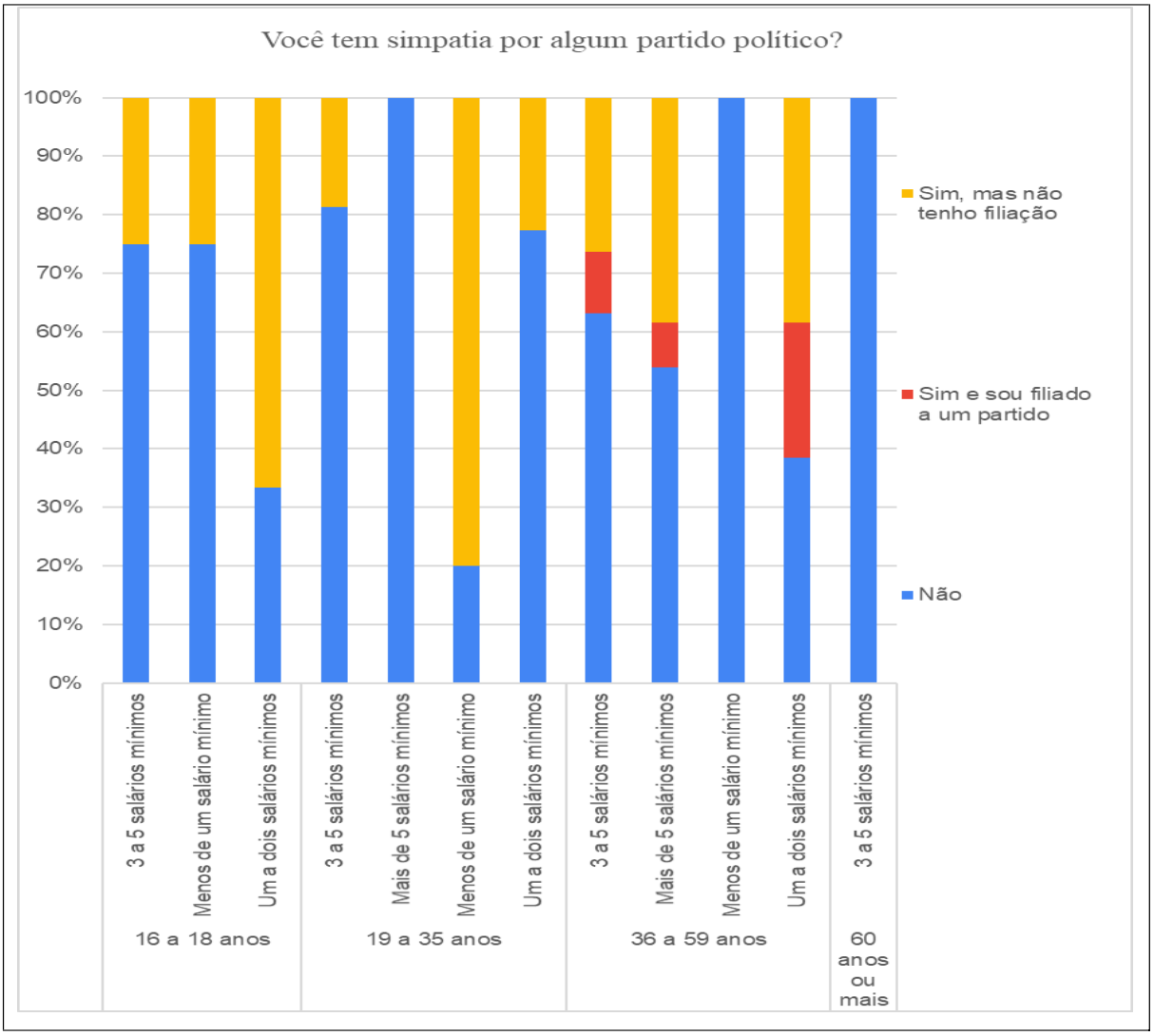
A análise dos resultados revela diferenças importantes entre os grupos masculino e feminino, além de particularidades na categoria outros. As respostas dadas se mensuraram da

seguinte maneira: no grupo feminino 68% das mulheres não possuem simpatia por nenhum partido político, 7% possuem simpatia e são filiadas a um partido e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. No grupo masculino, 62% não possuem simpatia por nenhum partido político, 8% possuem simpatia e são filiados a um partido e 30% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

100% dos fiéis na categoria outros não possuem simpatia por nenhum partido político. Os dados do gráfico 40 revelam que a maioria dos fiéis, tanto homens quanto mulheres, não se identificam com nenhum partido político. No entanto, o grupo masculino apresenta um percentual ligeiramente maior de simpatizantes por partidos políticos. A taxa de filiação partidária é baixa em ambos os gêneros. A categoria outros se destaca por ter 100% de seus fiéis sem simpatia por partidos políticos.

O gráfico 41 mostra os resultados de simpatia a partidos políticos em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 41: Simpatia a Partido Político em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

No gráfico 41 verifica-se que na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 75% não possuem simpatia por nenhum partido político e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo 75% não possuem simpatia por nenhum partido político e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária Dos que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 35% não possuem simpatia por nenhum partido político e 65% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 82% não possuem simpatia por nenhum partido político e 18% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 20% não possuem simpatia por nenhum partido político e 80% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Dos que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 75% não possuem simpatia por nenhum

partido político e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 100% não possuem simpatia por nenhum partido político, 8% possuem simpatia e são filiados a um partido e 30% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 63% não possuem simpatia por nenhum partido político, 7% possuem simpatia e são filiados a um partido e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. No grupo que tem renda menor do que 1 salário mínimo, 100% não possuem simpatia por nenhum partido político.

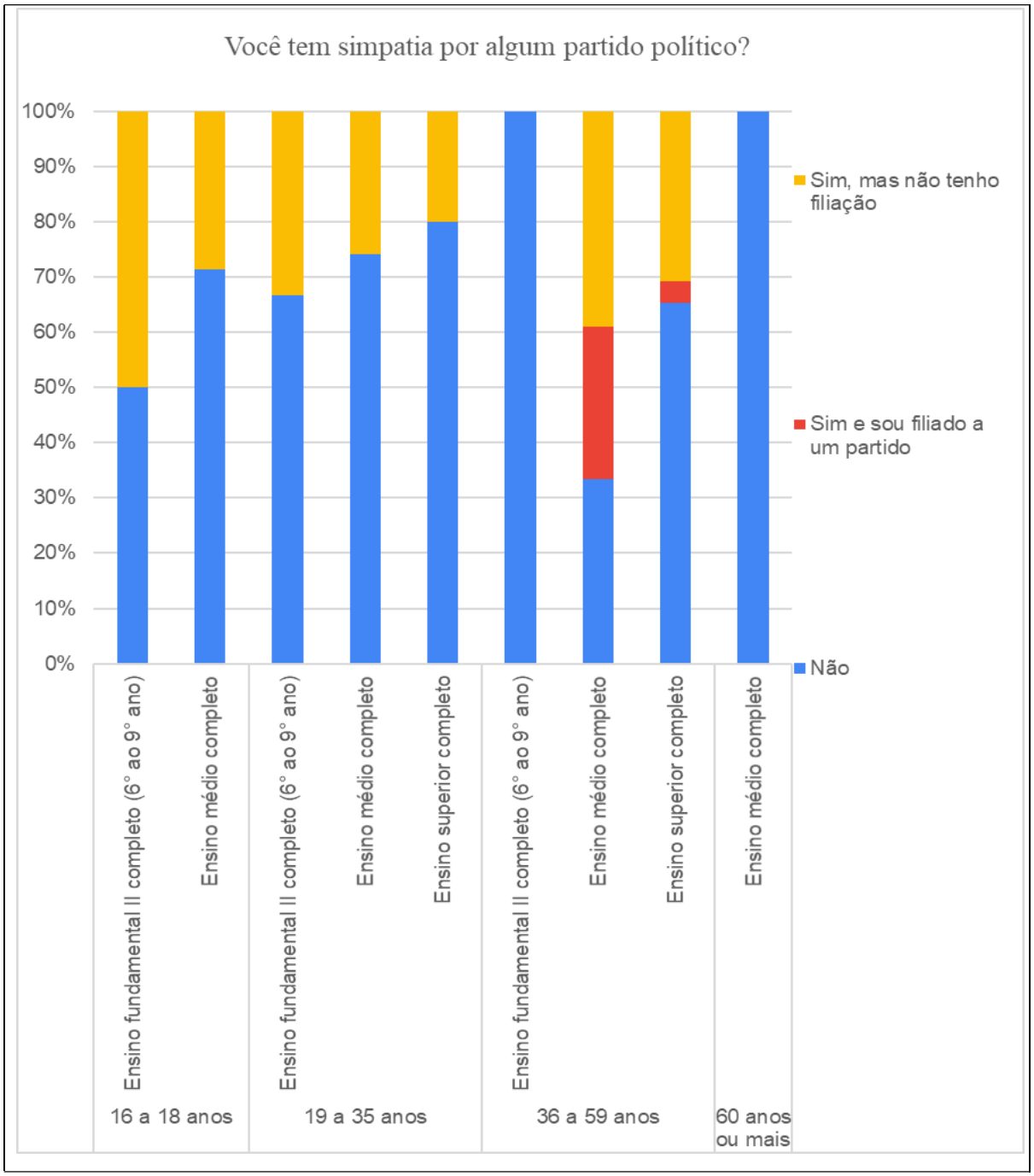
Em relação aos que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 38% não possuem simpatia por nenhum partido político, 24% possuem simpatia e são filiados a um partido e 38% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 55% não possuem simpatia por nenhum partido político, 7% possuem simpatia e são filiados a um partido e 38% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% não possuem simpatia por nenhum partido político.

O gráfico 41 traz indicações de que a simpatia por partidos políticos varia em relação à idade e à renda. E é perceptível um distanciamento, da simpatia a partido políticos, em jovens de baixa renda, enquanto a filiação aumenta com o também aumento da idade e da renda.

O gráfico 42 apresenta os resultados de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade.

Gráfico 42: Simpatia a Partido Político em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Nesse caso verifica-se que, na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 50% não possuem simpatia por nenhum partido político e 50% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Nos que têm ensino médio completo, 72% não possuem simpatia por nenhum partido político e 28% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 65% não possuem simpatia por nenhum partido político e 35% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Nos que têm ensino médio completo, 75% não possuem simpatia por nenhum partido político e 25% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Em relação aos que têm ensino superior completo, 80% não possuem simpatia por nenhum partido político e 20% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 100% não possuem simpatia por nenhum partido político. Nos que têm ensino médio completo, 35% não possuem simpatia por nenhum partido político, 27% possuem simpatia e são filiados a um partido e 38% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária. Em relação aos que têm ensino superior completo, 65% não possuem simpatia por nenhum partido político e 32% possuem simpatia, mas não possuem filiação partidária.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% não possuem simpatia por nenhum partido político.

O gráfico 42 indica que a maioria dos fiéis não se identifica com nenhum partido político. Isso vale para todas as idades e níveis de escolaridade. Os jovens são os menos propensos a ter simpatia por partidos políticos. Essa tendência é ainda mais forte entre os jovens com menor nível de escolaridade. E com o aumento da idade e da escolaridade, a simpatia por partidos políticos aumenta. E, por fim, mesmo entre os fiéis com mais idade e mais escolarizados, a maioria também não se identifica com nenhum partido. Consequentemente, a filiação a um partido político é rara em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade.

A análise dos gráficos 40, 41 e 42 indicam que a simpatia por partidos políticos varia com a idade, renda e escolaridade, a filiação a um partido político é rara em todas as faixas etárias, gêneros, níveis de renda e escolaridade e que a maioria dos fiéis não se identifica com nenhum partido político.

Analisaremos agora a filiação partidária dos fiéis de acordo com a questão: Indique seu partido político, caso seja filiado.

Para facilitar a compreensão, os partidos foram agrupados de acordo com suas ideologias, a tabela 10 especifica a divisão proposta.

Tabela 10. Divisão dos partidos políticos por espectro ideológico

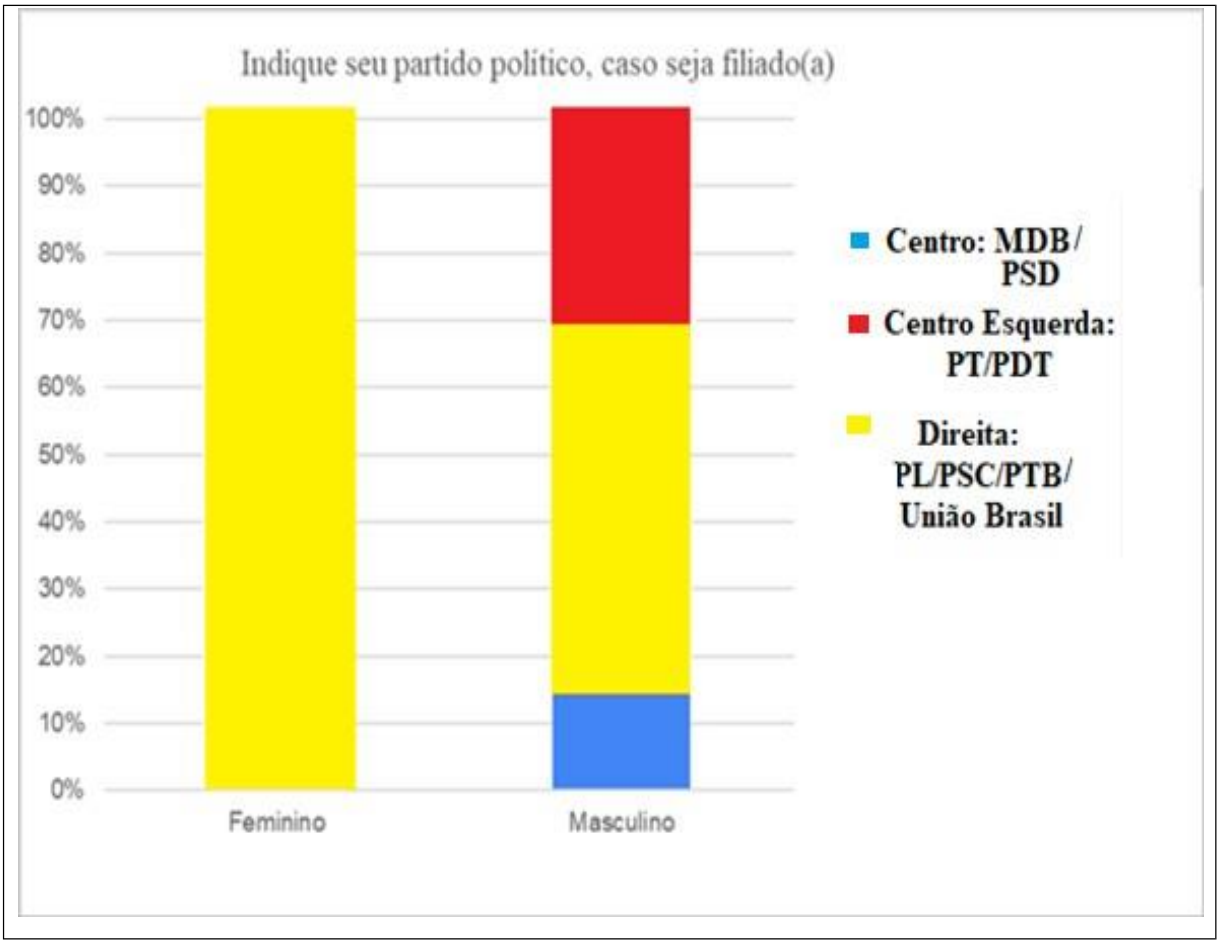
ESPECTRO IDEOLÓGICO	PARTIDOS
Direita	PL, PSC e PTB
Centro esquerda	PT e PDT
Centro	MDB

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A divisão da tabela 10 foi feita dessa maneira para contemplar os partidos citados pelos respondentes[9].

O gráfico 43 analisa a relação entre a filiação partidária e o gênero dos fiéis.

Gráfico 43: Filiação partidária em relação ao gênero



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Verifica-se que o grupo do gênero feminino apresenta 100% das respondentes filiadas aos partidos de direita enquanto que, no gênero masculino, 55% são filiados a partidos

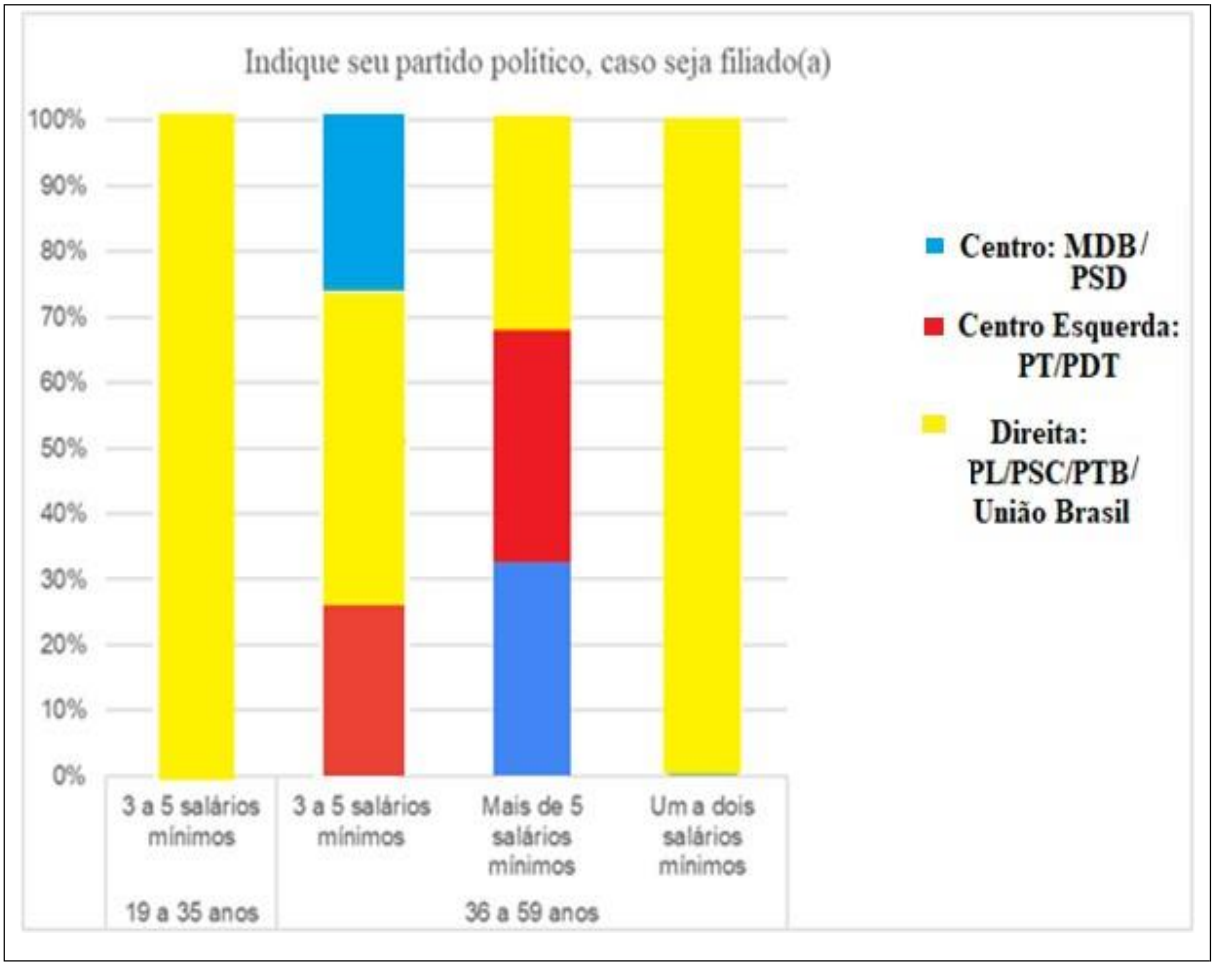
[9] A criação dos grupos partidários em centro, centro-esquerda e direita foi elaborada pelo autor com o objetivo de possibilitar a divisão ideológica dos fiéis nas escolhas de suas agremiações políticas no processo de filiação.

de direita, 15% aos partidos de centro e 30% aos partidos de centro esquerda.

Assim, o gráfico 43 mostra que as mulheres tendem a se concentrar em partidos de direita. Os homens apresentam uma distribuição mais uniforme entre os partidos de direita, centro e centro-esquerda.

Passemos para o gráfico 44, que mostra a relação entre filiação partidária, faixa etária e nível de renda.

Gráfico 44: Filiação partidária em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

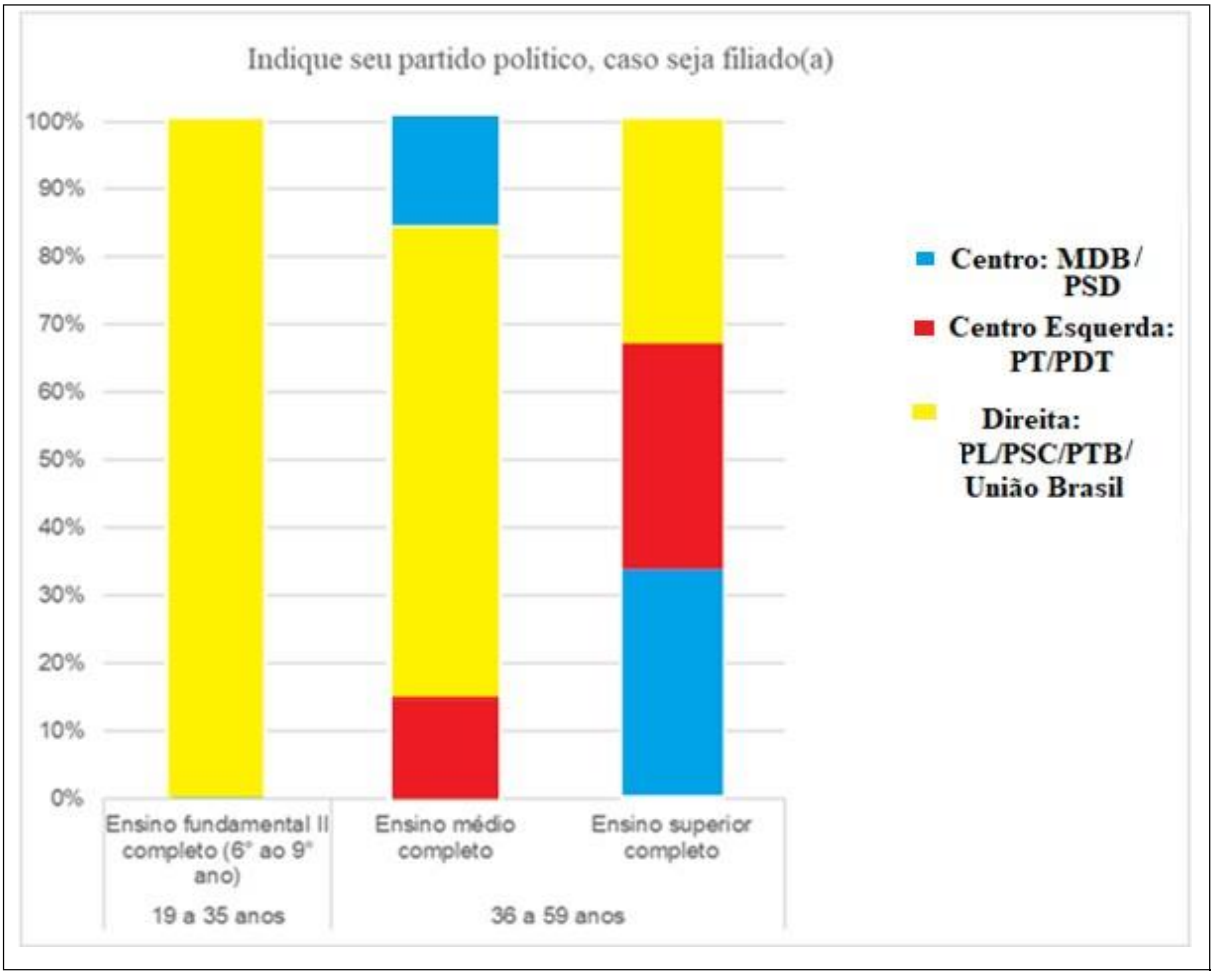
Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% são filiados a partidos de direita.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 50% são filiados a partidos de direita. 25% são filiados a partidos de centro e 25% são filiados a partidos de centro esquerda. Nos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos 100% são filiados a partidos de direita.

Os dados do gráfico 44 sugerem que jovens fiéis com renda entre 3 e 5 salários mínimos concentram sua filiação em partidos de direita. Fiéis com faixa etária de 19 a 36 anos e entre 3 e 5 salários mínimos apresentam uma distribuição mais uniforme entre direita, centro e centro- esquerda. Fiéis dessa mesma faixa etária e com renda entre 1 e 2 salários mínimos concentram sua filiação em partidos de direita.

O gráfico 45 nos apresenta os dados sobre filiação partidária dos fiéis em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.

Gráfico 45: Filiação partidária em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 100% são filiados a partidos políticos de direita.

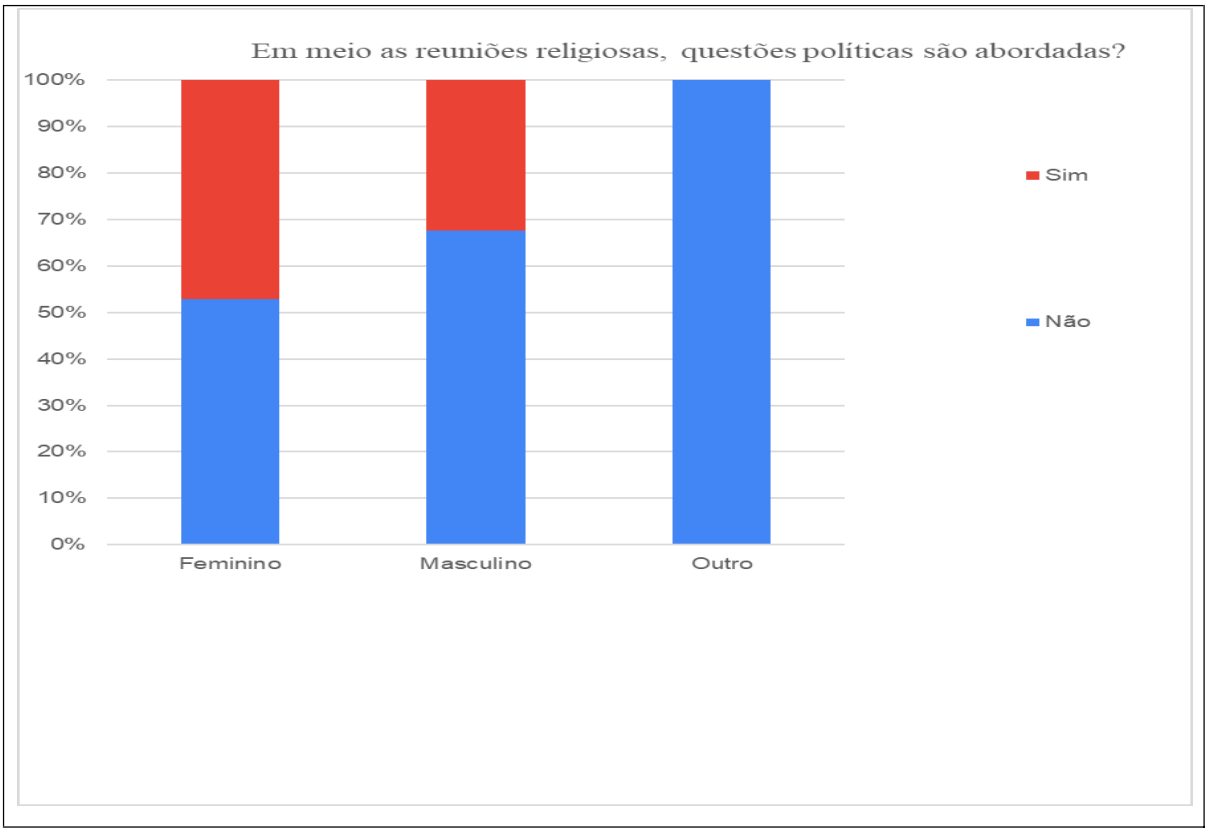
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino médio completo, 15% são filiados a partidos políticos de centro esquerda, 15% são filiados em partidos políticos de centro e 70% são filiados a partidos políticos de direita. Nos que têm ensino superior completo, 33% são filiados a partidos políticos de centro, 34% são filiados a partidos políticos de esquerda e 33% são filiados a partidos políticos de direita.

Os dados do gráfico 45 revelam que a filiação partidária dos fiéis é influenciada por uma complexa interação entre faixa etária e nível de escolaridade. Jovens tendem à direita, enquanto fiéis de faixa etária maior apresentam maior diversidade. Já o nível de escolaridade está associado a uma distribuição mais equilibrada entre os espectros políticos, com maior escolaridade se correlacionando com uma maior abertura a diferentes ideologias.

Analisaremos agora a abordagem de temas em reuniões religiosas, a partir das respostas à questão: Nas reuniões religiosas, questões políticas são abordadas?

O gráfico 46 analisa a possível abordagem de temas políticos em reuniões religiosas, em relação ao gênero.

Gráfico 46: A abordagem de questões políticas em reuniões religiosas numa perspectiva de gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Dessa maneira, temos que, no gênero feminino, 55% afirmam que não há abordagem política nas reuniões religiosas e 45% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

No gênero masculino, 68% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 32% afirmam que sim, questões políticas são abordadas nas reuniões religiosas.

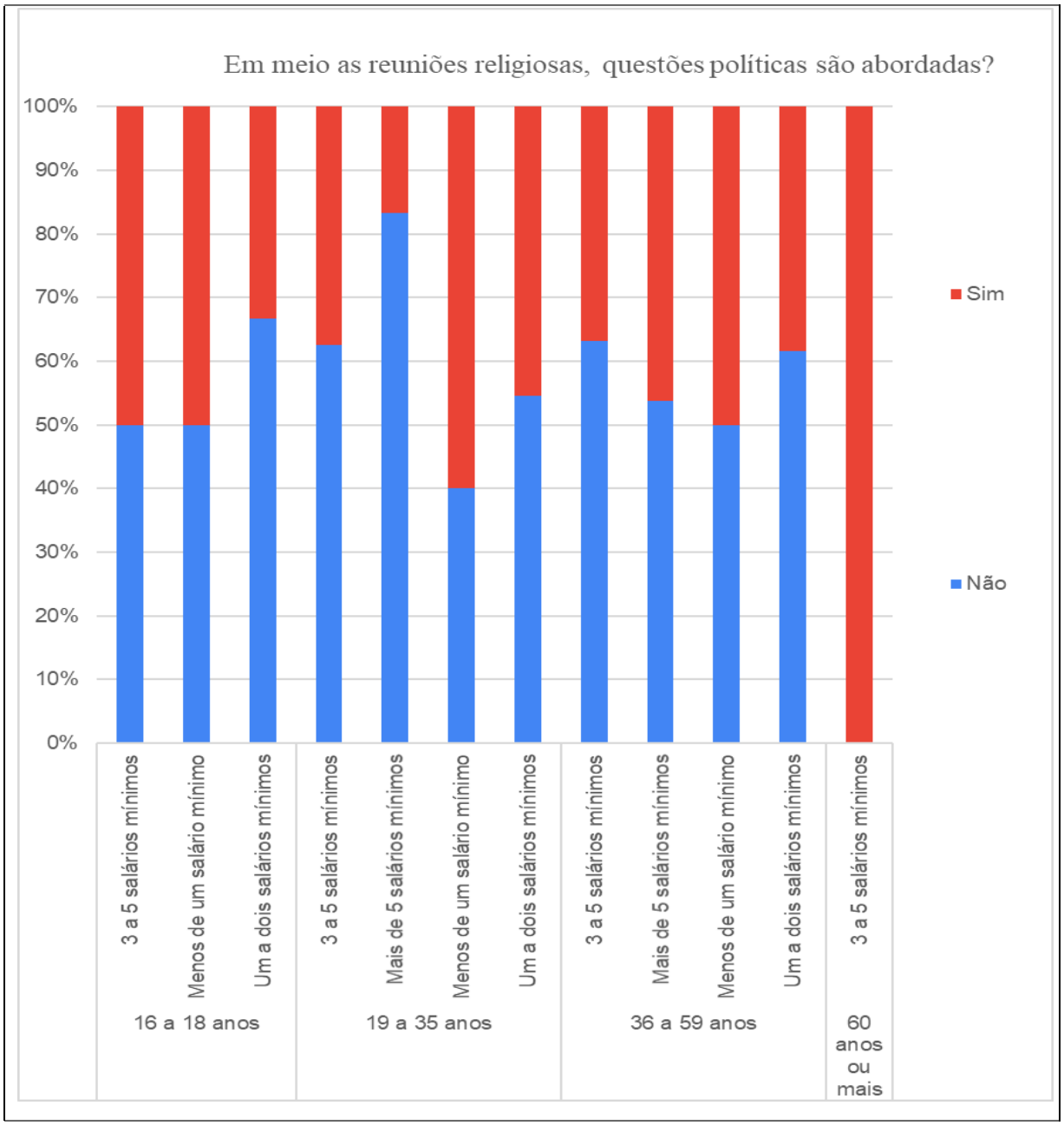
No segmento outro, 100% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

O gráfico 46 indica uma diferença de percepção entre gêneros sobre a presença de temas políticos em reuniões religiosas. Homens são mais propensos a não perceber, com 68%, versus 55% das mulheres. Enquanto a categoria outros, na sua totalidade, não percebeu a abordagem de temas políticos, independentemente do gênero.

Diante disto, a percepção de abordagem sobre temas políticos nas reuniões religiosas pode ou não existir, em decorrência de como os temas são tratados, e de que maneira eles se tornam relevantes aos indivíduos durante as reuniões religiosas.

Passemos para o gráfico 47, que verificou como os fiéis, de acordo com a faixa etária e o nível de renda avaliam se há ou não abordagem sobre temas políticos em reuniões evangélicas.

Gráfico 47*:* Abordagem de temas políticos em reuniões religiosos na percepção dos fiéis, em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 50% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 50% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 50% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 50% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Nos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 65% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 35% afirmam que sim, há

abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 62% afirmam que não há abordagem política nas reuniões religiosas e 38% afirmam que sim, há abordagem política nas reuniões religiosas. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 40% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 60% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Nos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 55% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 45% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. E, em relação ao que tem renda maior que 5 salários mínimos, 85% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 15% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

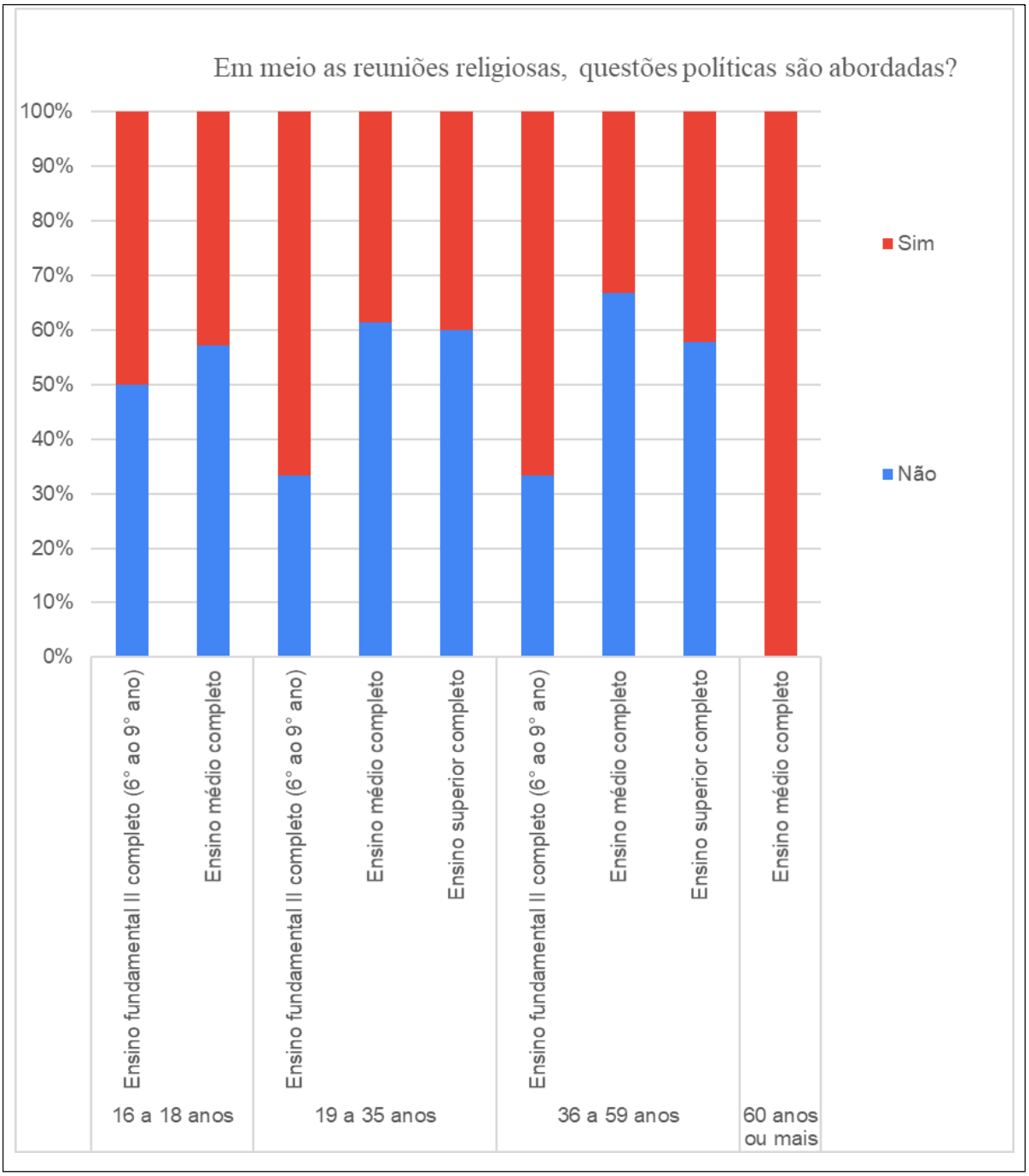
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 62% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 38% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. No grupo que tem renda menor do que 1 salário mínimo 50% afirmam que não há abordagem política nas reuniões religiosas e 50% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Em relação aos que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 62% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 38% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 55% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 45% afirmam que sim, há abordagem política nas reuniões religiosas.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

O gráfico 47 indica que a percepção sobre a abordagem de temas políticos em reuniões religiosas varia de acordo com a faixa etária e o nível de renda. Jovens adultos de 19 a 35 anos com renda inferior a 1 salário mínimo são os que mais acreditam na presença de temas políticos em tais reuniões. Pessoas com 60 anos ou mais e renda entre 3 e 5 salários mínimos são as que mais acreditam na ausência de temas políticos.

Passemos para o gráfico 48, que verificou como os fiéis, de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade, avaliam se há ou não abordagem sobre temas políticos em reuniões evangélicas.

Gráfico 48: Abordagem de temas políticos em reuniões religiosos na percepção dos fiéis, em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 50% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 50% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Em relação aos que têm o ensino médio completo, 57% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões

religiosas e 43% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 35% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 65% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas Nos que têm ensino médio completo, 62% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 38% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas Em relação aos que têm ensino superior, 60% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 40% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II, 35% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 65% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Nos que têm ensino médio completo, 68% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 32% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas. Em relação aos que têm ensino superior, 58% afirmam que não há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas e 42% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% afirmam que sim, há abordagem sobre questões políticas nas reuniões religiosas.

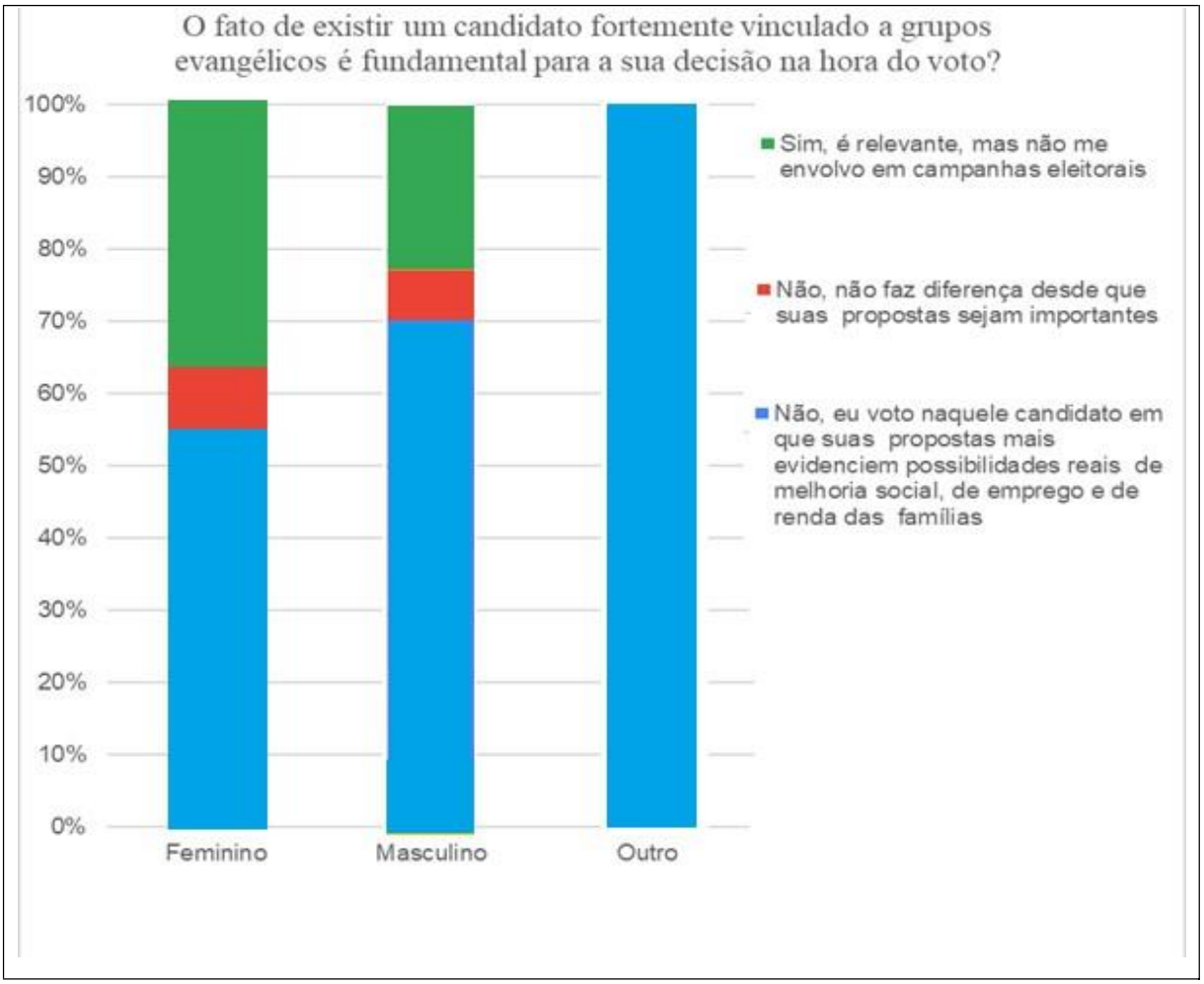
O gráfico 48 indica que a percepção sobre temas políticos em reuniões religiosas varia em relação à idade e à escolaridade. Assim, os jovens com ensino fundamental completo percebem-na mais. Diante do aumento da escolaridade, há uma diminuição dessa percepção, especialmente entre os mais jovens. E, por fim, a escolaridade parece ter menos impacto em pessoas com 60 anos ou mais.

Os gráficos 46, 47 e 48, de uma forma geral, demonstram que a percepção sobre temas políticos em reuniões religiosas sofre variação, a depender de diversos fatores tais como gênero, faixa etária, renda e escolaridade. Homens tendem a não notar a presença de tais temas, enquanto mulheres e jovens de baixa renda a reconhecem com mais frequência. Menor escolaridade, por outro lado, parece estar associada a uma menor percepção sobre a presença desses temas.

Trataremos agora de uma questão muito relevante para este trabalho. A da influência da igreja sobre o voto dos fiéis, obtido pela questão: O fato de existir um candidato fortemente vinculado a grupos evangélicos é fundamental para sua decisão na hora do voto?

O gráfico 49 mostra os resultados das respostas, em relação ao gênero.

Gráfico 49: O voto evangélico considerando-se o gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

No grupo de gênero feminino, 10% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 35% afirmaram que sim, que é relevante, mas que não se envolvem em campanhas eleitorais e 55% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

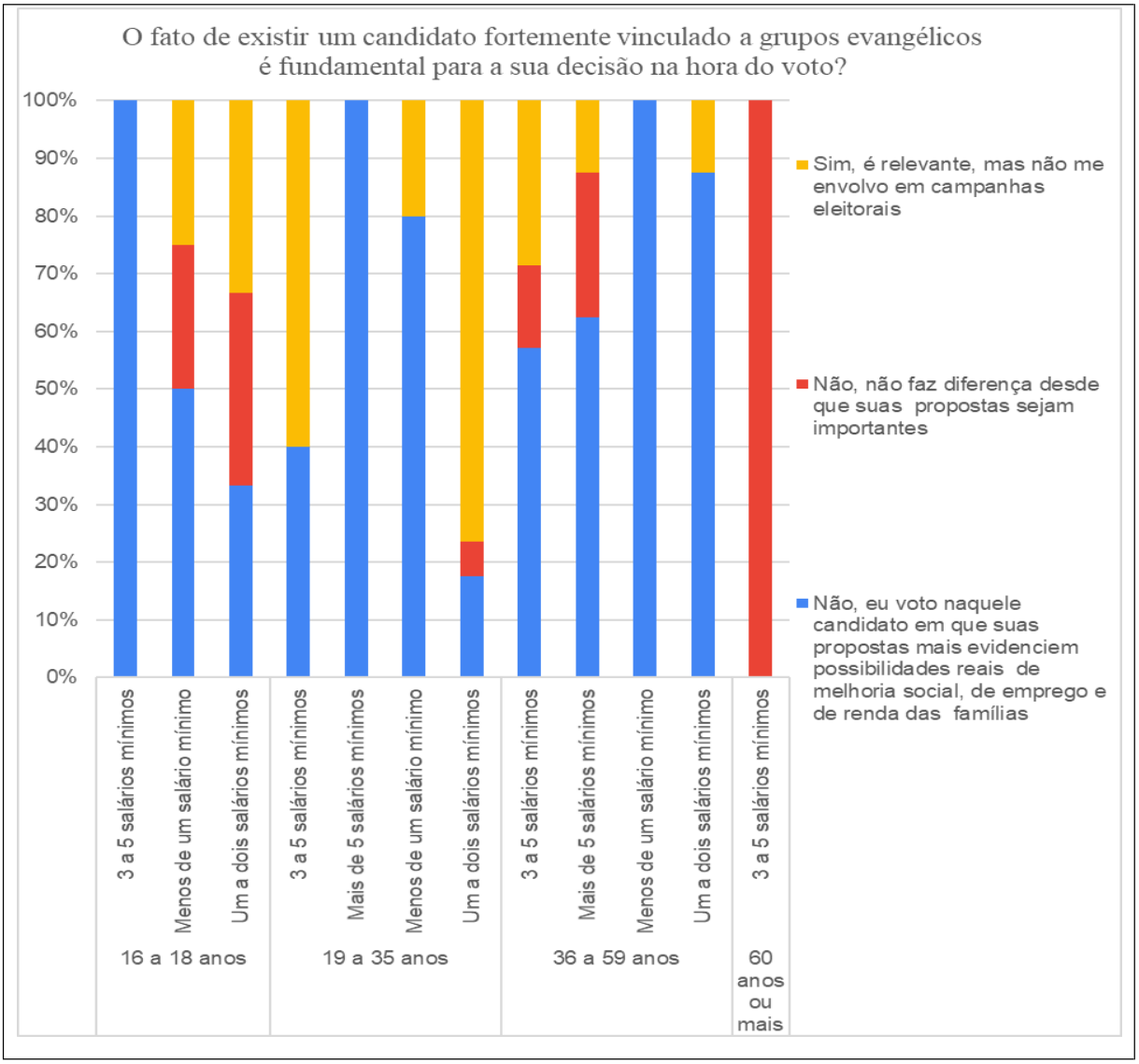
No grupo de gênero masculino, 25% disseram sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais, 5% responderam que não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes e 70% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Em relação à categoria outro, 100% afirmaram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

O gráfico 49 deixa evidente a priorização dos fiéis em relação às propostas que passam a imagem de um programa de governo sólido e focado em questões como melhoria social, emprego e renda.

O gráfico 50 fez essa mensuração em relação à faixa etária e ao nível de renda.

Gráfico 50: O voto evangélico em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% disseram

que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 25% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 25% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 50% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Nos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 30% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 35% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 35% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 60% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 40% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 20% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 80% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Nos que tem renda de 1 a 2 salários mínimos, 5% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 77% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 18% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 100% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos,15% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 28% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 57% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. No grupo que tem renda menor do que 1 salário mínimo 100% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Em relação aos que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 13% afirmaram que

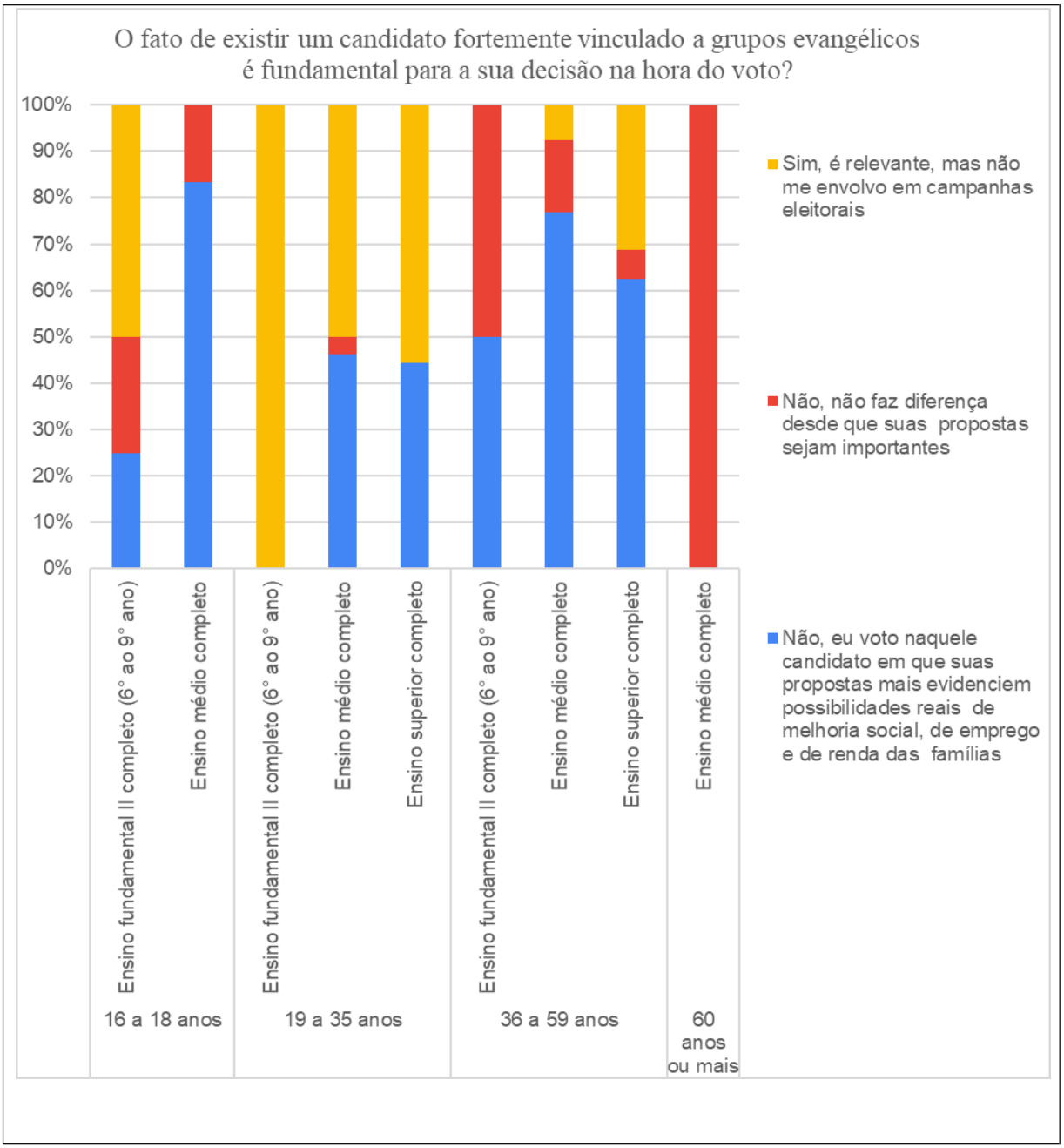
sim, que é relevante, mas que não se envolvem em campanhas eleitorais e 87% disseram que não, que

votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 25% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 12% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 63% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

O gráfico 50 demonstra que em sua maioria os fiéis priorizam as propostas dos candidatos em detrimento de sua vinculação religiosa. Mas é perceptível que a relevância da vinculação religiosa varia de acordo com a faixa etária e o nível de renda. Os fiéis jovens e com renda mais alta tendem a dar mais importância à vinculação religiosa do candidato. E em contrapartida fiéis com renda mais baixa tendem a se envolver menos em campanhas eleitorais e a dar menos importância à vinculação religiosa.

O gráfico 51 apresenta os percentuais de respostas sobre a decisão de voto em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade dos fiéis.

Gráfico 51: O voto evangélico em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 25% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 50% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 25% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Em relação aos que têm o ensino médio completo, 35% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, e 85% disseram que não, que votam naquele candidato

em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 100% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas. Nos que têm ensino médio completo, 5% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 50% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 45% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Em relação aos que têm ensino superior, 55% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 45% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II, 50% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 50% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Nos que têm ensino médio completo, 8% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 75% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Em relação aos que têm ensino superior completo, 5% responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes, 32% afirmaram que sim, que é relevante, mas não se envolvem em campanhas eleitorais e 63% disseram que não, que votam naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias. Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, responderam não, que não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes.

O gráfico 51 reforça que a relevância da vinculação religiosa varia de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade: jovens e fiéis com maior nível de escolaridade tendem a dar mais importância à vinculação religiosa e fiéis com menor nível de escolaridade e de faixas etárias mais elevadas tendem a dar menos importância à vinculação religiosa.

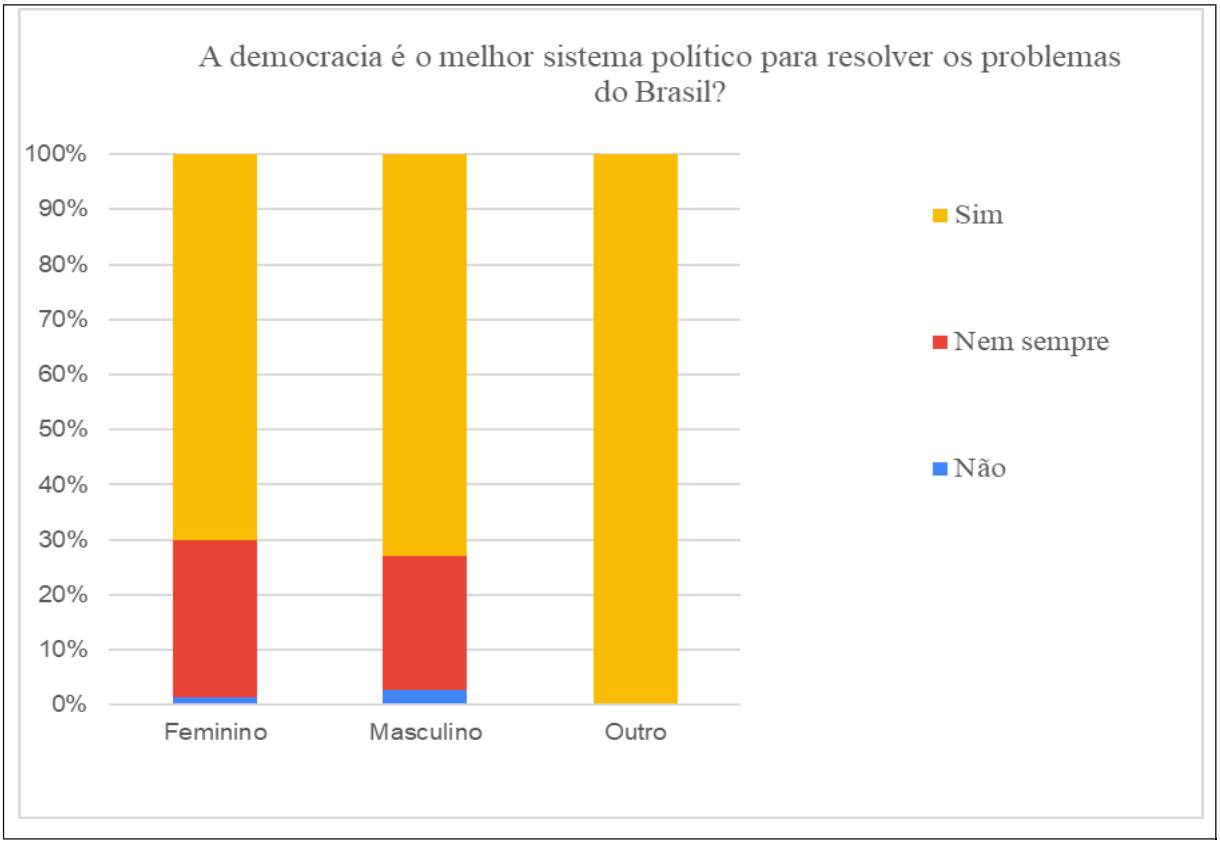
Os gráficos 49, 50 e 51mostram que os comportamentos dos fiéis nas eleições, em sua maioria, orientam a escolha do candidato nas propostas apresentadas, independentemente de sua vinculação religiosa. No entanto, a relevância da vinculação religiosa na escolha do candidato varia de acordo com a combinação de alguns fatores, como faixa etária, já que os jovens tendem a dar mais importância à vinculação religiosa do que faixas etárias mais

elevadas. E, no quesito renda, fiéis com renda mais alta tendem a dar mais importância à vinculação religiosa do que aqueles com renda mais baixa. E fiéis com maior nível de escolaridade tendem a dar mais importância à vinculação religiosa do que aqueles com menor nível de escolaridade.

Finalmente, analisaremos como os fiéis se relacionam com o sistema democrático, quando feita a pergunta: a democracia é o melhor sistema político para resolver os problemas do Brasil?

O gráfico 52 mediu como se processa o voto dos fiéis, em relação a gênero.

Gráfico 52: Democracia e religião em relação a gênero.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

No grupo de gênero feminino, 5% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 30% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 65% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

No grupo do gênero masculino, 5% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 20% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 75% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os

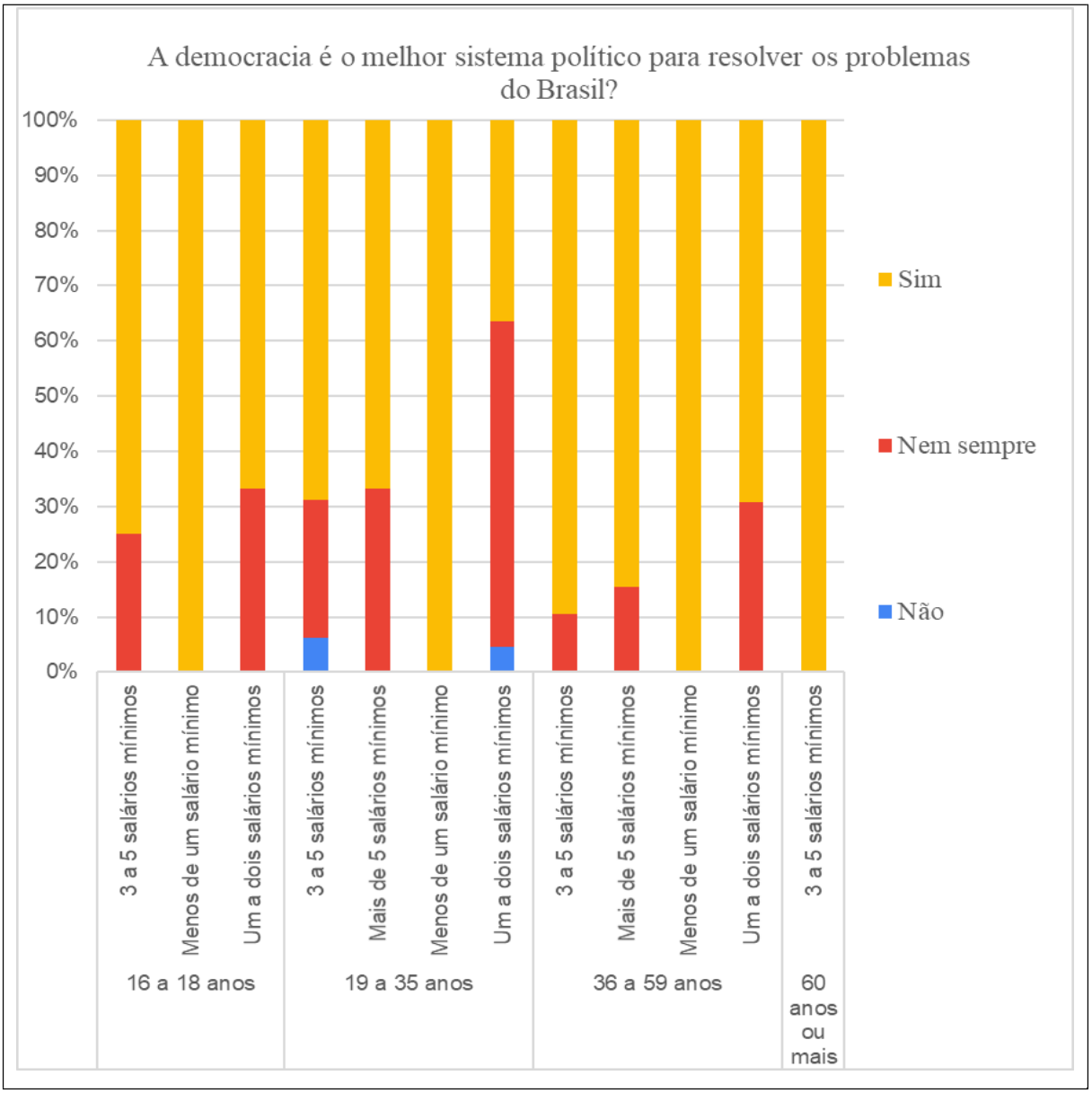
problemas do país.

Em relação à categoria outros, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

O gráfico 52 mostra que em todos os gêneros há a prerrogativa de manutenção da democracia como o melhor sistema político para o país.

O gráfico 53 fez uma correlação sobre o que os fiéis, de acordo com a faixa etária e o nível de renda, pensam a respeito do sistema democrático.

Gráfico 53: Democracia e religião em relação à faixa etária e ao nível de renda.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na faixa etária de 16 a 18 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 20% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 80% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Na faixa etária de 1 a 2 salários mínimos, 30% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 70% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 10% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 20% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 70% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Nos que têm renda menor que 1 salário mínimo, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Nos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos, 5% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 55% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 40% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 30% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 70% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

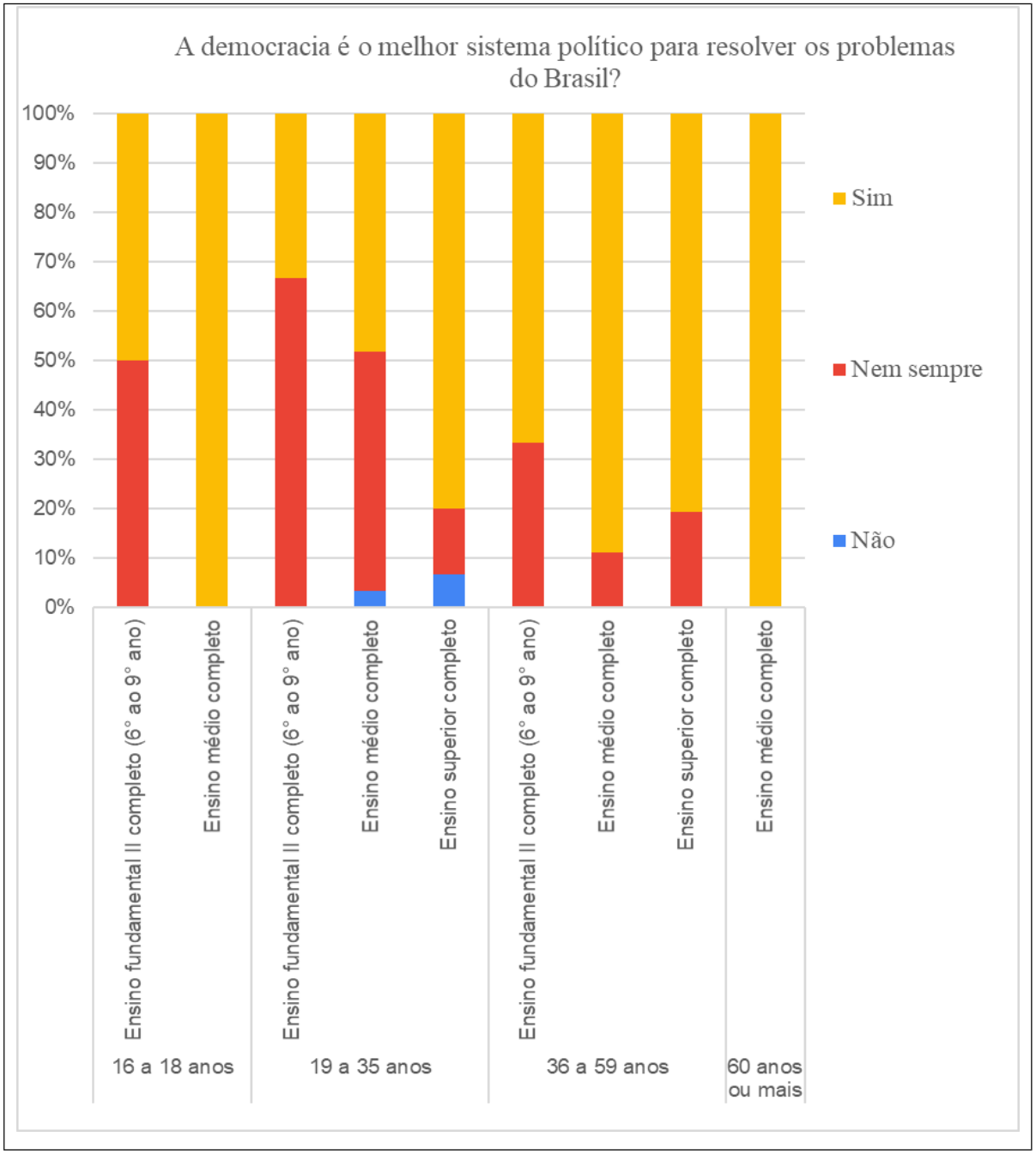
Na faixa etária de 36 a 59 anos, com renda entre 3 a 5 salários mínimos, 10% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 90% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. No grupo que tem renda menor do que 1 salário mínimo, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Em relação aos que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 30% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 70% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. E, em relação aos que têm renda maior que 5 salários mínimos, 25% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 75% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema político para resolver os problemas do país.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com renda de 3 a 5 salários mínimos, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

O gráfico 53 nos possibilita depreender que a democracia é o sistema político defendido pela maioria dos grupos respondentes como o melhor sistema político para resolver os problemas do país.

No gráfico 54 foi feita a análise da democracia de acordo com a faixa etária e com o nível de escolaridade.

Gráfico 54: Democracia e religião em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

O gráfico 54 indicou como se processa o voto dos fiéis, em relação à faixa etária e ao nível de escolaridade, quando feita a pergunta: a democracia é o melhor sistema político para resolver os problemas do Brasil? As respostas dadas se mensuraram da seguinte maneira: na faixa etária de 16 a 18 anos, com ensino fundamental II completo, 40% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 60% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Em relação aos que têm o ensino médio completo 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

Na faixa etária de 19 a 35 anos, com ensino fundamental II completo, 60% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 40% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Nos que têm ensino médio completo, 5% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 40% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 55% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Em relação aos que têm ensino superior, 10% responderam que a democracia não é o melhor sistema para resolver os problemas do país, 15% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 75% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

Na faixa etária de 36 a 59 anos, com ensino fundamental II completo, 30% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 70% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Nos que têm ensino médio completo, 20% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 80% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país. Em relação aos que têm ensino superior completo, 25% afirmaram que nem sempre é o melhor sistema e 75% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

Na faixa etária de 60 anos ou mais, com ensino médio completo, 100% responderam que sim, a democracia é o melhor sistema para resolver os problemas do país.

O gráfico 54 reforça que, dentro do segmento evangélico da amostra, a democracia é defendida, ou seja, nesse grupo em que se relaciona faixa etária com nível de escolaridade, a maioria se coloca favorável à democracia.

Assim, nos gráficos 52, 53 e 54, as respostas representadas apontam que, para a maioria dos pesquisados, a democracia se caracteriza como o melhor sistema político para o Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese visou analisar o perfil socioeconômico dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em São Carlos, SP, com o objetivo principal de compreender a relação desse como suas inclinações políticas. Para alcançar esse objetivo, delineamos uma série de objetivos específicos: identificar o crescente processo de evangelização na sociedade brasileira; avaliar como a religião e a política são empregadas nas disputas eleitorais; e identificar e compreender o perfil político dos fiéis da IURD em São Carlos, SP.

A pesquisa foi motivada pela crescente participação dos evangélicos, especialmente os neopentecostais, na esfera política brasileira, e pela necessidade de se entender como o processo de evangelização influencia as escolhas políticas desses fiéis. Nossa questão de pesquisa foi, portanto, compreender a relação entre o perfil socioeconômico dos fiéis e a relação desse com seus posicionamentos políticos.

Para adentrarmos no tema da pesquisa, foi essencial examinar o contexto político, econômico e social do Brasil desde os anos 2000. Durante esse período, observamos um crescente conservadorismo que influenciou as preferências políticas dos fiéis, especialmente após a crise econômica e política iniciada em 2014. As mudanças na conjuntura política brasileira desencadearam uma ruptura entre os evangélicos e o governo, especialmente os governos progressistas.

Os evangélicos, em particular os conservadores, passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante na política brasileira, alinhando seus discursos religiosos com agendas políticas e econômicas, especialmente aquelas relacionadas à Teologia da Prosperidade.

Diante disso, para responder aos objetivos específicos, nos atentamos ao pressuposto de que os fiéis, como receptores das mensagens oriundas do processo de evangelização, as decodificavam dentro de um processo capaz de inculcar informações subliminares tendo como principal objetivo direcionar as suas ações políticas, no que se refere às escolhas de determinado candidato, o que Berger (2005) define como o processo de subjetivação. Para tanto foi necessário analisar como esse fiel recebe a mensagem passada, ou seja, como a decodifica e quais códigos são de fato relevantes na sua formação política.

Os ideais conservadores ecoam com veemência nos templos evangélicos. Os grupos conservadores usurpam a pauta de costumes, utilizando-a como elemento determinante na busca desse público. Constrói-se uma apropriação da ideação do significado de bem, sendo a liturgia neopentecostal apegada a três aspectos fundamentais, de acordo com Ricardo Mariano

(2014): “1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade”. (Mariano, 2014, p. 36).

Nesse caminho percorrido para a fundamentação da nossa pesquisa, a análise do livro *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, de Edir Macedo e Carlos Oliveira, corroborou nossa tese de que o processo evangelizador se locupleta do discurso religioso como fundamento importante na formação do perfil político dos fiéis, que fazem suas escolhas no mundo da política de acordo com o plano de poder estabelecido pela Igreja. O referido livro explora determinadas passagens bíblicas para orientar os cristãos dessa denominação na esfera da

política. A leitura do livro destaca que há de fato uma preocupação dentro dos templos na formação de um sujeito político, com características bem específicas de atuação no cenário político brasileiro. Religião e política têm um contexto preponderante nas Igrejas neopentecostais, em especial, na IURD. O livro em si não é estudado na Igreja, entretanto, ele se faz presente no templo, estando à disposição dos fiéis.

A constatação desse fato ocorreu na visita que fizemos à Igreja, para solicitar autorização para a realização da pesquisa. Na ocasião o pastor fez questão de presentear o pesquisador com dois exemplares do livro do fundador da IURD, Edir Macedo. Além da forte panfletagem que ocorre no seu interior, os fiéis realizam, aos finais de semana, o trabalho de distribuição dos jornais da Igreja, *A Folha Universal*, nas moradias da cidade, deixando os periódicos na caixa de correio das residências.

A análise dos dados coletados indicou que o processo de evangelização influencia diretamente a formação do perfil político dos fiéis da IURD em São Carlos. A retórica neopentecostal, enfatizando a luta entre o bem e o mal, associada à defesa de valores tradicionais e familiares, tem impacto significativo nas preferências políticas desses fiéis.

A análise das respostas fornecidas pelos fiéis, conforme evidenciado nos gráficos da seção 4, permitiu-nos identificar indicações que contribuem para a compreensão do perfil político desses adeptos. Assim, foi possível a investigação sobre a possível influência religiosa na formação desse perfil político, isto é, se as mensagens veiculadas nos templos influenciam suas escolhas políticas. Estruturamos nossas considerações seguindo a organização dos gráficos, que agrupam os dados por gênero, faixa etária em relação ao nível de escolaridade, bem como faixa etária em relação à renda. Desta forma, realizamos uma análise conjunta para cada questão respondida, visando destacar os pontos relevantes identificados e compreender a relação entre a subjetividade criada pelas mensagens religiosas e as escolhas políticas dos fiéis. Da análise das respostas às questões dos questionários, podemos destacar as seguintes

conclusões: ao investigarmos os motivos da conversão dos fiéis a essa denominação, observamos que os resultados indicam a preponderância da influência de amigos e familiares como fator preponderante para a conversão religiosa em todas as categorias analisadas, como demonstrado nos gráficos 7, 8 e 9.

Em relação à frequência em atividades da igreja, os gráficos 10, 11 e 12 indicam que o padrão de assiduidade se assemelha em todas as categorias pesquisadas, ou seja, não há uma diferenciação por gênero, faixa etária ou nível de renda.

Os gráficos 13, 14 e 15, que questionaram a participação em atividades evangélicas, indicaram que a participação ativa concentra-se principalmente em jovens que concluíram o ensino fundamental II e têm uma renda entre um e dois salários mínimos, além de adultos com mais de dezenove anos e ensino superior completo. Essa análise evidencia uma distinção significativa relacionada à faixa etária, renda e nível de escolaridade. Assim, percebe-se que os jovens apresentam uma maior disponibilidade para participar ativamente das atividades da igreja, sugerindo que a igreja seja, além de templo de oração, compreendida como um espaço possível para encontros entre jovens e socialização, tão importantes para essa faixa etária.

No decorrer da pesquisa, constata-se a percepção dos fiéis em relação ao trabalho social realizado pela igreja, evidenciando como esse aspecto está integrado ao cotidiano da igreja. Assim, conclui-se que essa natureza "social" serve de motivação aos fiéis para atribuírem significados às suas ações, como indicam os gráficos 16, 17 e 18, fundamentando-se em uma relação intrínseca que tem como princípio dividir o mundo entre o sagrado e o profano.

Os gráficos 19, 20 e 21 nos levaram a concluir que a pauta de costumes se apresenta como fator preponderante na formação do perfil político desses fiéis. Quando questionados se são ou não favoráveis à pauta de costumes, a maioria se posicionou de modo afirmativo. A retórica neopentecostal da luta do bem contra o mal, ou seja, Deus contra o Diabo, se fortalece com a utilização da busca de um modelo de família moralista/conservador. Entretanto, vale ressaltar que o segmento não se apresenta de forma homogênea, pois houve a identificação da categoria “outro”, que se relaciona a indivíduos de grupos minoritários da sociedade, como os LGBTQIA+ que, por não concordarem com a pauta de costumes, revelam que o segmento evangélico abriga indivíduos que destoam desse viés conservador que coopta a maioria dos fiéis. A pesquisa nesse aspecto demonstra que o segmento evangélico não é homogêneo, havendo, sim, entre seus adeptos, setores progressistas que orientam suas ações em uma nova dinâmica interna influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e teológicos.

Atrelados à questão referente à pauta de costumes, os gráficos 22, 23 e 24 referem-se

à percepção dos fiéis em relação à organização familiar, que indica que o processo evangelizador busca a legitimação de um modelo de organização familiar frente à dinâmica do mundo contemporâneo. Revela que os fiéis adotam o discurso conservador, que estabelece um padrão de organização familiar pautado nas referências da família tradicional, formada por pai, mãe e filho (s).

Ao serem questionados sobre a percepção da política, os gráficos 25, 26 e 27 indicaram que há uma tendência a desvincular a igreja da religião, entretanto, pudemos concluir que a percepção política é algo intrínseco aos seres sociais, ou seja, como seres políticos que somos, a política está presente no nosso cotidiano. Esse indicativo se reforça nas revelações dos gráficos 28, 29 e 30, que buscaram identificar a ideologia política dos fiéis. Nesse ponto

concluímos que de um modo geral a maior parte dos entrevistados se identificou com um dos campos ideológicos apresentados, que se dividiam entre centro, direita, esquerda e quem não tinha identificação com nenhum, o que também pode ser interpretado como uma opção política. Nossa análise conclui que, embora observemos uma inclinação majoritária à direita em algumas faixas etárias e de renda, é importante destacar que essa inclinação não é uniforme e que há uma presença significativa de fiéis que se identificam com a esquerda, o centro ou não se identificam com nenhuma vertente política. Esses dados dão um importante suporte para reflexões críticas sobre o papel da religião na sociedade e as diferentes formas de engajamento político dos fiéis. A análise sobre como os fiéis decidem seu voto, apresentada nos gráficos 31, 32 e 33, indicou que há uma forte influência da ideologia e religiosidade na tomada de decisões dos fiéis, pois em todos os segmentos o item por orientação ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade, crenças e valores. Assim, pudemos concluir que, por não ser uma opção de maioria absoluta, a religiosidade é um fator importante na tomada de decisões para alguns indivíduos, mas não é a única determinante. As propostas e o partido do candidato também são fatores relevantes. A influência da religiosidade na escolha do partido pode ser subliminar, especialmente para fiéis de partidos com raízes em templos evangélicos.

Sobre a busca por informações e formação política pelos fieis, os gráficos 34, 35 e 36 revelaram que a fonte de informações sobre questões políticas ocorre preferencialmente pelas mídias impressas, radiofônicas e televisivas, que corroboram as estratégias adotadas pelas denominações neopentecostais, que buscam adquirir espaços nos veículos de comunicações, quando não adquirem seus próprios canais de comunicações, como é o caso da IURD, que adquiriu a Rede Record de televisão, como maneira de atrair fiéis e difundir suas ideias.

Conclui-se que os fiéis são abordados diariamente com mensagens dessa dominação com o objetivo estratégico de manter um canal de comunicação permanente, independentemente de esses fiéis estarem ou não presencialmente nos templos.

Quando direcionamos as questões para o eixo político partidário, iniciamos com o questionamento sobre como os fiéis participam de campanhas eleitorais. As respostas indicaram que o tema política é tratado com uma certa precaução pelos fiéis, pois a maioria das respostas indicou a busca por uma neutralidade em relação às campanhas eleitorais. Percebemos que há uma tentativa de se desvincular a religião da política. O que se comprovou com a análise dos gráficos 40, 41 e 42, que trataram da simpatia por algum partido político entre os fiéis, apesar de haver uma variação do percentual de simpatia em grupos específicos, quando se analisam as variáveis idade, renda e escolaridade, é que a maioria dos fiéis não se identifica com nenhum partido político. Dentre aqueles que simpatizam com partidos políticos e são filiados, os gráficos 43, 44 e 45 indicam que os partidos classificados como direita apresentam a maior concentração de fiéis, mas é importante ressaltar que há fiéis que se identificam com os partidos de centro esquerda, o que nos ajuda a compreender que não há uma homogeneidade dentro desse segmento, corroborando a afirmação de que encontramos, no segmento evangélico, fiéis mais progressistas.

Em relação às questões políticas abordadas em reuniões religiosas, os gráficos 46, 47 e 48 indicaram que, em linhas gerais, a percepção dos fiéis varia conforme diversos fatores, tais como gênero, faixa etária, renda e nível de escolaridade. Observa-se que os homens tendem a não perceber a presença desses temas com a mesma frequência que as mulheres e os jovens de baixa renda. Observa-se que um menor nível de escolaridade parece associar-se a uma menor percepção da abordagem desses assuntos. Já em relação ao voto evangélico, os gráficos 49, 50 e 51 revelaram que os comportamentos eleitorais dos fiéis, em sua maioria, são orientados pela análise das propostas dos candidatos, independentemente de sua afiliação religiosa. Entretanto, a relevância da afiliação religiosa na escolha do candidato varia conforme diferentes fatores, tal como a faixa etária, já que os jovens tendem a atribuir maior importância à afiliação religiosa em comparação com faixas etárias mais avançadas. E, em relação à renda, fiéis com maior renda tendem a valorizar mais a afiliação religiosa do que aqueles com menor renda. Similarmente, fiéis com maior nível de escolaridade demonstram uma tendência a atribuir mais importância à afiliação religiosa do que aqueles com menor nível educacional. Assim, a influência da vinculação religiosa na escolha do candidato pode ser percebida por uma combinação complexa de fatores, incluindo faixa etária, renda e nível de escolaridade, destacando a heterogeneidade de padrões comportamentais dentro da

comunidade religiosa em contextos eleitorais.

Por fim, fizemos um questionamento para observar como esses fiéis avaliam a democracia. Os gráficos 52, 53 e 54 revelaram que para a maioria dos pesquisados o sistema democrático é o melhor sistema político para o Brasil. Dentro de um contexto em que o debate acerca de uma ruptura com o Estado democrático de direito estava posto nas mídias, podemos concluir que a indicação de que a maioria está a favor da democracia fortalece o papel das instituições para a manutenção de um ambiente democrático no país.

As análises dos resultados obtidos dão evidências para identificarmos que a maioria dos fiéis da IURD em São Carlos se identifica com a direita política e considera a religiosidade do candidato um fator importante na decisão de voto. Concomitantemente a isso, a presença de um discurso fundamentalista religioso na igreja contribui para a formação do perfil político dos fiéis, direcionando suas escolhas políticas de acordo com os interesses da instituição religiosa.

A pesquisa oferece indicações importantes sobre a relação entre religião, política e identidade dos fiéis na IURD. Indica também que o processo de evangelização desempenha um papel significativo na formação do perfil político desses fiéis, moldando suas perspectivas políticas e orientações sobre o mundo.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de um aprimoramento nas abordagens metodológicas, especialmente no que se refere à ampliação da amostra para contemplar uma maior variedade de denominações neopentecostais. Aprimoramento esse que muito contribuirá para a análise das relações entre religião e política no Brasil, possibilitando uma compreensão mais abrangente da dinâmica social dessas interações.

Assim, espera-se que este estudo possa contribuir para o entendimento, servir de base e incentivar futuras pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a complexidade da interação entre política e religião e suas implicações para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. "Sobre a lógica das ciências socais". In: COHN, G. (org.). Theodor W. Adorno: **Sociologia** (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática, 1986.

ADORNO, Sérgio. Dinâmicas multiculturais novas faces outros olhares. In: **Acta das sessões do III Congresso luso-afrobrasileiro de ciências sociais**, Lisboa 4-7 de junho de 2004.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente. **Novos estudos CEPRAP**. São Paulo. V. 38, p. 185 a 213.jan/abr. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, p. e175001, 2017.

ALONSO, Leandro Seawright. Entre Deus, Diabo e Dilma: as narrativas evangélicas fundamentalistas nas eleições 2010. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p. 202-218, 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado:** nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro. Graal. 1998.

ALVES, Syntia Pereira. Mídia, Democracia E A Presença Dos Neopentecostais Na Política Brasileira. 10. **Encontro Associação Brasileira de Ciências Políticas** "Ciência Política e a Política: Memória e Futuro". Belo Horizonte. 2016.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTES, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021020, 2021.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências sociais.** Revisada, 2ª reimpressão. Ed. da UFSC, Florianópolis, 2004.

BBC NEWS. **Eleições 2018:** os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796 Acesso em: 29/06/2022.

BARROS JÚNIOR, P. S. F. Deus acima de todos: Bolsonaro, evangélicos e o voto nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião.** Último Andar, São Paulo, v. 25, nº 39, jan. -Jun. / 2022.

BERNARDI, Clacir José; CASTILHO, Maria Augusta de. A religiosidade como elemento do desenvolvimento humano**. Interações** (Campo Grande), v. 17, p. 745-756, 2016.

BERGER, P. L. **Os múltiplos altares da modernidade rumo a um paradigma da religião numa época pluralista.** Petrópolis: Editora Vozes. 2017.

_____. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. [organizado por Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcellos]. São Paulo: Paulus, 1985.

BOCHÉNSKI, Inocentius Marie. **A filosofia contemporânea ocidental**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1975.

BOEHNES, Philitheus & GILSON, Etienne. **A história da filosofia cristã:** desde as origens até Nicolau de Cusa. Trad. Raimundo Vier O.F.M. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

BREPOHL, Marion. Estado laico e pluralismo religioso. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 1 • 127- 144 • jan. -abr. 2016 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078. Acesso em 29/07/2021.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora brasileira, o governo Bolsonaro e os atores religiosos. Braz. **Ciência política**. rev., v. 15, n. 3, e 0005, junho de 2021.

BURNATELLI DE ANTONIO, LAHUERTA, G. H., M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 14. Brasília, maio – agosto. p. 57-82. 2014.

CAMURÇA, Marcelo. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o "plano de poder" e a lógica de minoria perseguida: polêmicas e interlocuções. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 40(1): 43-66, 2020.

CARANAÚBA, M. E. C. **Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. Kinessis**, vol III, nº 3, abril- 2010, p. 195-204.

CARDOSO, K.; RODRIGUES, D. **Durkheim e Weber:** uma perspectiva introdutória acerca da religião. Revista Relegens Thréskeia. V. 08 N. 2019. p. 01-12.

CARVALHO, Maria C. M. **Metodologia científica:** construindo o saber. Campinas: Papirus, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, A. M. O desenvolvimento do sujeito religioso para sujeito político nos neopentecostais. **Instituto São Paulo de Estudos Superiores** – ESPAÇOS, 2021.

COHN. Gabriel (org.). **Weber.** Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1991.

COPELLI, G. M. Neopentecostalismo e democracia no brasil: entre os eleitos de deus, há espaço para os iguais da democracia? **Revista jurídica direito, sociedade e justiça**, [S.l.], v. 2, 2015. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/675. Acesso em: 13 jul. 2022.

CORSI, Francisco. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.

CORTE, Nicolas. **As origens do homem**. São Paulo: flamboyant, 1958.

CÔRTES, Marina. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-24, e021025, 2021.

COSTA. Waldney de Souza Rodrigues. Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber. **Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião** – Sacrilegens, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.03-24, jul-dez/2017.

COSTA, Sergio. **Desprovincializando a sociologia:** a contribuição pós-colonial. Revista brasileira Ciências Sociais [online]. 2006. Vol. 21. n. 60. pp. 117-134.

COSTA OLIVEIRA, Fabrício Roberto; GRACINO JUNIOR, Paulo. **A máquina universal:** uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022. Religião e Sociedade, v. 43, n. 1, 2023.

COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. **Religião na perspectiva sociológica clássica:** considerações sobre Durkheim, Marx e Weber. Sacrilegens, v. 14, n. 2, p. 3-24, 2017.

CUNHA, V. C. O DISCURSO NEOPENTECOSTAL NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA: um estudo etnográfico das redes sociais online e seus desdobramentos nas eleições municipais de 2016. **Compolítica,** Porto Alegre, Fabico- UFRGS. 10-12 maio. 2017.

DA CUNHA, Christina Vital. **Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018:** religião, medos sociais e tradição em foco. Plural. Antropologías desde América Latina y del Caribe, n. 6, 2020.

DE ALENCAR, Gustavo. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas.** 2023.

DE SOUZA, Josué. A escolha dos “ungidos”: nepotismo e carisma a serviço do poder político-religioso pentecostal. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 124- 137, 2017.

EDWARD, José. A Força do Senhor. **Revista Veja**, 03 de julho de 2002, p. 88 – 95.

FERREIRA, M. L. Evangélicos e extrema direita no Brasil: um projeto de poder. **Revista Fim do Mundo**, nº 1, Unesp. Marília. Jan/abr. 2020.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 6° ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **20% dos religiosos dizem ouvir instruções nas igrejas.** Disponível em: <https:// www. Folha.uo.com.br/cotidiano> acesso em 29/06/2022.

FRESTON, Paul. In Search of an Evangelical Political Project for Brazil a Pentecostal “Showvention”. **Transformation**, v. 9, n. 3, p. 26-32, 1993.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America**. Cambridge University Press, 2017.

GABATZ, Celso; ZEFERINO, Jefferson. As contribuições de Émile Durkheim para compreender a religião na contemporaneidade. **Correlatio**, v. 16, n. 2, p. 339-355, 2017.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania, caminhos da filosofia.** 9ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação.** Campinas: Autores associados, 2001.

GÓES JÚNIOR, José Humberto de. Ética pentecostal e neopentecostal: novo contexto socio-político-jurídico para a defesa de direitos e acesso à justiça no Brasil. **Direito Público**, v. 17, n. 91, 2020.

GOLDSTEIN, Ariel. Jair Bolsonaro y los políticos evangélicos. In: GOLDSTEIN, Ariel. **Poder Evangélico. Cómo los grupos religiosos están copando la política en América.** Buenos Aires: Marea, 2020.

GOMES, David Francisco Lopes. Jessé Souza, Brasil e Modernidade. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, 2019.

GONÇALVES; PEDRA, R. B.; G. M. O surgimento das denominações evangélicas no brasil e a presença na política. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 69-100, 2017.

GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS, P., M., P. "Os humilhados serão exaltados": ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cad. Metrop**., São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, maio/ago 2021.

HORKHEIMER, M. "Teoria Tradicional e Teoria Crítica". In: Benjamin, Walter et al. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1980.

_____. "A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais". Praga, n° 7, 1999.

_____. Eclipse da razão. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

IBGE. Censo 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:** Brasília, 2010.

KOMATSU, Bruno Kawaoka. **Essays on the Expansion of Universal Church of the Kingdom of God in Brazil.** 2019. 100f. Manual – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LACERDA. F. **Pentecostalismo, eleições e representações políticas no Brasil contemporâneo.** Tese doutorado, USP. São Paulo. Departamento de Ciência Política. 2017.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, Rs: Zouk, 2019.

LACLAU, E. **On populist reason.** London: Verso, 2005.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, n. 68, p. 73-93, mar. 2004.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização**. Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 191-211, 2018.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Papirus Editora, 2010.

LIMA, D. N. O. "Prosperidade" na década de 1990: etnografia do compromisso de trabalho entre Deus e o fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. DADOS - **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro. vol. 51, nº 1 p. 7 a 35. 2008.

KRITSKI, Rafael Polari de Alverga. Conflito de classes no Brasil de 2003 a 2014: da estabilidade relativa à instabilidade do governo. **Em Tese**, v. 17, n. 1, p. 79-103, 2020.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder:** Deus, os cristãos e a política. Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO; BURITY, M. D. C., J. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, pp. 601 a 631. 2014.

MACHADO, M. das D. C. **Política e religião:** a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideas**, 2018.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

_____. Pentecostais e política no Brasil. **Ciência e Religião**, 03/out. /2005. Disponível em: www.conciencia.com.br>. Acesso em: 09/05/2020.

MARIANO; GERARD, R., D. A. Eleições na América Latina em 2018 e ativismo político dos evangélicos conservadores. **Revista USP**. São Paulo. Nº 120, pp. 61-76, jan./fev./março. 2109.

MEDEIROS, MARQUES, A. M. S.; M. A. R. B. Habermas e a teoria do conhecimento. **Contexto e Educação** - Editora UNIJUÍ - Ano 18 - nº 70 - jul. / dez. 2003 - p. 147-170.

MERTON, Robert K. **Sociologia:** teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Pentecostalismo no Brasil: Os Desafios da Pesquisa. In: **Revista de Cultura Teológica.** n. 13, p. 7-20, 1995.

NOBRE, M. **A Teoria Crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NETO, Ana Luíza Gouvêa. O uso político da religião e o uso religioso da política: como a defesa de pautas morais indica uma compreensão de gênero. **Interações**, v. 12, n. 22, p. 323-342, 2017.

NOGARE, Pedro D. **Humanismos e anti-humanismos:** introdução à antropologia filosófica. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

NÓVOA, Antonio. Relação Escola-Sociedade: “novas respostas para um velho problema” in: SERBINO, Raquel Vopalto et al. (orgs.). **Formação de Professores:** São Paulo: ed. UNESP, 1996.

NICOLAU, JAIRO. **O Brasil dobrou à direita:** uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ORO, Ari Pedro, **Religião e política no Brasil, Cahiers des Amériques latines [En ligne],** 48- 49 | 2005, mis en ligne le 15 août 2017, consulté le 29 avril 2020. URL. Disponível em: http://journals.openedition.org/cal/7951; DOI : https://doi.org /10.40 00/cal.7951. Acesso em: 29/04/2020.

_____. (1993). “Podem passar a sacolinha”: Um estudo sobre as representações do dinheiro no Pentecostalismo Autônomo brasileiro atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 53(210), 301–323. https://doi.org/10.29386/reb.v53i210.277. Acesso em: 24/01/2024.PETERS, M. Pós- estruturalismo e filosofia da diferença. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIERUCCI, A. F. **O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional:** o propósito do censo de 2010. São Paulo: Vozes, 2013.

PRANDI; SANTOS; BONATO, R., R.W., M. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**. São Paulo. Nº 120, p. 43-60, jan./fev./março. 2009.

REALE, Giovanni & ANTISSERI, Dario. **História da filosofia**, vol. I 5ª ed. SP: Paulus, 1991.

RIBEIRO, Vanessa da Silva Palagar. **Ação social evangélica na favela:** um estudo de caso da igreja presbiteriana na favela matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ 2017.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim:** sociologia. SP. Ática, 1995.

ROLNIK, Raquel. Apresentação. Em: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, p. 7-12, 2013.

SAHLINS, Marsal. **Ilhas de Histórias**, Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SANTOS, D.H. de F.; KNIESS, A. B. **Os evangélicos são todos iguais?** https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/os-evangelicos-sao-todos-iguais. Acesso em 04/12/2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013:** encontros e desencontros na política. Caderno Crh, v. 27, p. 417-429, 2014.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 13, p. 207-236, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23-40, 2013.

_____. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras, 2012.

_____. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, p. 39-67, 2015.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira:** para entender o país além do jeitinho brasileiro. Leya, 2018.

SOUZA, J. R. G. **Teoria crítica e religião:** uma leitura da religião em Adorno e Horkheimer. Dissertação de mestrado (Ciências das Religiões). Universidade Federal da Paraíba – UFPBA. João Pessoa (PB). 2016.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Estratégias implementadas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sócio-políticas no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 5, n. 15, p. 239-253, 2013.

TANAKA, Marcela. **O voto da fé:** comportamento e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-22014), Dissertação de mestrado. Campinas – SP: Unicamp, 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política & Sociedade: **Revista de Sociologia Política**, v. 13, n. 28, 2014.

TAVARES, J. **20% dos religiosos dizem instruções sobre voto nas igrejas.** Folha de São Paulo. Caderno Política. A8. 29 de junho de 2022.

TERRA. **Para 56% dos brasileiros, política e religião devem andar juntas** https://www.terra.com.br/noticias/brasil/datafolha-para-56-dos-brasileiros-politica-e- religiao-devem-andar-juntas,f57af26371f9bc42fad16c1bfdfb9f418ye4nhhk.html.

THIRY-CHERQUES Hermano Roberto. O Primeiro Estruturalismo: Método de Pesquisa para O Primeiro Estruturalismo: Método de Pesquisa para as Ciências da Gestão. **RAC**, v. 10, n. 2, Abr./Jun. 2006: 137-156.

TOSI, Giuseppe. Religião e política: três possíveis relações. **Religare**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 382-421, 2018.

TREVISAN, J. B. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira de 1989 a 2010. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013.

VAZ, Henrique C. L. Antropologia filosófica I. 5ª ed. SP Loyola, 1991. VEJA, **Revista Censo** 2010. São Paulo. Abril. 2011.

VILLAZÓN, Júlio C. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: CRUZ, Sebastião V. et all. (orgs.). **Direita volver:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 163-174.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WREGE, R. S. **As igrejas neopentecostais:** educação e doutrinação. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas, 2001.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 25 nº 73. Junho de 2010.

ANEXOS

ANEXO A – MATÉRIA CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE

ESPECIAL: E AGORA, BRASIL?

Com forte influência política, Evangélicos são um pote de ouro nas eleições

Correio preparou especial indicando as ações de políticos para fisgar os fiéis, a briga para liderar frente no Congresso e explicando como o discurso anticorrupção ainda atrai esta parcela da população

(crédito: Editoria de ilustração)

Na corrida pela disputa ao cargo de presidente da República nas eleições de 2022, existe uma outra competição, mais segmentada, mas com alto impacto no resultado final: quem ganhará a simpatia da maioria do eleitorado evangélico no ano que vem?

Dos mais de 210 milhões de brasileiros, esse segmento representa aproximadamente 30% da população, segundo o Datafolha. Em 2018, na última escolha presidencial, em meio a um cenário de crises, principalmente relacionadas à moral política, esse eleitorado foi responsável por 70% da aprovação de Jair Bolsonaro (PL), um candidato conservador, que se autointitulava "fora do sistema" e com discurso anticorrupção.

O presidente continuou a nutrir a fidelidade do segmento. O gesto mais recente de Bolsonaro foi a indicação vitoriosa de André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, a relação entre Bolsonaro e evangélicos já não é mais a mesma. A aprovação quase unânime de 2018 tem sido ameaçada para 2022.

Investidas de outros candidatos têm surtido efeito. Uma das comprovações nessa perda de público foi informada na pesquisa do Datafolha, publicada no último dia 20. Lula (PT) apareceu como o melhor presidente que o Brasil já teve, na opinião de 43% dos evangélicos, enquanto Bolsonaro ficou com 19%.

"O que acontece é que antes o então deputado Jair Bolsonaro tinha promessas de como evitar essas crises naquele momento em que ele não podia se responsabilizar por elas, ele era um deputado. Agora, ele é o presidente, que foi responsável pela gestão dos últimos anos. Então o voto também é de avaliação do governo, sempre tem uma camada enorme de avaliação do governo. Então, é um presidente avaliado pelo seu governo, não é só o então deputado Bolsonaro fazendo promessas", avalia Ana Carolina Evangelista, cientista política e diretora do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

O cenário eleitoral mudou drasticamente em três anos. O próximo presidente virá com o desafio de remediar um Brasil pós-pandêmico, no qual 19 milhões de pessoas passam fome, entre elas 55% das famílias estão em insegurança alimentar. Um a cada quatro brasileiros passou a viver abaixo da linha da pobreza no ano passado — esse número subiria se não fosse a ajuda de auxílios governamentais —, com uma

principalmente nos alimentos consumidos pelos cidadãos de baixa renda.

Segundo Ana Carolina Evangelista, o olhar sobre o eleitorado evangélico, no próximo ano, não pode ser somente sob o aspecto da fé ou da defesa da agenda conservadora. Uma indagação comum desse eleitorado são as propostas dos pré-candidatos às demandas sociais. "Será uma eleição sobre demandas mínimas de sobrevivência da população. É sobre o combate à fome, acesso a emprego, acesso a renda, acesso a moradia", descreve Evangelista. "Se a gente olha o perfil da população de evangélicos, a gente está falando principalmente de uma eleição de diálogo, de priorização da classe mais empobrecida — na faixa de até dois, cinco salários mínimos", observa.

Na avaliação da especialista, grande parcela do eleitorado brasileiro é fortemente afetada pela crise da pandemia. E, nesse

contexto, a mobilização evangélica é de importância fundamental. "Se a gente olha, 51% do eleitorado brasileiro é de baixa renda, e os números mostram que esse eleitorado está demandando respostas para crises que só se aprofundaram no Brasil. Isso tem uma correspondência e atinge também o segmento evangélico", contextualizou.

contexto, a mobilização evangélica é de importância fundamental. "Se a gente olha, 51% do eleitorado brasileiro é de baixa renda, e os números mostram que esse eleitorado está demandando respostas para crises que só se aprofundaram no Brasil. Isso tem uma correspondência e atinge também o segmento evangélico", contextualizou.

entregar 223 mil cestas básicas para famílias carentes neste Natal. A prioridade da Coalizão tem sido levar alimentos às mães negras e famílias que recebem o auxílio emergencial em 18 estados e no Distrito Federal. Desta vez, a organização começará a distribuição pelo Norte — onde há a maior concentração de evangélicos no país — e pelo Nordeste.

Eleitorado pulverizado

Alexandre Landim, sociólogo e cientista social pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando na Universidade Federal do Ceará (UFCE), escritor da tese "Atores de temas religiosos em eleições presidenciais nas eleições de 2010 e 2018", aponta que não há unanimidade no voto evangélico.

“Se a gente pegar as últimas pesquisas, o eleitorado evangélico está dividido. O que a gente pode dizer, a partir dos dados, é que o apoio do eleitorado evangélico (a Bolsonaro) vem caindo, mas em uma menor velocidade em relação à população em geral. Vai depender do jogo eleitoral, de quem vai sair candidato, de como vão se estabelecer essas alianças, quais são as negociações, as exigências por apoio”, alertou Landim.

Fora da polarização Lula-Bolsonaro, novos candidatos que participarão da competição pelo apoio do eleitorado da fé devem estar atentos não só às demandas, mas também à capilaridade que existe dentro do segmento. Landim ressalta que a divisão crescente entre direita e esquerda também existe entre os evangélicos.

De acordo com o especialista, os fiéis de esquerda acreditam que os problemas sociais são oriundos de problemas estruturais. Porém essa linha ainda é recém-formada no segmento, portanto ainda não tem força para definir uma

eleição.

Já para a direita organizada desde 1980, há uma maior musculatura. Espelhados no movimento americano do neoconservadorismo, os evangélicos conversadores prezam pautas do liberalismo econômico, morais, contrárias ao aborto, casamento do mesmo sexo. Acreditam, ainda, que questões sociais se resolvem com iniciativas individuais.

Foi nesse segundo cenário que Bolsonaro — mesmo não sendo evangélico —, se firmou. "[Ele] percebeu nesse grupo afinidade, pautas em comum. Bolsonaro tem uma performance de persona evangélica, assim, ele se aproxima do grupo. Representa uma pauta neoconservadora ou ultraliberal", analisa o especialista.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Primeiro bloco temático: gênero, idade, etnia, renda e nível educacional:

1) Qual a sua faixa etária:
( ) 16 a 18 anos
( ) 19 a 35 anos
( ) 36 a 59 anos
( ) 60 anos ou mais

2) Gênero
( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro

3) Nível de escolaridade
( ) sem instrução
( ) ensino fundamental I completo (1º ao 5º ano)
( ) ensino fundamental II completo (6º ao 9º ano)
( ) ensino médio completo
( ) ensino superior completo

4) Nível de renda
( ) Menos de um salário mínimo
( ) um salário mínimo até 2 salários mínimos
( ) de 2 a 5 salários mínimos
( ) mais de 5 salários mínimos.

5) Etnia
( ) Branca
( ) Negra
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Segundo bloco temático: prática religiosa e ênfase nas atividades da igreja:

6) Você que faz parte desta denominação, é frequentador assíduo ou ocasional?
( ) Faço parte e envolvo-me fortemente com esta ordem religiosa
( ) Frequento, mas com menor envolvimento

7) Antes daqui, você frequentava outra religião?
( ) Sim
( ) Não

8) Se sim, qual?

_____

9) O que fez você se converter?
( ) influência da família ou amigos
( ) conflitos familiares
( ) problemas de saúde/ problemas de bebidas/ problemas emocionais
( ) problemas financeiros/desemprego

10) Com qual frequência participa das atividades desta comunidade, como cultos e reuniões?
( ) semanalmente
( ) quinzenalmente
( ) mensalmente
( ) raramente

11) Exerce alguma função de obras ou liderança dentro da Igreja?
( ) sim
Qual (is)? _____
( ) não

12) Faz parte de algum grupo específico de oração, além dos ritos normais ou ordinários?
( ) sim
( ) não

13) Você participa de trabalhos evangelizadores, como dedicados aos jovens, às famílias ou à prosperidade?
( ) sim
( ) não

14) Você participa de atividades de ajuda aos necessitados, aflitos,

desempregados, vítimas de drogas ou outros?
( ) sim
( ) não

15) Recebeu alguma bênção dentro desta denominação religiosa associada à superação de um problema, como doença ou questão financeira?
( ) sim
( ) não

16) Em relação à pauta de costumes exigida pela comunidade, você é:
( ) fortemente favorável
( ) favorável
( ) indiferente
( ) discordante

17) Na sua opinião, a família tradicional formada por pai, mãe e filhos é fundamental para a sociedade?
( ) sim
( ) não

Terceiro bloco temático: religião e política

18) Você acredita que a ação das pessoas, seus posicionamentos, manifestações correspondem a um ato político?
( ) Sim, a política não se restringe apenas às ações de cargos públicos.
( ) Sim, inclusive nossa atuação na igreja é um papel político
( ) Não, nosso papel na Igreja é avesso à política
( ) Não, os políticos, na maioria, são corruptos.

19) Em suas ações políticas, você se identifica de forma mais aproximadamente a que categoria ideológica?
( ) Direita
( ) Esquerda
( ) Centro
( ) Nenhuma

Você decide seu voto levando em conta: (responder mais de uma)
( ) Propostas apresentadas pelo Candidato e seu Partido
( ) Pela Ideologia de pensamento do Partido ou Candidato
( ) Por orientação ou sugestão do perfil do candidato considerando sua religiosidade, crenças e valores

20) Quando você conversa sobre questões políticas, suas manifestações consideram mais:
( ) Informações obtidas por meio da TV, Rádio ou Jornais
( ) Pelas referências de líderes religiosos
( ) Por outros grupos de pessoas próximas, amigos e familiares

21) Você tem simpatia por algum partido político?
( ) Sim, mas não tenho filiação
( ) Sim, e sou filiado ao _____.
( ) Não

22) Em meio às reuniões religiosas, questões políticas são abordadas?
( ) Sim
( ) Não

23) E você participa de maneira ativa em campanhas eleitorais?
( ) Sim, integrado às propostas da religião em que pratico
( ) Sim, independentemente do posicionamento da igreja
( ) Apenas quando estou muito certo do candidato ou campanha
( ) Não participo

24) Você acredita que a força conjunta da comunidade religiosa em oração possa iluminar as decisões das pessoas, promovendo positivamente a atuação dos políticos?
( ) Sim, acredito e oro
( ) Sim, acredito

( ) Não, acho que não influencia

25) O fato de existir um candidato fortemente vinculado a grupos evangélicos é fundamental para sua decisão na hora do voto? (pode responder mais que uma)

( ) Sim, e havendo esta identidade estou disposto a inclusive fazer campanha;
( ) Sim, é relevante, mas não me envolvo em campanhas eleitorais.
( ) Não, não faz diferença desde que suas propostas sejam importantes;
( ) Não, eu voto naquele candidato em que suas propostas mais evidenciem possibilidades reais de melhoria social, de emprego e de renda das famílias.

27) A segurança pública é um problema em nosso país. Com relação a isso você se posiciona: (pode responder mais que uma)

( ) Que o Estado deva agir por meio de políticas sociais de integração social;
( ) Que o Estado deva agir com força e rigor policial;
( ) Que a segurança é também uma responsabilidade dos indivíduos e por isso sou favorável à posse de armas de fogo;
( ) Que a segurança é também um responsabilidade dos indivíduos, mas nem por isso sou favorável à posse de armas de fogo;

28) A democracia é o melhor sistema político para resolver os problemas do Brasil?

( ) Sim
( ) Nem sempre
( ) Não

APÊNDICE B - QUADROS DE RESPONDENTES – POR GÊNERO/ ESCOLARIDADE/ RENDA/ FAIXA ETÁRIA.

FEMININO	MASCULINO	OUTROS	TOTAL
48	57	25	130

FAIXA ETÁRIA

16 -18 anos	19 -35 anos	36-59 snos	60 ou mais	TOTAL
19	60	50	01	130

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

ENSINO FUNDAMENTAL I COMPLETO	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	TOTAL
17	63	50	130

NÍVEL DE RENDA

MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNMO	1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	TOTAL
46	43	22	19	130